

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**DISCUTINDO A RELAÇÃO ENTRE TURISMO RURAL E PROTEÇÃO DA NATUREZA: O CASO DO
CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI E O PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS.**

ANDRÉ MICALDAS CORRÊA

RIO DE JANEIRO
JULHO DE 2007

André Micaldas

**Corrêa DISCUTINDO A RELAÇÃO ENTRE TURISMO RURAL E PROTEÇÃO DA NATUREZA:
O CASO DO CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI E O PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS.**

ANDRÉ MICALDAS CORRÊA

**DISCUTINDO A RELAÇÃO ENTRE TURISMO RURAL
E PROTEÇÃO DA NATUREZA: O CASO DO CIRCUITO
TURÍSTICO TERE-FRI E O PARQUE NACIONAL DA
SERRA DOS ÓRGÃOS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa EICOS, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicosociologia de Comunidades e Ecologia Social.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARTA DE AZEVEDO IRVING

RIO DE JANEIRO
JULHO DE 2007

FICHA CATALOGRÁFICA

Corrêa, André Micaldas, 2007

Discutindo a relação entre Turismo Rural e Proteção da Natureza: o caso do Circuito Turístico Tere-Fri e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos/André Micaldas Corrêa. Rio de Janeiro, UFRJ/EICOS, 2007, xvii, 298p.

Dissertação de Mestrado do Programa EICOS, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora Dra. Marta de Azevedo Irving

1. Turismo Rural.
2. Turismo Sustentável.
3. Sustentabilidade.
4. Proteção da Natureza.
5. Conservação da Biodiversidade.
6. Unidades de Conservação.
7. Áreas Protegidas.
8. Parque Nacional.
9. Circuitos Turísticos Ecorurais.

ANDRÉ MICALDAS CORRÊA

DISCUTINDO A RELAÇÃO ENTRE TURISMO RURAL E PROTEÇÃO DA NATUREZA: O CASO DO CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI E O PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS.

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa EICOS, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Rio de Janeiro, de

Aprovada por:

Prof. _____ - Orientador
Dra Marta de Azevedo Irving (EICOS/IP/UFRJ).

Prof. _____
Dra Ruth Barbosa (EICOS/IP/UFRJ).

Prof. _____
Dr. Davis Gruber Sansolo (Universidade Anhembi - Morumbi).

Dedico esta monografia a todos os que fazem da Educação, da Proteção da Natureza e do Turismo Sustentável sua prática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que me incentivaram, apoiaram e auxiliaram em minha trajetória, a saber:

Sônia Maria Campos de Carvalho, Maurício José Barbosa Corrêa (*in memorian*) e todos os antepassados, sem os quais eu não estaria aqui.

Todos os meus familiares e Aline Amado Mattos, minha esposa amada, por fazerem parte da minha vida feliz.

Fernando Vieira Agarez que me ensinou a olhar e ver, sendo mestre e amigo, um dos responsáveis por eu ter concluído o mestrado.

Luiz Emygdio (*in memorian*), que me indicou o curso de Ciências Biológicas da UFRJ, cujo Instituto foi a minha segunda casa.

A psicóloga Ângela Perrini e o médico Milton Rabinowitz que me auxiliaram a alcançar respectivamente a cura mental e física.

Todos os professores do EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro que contribuíram para a minha formação.

Todos os parceiros do SEBRAE/RJ, ANDA Brasil e Grupo Brasil Verde.

As professoras Dras., Ruth Barbosa e Rosa Pedro, por todas as sugestões no exame de qualificação e apoio moral.

O professor Davis Sansolo pelas sugestões para esta dissertação e apoio.

A Luciana Ribeiro, Aurélia Carvalho, Altair Pivoto, Tereza Ribeiro, Ricardo Varotto, Ayrton Violento, Ângela Inglez de Souza, Alexandre Borges e Aline Amado Mattos, bem como todos que me auxiliaram nesta dissertação.

A todos que colaboraram nessa pesquisa, em especial aos representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri e aos funcionários do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e do IBAMA, inclusive os funcionários terceirizados.

Os professores Rodrigo Medeiros e Frederico Augusto Tavares Junior pelo auxílio precioso que fez a diferença.

Eliana Sabino pelas correções na ortografia, na concordância, etc.

A professora Dra. Marta de Azevedo Irving, por ter me aceitado como seu orientado e sem a qual esta dissertação não existiria.

RESUMO

CORRÊA, A. M. Discutindo a relação entre Turismo Rural e Proteção da Natureza: o caso do Circuito Turístico Tere-Fri e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação do Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre o turismo rural e a proteção da natureza, no contexto do Estudo de Caso enfocando o Circuito Turístico Tere-Fri e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. A metodologia envolveu uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo sobre os principais temas relativos ao turismo e à proteção da natureza. O resultado da pesquisa indica que há uma relação formal de colaboração entre o circuito e o parque, configurada pela representação do circuito no conselho de gestão do parque. Esta relação, porém, parece não ter se traduzido ainda em ações capazes de potencializar o circuito como uma alternativa no processo de fortalecimento da proteção da natureza, tanto no Parque, quanto na região do entorno deste. Além disso, o circuito ainda não utiliza o parque como atrativo. No entanto, percebe-se um interesse no aprimoramento desta relação, que poderá ser fortalecida no futuro.

ABSTRACT

CORRÊA, A. M. Discutindo a relação entre Turismo Rural e Proteção da Natureza: o caso do Circuito Turístico Tere-Fri e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação do Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

This dissertation aims to examine the relationship between rural tourism and environmental protection as a case study involving the entity called Tere-Fri Touristic Route and the Serra dos Órgãos National Park. The chosen methodology for this work was documentary, bibliographical and field researches on the main topics of the correlation between tourism and environmental protection. The research findings show a formal collaborative relationship between the Route and the National Park. However, this formal connection has yet to be translated into actions capable of empowering the Route as a tool in the process of reinforcing the active protection of the environment both inside the Park and in its surroundings. Also, the Route has not started to make use of the Park as an additional attraction in its tours. Nevertheless, there is a perceptible interest in the improvement of the relationship between the Route and the Park, which will possibly get stronger in the future.

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1 – Estrutura fundiária do Brasil	17
Quadro 2 - Estrutura fundiária do Brasil – comparação entre 1985 e 2003	18
Quadro 3 - Terras improdutivas no Brasil (milhões de hectares)	19
Quadro 4 - Famílias assentadas no Brasil durante o Governo Lula – metas propostas e resultados alcançados	20
Quadro 5 - Classificação dos estabelecimentos agropecuários no Brasil	24
Quadro 6 – Parques Nacionais do estado do Rio de Janeiro	100

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1 – Mapa de ocorrência dos circuitos turísticos ecorrurais no estado do Rio de Janeiro	56
Figura 2 – Carta da imagem do Parque Nacional da Serra dos Órgãos	115
Figura 3 – Mapa de localização do Parque Nacional da Serra dos Órgãos	116
Figura 4 – Foto do Pico do Dedo de Deus	126
Figura 5 – Foto do Centro de Visitantes Von Martius	133
Figura 6 – Freqüência da presença de hóspedes no Circuito Turístico Tere-Fri.	148
Figura 7 - Caracterização do meio de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os seus representantes	149
Figura 8 - Dificuldades apontadas pelos representantes dos meios de hospedagem para consolidação do Circuito Turístico Tere-Fri	150
Figura 9 - Público dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os representantes dos meios de hospedagem	152
Figura 10 - Principais atividades realizadas pelos hóspedes nos estabelecimentos do circuito segundo os seus representantes	153
Figura 11 – Motivação dos hóspedes para hospedagem no Circuito Turístico Tere-Fri	153
Figura 12 – Significado de “turismo rural” segundo os representantes dos meios de hospedagem	156
Figura 13 – Significado de “turismo rural” segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri	156
Figura 14 – Significado de “circuito de turismo rural” segundo os representantes dos meios de hospedagem	157
Figura 15 – Significado de “circuito de turismo rural” segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri	157
Figura 16 – Representação do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os representantes dos meios de hospedagem deste circuito	158
Figura 17 – Qualificação do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os representantes dos meios de hospedagem	158
Figura 18 – Qualificação da hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os seus hóspedes	159

Figura 19 – Aspectos a melhorar no Circuito Turístico Tere-Fri segundo os representantes dos meios de hospedagem	160
Figura 20 - Qualificação do turismo na região segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri	161
Figura 21 - Recomendações dos hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri para o turismo na região	161
Figura 22 – Sugestões dos representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, para o desenvolvimento do turismo rural na região	162
Figura 23 - Questões centrais para o desenvolvimento no meio rural, segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri	163
Figura 24 – Significado de “parque nacional” segundo os representantes dos meios de hospedagem	164
Figura 25 – Significado de “parque nacional” segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri	164
Figura 26 – Representação do PARNASO segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri	165
Figura 27 – Significado de “proteção da natureza” segundo os representantes dos meios de hospedagem	166
Figura 28 – Significado de “proteção da natureza” segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri	166
Figura 29 – Recomendações dos hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza da região	167
Figura 30 – Ações necessárias para a melhoria da conservação do PARNASO segundo os representantes dos meios de hospedagem	167
Figura 31 – Procedência dos visitantes do PARNASO	170
Figura 32 – Hospedagem dos visitantes do PARNASO	171
Figura 33 – Freqüência dos visitantes no PARNASO	171
Figura 34 – Motivação para visitação ao parque pelos seus visitantes	172
Figura 35 – Significado de Parque Nacional segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	173
Figura 36 – Representação do PARNASO para os atores envolvidos na gestão desta unidade de conservação	174

Figura 37 – Significado de “parque nacional” segundo os visitantes do PARNASO	174
Figura 38 - Valoração do PARNASO segundo os atores envolvidos na sua gestão	175
Figura 39 - Qualificação do PARNASO segundo visitantes	175
Figura 40 – Aspectos a serem melhorados no PARNASO segundo os atores envolvidos na sua gestão	176
Figura 41 - Aspectos a serem melhorados no PARNASO segundo seus visitantes	176
Figura 42 – Significado de “proteção da natureza” segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	177
Figura 43 – Significado de “proteção da natureza” segundo os visitantes do PARNASO	177
Figura 44 – Ações para melhoraria da conservação no PARNASO segundo atores envolvidos na sua gestão	178
Figura 45 - Recomendações dos visitantes do PARNASO para a proteção da natureza da região	178
Figura 46 – Significado de “turismo rural” segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	179
Figura 47 - Significado de “turismo rural” segundo os visitantes do PARNASO	180
Figura 48 – Significado de “circuito de turismo rural” segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	180
Figura 49 - Significado de “circuito de turismo rural” segundo os visitantes do PARNASO	181
Figura 50 - Presença no circuito dos atores envolvidos na gestão do PARNASO	181
Figura 51 – Presença dos visitantes do PARNASO no circuito	182
Figura 52 – Representação do Circuito Turístico Tere-Fri pelos atores envolvidos na gestão do PARNASO	182
Figura 53 – Qualificação do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	183
Figura 54 - Qualificação do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os visitantes do PARNASO	184
Figura 55 – Aspectos que precisam melhorar no Circuito Turístico Tere-Fri segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	184

Figura 56 - Aspectos que precisam melhorar no Circuito Turístico Tere-Fri segundo os visitantes do PARNASO	185
Figura 57 - Questões centrais para o desenvolvimento no meio rural segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	185
Figura 58 – Requisitos para o desenvolvimento do turismo rural na região, segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	186
Figura 59 – Aspectos a melhorar no turismo da região, segundo os visitantes do PARNASO	186
Figura 60 – Conhecimento da existência da relação Circuito Turístico Tere-Fri/PARNASO, para os atores envolvidos na gestão do PARNASO	188
Figura 61 – Conhecimento da existência da relação Circuito Turístico Tere-Fri/PARNASO segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri	188
Figura 62 - A relação entre o turismo rural e a proteção da natureza segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	191
Figura 63 - A relação entre o turismo rural e a proteção da natureza segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri	191
Figura 64 – Possibilidade de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	192
Figura 65 – Possibilidade de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a Proteção da natureza segundo os representantes dos meios de hospedagem	192
Figura 66 – Tipo de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	193
Figura 67 – Tipo de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri	193
Figura 68 – Possibilidade de utilização do PARNASO como atrativo e local de atividades pelo Circuito Turístico Tere-Fri segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	195
Figura 69 – Possibilidade de utilização do PARNASO como atrativo e local de atividades pelo Circuito Turístico Tere-Fri segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri	196
Figura 70 – Formas de utilização do PARNASO pelo Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO	196
Figura 71 – Formas de utilização do PARNASO pelo Circuito Turístico Tere-Fri segundo os representantes dos meios de hospedagem	197

LISTA DE ABREVIATURAS

ABETA - Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura.
 ABRATURR - Associação Brasileira de Turismo Rural.
 APL – Arranjo Produtivo Local.
 ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia
 CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica.
 CNUMAD – Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
 CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
 CTE – Circuitos Turísticos Ecorrurais.
 EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo.
 FAO - Food and Agriculture Organization.
 FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
 FMNA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
 IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.
 IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.
 IEL – Instituto Euvaldo Lodi.
 IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
 IIPNRA - II Plano Nacional de Reforma Agrária.
 II SAPIS - II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social.
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
 IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
 IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano.
 ITR - Imposto Territorial Rural.
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
 MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.
 MTur – Ministério do Turismo.
 OCEE - Organização para a Cooperação Econômica Européia.
 OMT – Organização Mundial do Turismo.
 ONU - Organização das Nações Unidas.
 PARNASO – Parque Nacional da Serra dos Órgãos.
 PNAP - Plano Nacional de Áreas Protegidas
 PNA – Política Nacional de Águas
 PNB – Política Nacional de Biodiversidade
 PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente;
 PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
 PPG7 – Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
 RJ – Rio de Janeiro.
 RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.
 SAF – Secretaria da Agricultura Familiar.
 SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
 SEMA – Secretaria de Meio Ambiente
 SENAC – Serviço Nacional do Comércio.
 SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
 SESC – Serviço Social do Comércio.
 SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
 SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

UC - Unidades de Conservação.
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo.
WWF – World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza).

LISTA DE ANEXOS

	Página
ANEXO A - Carta do Turismo Sustentável (OMT, 1995)	271
ANEXO B - Código Mundial de Ética do Turismo (OMT, 1999)	276
ANEXO C - Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (OMT, 1980)	286
ANEXO D - Decreto de Criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Lei Federal nº 1.822, de 30 de novembro de 1939	290
ANEXO E - Decreto nº 90.023 de 02 de agosto de 1984 que define os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos	291
ANEXO F - Regras de Uso Público, Montanhismo e Zoneamento do PARNASO	294
ANEXO G - Texto sobre Conduta Consciente no PARNASO	300
ANEXO H - Carta do Turismo e Código do Turista (OMT, 1985)	303
ANEXO I - Estrutura do Conselho Consultivo do PARNASO	307
ANEXO J - Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNASO em 06/09/07	309
ANEXO L - Ata da Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PARNASO em 11/10/07	316
ANEXO M - Ata de reunião do Circuito Turístico Tere-Fri de 15/08/2006	321
ANEXO N - Folheto de divulgação do Circuito Turístico Tere-Fri	323
ANEXO O - Fotos das placas do Circuito Turístico Tere-Fri	325

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	xiii
LISTA DE ANEXOS	xv
1 INTRODUÇÃO	1
2 O TURISMO RURAL NO MUNDO E NO BRASIL: RUMO AOS CIRCUITOS TURÍSTICOS ECORRURAIS	10
2.1 O meio rural: ambiente do turismo rural	10
2.2 Turismo rural: contexto histórico mundial e conceitos	30
2.3 O turismo rural no Brasil: pensando os circuitos turísticos ecorrurais	43
3 O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE EM TURISMO RURAL	64
4 O TURISMO E A PROTEÇÃO DA NATUREZA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL	88
4.1 O turismo como vetor para a proteção da natureza: um desafio possível?	88
4.2 Parques nacionais: histórico e gestão	97
5 PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS: INSPIRAÇÃO PARA A PESQUISA	113
5.1 Justificando a escolha do PARNASO para a pesquisa	113
5.2 Criação, localização, importância e objetivos do PARNASO	114
5.3 Contexto histórico regional, o processo de criação do PARNASO e os principais aspectos socioeconômicos em sua área de inserção	119
5.4 Alguns aspectos físicos e bióticos do PARNASO	125
5.5 Infra-estrutura, turismo e uso público do PARNASO	131
5.6 Gestão do PARNASO	134
6 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA	137
6.1 Pesquisa bibliográfica e documental	137
6.2 Seleção dos locais para realização da pesquisa	138
6.3 Seleção dos interlocutores para pesquisa	139
6.4 Elaboração dos instrumentos de pesquisa	139
6.5 Realização da pesquisa de campo	141
6.5.1 Entrevistas com questionários semi-estruturados	141
6.5.2 Realização de entrevistas verbais com roteiro	143
6.5.3 Observação direta	144
6.6 Análise das informações obtidas	145

7 RESPONDENDO À QUESTÃO DA PESQUISA: EXISTE RELAÇÃO ENTRE O CIRCUITO TERE-FRI E O PARNASO?	147
7.1 Interpretando o Circuito Turístico Tere-Fri	147
7.1.1 O Circuito Turístico Tere-Fri e seus aspectos associados	147
7.1.2 Perfil dos atores que compõem o Circuito Turístico Tere-Fri	153
7.1.3 As percepções dos atores do Circuito Turístico Tere-Fri	155
7.1.4 O olhar do Circuito Tere-Fri sobre o PARNASO	163
7.2 Interpretando o PARNASO	167
7.2.1 O PARNASO e seus aspectos associados	167
7.2.2 Perfil dos atores do PARNASO	169
7.2.3 As percepções dos atores do PARNASO	172
7.2.4 O olhar do PARNASO sobre o Circuito Turístico Tere-Fri	179
7.3 A relação entre o Circuito Turístico Tere-Fri e o PARNASO: convergências e dissonâncias	187
8 CONCLUSÃO	200
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210
10 APÊNDICES	228
11 ANEXOS	271

1 INTRODUÇÃO.

A criação de espaços especialmente protegidos constitui um dos principais instrumentos de proteção da natureza (BENSUSAN, 2006) que podem representar oportunidades para o desenvolvimento local através do turismo. No entanto, no Brasil, ainda são limitadas as iniciativas de pesquisas que demonstrem claramente a relação entre estes dois temas: o turismo rural e a proteção da natureza.

No contexto da utilização desses espaços, especialmente protegidos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades locais, segundo Medeiros *et. al.* (2006), alguns dilemas ainda se impõem à sociedade contemporânea: como promover a utilização sustentável da natureza¹, de modo a suprir as necessidades das gerações presentes e futuras? Como promover a integração sociedade-natureza, num mundo dicotomizado e fragmentado entre a perspectiva histórica do passado e as demandas do futuro? Poderiam o turismo, de forma geral, e o turismo rural, de maneira específica, auxiliar na solução desses dilemas?

Em relação ao turismo, em particular, “a idéia de progresso desta atividade atrelada à noção de crescimento econômico – volume de investimentos, receita, empregos, etc – denota a compreensão do turismo como se fosse uma ‘indústria’”(SAVIOLO *et. al.*, 2005 p.17). Entre as pessoas que atuam no segmento, é costume referir-se à atividade turística como “a indústria sem chaminés”, uma alusão à inexistência de qualquer tipo de poluição ou degradação ambiental como consequência da atividade – embora hoje já seja um fato reconhecido que esta “indústria” pode gerar impactos negativos e significativos de ordem social, econômica, ambiental e cultural (SEABRA, 2007).

Além disso, a OMT (1980), afirma que a rentabilidade econômica do turismo, mesmo sendo real e significativa, não pode constituir o único critério para determinar o grau de

¹ Na presente dissertação a expressão “Natureza” será utilizada para definir o ambiente que mantém atributos não descaracterizados pela intervenção antrópica.

incentivo que os Estados devem dedicar a esta atividade. Outros fatores devem ser levados em consideração, tais como: o direito a férias; a possibilidade de conhecer seu próprio ambiente; a reafirmação da consciência nacional e da solidariedade que o une a seus compatriotas; o sentimento de pertencer a uma Cultura e a um povo; o efeito da atividade turística sobre a saúde física e psíquica de quem a pratica; a possibilidade do aumento da capacidade de trabalho das coletividades humanas e o bem-estar individual ou coletivo, são outras tantas razões para que a participação da sociedade no turismo nacional e internacional, seja facilitada e estimulada.

A mesma OMT (*op. cit.*) afirma que, pela amplitude dos serviços envolvidos na sua realização, o turismo é um fator criador de um número considerável de novas atividades, fonte de criação de emprego, constituindo um elemento positivo de progresso social em todos os países onde é praticado, qualquer que seja o seu grau de desenvolvimento.

Irving *et. al.* (1999), por sua vez, afirmam que o turismo, se bem planejado e organizado, pode contribuir para o aumento do nível de conscientização em relação a proteção² da natureza e à conservação³ dos recursos naturais e culturais do local visitado.

Mas será que isso ocorre no caso do turismo rural? Ou seja, o turismo rural oportuniza e/ou potencializa o processo de proteção da natureza, nas unidades de conservação⁴? Por quê? Ou por que não? E de que maneira?

² Medeiros *et. al* (2006) afirmam que são comuns as divergências no emprego dos termos “proteção”, “conservação” e “preservação”, quando aplicados à questão das áreas protegidas. Os mesmos autores sugerem que o termo “proteção” seja empregado como um conceito integrador e agrupador de diversas práticas e estratégias voltadas para a criação de espaços protegidos que gozam de um regime especial de uso e demarcação e que os termos “conservação” e “preservação” sejam entendidos como estratégias diferenciadas de proteção dos recursos naturais, visando estabelecer a práxis de proteção parcial no primeiro caso e integral no segundo. Na presente dissertação o autor optou por utilizar o termo proteção como sugerem os autores acima.

³ O termo conservação vem do latim *conservare* e significa o ato ou efeito de conservar, ou seja, resguardar de dano, decadência, deterioração, prejuízo. Para Paiva (1999, p.2), conservação é “a utilização sustentável dos recursos naturais renováveis e dos ecossistemas e utilização racional dos recursos naturais não renováveis, com proteção dos ecossistemas explorados”. Entende-se por utilização dos recursos naturais renováveis de forma sustentável, o uso desses recursos abaixo do nível de reposição, sem colocar em risco a sua produção.

⁴ No caso brasileiro, uma unidade de conservação é “todo o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se

Outro tema atrelado a esta reflexão é o da exclusão social no meio rural, caracterizada por situações tais como a limitação de renda e trabalho, provenientes das atividades agrícolas tradicionais (COSTA *et. al.*, 2005), e a inexistência ou dificuldade de acesso à educação e saneamento entre outros (MULLER, 2006). Tal condição de exclusão tem provocado, não raras vezes, o esvaziamento populacional das zonas rurais e, consequentemente, a aparente perda da identidade dos que abandonam o meio rural, além da sobrecarga dos serviços urbanos, conforme observado nas últimas décadas (BLOS, 2000).

Este processo de exclusão pode ocorrer, inclusive, no entorno de unidades de conservação, o que tende a gerar uma pressão maior sobre seus recursos naturais (HAUFF, 2004). Mas o turismo rural poderia ser, nesse contexto, um mecanismo de inclusão social?

Alguns desses aspectos envolvendo a dificuldade de acesso à educação são discutidos por Irving (2002a), que enfatiza a dificuldade de acesso à informação e à educação, por parte das populações excluídas que povoam o entorno das unidades de conservação. Segundo a autora, esta condição traz como consequência, a incapacidade crítica dessas populações e a alienação com relação ao valor patrimonial da base cultural e ambiental de que dispõem em seu ambiente vivencial. Além disso, “(...) o acesso à educação, em sentido pleno, constitui o primeiro elemento de participação” (IRVING, 2002 p.87). Muitas vezes, as populações que habitam regiões próximas de áreas protegidas⁵ ignoram a existência e/ou importância das Unidades de Conservação. Segundo Irving *et. al.* (1999), no Brasil, é comumente observada a falta de ligação e diálogo entre a administração destas áreas e as comunidades envolvidas. Estas comunidades, em função de estarem próximas a uma unidade de conservação, ou nela inserida, frequentemente em povoados não urbanizados e com menor grau de degradação e ocupação humana constituem grupos sociais que, classicamente, são de interesse para

aplicam garantias adequadas de proteção com o objetivo básico de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei” (BRASIL, 2005, p.9).

⁵ São definidas como áreas naturais protegidas “a delimitação de parcelas do território nacional para preservação e/ou conservação da natureza pelo ou com o aval do Estado” (MEDEIROS *et. al.*, 2006 p.16).

instituições governamentais e não governamentais envolvidas com a proteção e gestão da natureza (LOUREIRO, 2004). Entretanto, estes dois grupos de atores, apesar de estarem intrinsecamente ligados, em geral, atuam de forma isolada nos processos de proteção da natureza, embora cada um possa cumprir o seu papel.

Por outro lado, algumas comunidades rurais, na tentativa de reverter este quadro, estão descobrindo em atividades não-agrícolas, como o turismo rural, uma forma de complementar sua renda, resgatar sua base cultural e elevar sua auto-estima. Além disso, através de uma participação política mais eficiente, conseguem atrair serviços públicos essenciais e conservar o patrimônio cultural e natural do meio rural (ARAUJO, 2000 e MATHEUS *et. al.*, 2005). Algumas dessas comunidades têm se organizado e implementado em circuitos turísticos ecorrurais⁶ para melhor alcançar estes objetivos.

Mas os circuitos turísticos ecorrurais utilizam as unidades de conservação como base e/ou inspiração para o planejamento? Servem-se delas como atrativo? Existe uma relação entre os atores institucionais envolvidos na gestão dessas unidades de conservação e os atores dos circuitos turísticos ecorrurais próximos? Como se configura esta relação? Quais as consequências desta relação?

Algumas administrações de unidades de conservação, também têm tentado reverter o quadro de isolamento, sobretudo, com relação às áreas protegidas que permitem o uso público, como os parques nacionais. Algumas áreas protegidas, apesar da limitação em infra-estrutura, pessoal e recursos financeiros (DIAS, 2003), atuam na divulgação de informações ambientais relevantes, na realização da educação ambiental e atividades sociais e culturais, que, somadas à valorização da natureza, à biodiversidade⁷ regional, aos recursos hídricos e

⁶ O termo ecorrural foi criado para designar o tipo de turismo, onde o turismo rural e o ecoturismo se integram ou estão presentes simultaneamente (TULIK, 2003; RODRIGUES, 1998). Na presente dissertação circuito de turismo rural ou circuito turístico ecorrural serão utilizados como sinônimos.

⁷ A biodiversidade pode ser definida como a diversidade de vida que se revela em três aspectos: a diversidade intra-espécie (genética), a diversidade de espécies e a diversidade dos conjuntos de espécies (comunidades, ecossistemas e biomas) (RIZZINI & AGAREZ, 2003).

outros atrativos naturais e culturais existentes, têm motivado o uso público, tanto pelas comunidades do entorno como pelos turistas. Mas, será que estas iniciativas motivam o turismo rural? Estas unidades de conservação servem como atrativo para o turismo rural? E estes turistas visitam essas unidades de conservação? De que forma estas áreas funcionam como atrativos para o turismo rural? As questões apresentadas são centrais na inspiração da presente dissertação.

Para responder a estas perguntas, optou-se na presente dissertação, por investigar, como estudo de caso, a relação de uma unidade de conservação com o circuito turístico ecorrural mais próximo a ela.

A sobreposição dos mapas de localização dos parques nacionais e estaduais e dos circuitos turísticos ecorrurais no estado do Rio de Janeiro permitiu identificar que o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), dispõe do maior número de circuitos próximos (Círculo Turístico do Cão Sentado, Círculo de Ecoturismo e Arte de Lumiar e São Pedro da Serra, Círculo Ecorrural Ponte Branca e Círculo Turístico Tere-Fri), em diferentes estágios de implantação. Além disso, o PARNASO é um dos parques nacionais do estado do Rio de Janeiro com excelente estrutura para o turismo (recebendo visitantes do Brasil e do mundo) e integra um mosaico de unidades de conservação⁸: o Mosaico Central da Mata Atlântica. Entre os circuitos mencionados, o Círculo Turístico Tere-Fri é o mais próximo do Parque, estando, provavelmente mais sujeito à sua influência, e por esse motivo, foi escolhido para o presente estudo.

A pesquisa, portanto, tem como objetivo geral delinear se e como os atores-chave do Círculo Turístico Tere-Fri (representando o turismo rural) se relacionam com os atores institucionais envolvidos na gestão do PARNASO (representando a proteção da natureza). A pesquisa buscou identificar também se o desenvolvimento do Círculo Turístico Tere-Fri tem

⁸ As administrações das Unidades de Conservação que integram o mosaico se relacionam mediante as reuniões do seu conselho e planejam através dele ações em conjunto para a proteção da natureza da região.

relação com a existência desta unidade de conservação e qual o papel do circuito na proteção da natureza, no PARNASO e em Teresópolis.

Para isto, a pesquisa buscou identificar, a título de objetivos específicos:

- Se e como os atores do Circuito Turístico Tere-Fri se engajam nos compromissos de proteção da natureza de Teresópolis e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos;
- Se e como os atores institucionais envolvidos na gestão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos se relacionam com o Circuito Turístico Tere-Fri;
- Se os visitantes do parque utilizam o Circuito Turístico Tere-Fri;
- Se os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri utilizam o PARNASO;
- Se o Circuito Turístico Tere-Fri utiliza este parque como atrativo.

A partir deste quadro, foi também intenção da pesquisa apresentar recomendações para as políticas públicas de proteção da natureza e do turismo rural, aplicáveis tanto na região objeto da pesquisa, quanto dentro de estratégias nacionais.

A escolha do tema justifica-se pela crescente importância que o turismo rural adquire no estado do Rio de Janeiro, ilustrada pela criação de 17 circuitos turísticos ecorrurais nesse estado⁹ nos últimos dez anos e de seu papel e potencial na proteção da biodiversidade e inclusão social.

Segundo Salles (2003), dos segmentos do turismo voltados para as atividades relacionadas com o meio natural, o turismo rural é um dos que mais crescem no país, e tem possibilitado uma mudança no perfil do emprego no campo. Da mesma forma, o presente estudo se justifica, pelo fato de que poucos são os trabalhos acadêmicos publicados sobre este tema: a relação do turismo rural com o processo de proteção da natureza em relação às unidades de conservação.

⁹ Uma ação do Sebrae/RJ em parceria com a Associação Brasileira de Turismo Rural - ABRATURR (www.abraturr.com).

Por outro lado, a grande afinidade do autor do presente trabalho com as temáticas de proteção da natureza e turismo, expressa através de sua atuação como docente, biólogo, consultor na área de ecoturismo e turismo rural pelo SEBRAE/RJ e guia de turismo nacional, regional e especializado em atrativos naturais, fortaleceram seu interesse pela busca do embasamento teórico necessário, para fundamentar e dar consistência às observações práticas acumuladas, ao longo de vários anos de experiência profissional.¹⁰

Além disso, a presente dissertação insere-se na linha de pesquisa Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social, do Programa EICOS de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do grupo de pesquisa CNPq/Lattes “Áreas Protegidas e Inclusão Social”, uma vez que envolve a interpretação de um objeto de pesquisa complexo: a relação entre o turismo e os processos de proteção da natureza, através do olhar dos principais atores envolvidos, com base no delineamento desta relação.

A pesquisa procura trazer, assim, um novo enfoque psicossociológico das relações entre os atores envolvidos no turismo rural e na proteção da natureza, no meio rural, abordando também a perspectiva da integração desses dois temas estratégicos e interdisciplinares nas políticas públicas brasileiras.

Com este intuito, o presente trabalho foi organizado segundo orientações de Minayo (2004) e Goldenberg (2004) na delimitação do problema, na definição do objeto e dos objetivos, na construção do marco teórico conceitual e dos instrumentos de coleta de dados e de exploração de campo. Neste sentido, a dissertação apresenta-se dividida da seguinte maneira: o Capítulo 1 apresenta a Introdução, na qual são explicitadas algumas questões que serviram de inspiração para a pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa e inserção da pesquisa no Programa EICOS. Os Capítulos 2, 3 e 4 apresentam, a

¹⁰ Esses aspectos revelam a implicação do autor no nível psicoafetivo, histórico-existencial e profissional.

título de construção do marco teórico conceitual, os principais temas envolvidos na pesquisa, quais sejam: as principais questões do meio onde o turismo rural se realiza, tais como a definição e delimitação de meio rural e meio urbano; a estrutura agrária no Brasil; a reforma agrária; a pluriatividade; os programas de governo relacionando turismo rural e agricultura; o turismo rural com seu histórico mundial, conceitos e características; o turismo rural no Brasil, seu histórico, suas características, sua classificação, suas funções no meio rural e as dificuldades encontradas para o seu desenvolvimento; os circuitos turísticos ecorurrais com seus conceitos e características; a crise ambiental planetária e temas correlacionados tais como desenvolvimento sustentável e a Agenda 21, o turismo sustentável e a relação entre turismo (inclusive entre turismo rural), sustentabilidade e proteção da natureza; o histórico e a gestão dos parques nacionais. O Capítulo 5 apresenta a justificativa da escolha do PARNASO, como foco do estudo de caso, seu processo de criação, sua localização e importância, os objetivos dessa unidade de conservação, o contexto histórico regional, os principais aspectos socioeconômicos em sua área de inserção, alguns aspectos físicos e bióticos desse parque. O Capítulo 6 apresenta a base metodológica adotada no trabalho, detalhes sobre as fontes de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com os instrumentos de pesquisa: entrevistas baseadas em questionário semi-estruturado, para serem preenchidos por escrito, com perguntas abertas e fechadas, e entrevistas semi-estruturadas com roteiro de perguntas para resposta verbal e observação direta; como também a seleção dos locais e dos atores do método de análise e de apresentação dos dados. O Capítulo 7 apresenta e discute os resultados, utilizando gráficos e interpretando-os. O Capítulo 8 expõe as principais conclusões obtidas neste trabalho e sugestões de ações futuras, voltadas para a proteção da natureza, para o turismo rural sustentável, para a melhoria do Circuito Turístico Tere-Fri, do PARNASO e para melhor integração entre eles.

A seguir será apresentado o Capítulo 2 que trata do turismo rural no mundo e no Brasil, assim como o ambiente onde ele tem lugar: o meio rural.

2 O TURISMO RURAL NO MUNDO E NO BRASIL: RUMO AOS CIRCUITOS TURÍSTICOS ECORRURAIS.

No presente capítulo será apresentado o turismo rural com seu histórico mundial, conceitos e características; o turismo rural no Brasil, sua história, suas características, suas funções no meio rural, sua classificação e as dificuldades encontradas para o seu desenvolvimento e os circuitos turísticos ecorrurais com seus conceitos e características. Inicialmente serão apresentadas as principais questões do ambiente onde o turismo rural se realiza, ou seja, o meio rural, com sua definição e delimitação do meio urbano; a estrutura agrária no Brasil, a reforma agrária, a pluriatividade no meio rural e os principais programas de governo relacionando turismo rural e agricultura.

2.1 O meio rural: ambiente do turismo rural.

Para entender o turismo rural é necessário desvendar o ambiente e o cenário das relações, tensões e oportunidades da região onde ele ocorre, ou seja, no meio rural, cuja delimitação e diferenciação do meio urbano é uma das maiores dificuldades no estudo do turismo rural (SALLES, 2003).

Tradicionalmente, as zonas rurais e urbanas são delimitadas pelas atividades e funções que as caracterizam e, neste sentido, as cidades concentravam determinadas funções tais como indústrias, serviços, moradia, centro político-administrativo, centro financeiro, etc, ao passo que as áreas rurais caracterizavam-se por atividades de produção primária, principalmente agricultura e pecuária (TULIK, 2003).

Assim, durante muito tempo, concebeu-se o rural como oposto ao urbano e, às vezes até mesmo como a negação do urbano (SOLLA, 2002).

Conforme Marx (*apud* LOUREIRO, 2006), a cisão cidade/campo representa uma das mais claras formas de expressão do processo de expropriação no capitalismo, uma forma efetiva de afastar as pessoas do contato direto com a base vital, incluídos ai os meios de produção.

Entretanto, Salles (2003), observa que, atualmente, os critérios que delimitam a área rural e a urbana têm se mostrado insuficientes. Segundo Tulik (2003), existem áreas “intermediárias”, onde as características se misturam em função do processo de transição do rural para o urbano, ou do processo de desenvolvimento da área rural, com a chegada de serviços típicos da área urbana, que muitos consideram como essenciais e que, anteriormente, constituíam privilégio das zonas urbanas. Isto vem trazer consequências para o turismo no meio rural, que já não poderá ser classificado apenas pela sua localização no meio rural, tornando-se necessário levar em conta suas características, sobretudo nas áreas intermediárias.

Este processo de transição do rural para o urbano ocorre, segundo Urry (2001), porque as pessoas deslocam-se para os subúrbios com o objetivo de escapar da congestão da cidade e estar mais próximas da tranquilidade do campo. No entanto, os subúrbios ficam mais congestionados, à medida que prossegue o crescimento econômico, e seus moradores acabam ficando tão distantes da vida no campo como quando habitavam a cidade. Então tendem a buscar novas moradias, mais próximas do campo, e o processo se repete, fazendo dos subúrbios áreas de transição temporária do rural para o urbano.

Oliveira (2001) concorda com esta análise e esclarece que, com a expansão urbana e as modificações dos hábitos rurais, o meio rural vem incorporando funções não apenas agrícolas, e relações, não apenas ligadas à produção. Para Graziano da Silva *et. al.* (1997), o que ocorre é um transbordamento do mundo urbano para o espaço definido como rural.

Este fato pode ser resultado da nova onda de valorização do espaço rural, capitaneada por questões ecológicas, de lazer e turismo verde (ecoturismo, turismo rural) (DEL GROSSI, 1999).

Por outro lado, às vezes, as características rurais também podem permanecer no espaço urbano, como lembranças do passado, mas compõe a paisagem presente, não existindo assim fronteiras rígidas (TULIK, 2003).

Blos (2000) afirma que, de fato, a dicotomia rural-urbano começa a perder o sentido, à medida que estes espaços se confundem, se aproximam e se integram gerando fluxo de informações e experiências. Hoje o rural não pode mais ser definido como a negação do urbano. Ele já apresenta uma identidade própria, quando não é identificado como um “*continuum*” do urbano, sobretudo, com a ampliação da oferta de serviços que anteriormente eram definidores do espaço urbano - tais como saúde, educação, meios de transporte, comunicação - somado ao processo de descentralização industrial (TEIXEIRA, 1998).

Graziano da Silva (1997) ressalva que o rural só pode ser entendido como um “*continuum*” do urbano do ponto de vista espacial e que do ponto de vista da organização econômica, as cidades já não podem ser identificadas apenas com a indústria, nem o campo com a agricultura e a pecuária. Isso ocorre porque, tanto as indústrias novas, como as tradicionais vêm procurando transferir suas unidades para áreas rurais, como forma de minimizar custos (proximidade da matéria prima, mão-de-obra menos onerosa e não sindicalizada) ou de fugir a externalidades (congestionamentos, poluição, violência urbana) (DEL GROSSI, 1999).

Solla (2002) acrescenta ainda que, as estreitas inter-relações reconhecidamente existentes entre estes dois âmbitos tornam difícil tal posicionamento, em especial, no caso de espaços com maior densidade populacional, tanto em nível macro (o continente europeu), quanto micro (uma cidade e sua área urbana).

Por outro lado, os conceitos de urbano e rural podem variar entre países. Na Grã-Bretanha, por exemplo, as aglomerações de edificações e de pessoas são consideradas zonas urbanas, ao passo que, a paisagem habitada de forma difusa é considerada área rural. Já na Espanha, Grécia e em Portugal, os espaços rurais são aqueles onde existe agricultura ou criação de animais, mesmo quando estas áreas abrigam mais de dez mil habitantes (OXINALDE, 1994), o que ilustra o fato de que o número de habitantes tão pouco não parece ser um critério que possa ser aplicado indistintamente.

Estas variações podem gerar dificuldades na realização de estudos comparativos e requerem cuidado com a utilização de literatura específica de outros países, para estudos da realidade brasileira. Por esta razão, vários autores (SALLES, 2003; TULIK, 2003; SOLLA, 2002; BLOS, 2000; DEL GROSSI, 1999) têm se preocupado com a definição e a delimitação dos espaços rurais, utilizando, para este fim, critérios como: a população economicamente ativa, a densidade demográfica e o tipo de atividade dos residentes. Entretanto nenhum desses critérios parece ser consenso e, assim, o problema se mantém.

Por outro lado, segundo Solla (2002), tão pouco se pode dizer que em alguns territórios, as diferenças entre o rural e o urbano se diluem por completo e que esta integração pode ser total. Por mais que exista influência de modos de vida e atividades próprias da cidade, o “meio rural” tende a manter certas características que lhe conferem identidade: no campo econômico, o predomínio da agricultura e pecuária; no social, a prevalência de redes sociais primárias; na paisagem, a presença maior de elementos naturais. Embora estas três características definidoras estejam sempre presentes no meio rural, a importância de cada uma delas pode variar bastante de uma situação para outra, o que torna mais importante a análise qualitativa do que a quantitativa com relação a este tema. Por exemplo, muitas vezes o trabalho no campo já não é o primeiro gerador de renda, porém conserva valores

fundamentais na organização da comunidade, na manutenção de certos padrões de vida e da Cultura da comunidade local.

No Brasil, cabe às municipalidades a delimitação do perímetro urbano, o que é feito de forma independente por cada uma delas (TULIK, 2003) e tem relação com a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Em contraste, o Imposto Territorial Rural (ITR) é cobrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Com o objetivo de aumentar a arrecadação, muitas prefeituras têm dilatado o perímetro urbano, incluindo nele áreas claramente rurais, segundo os critérios existentes, causando ainda maiores dificuldades na diferenciação urbano-rural. Além disso, muitas vezes esta inclusão se dá apenas no papel, sem que a área redefinida, receba os serviços característicos da área urbana. Além disso, por ter se tornado área urbana, ela perde as linhas de crédito e financiamento especiais destinados a áreas rurais.¹¹

Outro fator que tem dificultado ainda mais a delimitação entre o urbano e o rural é a implantação de pequenas agroindústrias no meio rural, dando novas funções a estes espaços (SILVEIRA *et. al.*, s/d).

Segundo Oliveira (2001), a própria legislação brasileira dificulta a definição de rural e urbano, quando define o imóvel rural baseando-se na sua destinação. Assim, o Decreto 55.891, de 31 de março de 1965, afirma em seu art. 5º, que imóvel rural é definido como “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa e vegetal, florestal ou agroindustrial”.

Como, não existem critérios para delimitar a zona rural que possam ser utilizados universalmente, a definição de zona rural deve respeitar a análise das características sociais, culturais e ambientais de cada local.

¹¹ Esse fato ocorreu, por exemplo, com o Tinguá, originalmente zona rural de Nova Iguaçu (observação pessoal do autor realizada para o SEBRAE em 2006).

Para isso, Rodrigues (2000) afirma que na delimitação do espaço rural, é fundamental levar em consideração os seguintes fatores essenciais:

1. O processo histórico e a ocupação territorial;
2. A estrutura fundiária;
3. As características paisagísticas regionais;
4. As atividades econômicas atuais;
5. As características da demanda;
6. Os tipos de empreendimento;
7. A estrutura agrária com destaque para as relações de trabalho;

Quanto à estrutura agrária no meio rural, segundo Lima (1994), ela pode ser eficiente, quando as empresas agrárias nelas situadas têm produtividade e atendem aos princípios da função social da terra¹², ou deficiente quando as empresas agrárias situadas em uma região, ou um país não atendem aos princípios da função social, principalmente porque a terra é improdutiva e a distribuição de terra privilegia poucas pessoas, falta crédito e infra-estrutura.

Pensando a estrutura agrária no Brasil, é importante observar, de início, que a parcela de brasileiros que vive no campo é cada vez menor, quando comparada com a parcela que vive na cidade, em função da pobreza e da precariedade dos serviços de educação, saúde e saneamento, especialmente nas regiões mais pobres da área rural, tendo como consequência a baixa expectativa de vida dos brasileiros quando comparada a de qualquer europeu. Além disso, a falta de mão-de-obra capacitada é uma realidade. Assim, estes aspectos não só contribuem para uma baixa qualidade de vida de muitas comunidades do meio rural, como também dificulta a implantação do turismo na região, seja pela precariedade dos serviços citados ou pela falta de mão-de-obra capacitada (MULLER, 2006).

¹² A função social da terra é estabelecida pelo artigo 186 da Constituição Federal.

Segundo Costa *et. al.* (2005) milhares de famílias são expulsas do campo, não só pela falta de condições para o agricultor produzir e viver com dignidade no meio rural, mas também pela expansão do agronegócio e pela implantação de hidrelétricas, que ocupam grandes extensões de terra, antes ocupadas por famílias e pela biodiversidade local.

Conforme Solla (2002), este contexto se aplica também ao turismo, inclusive no meio rural, pois a pobreza também pode dificultar sua realização, já que, em geral, o turista evita situações de miséria e conflitos sociais e tende a procurar áreas com alto nível de serviços de saúde e saneamento (SOLLA, 2002).

Por outro lado, Costa *et. al.* (2005) ressaltam que o último censo agropecuário brasileiro realizado, em 1985, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou que 89,3% dos proprietários rurais que possuem propriedades de até 100 ha, ocupam 20% das terras brasileiras e são responsáveis por 47% da produção agropecuária brasileira, ao passo que 1% dos produtores rurais possui propriedades de mais de 1.000 ha, ocupando 45% das terras brasileiras e produzindo 21% da produção agropecuária do país (Quadro 1 a seguir).

QUADRO 1 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL¹³

Grupos de área total (ha)	Proporção do número de estabelecimentos rurais (%)	Proporção da área dos estabelecimentos (%)	Valor total da produção agropecuária (%)	Investimento produtivo (%)	Pessoal ocupado (%)
Menos de 100	89,3	20	47	38	80,6
100 a 1000	9,7	35	32	35	15
Acima de 1000		45	21	27	4,2

Fonte: IBGE, *apud* Costa *et. al.* (2005).

Estes dados demonstram que as pequenas propriedades, em geral, de agricultura familiar¹⁴, produzem muito mais do que os latifúndios, sendo mais eficientes no uso da terra e do capital, de modo que dividir as grandes propriedades em pequenas propriedades é uma estratégia econômica para o desenvolvimento do Brasil e o turismo rural poderia ter um papel importante nesse processo (GUANZIROLI, 1998).

Entretanto, apesar de as pequenas propriedades produzirem mais do que os latifúndios sob esta análise, segundo Araújo (1994), os privilégios concedidos à agricultura patronal no Brasil não têm similar em qualquer país do mundo, a despeito de da mesma forma negar ao

¹³ Segundo Teixeira (1998) a estrutura fundiária fluminense é caracterizada pela predominância de pequenos estabelecimentos agrícolas, com área inferior a 10 ha.

¹⁴ “O que se designa pela noção de agricultura familiar está longe de ter unanimidade, pois abrange uma série de categorias, tais como: produtores de subsistência, produtor familiar ‘eficiente’, empresa familiar, pequeno produtor familiar, produtor pluriativo, etc” (TEIXEIRA, 1998 p.7).

trabalhador rural os mais elementares direitos concedidos ao trabalhador urbano há mais de 50 anos.

Outro dado apresentado pelo IBGE (1985) é que 80% do pessoal ocupado na zona rural estão em propriedades de até 100 ha, e apenas 4,2% do pessoal ocupado estão em latifúndios com mais de 1.000 hectares. Esta informação indica que não são as grandes propriedades, e sim as pequenas propriedades (em geral com agricultura familiar) as responsáveis pela geração de postos de trabalho no meio rural, inclusive com o turismo rural (COSTA *et. al.*, 2005).

Entretanto, contrariando a necessidade de reforma agrária, as questões com relação à estrutura fundiária no país se agravaram nas últimas décadas, conforme é possível observar no Quadro 2 a seguir.

QUADRO 2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL – COMPARAÇÃO ENTRE 1985 E 2003

Grupos de área total (ha)	Proporção do número de estabelecimentos (%)		Proporção de área dos estabelecimentos (%)	
	1985	2003	1985	2003
Menos de 100	89,3	85,2	20	20
100-1000	9,7	13,2	35	36,2
Mais de 1000	1	1,6	45	43,8

Tabela elaborada com dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária - IIPNRA (2005) e IBGE (1985) extraída de Costa *et. al.* (2005).

É possível constatar, pelo Quadro 2, que, em 1985, as áreas com menos de 100ha, constituíam 89,3% do número total de estabelecimentos brasileiros, e em 2003 passaram a representar 85,2%; além disso, a proporção da área dos estabelecimentos com menos de 100ha em 1985 somava 20% da área total e em 2003 continuou somando 20% da área total.

Observa-se, assim que a porcentagem das terras brasileiras ocupadas por propriedades com menos de 100 ha manteve-se a mesma, havendo queda na proporção do número de estabelecimentos para este grupo, o que demonstra que, entre 1985 e 2003, a estrutura fundiária brasileira, sofreu uma pequena concentração de terras e que a reforma agrária, promovida pelo governo federal, nesses 18 anos, não obteve o efeito necessário para a modificação da estrutura fundiária do país (COSTA *et. al.*, 2005)

Recente recadastramento do INCRA revela a disponibilidade de terras ociosas, mesmo com todas as restrições criadas pela nova legislação (ARAUJO, 1994) conforme pode ser conferido no Quadro 3 a seguir.

QUADRO 3 - TERRAS IMPRODUTIVAS NO BRASIL (MILHÕES DE HECTARES)

Região	Área total	Área improdutiva	% sobre o total
Norte	56,8	45,3	79,7
Nordeste	66,8	45,7	68,4
Sudeste	58,6	28,9	49,3
Sul	43,0	16,5	38,4
Centro-Oeste	100,1	61,3	61,2
Brasil	325,3	197,7	60,7

Fonte: INCRA – Estatísticas Especiais/Recad 94, posição jun94.

(Fonte: ARAÚJO, 1994)

Entretanto, muitas vezes, são consideradas terras ociosas, ou improdutivas, aquelas ocupadas por ecossistemas naturais. Neste caso, torná-las produtivas poderia significar maior destruição da biodiversidade. Por outro lado, a utilização das terras ociosas, sem a presença de ecossistemas naturais, poderia diminuir a demanda por áreas naturais e consequentemente, a devastação da biodiversidade.

Tentando reverter a situação da estrutura fundiária no Brasil, segundo Costa *et. al.*, (2005), no início de sua gestão, em 2003, o Governo Lula elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que propunha assentar 400 mil famílias em terras desapropriadas, outras 130 mil famílias, através do crédito fundiário, além de regularizar 500 mil propriedades rurais.

As metas de assentamento propostas e as alcançadas pelo governo federal, podem ser observadas no Quadro 4 a seguir.

QUADRO 4 - FAMÍLIAS ASSENTADAS NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA – METAS PROPOSTAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Ano	Meta de famílias a serem assentadas	Famílias assentadas
2003	30.000	37.000
2004	115.000	80.000
2005	115.000	127.506
2006	140.000	
Total	400.000	244.506

Fonte: Jornal Brasil de Fato e Agência Carta Maior (*apud* COSTA *et. al.*, 2005).

Como se pode observar no quadro 4, as metas de assentamento propostas pelo atual governo federal, não estão sendo integralmente cumpridas. Além disto, segundo Costa *et. al.* (2005), grande parte dos novos assentamentos, são na verdade, uma atualização de cadastro, sendo que o número de famílias assentadas é irrisório diante da demanda e é crescente o número de famílias que abandonam o campo, o que faz crer que a concentração de terras tendem a aumentar no Brasil, assim como a população urbana, sendo esse último fenômeno uma consequência do êxodo rural.

Pelos resultados apresentados é possível concluir que a proposta em pauta, não é de realizar uma reforma agrária maciça: embora a estimativa da área de terras improdutivas passíveis de desapropriação seja de 115 milhões de hectares (ARAUJO, 1994) e haja uma demanda de 4 milhões de famílias, o governo federal propôs assentar em 4 anos mais 530 mil famílias, o que representa apenas 13% das famílias sem terra do Brasil (COSTA *et. al.*, 2005).

Se a questão da terra não está resolvida, e pelo contrário vem se agravando, o turismo no meio rural não pode ser desenvolvido; se o fosse beneficiaria, sobretudo, os pequenos proprietários de terra, através geração de renda e da diversificação da oferta de trabalho (TEIXEIRA, 1998).

Nesse sentido, é possível perceber que a estrutura agrária no Brasil é problemática, uma vez que o meio rural brasileiro se caracteriza, na atualidade, por um grande número de latifúndios improdutivos (grandes extensões de terra que nada produzem e criam empregos) e aproximadamente 4 milhões de famílias sem terra (COSTA *et. al.*, 2005).

Lima (1994) afirma que esta estrutura agrária precisa ser reformada com a justa distribuição de terras a fim de torná-las produtivas e a qualidade de vida das comunidades rurais precisa ser melhorada através da implantação de serviços públicos indispensáveis de assistência técnica, e social, de apoio à comercialização, educação, cooperativismo rural,

turismo no meio rural, etc, integrando, excluídos, pela geração de empregos a baixo custo, segundo postula Guanziroli (1998).

Segundo Solla (2002), também é necessária outra modificação na estrutura agrária no Brasil, diferente da que tem sido realizada, ainda que de forma incipiente, através dos assentamentos, pois o padrão desordenado da ocupação rural, na atualidade, tem contribuído para a perda de biodiversidade e de qualidade de vida das populações rurais, prejudicando possibilidades futuras de implantação e desenvolvimento do turismo rural (SILVA, 2006).

A reforma agrária, embora disciplinada pelo Estatuto da Terra¹⁵, artigos 16 a 46, ainda não foi realizada no Brasil, apesar de já ter sido implantada, a partir do século XVIII, nos Estados Unidos da América (após sua independência); na França, após a revolução de 1789; na Itália, após o Golpe de Estado de Mussolini, em 1921; na Espanha, após a guerra civil, de 1936; novamente na Itália, após a II Guerra Mundial, pela Democracia Cristã (LIMA, 1994). Esta autora ressalta ainda que em, todos estes países onde houve reforma agrária, os efeitos foram positivos, resultando no aumento no número de propriedades rurais, de empregos e de produção, e ainda na melhoria extraordinária da qualidade de vida dos trabalhadores rurais (condições de bem-estar e progresso social e econômico). Isso se deu, inclusive através do desenvolvimento do turismo rural, que em alguns casos tornou-se referência mundial dessa atividade.

Para Guanziroli (1998), a reforma agrária, no Brasil, ainda teria uma vantagem comparativa, do ponto de vista social, fazendo com que o país, não precisasse suportar o peso do desemprego unicamente no mercado de trabalho dos centros urbanos, como ocorre com outros países.

Por que a reforma agrária não é realizada no Brasil?

¹⁵ O Estatuto da Terra (Lei 4.504) completou 42 anos no dia 30 de novembro de 2006. Outorgado pelo regime militar como modelo para a modernização durante sentido pela massa de migrantes que, expulsos da terra, forma jogados na marginalidade social (ARAUJO, 1994).

Simplesmente porque a terra no Brasil sempre foi um privilégio, uma fonte do poder político e de desigualdades sociais. A pressão social pela terra, observada hoje, deriva do fato real de que, segundo Araújo (1994), para uma grande massa de trabalhadores urbanos, a idéia de acesso a um posto de trabalho torna-se cada vez mais difícil e, quando aparece, é temporário e sem garantias.

Oliveira (2006) afirma ser necessária, no Brasil, uma Reforma Agrária eficaz e democrática, visando retirar da condição de miséria, 25 milhões de pessoas excluídas da terra. Esta reforma deve ser acompanhada da implantação, ou do desenvolvimento do turismo no meio rural, como fonte de emprego e trabalho, sobretudo nas áreas mais necessitadas. A inclusão desses milhões de brasileiros acarretaria não só o aumento da produção agropecuária, mas também do mercado de consumo interno de alimentos e bens industrializados (LIMA, 1994).

É importante ressaltar ainda que todos os países capitalistas que desenvolveram mercados de consumo de massa, além de promoverem políticas de reforma agrária, privilegiaram também a agricultura de base familiar em pequenas e médias propriedades, como estratégia para garantir o abastecimento a custos mais baixos, geradores de salário real para os trabalhadores de menor renda (ARAÚJO, 1994).

Entretanto, segundo Teixeira (1998) somente na segunda metade da década de 1990, a agricultura familiar foi “descoberta” pelo governo federal brasileiro, que colocou em prática uma política de estímulo desse segmento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, como uma possibilidade de um desenvolvimento sócio-econômico mais sustentável e equitativo.

Neste contexto, um importante diagnóstico da situação da agricultura familiar no Brasil, realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura classifica os estabelecimentos agropecuários existentes em nosso país, conforme o Quadro 5 a seguir:

QUADRO 5 - CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO BRASIL¹⁶

Categoria	Número	Área média (ha)	Área total (ha)	% s/total
Patronal	500 mil	600	300 milhões	75
Familiar	2,5 milhões	36	10 milhões	25
Total	3 milhões	57	400 milhões	100

Fonte: Projeto FAO/INCRA *apud* ARAÚJO 1994).

Por estes dados fica nítida a importância da agricultura familiar no contexto nacional: embora ocupe apenas 25% da área total dos estabelecimentos, este setor responde por 2,5 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, ou seja, cinco vezes mais que o setor patronal com seus 75% da área.

São nessas pequenas propriedades, com agricultura familiar, que o turismo poderia funcionar como alternativa de trabalho e renda e valorização da produção agrícola (BLOS, 2000).

Além disso, o incremento do turismo nas unidades de agricultura familiar tende a promover a manutenção e a reprodução socioeconômica das formas tradicionais de produção familiar nas regiões onde se encontram integradas em uma proposta concreta de sustentabilidade local, trazendo benefícios reais à geração de emprego e renda no campo (BLANCO, 2004).

Entretanto, os benefícios econômicos reais gerados pelo turismo no meio rural, frequentemente, criam a idéia de que a implementação de empreendimentos turísticos seria a solução para o desenvolvimento de economias locais estagnadas. Esta idéia pode ser uma

¹⁶ No Estado do Rio de Janeiro a maioria dos estabelecimentos rurais (61,06%) segundo censo agropecuário de 1985, se enquadra na categoria “produção familiar”, de acordo com os parâmetros FAO/INCRA (1996) e é gerido em sua maioria pelos próprios proprietários (TEIXEIRA 1998).

ilusão. O turismo tem condições de ser um elemento complementar e amplificador dos impactos positivos das políticas de desenvolvimento local, mas dificilmente será sinônimo delas (SAVIOLO *et. al.*, 2005).

De qualquer forma, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF tem apoiado projetos de planejamento do turismo, auxiliando a realização de inventários dos potenciais da região e das propriedades rurais, a construção de pousadas e restaurantes, além do lançamento de novos produtos – o que envolve a criação de marcas, embalagens e certificação – e de maneira geral, alavancando o desenvolvimento do turismo rural¹⁷.

Entretanto, segundo Teixeira (1998), nem todos os agricultores familiares são beneficiados por esta política, mas somente aqueles que são considerados aptos a se profissionalizar e conseguir através da atividade agrícola, obter quase a totalidade da renda familiar, existindo uma identificação dos fundamentos da política do PRONAF com o modelo de modernização agrícola, posto em prática nos países europeus e nos EUA no pós-guerra. Ainda segundo esta autora, a carência de políticas voltadas para aqueles que praticam a agricultura familiar e não estão incluídos entre os beneficiários do PRONAF, aliada aos baixos preços dos produtos agrícolas, às dificuldades de comercialização da produção, e de acesso a terra, têm dificultado a vida desses pequenos produtores.

A modernização agrícola no Brasil, que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, pode ser observada, entre outros aspectos, pela mecanização das lavouras. Mas, os índices de modernização da agricultura não estão diretamente relacionados à melhoria da qualidade de vida da população rural, como um todo (ARAÚJO, 2000).

Por isso, segundo Teixeira (1998), as experiências do modelo de modernização agrícola produtivista dos países desenvolvidos, baseado no princípio da “revolução verde”

¹⁷ Disponível em www.mda.gov.br acessado em 28/12/2006.

passaram a ser questionadas a partir da década de 80, já que ao lado dos efeitos positivos esperados (ganho de produtividade, crescimento extraordinário da produção mundial, etc.) foram constatados também os efeitos negativos (desertificação do campo, degradação ambiental, etc.) além do alto custo social e ambiental que este modelo acarreta.

Em função do reconhecimento dos fatos acima descritos, generalizou-se na Europa e nos EUA a idéia da necessidade de serem repensados os processos de desenvolvimento rural para além das atividades agrícolas, ampliando-se a noção da expressão “desenvolvimento rural” com a introdução de múltiplas atividades não agrícolas, associadas ao lazer e ao turismo. Nesses países introduziu-se também a noção, descentralização industrial, e de serviços e à preservação¹⁸ bem como conservação dos recursos naturais, o que remete o debate à noção de “pluriatividade”¹⁹ (combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, como ocupação principal ou secundária, por um ou vários membros da família) originando um complemento da renda total da família rural e criando uma nova dinâmica no campo, capaz de amenizar os efeitos negativos dessa modernização em um contexto caracterizado pela integração dos mercados rurais e urbanos. Neste contexto a pluriatividade cria também modernas estratégias de expansão industrial (interiorização e flexibilização do processo produtivo) e novas relações de trabalho (terceirização e informalização) (TEIXEIRA, 1998).²⁰

Entre as várias ocupações remuneradas que podem fazer parte da pluriatividade, o turismo rural tem se destacado no cenário mundial (BLANCO, 2004).

O mesmo ocorre em algumas localidades brasileiras. Várias atividades não agrícolas existentes no meio rural têm contribuído não só para aumentar a renda do agricultor (ARAÚJO, 2000), auxiliando muitas vezes na sua fixação no campo, mas também assumindo

¹⁸ O termo preservação significa o ato ou efeito de preservar que vem do latim *praeservare*, que significa livrar de algum mal, manter livre de perigo ou dano. Para Paiva (1999), preservação implica na não utilização dos recursos naturais nem interferência humana de qualquer forma nos ecossistemas.

¹⁹ Del Grossi (1999) relacionou os fenômenos promotores da pluriatividade.

²⁰ Para Graziano da Silva (1997), a Reforma Agrária deveria ser pensada também à luz do debate sobre a pluriatividade, pois a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas permitiria reduzir a demanda de terra, barateando assim o custo por família assentada e diminuindo a pressão sobre os recursos naturais e sobre a biodiversidade.

papel relevante na composição da renda total das famílias rurais, podendo ser consideradas atividades altamente estratégicas para o crescimento socioeconômico (BLANCO, 2004).

Em algumas localidades, as atividades não-agrícolas, podem corresponder a mais da metade da composição da média da renda familiar mensal da unidade familiar pluriativa, possibilitando uma trajetória social ascendente (TEIXEIRA, 1998).²¹

O que se observa então é que embora um número significativo de agricultores no Brasil permaneça residindo em áreas rurais, sua principal ocupação não está diretamente associada à agricultura (SCHEIDER & NAVARRO, 1998). Isto parece trazer o seguinte questionamento: não estará ocorrendo, também no Brasil, a emergência de uma nova categoria social – o “agricultor pluriativo” que apresenta um modo de vida próprio (TEIXEIRA 1998)?²²

Neste contexto, alguns municípios do Brasil estão desenvolvendo diversos empreendimentos socioculturais, não agrícolas, a partir da prática do turismo rural (BLANCO, 2004). Segundo este autor, as “novas ruralidades” referentes à constante e crescente diversificação de atividades não agrícolas no espaço rural, aproveitam e expandem novas funções e atividades integrando e envolvendo as famílias rurais com o poder público e a iniciativa privada, sendo conhecidas como pluriatividade ou multifuncionalidade do campo²³, sendo criados múltiplos eventos com circuitos turísticos ecorrurais, rotas turísticas, adequadas às tradições culturais e às condições naturais nessas regiões rurais e onde, também, várias modalidades de turismo – tais como o ecoturismo, o turismo rural e o agroturismo, entre outros - estão atraindo os moradores da cidade.

²¹ Mesmo que a agricultura forneça uma renda pequena, ela ainda é importante na manutenção das unidades familiares (TEIXEIRA 1998).

²² Del Grossi (1999) estima em mais de 3,9 milhões de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no Brasil, o que representa cerca de 26% da população economicamente ativa ocupada com essas atividades.

²³ A multifuncionalidade do campo é o conjunto das contribuições da agricultura a um desenvolvimento econômico e social considerado como complementar a pluriatividade (BLANCO, 2004).

Entretanto, Del Grossi (1999) chama a atenção para o fato de que o avanço da pluriatividade não é espacialmente homogêneo, tendo em vista que quanto mais desenvolvidos os municípios, maiores as possibilidades tem os agricultores de complementar sua renda.

O debate sobre pluriatividade remete tanto às questões sobre as condições de reprodução da agricultura familiar, como à redefinição do “rural” (TEIXEIRA, 1998), questão essa, tratada no início desse capítulo.

Para Del Grossi (1999), o grande problema é que ainda hoje as políticas agrícolas e agrárias são desenhadas para agricultores em tempo integral, ou seja, para as famílias que dedicam todo o seu tempo às atividades agrícolas internas ao seu estabelecimento. Ainda segundo o autor, o não alargamento das diretrizes de políticas públicas impede o acesso dos pluriativos às políticas do setor, e consequentemente configura a omissão do poder público para com este segmento crescente de agricultores.

Por outro lado, segundo Blanco (2004), a associação entre o turismo no meio rural e a agricultura familiar tem despertado tanto interesse, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou o “Programa de Turismo Rural para a Agricultura Familiar”, em 2003, que tem como base o estabelecimento de parcerias entre o Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente e, como perspectiva, criar mais oportunidades para os produtores rurais, uma vez que o campo tem se mostrado fértil para a implantação de novas atividades econômicas.

Este Programa teve como meta, capacitar 27 mil agricultores em todo o país, até 2007, mediante 732 cursos e oficinas e 20 manuais didáticos, beneficiando cerca de 1,4 mil imóveis com infra-estrutura e implementar 921 produtos turísticos da agricultura familiar.²⁴

Neste caso, o agricultor interessado em investir na atividade turística conta com assistência técnica específica e com uma linha especial de crédito do Programa Nacional de

²⁴ Disponível em www.mda.gov.br acessado em 28/12/2006.

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)²⁵, o Pronaf Turismo Rural²⁶ (BLANCO, 2004).

Para contribuir com o fomento da atividade, foi criado um Grupo de Articulação Nacional, a Rede Traf (Turismo Rural na Agricultura Familiar), que está presente em 14 unidades da federação e envolve mais de 100 instituições. A rede é coordenada nacionalmente pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), em parceria com o Ministério do Turismo e tem apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).²⁷ Assim, é possível afirmar que a integração do turismo rural com a agricultura familiar está conquistando definitivamente os agricultores, os sindicatos, as instituições parceiras, as Prefeituras (BLANCO, 2004).

Além de linhas especiais de crédito, assistência técnica, incentivo à agroindustrialização e ao desenvolvimento sustentável²⁸, o governo federal também está investindo na capacitação da mão-de-obra, na qualificação da infra-estrutura das propriedades e na divulgação de rotas e circuitos turísticos identificados com o perfil de cada região brasileira.²⁹

Neste contexto, o produtor rural passa a ser também um empreendedor e prestador de serviços, inclusive serviços turísticos, trabalhando diretamente na proteção do patrimônio ambiental e cultural da sua região. A relevância do turismo rural em áreas onde há a predominância da agricultura familiar pode ser constatada, na medida em que, esta associação cria novas oportunidades de trabalho e renda pois, nesses casos, a economia local é ativada

²⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar disponibilizou R\$ 200 milhões para a implementação de projetos de turismo rural nas propriedades familiares (disponível em www.mda.gov.br acessado em 28/12/2006).

²⁶ O Pronaf Turismo Rural permitiu financiamentos de até R\$ 27 mil, com taxas de juros de 3% a 7,25% ao ano, para investimentos em pousadas, restaurantes, cafés coloniais e estabelecimentos de pesque-pague, por exemplo (disponível em www.mda.gov.br acessado em 28/12/2006).

²⁷ Disponível em www.mda.gov.br acessado em 28/12/2006.

²⁸ O desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (CMMA, 1991). Entretanto, algumas questões emergem: o que é necessidade? As necessidades são iguais entre países e pessoas? Quais serão as necessidades das gerações futuras e quem pode determiná-las?

²⁹ Disponível em www.mda.gov.br acessado em 28/12/2006.

através da diversificação de novas formas de trabalho no campo. Ao apresentar os modos tradicionais e artesanais da agricultura familiar como produto turístico, o turismo rural amplia suas possibilidades, despertando o interesse não só dos grandes centros urbanos, mas também dos municípios vizinhos, pelo estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais, tendo um efeito multiplicador e consolidando o modo de vida rural como um atrativo para os moradores das metrópoles (BLANCO, 2004).

Desta forma, o meio rural já não é pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e gerador de mão-de-obra, mas também como um local de turismo rural, o que indica a necessidade de mudança da política pública agrária (ARAÚJO, 2000).

Como há o reconhecimento de que, cada vez mais, a metrópole dependerá do campo, já não se trata mais de submeter o meio rural às necessidades dos centros urbanos, mas sim desenvolver ações que atendam a todos os envolvidos, trazendo novas formas de desenvolvimento sustentável para a população rural (BLANCO, 2004).

O turismo rural pode constituir um importante vetor para o desenvolvimento sustentável local no meio rural (CAVACO, 2000; CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 2000) e por isso, este segmento do turismo, será apresentado no seu contexto histórico mundial e seus conceitos no subcapítulo a seguir.

2.2 O turismo rural: contexto histórico mundial e conceitos.

Quanto à sua origem, parece difícil precisar onde realmente surgiu o turismo rural no mundo. Segundo a Embratur (1994), o turismo rural iniciou-se, no século XIX, nas zonas rurais dos Estados Unidos, com a criação de locais para alojar visitantes que viajavam por regiões despovoadas a fim de caçar ou pescar. Com o passar dos anos, tornou-se evidente que

a prestação de serviços, de forma eficiente, para este tipo de deslocamento poderia significar uma importante fonte de renda (Oliveira, 2001). Assim, passeios a cavalo, com guias passaram a ser oferecidos para os hóspedes e os locais foram denominados “*resort ranches*” (EMBRATUR, 1994).

Segundo Urry (2001), na Inglaterra do século XVIII, o trabalho e o divertimento eram particularmente entrelaçados, conforme se nota no exemplo das feiras no campo. Ainda conforme o mesmo autor, muitas pequenas cidades e aldeias tinham pelo menos uma feira anual e muitas delas, mais de uma frequentemente, atraindo pessoas que de distâncias consideráveis. Essas feiras sempre consistiam um misto de negócios e de lazer.

De acordo com Solla (2002), já no século XIX, em função da consolidação do sistema capitalista e do crescimento das cidades industriais, ocorriam dois tipos de deslocamento. O primeiro era o da classe abastada que procurava o campo e a montanha em busca de paisagens espetaculares, de tranquilidade, do ambiente salutar; o segundo, consistia na migração de milhares de trabalhadores, fugindo de situações higiênicas precárias decorrentes da aglomeração dos centros urbanos rumo a ambientes mais salubres, ou seja, o campo.³⁰

A partir da década de 1950, com o turismo de massa vinculado ao sol e à praia, o meio rural, como fonte de descanso, passou também a constituir motivação para o deslocamento (URRY, 2001).

Na França, o turismo rural teve grande impulso, nos primeiros quinze anos após da 2ª Guerra Mundial, com a criação de, três das mais importantes associações de turismo rural francês: *Logis et Auberges de France*, *Gites de France* e *Villages-Vacances-Famille*³¹. Todas

³⁰O mesmo processo de crescimento das cidades industriais, parece ter ocorrido no Brasil, um país que se urbanizou rapidamente e que é uma das dez maiores economias industriais do planeta. Esse modelo de desenvolvimento colocou as necessidades sociais e ecológicas em segundo plano, ocasionando graves problemas socioambientais, sobretudo nas áreas urbanas (SANSOLO, 2002.).

³¹Alojamentos e albergues da França, Abrigo da França e Vila de férias da Família.

estas iniciativas basearam-se na hospedagem familiar, no associativismo³² e no desenvolvimento de uma marca forte (TULIK, 2003).

Na França e também na Bélgica, surgiram os *Gites Ruraux*³³ caracterizados pela oferta de alojamentos independentes (casas, apartamentos, chalés etc.) localizados na zona rural com forte impacto sobre o público pela qualidade das construções tradicionais e pela ótima acolhida (EMBRATUR, 1994).

A filosofia do turismo rural europeu foi inspirada no modelo francês, que preconiza, entre outros aspectos: a complementaridade entre agricultura, turismo e artesanato; o compromisso por parte dos atores envolvidos com este tipo de turismo, de contribuir para a conservação do patrimônio cultural e natural; o fomento da cooperação de base local; a autenticidade das atividades oferecidas; a comercialização de produtos específicos e com uma marca; a hospedagem familiar (GRAÇA, 2001).

O modelo francês foi seguido por Portugal e Espanha, onde o aporte de recursos financeiros de origem governamental vem sendo também apontado como decisivo para a adesão dos proprietários rurais (TULIK, 2003). Portugal possui atualmente três modalidades de turismo no meio rural: turismo de habitação (com casas de reconhecido valor histórico), turismo rural (com alta percentagem de casas com decoração contemporânea) e agroturismo³⁴ (gerido por agricultores). Porém as diferenças entre essas três modalidades são secundárias, pois só recebem subsídios as propriedades que se enquadram nesses modelos definidos pelas normas governamentais (OLIVEIRA, 2001).

³² Segundo Alencar (2001), o associativismo representa uma forma espontânea de ajuda mútua, de modo geral desenvolvida entre membros de uma comunidade.

³³ Alojamento rural.

³⁴ Para pertencer a essa modalidade denominada de agroturismo, com base na classificação européia, os turistas devem participar da lida, como força de trabalho (RODRIGUES, 2000). Alguns autores que estudam agroturismo no Brasil, como Portuguez (1999) e Perin e Hosken (1999), Campanhola e Graziano da Silva (2000) utilizam esse termo, algumas vezes, como sinônimo de turismo rural.

Na Espanha, as “*casas de labranza*”³⁵ (TULIK, 2003) e os “*hostales*”³⁶ são estabelecimentos rurais, que oferecem ao público alojamento e alimentação, as vezes podendo vigorar o sistema de “pensão completa”, a critério do cliente. São considerados um dos principais vetores para o desenvolvimento da economia rural (OLIVEIRA, 2001).

Na Itália, a criação da Associação Nacional de Agricultura, em 1966, levou ao surgimento (sobretudo no sul, por sua característica rural) de um tipo de turismo originalmente denominado *agriturismo* (CAZES *et. al.*, 1990). A possibilidade de visitas a vinícolas fez do *agriturismo* dessa região uma importante atividade desenvolvida nas propriedades rurais (EMBRATUR, 1994).

Na Europa, de forma geral, a partir da década de 1980 o turismo rural parece ter tido grande impulso como solução para o problema dos baixos preços dos produtos agrícolas (TULIK, 2003).

Além disso, segundo Solla (2002), as altas cotas de produtividade alcançadas pela indústria, levaram à redução da jornada de trabalho e à ampliação do tempo dedicado ao lazer, resultando na criação das “férias de curta duração”, com disponibilidade de tempo (dois ou três dias) suficiente para a realização de viagens não muito longas, permitindo a diversificação na escolha do destino segundo o que se desejava vivenciar: ambiente cultural, contato com a natureza, visitas familiares.

De acordo com a constatação de Blos (2000) a experiência européia vem mostrar que a característica maior do turismo rural é permitir a conservação da identidade local, equilibrando-se os valores do passado e o conforto moderno, as expectativas urbanas e a realidade do campo.³⁷.

³⁵ Casas de agricultura.

³⁶ Albergues.

³⁷ Uma importante iniciativa da Comunidade Européia para as zonas rurais menos desenvolvidas, foi o programa Leader I (*Liaison entre Activités de Development da l' Economie Rural*) que subvencionou projetos de turismo em 1991, como meio da preparação para a reforma da Política Agrária Comum (PAC) de 1992 e incluía financiamentos e oferta de assistência técnica, apoio para a formação profissional e incentivos para o

Já na América do Sul, mais precisamente,

“(...) na Argentina, durante o final da década de 1960, quando a atividade pecuária parece ter passado por um período de desvalorização, os proprietários de estâncias rurais descobriram que a abertura das suas propriedades para os interessados em pesca poderia colaborar para o aumento da renda. A partir de 1987, houve um significativo crescimento do turismo na chamada ‘hotelaria de estâncias’” (OLIVEIRA, 2001, p.7-8.).

Por que o meio rural atrai o cidadão urbano em tantos países?

Segundo Solla (2002),

“quando as cidades despontam e aceleram os ritmos de vida, quando a pressa, o impessoal, os ruídos ou a contaminação atmosférica passam a constituir características que definem a vida cotidiana, surge a necessidade de fuga para aqueles espaços que representam exatamente o contrário, ou seja, o meio rural. É nele onde se encontram paz, tranquilidade, natureza e repouso”.

Nisso, parece concordar Sansolo (2002, p. 76), ao afirmar que

“o processo de urbanização movido pela sociedade industrial gerou novos valores e novas necessidades típicos da sociedade pós-moderna. A natureza ‘pura’, considerada uma externalidade humana, vem sendo vista nas últimas décadas como um valor a ser resgatado e valorizado”.

De acordo com a perspectiva antropológica, o deslocamento das pessoas da cidade para o campo representa também o regresso às origens, a volta ao natural, em contraposição ao artificial que predomina na cidade. Em suma, significa novo encontro com a “Mãe Natureza”, o distanciamento mesmo que por um período breve, da tecnologia, do artificial, do construído (SOLLA, 2002).

Segundo Rochael-Nasciutti (2000), o mundo atual, globalizado, tende a afastar o indivíduo daquilo que lhe é próprio, da sua Cultura, do seu habitat, o que gera uma vivência homogênea e universal, ditada pelos avanços técnico-científicos, em detrimento do que é singular, ou específico a um grupo, uma comunidade. Isto segundo a mesma autora, tem

desenvolvimento do turismo rural, bem como a valorização e comercialização de produtos agrícolas regionais (OLIVEIRA, 2001).

gerado, a necessidade de se resgatarem esses vínculos, incorporando-os a uma nova noção de desenvolvimento sustentável que leve em conta os atores sociais e a preservação das singularidades de seu habitat, de sua Cultura, com vistas a uma melhor qualidade de vida, no que o turismo rural tem contribuído.

Entretanto, nem sempre se encontram no meio rural, a tranquilidade, os modos de vidas tradicionais e a natureza idealizada, já que o setor primário tem passado por uma grande modernização tecnológica, modificando bastante os hábitos em alguns locais e alterando as paisagens, que se transformam em extensas e homogêneas superfícies de cultivo (SOLLA, 2002).

Assim, segundo este mesmo autor, estas transformações fazem com o turista tenha preferência por aqueles espaços menos transformados que são, normalmente, os menos desenvolvidos, fazendo do turismo rural um produtor de rendas na economia do interior e ressaltando sua função redistributiva.

Neste contexto, reside um dos grandes desafios para o meio rural no século XXI: elaborar, desenvolver e integrar políticas públicas para o meio rural e de proteção da natureza, visando à melhoria da qualidade de vida das populações rurais (SILVA, 2006).

Quanto à denominação, muitas expressões parecem ter sido criadas e utilizadas como sinônimo de turismo rural, tais como “turismo no espaço rural”, “turismo nas áreas rurais”, ou “turismo no meio rural”. Entretanto, esses rótulos podem corresponder a qualquer atividade turística implantada no meio rural e com aproveitamento dos recursos neles existentes - sejam estes naturais ou culturais - relacionados a este meio (TULIK, 2003).

Uma enorme variedade de termos nos contextos natural e rural, “(...) como turismo verde, ambiental e de natureza são encontrados em folhetos de divulgação ou em textos acadêmicos, para designar sinônimos de modalidades turísticas, ou até formas de praticá-las”

(OLIVEIRA, 2001, p. 20.) inclusive em outros países, onde o termo “turismo verde” também é utilizado (MATHEWS, 1990).

Rodrigues (2000) confirma que a imprecisão da nomenclatura referente ao turismo rural é uma constante.

Segundo Oliveira (2001), a linha divisória entre os diversos rótulos e classificações de turismo no meio rural é muito sutil, mesmo em outros países, em razão da existência de características específicas, que na prática nem sempre podem ser discernidas separadamente.

Na Europa, por exemplo, as expressões “turismo no espaço rural” e “turismo nas áreas rurais” são utilizadas como sinônimo de turismo rural (TULIK, 2003).

A literatura específica estrangeira revela a existência de algumas divergências teóricas sobre o turismo rural que, à primeira vista, estão centralizadas na dificuldade de definição dos termos, mas na verdade estão relacionadas à dificuldade de definição do que seja meio rural (já discutida anteriormente) e no entendimento das características dos produtos turísticos (OLIVEIRA, 2001). Vários autores como Tulik (2003) e Rodrigues (2001) vêm abordando esta falta de consenso sobre a terminologia em questão³⁸. O problema se agrava à medida que são criadas novas classificações, cada uma delas ressaltando práticas específicas. Segundo Oliveira (2001), esse fenômeno ocorre com grande freqüência.

Alguns autores, entretanto, defendem que o turismo rural, muitas vezes ocorre em espaços rurais, pouco alterados ou protegidos, onde se desenvolvem outros tipos de turismo, como o ecoturismo. Desta forma, estes dois segmentos se complementariam, justificando a criação do termo “ecorrural”, para definir o tipo de turismo em que estes dois segmentos estão presentes, se relacionam ou se integram (TULIK, 2003).³⁹.

De fato, a integração do estilo de vida rural com a natureza, torna-se um atrativo maior do que cada um desses elementos em separado, e em princípio essa integração não

³⁸ Essa falta de consenso sobre a terminologia também ocorre no Brasil.

³⁹ O termo ecorrural é utilizado na presente dissertação com esse sentido.

descaracteriza o turismo rural, desde que este último mantenha sua identidade, relacionada ao estilo e a Cultura do campo, com seus costumes e tradições regionais, até porque esta integração já existe, na maioria dos casos sem que tenha ocorrido descaracterização da atividade (BLANCO, 2004).

Não obstante, as expressões “turismo no espaço rural”, “turismo nas áreas rurais”, ou “turismo no meio rural,” têm sentido amplo e ambíguo e não permitem a delimitação da sua abrangência, nem a definição do seu conteúdo (TULIK, 2003) estando relacionados a todas as atividades turísticas que se desenvolvem no meio rural (OLIVEIRA, 2001). Além do que, muitas vezes, a divulgação do rótulo “turismo rural” parece ser direcionada a um público muito mais interessado na diversidade dos recursos naturais do que no estilo de vida rural (RODRIGUES, 2000).

Assim, alguns autores questionam o emprego dessas expressões referentes ao turismo rural e à utilização do termo “turismo rural” de forma inespecífica, e propõem um sentido mais estrito para a expressão “turismo rural”, na medida em que esta é relativa ao conteúdo rural, ao estilo de vida rural, excluindo outras modalidades de turismo no espaço rural como, por exemplo, o turismo de aventura e outras modalidades. Sobretudo porque, embora o turismo rural tenha forte componente ambiental, sendo, por isso, mencionado como um tipo de turismo de natureza (TULIK, 2003), em tese, ele tem também considerável componente cultural, que permite aos turistas conhecer e vivenciar a relação do homem com o ambiente rural.

Assim, o requisito básico do turismo rural é que a atividade agropecuária mantenha sua rotina original, atendendo a uma clientela cada vez mais interessada no contato com o natural, com o modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete a uma reconciliação com a natureza. No turismo rural, as atrações não devem ser ornamentais e isto

é decisivo para o seu sucesso junto a um público saturado de simulações e banalizações impostas pelo turismo de massa⁴⁰ (BLOS, 2000).

De fato, o turismo rural aparece, frequentemente, em oposição ao turismo de massa, paradigma de turismo duro, irreflexivo, agressivo e dominado pelas grandes empresas capitalistas (BLANCO, 2004).

Atualmente, novos enfoques interpretam o turismo rural como atividade de baixa intensidade, com predomínio de pequenos negócios de âmbito local e familiar, que mobiliza quantidades mais reduzidas e dispersas de turistas, aproveita os alojamentos tradicionais, exige menor grau de profissionalização, não requer grande infra-estrutura, e integra-se ao meio social e natural sem provocar grandes conflitos, contribuindo, de maneira significativa, para o desenvolvimento das comunidades nas quais se instala (SOLLA, 2002).

Além desses aspectos, o turismo rural possibilita a valorização da produção primária, estimula - em tese - o fortalecimento de outras atividades econômicas, tende a reduzir o êxodo rural e gerar empregos, como também a valorizar o trabalho do homem do campo, a terra e as produções econômicas agregando valor à Cultura e à identidade do homem rural (BLOS, 2000).

Entretanto, para que o turismo rural gere os benefícios esperados é necessário que os responsáveis pela oferta gerenciem de forma integrada toda a região de inserção destes empreendimentos, de maneira a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, de forma direta e indireta, estando embutido neste último aspecto o conceito de sustentabilidade (SOLLA, 2002).⁴¹

Em oposição a outras formas de turismo no meio rural, o turismo rural, na sua forma mais “pura”, deve estar baseado em estruturas eminentemente rurais, de pequena escala,

⁴⁰ Turismo de massa é aquele feito por um número grande de pessoas que viajam ao mesmo tempo para o mesmo lugar, recebendo serviços padronizados.

⁴¹ O tema sustentabilidade será tratado no capítulo 3.

proporcionando ao visitante o contato com a natureza, com a herança cultural das comunidades do campo e as chamadas sociedades “tradicionais” (SALLES, 2003).

No turismo rural, o turista deve conviver e se relacionar diretamente com as rotinas diárias das famílias rurais, aprendendo na prática, suas tradições, seus hábitos e costumes, promovendo o resgate da autoestima do homem do campo, através da valorização da identidade cultural rural, estimulando a produção e o desenvolvimento local (BLANCO, 2004).

O turismo rural pode ser definido, portanto, como um “produto”, que atende à demanda de uma clientela atraída pela produção e pelo consumo de bens e serviços no ambiente rural, mas tendo como uma de suas características principais o atendimento familiar, em que os hóspedes experimentam o estilo de vida do campo e a Cultura local (SALLES, 2003).

O contato direto e personalizado com o meio rural (físico e humano) e a participação nas atividades, nos usos e costumes da população local fazem com que o turismo rural se especialize na pequena empresa, oferecendo um turismo no qual o homem constitui o elemento central e principal (BLOS, 2000).

Para Zimmermann e Castro (1996), o turismo rural fundamenta-se nos seguintes princípios básicos:

- a) a identidade própria e a autenticidade, princípios traduzidos pelo respeito pelas características do lugar como um todo, pela proteção da paisagem⁴², pelas atividades produtivas, pela cultura do proprietário e do local, pela arquitetura das edificações da propriedade, enfim, respeito pelos fatores que constituem a identidade própria do local e respeito também a vocação original do local ou da região;

⁴² A paisagem é o somatório de componentes naturais, humanos e estéticos (MAGRO, 2002).

- b) a harmonia ambiental, manifestada pelo cuidado com o ambiente como um todo, com o máximo aproveitamento da estrutura disponível (e realização todas as ampliações e alterações necessárias dentro do perfil arquitetônico já existente, buscando um equilíbrio estético);
- c) a preservação das raízes e da Cultura, bem como a divulgação dos costumes através da valorização dos aspectos culturais locais, resgatando e permitindo ao turista vivenciar todas as formas culturais locais tais como gastronomia, artesanato, mobiliário, arquitetura, a divulgação das raízes e da Cultura local, em suas mais variadas formas: apresentações de grupos folclóricos, de músicos, de dança e
- d) o atendimento familiar (o grande diferencial dos sistemas tradicionais de hospedagem), que possibilita um forte entrosamento entre o turista e a família que o hospeda tem uma repercussão positiva na geração de empregos, fator preponderante na manutenção dos jovens no meio rural.

Oliveira (2001) complementa esta lista de princípios básicos do turismo rural incluindo a utilização de mão-de-obra local, a valorização da Cultura local e o compromisso com a proteção da natureza.

Assim, o turismo rural não apenas representa uma modalidade do turismo que se pratica no meio rural, mas também mantém uma relação estreita com as populações e as culturas locais. O que o visitante de fora busca é o contato com o patrimônio natural e cultural que o cerca (SOLLA, 2002).

O turismo rural, deve ser entendido, portanto, como um segmento do turismo que visa a promover a proteção da natureza, enquanto auxilia no desenvolvimento dos pólos receptores, gerando emprego e renda e podendo constituir - em tese - um instrumento de estímulo ao uso sustentável do espaço rural, beneficiando a população local (MATHEUS *et al*, 2005).

Neste contexto, a natureza pode associada à Cultura de uma comunidade, no processo de interação sociocultural, gerado pelo homem e a natureza (D' ÁVILA NETO E MACIEL, 1995).

De acordo com Blos (2000, p.202),

“(...) o turismo rural referenda-se como satisfatório a todos os envolvidos, já que de um lado, a comunidade tem a oportunidade de divulgar o lugar e a região, criando, a partir de uma valorização da cultura e da estima local, uma consciência voltada para o desenvolvimento local⁴³. Quem oferece (proprietário rural) passa a ter uma nova e significativa fonte de renda, sem ter que deixar sua atividade produtiva tradicional. Ao contrário, agrupa valores a ela, utilizando mão-de-obra ociosa, melhorando a produtividade e incentivando o investimento na atividade produtiva, suprindo o isolamento através do contato com novos clientes, que podem gerar novos negócios”.

De fato, nas últimas décadas, o turismo rural tem sido considerado como uma alternativa de promoção do desenvolvimento local nos meios rurais (CAVACO, 2000).

Molina (2001) também afirma que o turismo rural contribui para diversificar a oferta de produtos, criar renda e ocupações, sustentar a economia das comunidades rurais, integrar e complementar atividades de dois setores diferentes (produção e prestação de serviços) e promover intercâmbio e trocas entre o rural e o urbano, gerando assim, benefícios diretos a todos os envolvidos e proporcionando aos atores urbanos, o conhecimento do meio rural e do ambiente natural.

O turista, por sua vez, tem a oportunidade de viver o desconhecido, o oposto à sua vivência urbana, o que vai proporcionar uma mudança cultural e de comportamento e criar novas percepções e valores (BLOS, 2000).

⁴³ Segundo Blos (2000), não existe consenso sobre desenvolvimento local. Entretanto, o desenvolvimento local representa: a utilização dos recursos ociosos e das atividades produtivas a partir das oportunidades que oferecem as novas tecnologias, a reorganização dos processos produtivos, a melhoria das condições de comunicação e transporte, o acesso a novos mercados, sobretudo em localidades com pouco ou nenhuma acumulação de experiência empresarial e técnica, identificando, estimulando e apoiando os atores capazes de tomar decisões e conduzir essas atividades.

Mas para o mesmo autor, é o efeito multiplicador do turismo rural sobre os investimentos diretos que o privilegia como instrumento de desenvolvimento. Seu papel fica mais decisivo na proporção em que se torna maior a necessidade de satisfazer uma demanda que é crescente.

Assim, um fenômeno cada vez mais associado à expansão do turismo rural, tanto no Brasil, como no mundo, é a ampliação do mercado de trabalho, temporário ou permanente, no meio rural advinda dos serviços ligados ao turismo rural, ou da proliferação de novas atividades produtivas, beneficiando trabalhadores tanto rurais como urbanos. Isto tem acontecido na Região Serrana do Rio de Janeiro, onde vários profissionais liberais de origem urbana – os “neorrurais – têm buscado no campo, uma vida “mais saudável”, desenvolvendo atividades como o cultivo de ervas para tempero e de plantas ornamentais, ou a criação de pequenos animais de alto valor no mercado (TEIXEIRA, 1998).

No caso do Circuito Turístico Tere-Fri, que é um dos focos da presente pesquisa, emergem algumas questões relativas à discussão anterior: existem atividades agropecuárias no Circuito Turístico Tere-Fri que permitam classificá-lo como circuito ecorrural? Existe atendimento familiar nos meios de hospedagem? Neste circuito se estimula o contato com a natureza e sua proteção? A presente pesquisa tentará responder a algumas destas questões, relativas ao objetivo geral e aos objetivos específicos.

Antes, porém, será apresentado no subcapítulo a seguir, o turismo rural no Brasil, os conceitos e as características de um circuito turístico ecorrural.

2.3 O turismo rural no Brasil: pensando os circuitos turísticos ecorrurais.

Historicamente, embora publicações recentes sobre o turismo, como a de Machado (2005), mostrem que já no século XIX hospedar turistas em fazendas constituía uma prática comum no Brasil, parece que são de 1984 as primeiras iniciativas de implantação de um projeto de turismo rural de forma organizada; isto ocorreu na fazenda Pedras Brancas, no município de Lages, Região Serrana de Santa Catarina, ficando a cidade do mesmo nome conhecida como a Capital Nacional do Turismo Rural (BLOS, 2000). Mesmo que o município de Lages não tenha sido o único a ter fazendas desenvolvendo o turismo rural, foi sem dúvida o primeiro a organizar e divulgar esta atividade (OLIVEIRA, 2001).

Segundo Rodrigues (2000), Lages/SC possui o mérito de ser um dos municípios pioneiros na implantação do turismo rural – sobretudo no sentido de modificar as precárias condições da produção agropecuária, segundo BLOS (2000). De acordo com este autor, muitos produtores viram-se diante da difícil escolha entre continuar trabalhando precariamente ou abandonar totalmente suas atividades. Neste sentido, o turismo veio introduzir nesse espaço de trabalho e de encontro uma série de relações e descobertas novas, como a valorização do lugar e da Cultura local, e a agregação de valor ao que ali se produz.⁴⁴

A partir desse momento, o turismo rural começou a ser implantado em diversas regiões do país, com diferentes características, sobretudo nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.⁴⁵

⁴⁴ Lages possui recursos naturais como matas, rios, cachoeiras e neve no inverno, além de fazendas centenárias. No início da implantação do projeto organizou-se um *tour* para empresários de vários segmentos da área de turismo e hotelaria das regiões Sul e Sudeste do país. Aos convidados foi oferecida uma variedade de opções de lazer e recreação, como lidas campeiras, manejo de animais, ordenhas, cavalgadas, passeios ecológicos, comida e bebidas típicas da região. Durante a estada dos visitantes, grupos de danças musicais nativistas fizeram apresentações. Lages investiu nos recursos naturais e socioculturais do espaço agrário. Esta estratégia produziu resultados imediatos, pois logo começaram a chegar grupos, alguns até mesmo para pernoitar na fazenda Pedras Brancas. A iniciativa prosperou, de forma que atualmente existem lá várias fazendas integradas ao turismo rural, observando-se que cada fazenda tem suas características próprias (BLOS, 2000).

⁴⁵ Conforme foi observado no Destinations 2005, 2º Encontro Anual do Fórum Mundial de Turismo para a Paz e Desenvolvimento Sustentável realizado em outubro de 2005, no Rio de Janeiro – Brasil.

Segundo Blos (2000), os resultados alcançados desde então com o turismo rural no Brasil confirmam sua função como importante reanimador econômico, tendo em vista que uma pousada ou uma fazenda de turismo rural dificilmente será auto-suficiente; ela é obrigada a adquirir os suprimentos que não produz, criando assim uma relação de troca com as propriedades vizinhas, com o comércio local e com a cidade, o que vem fomentar a circulação de bens e serviços, gerar renda e consumo e consequentemente aprimorar as condições de vida e trabalho de uma fatia importante da população local.

Segundo Salles (2003), o turismo rural é um dos um dos segmentos do turismo voltado para atividades relacionadas com o mundo natural (como acampamento rural, “*day camp*”, fazenda de pesca com hospedagem, fazenda com pesque-pague, pousada rural, hotel ecológico - *lodge*, hotel-fazenda, “spa-rural” e turismo eqüestre), que mais cresce no País⁴⁶, e tem possibilitado uma mudança no perfil do emprego no campo, oferecido pelo acréscimo de novas atividades, ou combinação de atividades complementares, das parcerias entre proprietários rurais, empresários, administradores e associações, de forma a facilitar a comercialização dos produtos e dos serviços locais.⁴⁷

Encarar o turismo rural como instrumento para a geração de trabalho, emprego e renda no meio rural implica em informar, capacitar, profissionalizar e sobretudo, educar as populações rurais residentes em regiões brasileiras dotadas de potencial turístico. É importante resistir à idéia de que a qualificação dos funcionários pode provocar a descaracterização da Cultura local (BLOS, 2000).

Oliveira (2001, p.16) argumenta que

“a maioria das propriedades que implantam a atividade turística está buscando formas alternativas para sobreviver, o que induz à conclusão que o turismo rural está relacionado com áreas rurais economicamente deprimidas.

⁴⁶ A Associação Brasileira de Turismo Rural, possuía em seu cadastro, conforme publicação na Revista Mundo Agrícola, em 1999, 1.150 propriedades que exploram o turismo no meio rural (SALLES 2003).

⁴⁷ Segundo Blos (2000) as contratações ocorrem, sobretudo, na manutenção, apoio técnico e animação cultural, serviço de guia e instrutores de esportes.

A renda deve ser considerada como uma das necessidades de quem desenvolve o turismo rural e um dos motivos de sua implantação”

No Brasil, a atividade turística em propriedade rural vem sendo implantada com o auxílio do SEBRAE (ROQUE, 2004), em parceria com a ABRATURR e outras organizações e instituições (BLOS, 2000), ou então baseada nas experiências dos próprios empreendedores, constituindo um importante vetor do desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais (OLIVEIRA, 2001).

Entretanto, o turismo rural não apenas contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais como também promove a educação ambiental, o resgate e/ou a valorização das culturas locais (MDA, 2006)⁴⁸, a recuperação de áreas degradadas e a proteção de florestas nativas (MATHEWS, 1990; GRAZIANO DA SILVA, *et al*, 1998).

No entanto, apesar dos benefícios potenciais e reais do turismo rural, a atual legislação brasileira e a falta de normatização e regulamentação específica não asseguram o fim da informalidade dos estabelecimentos envolvidos com a atividade, tendo em vista que a legislação enxerga em uma fazenda com turismo rural duas diferentes empresas - a agropecuária e a turística – e não apenas uma empresa englobando as duas atividades. Ao somar os encargos da produção rural às exigências da hotelaria convencional, a legislação faz com que as fazendas sejam classificadas como hotéis convencionais erroneamente, embora algumas apresentem estruturas de recepção sofisticadas (BLOS, 2000).

Isto evidencia que a legislação precisa ser revista.

Outra dificuldade referente à produção familiar é seu caráter artesanal, irregular e não padronizado, incapaz de atender à demanda gerada pelo mercado tradicional, por isto mesmo encontrando empecilhos à comercialização e ao escoamento desta produção (BLANCO, 2004).

⁴⁸ É o que afirma o Gerente de Projetos da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Arnoldo de Campos (disponível em www.mda.gov.br acessado em 28/12/06).

Além disso, é cada vez mais alto o nível de exigência dos consumidores em relação à qualidade e à apresentação dos produtos. Por este motivo, a embalagem, a padronização e a classificação passaram a ser fatores importantes, que agregam valor aos produtos *in natura* mas, resultam em um custo elevado, que nem sempre a produção familiar pode arcar (TEIXEIRA, 1998).

Daí a importância da criação de cooperativas que possam padronizar e regularizar a produção, bem como sua apresentação, repartindo os custos entre os cooperados e fazendo a venda direta dos produtos, conjugada a eventos socioculturais que divulguem e valorizem a produção local, eliminando os atravessadores e intermediários (BLANCO, 2004).⁴⁹

O fato exposto acima já vem ocorrendo com a produção e venda de bebidas, frutas e outros produtos por todo o Brasil, apesar da fiscalização impeditiva (BLOS, 2000).

Assim, a produção artesanal passa a ocupar um nicho de mercado altamente promissor, que oferece produtos de alto valor agregado, isentos de agrotóxicos e preparados com os devidos cuidados, criando um diferencial marcante em relação à produção industrial (BLANCO, 2004).

Mas a maior dificuldade enfrentada pelo turismo rural é sua posição nada prioritária nas políticas públicas brasileiras – em todos os níveis, porém mais evidente se olharmos para as sucessivas administrações federais, estaduais e municipais, que ignoram o êxito do turismo rural ou até mesmo colocam entraves a esta atividade, às vezes por simples falta de interesse político, às vezes para não trazer benefícios a um desafeto ou simplesmente porque estes bons resultados foram alcançados durante a gestão de um adversário político (BLOS, 2000).

Salles (2003) afirma que, embora o crescimento do turismo rural muitas vezes ocorra de forma espontânea em diversas regiões do país, com pouco ou nenhum planejamento, seu

⁴⁹O único alerta que se deve fazer é o risco da padronização das estratégias turísticas rurais voltadas para a agricultura familiar, a maciça produção e comercialização, que em algumas cidades, onde o fluxo turístico é intenso, está transformando o que era uma produção artesanal de qualidade caseira (um dos maiores atrativos do meio rural) em fabricação comercial (BLANCO, 2004).

papel vem se tornando cada dia mais significativo, representando uma alternativa real de renda para populações rurais.

Oliveira (2001), estabelece que o turismo rural pode surgir a partir de duas necessidades distintas: a oferta e a demanda. Segundo este autor, no primeiro caso o turismo rural é implantado pela necessidade do produtor rural de desenvolver mais uma atividade na propriedade para aumentar seus rendimentos, ao passo que no segundo caso o empreendimento turístico é implantado a partir do interesse pelo uso da propriedade rural, antes mesmo de ter sido montada uma estrutura organizada de recepção.

Entretanto, a relação turismo rural/desenvolvimento local pressupõe a plena utilização dos recursos endógenos à propriedade e à comunidade circunvizinha. É necessário pensar em estratégias de ação que envolvam também a comunidade – que por sua vez precisa entender que não é somente o proprietário quem pode se beneficiar com o turismo, mas também outros pequenos negócios da própria comunidade, que poderiam sanar a atual carência de alimentos não industrializados, artesanato típico e pequenas manufaturas (BLOS 2000).

A importância da participação da comunidade no planejamento e na realização do turismo, independentemente do segmento, também é apontada por vários autores (FRATUCCI, 2005a e 2005b; DUARTE & LODI, 2005; CATAI *et al*, 2006; IRVING, 2002, 2002a e 2002b; PACHECO & IRVING, 2005; LOUREIRO & AZAZIEL, 2006).

Segundo o contexto do que foi apresentado, o turismo rural revela-se uma alternativa que se expande progressivamente, provocando também o recuo das atividades agropecuárias tradicionais, tendo em vista que sua rentabilidade ganha na comparação com os lucros da pecuária de corte e da agricultura brasileira, empreendimentos prejudicados pela incerteza da política e do mercado agrícola (BLOS, 2000).

Desta forma, segundo o mesmo autor, o turismo rural vem se expandindo em detrimento das atividades agropecuárias. Este fenômeno está em contradição com uma das

características do turismo rural, qual seja, possibilitar o incremento da economia familiar pela adição – e não pela substituição – de atividades, nem pela descaracterização da agricultura e da pecuária, que constituem importantes fontes de matéria-prima e de suporte financeiro à infraestrutura do meio de hospedagem.

A associação entre o turismo e o modo de vida das famílias rurais está demonstrando tratar-se de uma oportunidade promissora para o desenvolvimento local e para a construção de uma nova sociedade rural em alguns municípios brasileiros, tendo em vista que o que é oferecido pelo meio rural é normalmente subaproveitado, tanto por falta de políticas públicas locais quanto pela carência de uma mentalidade empreendedora baseada em associativismo e cooperativismo, inclusive no turismo rural e na agricultura familiar. Trata-se de uma proposta de desenvolvimento local sustentável que promove benefícios concretos, tanto para o mundo rural quanto para as metrópoles brasileiras (BLANCO, 2004).

Outra questão presente na reflexão sobre o turismo rural no Brasil, segundo Rodrigues (2000), é a imprecisão de conceitos, que parece estar vinculada à tentativa de classificação baseada em parâmetros europeus que não se aplicam ao caso brasileiro.

A proposta, no caso do Brasil, é que o turismo rural seja um complemento da atividade agropecuária, segundo uma estratégia de diversificação de uso do espaço rural, possibilitando novas fontes de renda ao homem do campo, bem como sua fixação no meio rural, facilitando o surgimento de micro e pequenas empresas e, consequentemente, de emprego, trabalho e geração de renda (DIAS, 2005).

Violento (2007) afirma que o turismo rural no Brasil se configura pela geração de produtos marcados pela brasiliade, propiciando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do país no cenário turístico mundial, no qual a geração de emprego ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e o equilíbrio da balança de pagamentos compõem o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas.

A EMBRATUR, em 1998, na tentativa de conciliar algumas importantes questões discutidas sobre o turismo rural, desenvolveu o conceito de turismo rural como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (EMBRATUR, 1998, p.7).

No caso brasileiro, com base em toda uma discussão teórica sobre o tema (TULIK, 2003; OLIVEIRA, 2001; RODRIGUES, 2001), o Manual Operacional do Turismo Rural (EMBRATUR, 1994), conceituou o turismo rural como o conjunto de atividades de turismo vinculadas a fazendas ou plantações, que complementem os seus rendimentos com algumas atividades turísticas, oferecendo geralmente alojamento, refeições e oportunidades para adquirir conhecimentos sobre atividades agrícolas.

Segundo Renato Bravo (*apud* BLOS, 2000), presidente da Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATUR⁵⁰ (uma organização não governamental), o turismo rural, pode ser interpretado, como:

“fonte de resgate de nossa melhor brasiliade, do caipira, no melhor sentido do termo. O que nós oferecemos hoje para o turista urbano é uma forma de voltar à raiz dos seus antepassados; tem gente que sente saudade daquilo que não viveu, mas pelo relato de seus avós e seus tios, se identifica com estes valores”.

O mesmo Renato Bravo, em comunicação pessoal no II Congresso Brasileiro de Turismo Rural (SALLES, 2003), postulou que o turismo rural deve guiar-se pelas seguintes premissas:

- a) a questão do valor do investimento – a partir do que já existe na propriedade, com adaptações para receber o turista;

⁵⁰ A Associação Brasileira de Turismo Rural - ABRATUR foi criada da união das fazendas do Planalto Serrano, com intuito de, por um lado encontrar saídas e soluções às dificuldades que enfrentava o setor agropecuário tradicional e, de outro, fazer pressão sobre o poder público para apoiar novas iniciativas de desenvolvimento (BLOS, 2000).

- b) o caráter democrático da atividade – ela não precisa ser desenvolvida em grande escala para ser lucrativa;
- c) o comprometimento com a produção agropecuária, a comunidade local, a natureza e a Cultura regional;
- d) a criação de postos de trabalho especializado no campo – promovendo dessa forma a reversão do êxodo rural;
- e) o resgate da rica Cultura do interior;
- f) a agregação de valor ao produto do campo e sua verticalização;
- g) o atendimento pessoal e familiar.

Para fins de melhor conceituação do turismo rural no Brasil, Rodrigues (2000) sugeriu a seguinte classificação, baseada em dois grandes grupos, o primeiro, de inspiração histórica e o segundo de natureza contemporânea⁵¹:

1 – Turismo rural tradicional – sob este rótulo, foram agrupados as seguintes modalidades:

a) De origem agrícola – propriedades que historicamente constituíram unidades de exploração agrária. A sede da fazenda, com algumas adaptações, funciona como meio de hospedagem. Em muitos casos, as atividades agrárias foram totalmente abandonadas. Os proprietários em geral não residem no local e têm profissões urbanas. Este tipo é comumente rotulado de “fazenda-hotel”.⁵²

⁵¹ A classificação de Rodrigues (2000) será utilizada na presente dissertação, na análise do Circuito Turístico Tere-Fri.

⁵² Esta modalidade é encontrada em antigas fazendas de café no estado de São Paulo, no Vale do Paraíba e nas regiões serranas que o emolduram, tanto em direção ao interior quanto no sentido do litoral na Serra do Mar – por exemplo, no município do Bananal/SP. No estado do Rio de Janeiro destacam-se os municípios de Valença, Vassouras, Piraí, Barra do Piraí e Rio das Flores, cujo turismo rural, assentado em antigas e tradicionais fazendas de café, desempenha papel significativo.

b) De colonização européia – sua origem está ligada à história da imigração européia no Brasil⁵³. São propriedades rurais tradicionais, com instalações simples, onde o proprietário reside e tem as atividades rurais como meio de subsistência. O turismo representa uma atividade econômica complementar à atividade agropecuária. O proprietário recebe os turistas nas dependências de sua moradia ou em anexos para hospedagem, em geral muito simples. Ele faz e vende produtos artesanais de origem rural. Trata-se de um turismo de pequeno porte e estrutura essencialmente familiar.

2 – Turismo rural contemporâneo – engloba equipamentos implantados a partir dos anos 70, quando o turismo começou a assumir maior significado como atividade econômica no Brasil. Algumas variantes podem ser destacadas:

- a) Hotéis-fazenda – hotéis localizados na zona rural, implantados com o fim específico de exploração do turismo rural, valorizando a Cultura rural, a gastronomia e as atividades rurais.
- b) Pousadas rurais – de menor porte e menos luxo, procuram oferecer aos visitantes a fruição da vida no campo sem muita sofisticação.⁵⁴
- c) Segunda residência campestre – geralmente localizada na área rural de municípios vizinhos a grandes centros urbanos.⁵⁵

⁵³ Esta modalidade é encontrada principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país, onde os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo figuram com destaque.

⁵⁴ Hotéis-fazendas e pousadas rurais podem também sediar spas rurais, que podem ser enquadrados igualmente na categoria de turismo de saúde e constituem a versão moderna das antigas estações termais. Situam-se na zona rural com o intuito de oferecer ao paciente-hóspede o bucolismo da vida campestre associado a muitas caminhadas e atividades ao ar livre, assim como a uma dieta cuidadosamente equilibrada em termos de boa forma física.

⁵⁵ No estado do Rio de Janeiro esta modalidade é desenvolvida em vários lugares, entre os quais a Região Serrana de Itatiaia, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo – sendo esses dois últimos objeto do presente estudo.

d) Campings rurais – um meio de hospedagem importante no país para receber jovens e famílias com crianças.

Graziano da Silva *et al* (1998, p.16) parecem concordar com esta classificação, referindo-se à especificidade da destinação do imóvel para caracterizar o turismo no espaço rural, e citam a comparação entre “hotel fazenda” e “fazenda hotel” para exemplificar a diferença entre várias modalidades de turismo que podem ser desenvolvidas em zonas rurais. Segundo estes autores,

“o primeiro é simplesmente um hotel – com todas as características comuns a este meio de hospedagem encontradas em qualquer local do mundo – situado em área rural, enquanto o segundo é uma propriedade tipicamente rural, que mantém suas atividades primárias e possibilita o real contato entre a vida rural e os visitantes”.⁵⁶

Entretanto, a discussão sobre classificação, interessa geralmente, pesquisadores e acadêmicos. Como Oliveira (2001, p. 20) observa:

“os proprietários rurais, agentes de viagens, monitores e outros profissionais, além dos próprios turistas, raramente mostram-se interessados em enquadrar-se em determinada conceituação. Na maioria dos casos, o que realmente interessa àqueles que vêem o turismo rural como um negócio é a possibilidade de desenvolver uma fonte de renda complementar. Já o turista tem por objetivo materializar um sonho, um desejo, ou atender uma simples curiosidade de visitar uma fazenda.”

Independente do debate sobre a classificação, se o turismo rural não for muito bem planejado, com regulamentação e instrumentos adequados para a gestão do espaço rural, pode provocar impactos negativos na natureza, na economia e na sociedade local (BENI, 1998).

Assim, o turismo rural não representa uma “fórmula mágica” para o desenvolvimento local sustentável e só vai atingir seus objetivos quando forem incluídas mudanças sociais estruturais, que incluem a redistribuição equilibrada da riqueza e a melhoria das condições de vida dos grupos sociais excluídos (BLOS, 2000).

⁵⁶ No país, 538 são fazenda turismo/pousada rural e 242 propriedades são hoteis-fazendas (SALLES 2003)

Apesar de aparentar ser uma realidade no Brasil, o turismo rural está disseminado pelo território de forma desigual, concentrando-se em algumas áreas de colonização européia, principalmente italiana e alemã (TULIK, 2003).

Segundo esta autora, entretanto, o turismo rural no Brasil tem características diferentes do seu correspondente europeu no que se refere à Cultura, à estrutura fundiária e à organização social, econômica e política, pois várias experiências de sucesso serviram como modelo para a implantação do turismo rural em diversas localidades.

Os diferentes modelos e as características de cada local podem ser apontados, como as razões para as várias nuances percebidas no turismo rural brasileiro. As peculiaridades que compõem o turismo rural, aliadas à diversidade de formas, de produção e de recursos naturais fazem com que cada região disposta a desenvolver o turismo rural tenha um tratamento diferenciado e o turismo rural brasileiro, ganhe com isso, características ímpares (ZIMMERMANN, 2000).

Nas palavras de Blos (2000, p. 201.) “a variedade de paisagens e patrimônios culturais propiciam às zonas rurais uma capacidade de criação de diferentes formas de atividades no espaço rural”.

Também, a imensidão do território brasileiro e as dificuldades de acesso a muitas regiões permitem, a cada uma dessas áreas continuar mantendo suas próprias singularidades em função do isolamento (SOLLA, 2002). É justamente este fato que dificulta a solução de um dos grandes problemas identificados no turismo rural: sua conceituação (OLIVEIRA, 2001).

Atualmente, o turismo rural no Brasil parece estar mais desenvolvido nas regiões Sul e Sudeste, muito provavelmente em função da maior concentração de renda nestas regiões quando comparadas às regiões Norte e Nordeste. No Centro-Oeste as atividades produtivas se concentram principalmente em agricultura e pecuária. Entretanto, iniciativas de turismo rural

podem ser encontradas nos estados do Mato Grosso do Sul, Goiás, Pernambuco e Ceará, entre outros (TULIK, 2003).

No caso específico do estado do Rio de Janeiro, foco da presente dissertação, o turismo rural é registrado em vários municípios como resultado da dinâmica de uso e ocupação do meio rural. No Vale do Paraíba fluminense, por exemplo, os fazendeiros que enriqueceram com a cultura do café (com apogeu por volta de 1850) puderam construir verdadeiros palacetes como sede de suas fazendas. Entretanto, com o esgotamento da terra (por causa de formas de plantio inadequadas), a abolição da escravatura e a consequente queda da produção cafeeira, tais fazendas viveram um período de decadência (ROQUE, 2004). Assim, a atividade agrícola parece ter deixado de ser prioritária e outras formas de utilização do patrimônio foram desenvolvidas – entre elas, o turismo rural, que desempenha um papel significativo (RODRIGUES, 2000). Podem ser citados como exemplos deste processo os municípios de Valença, Vassouras e Barra do Piraí.

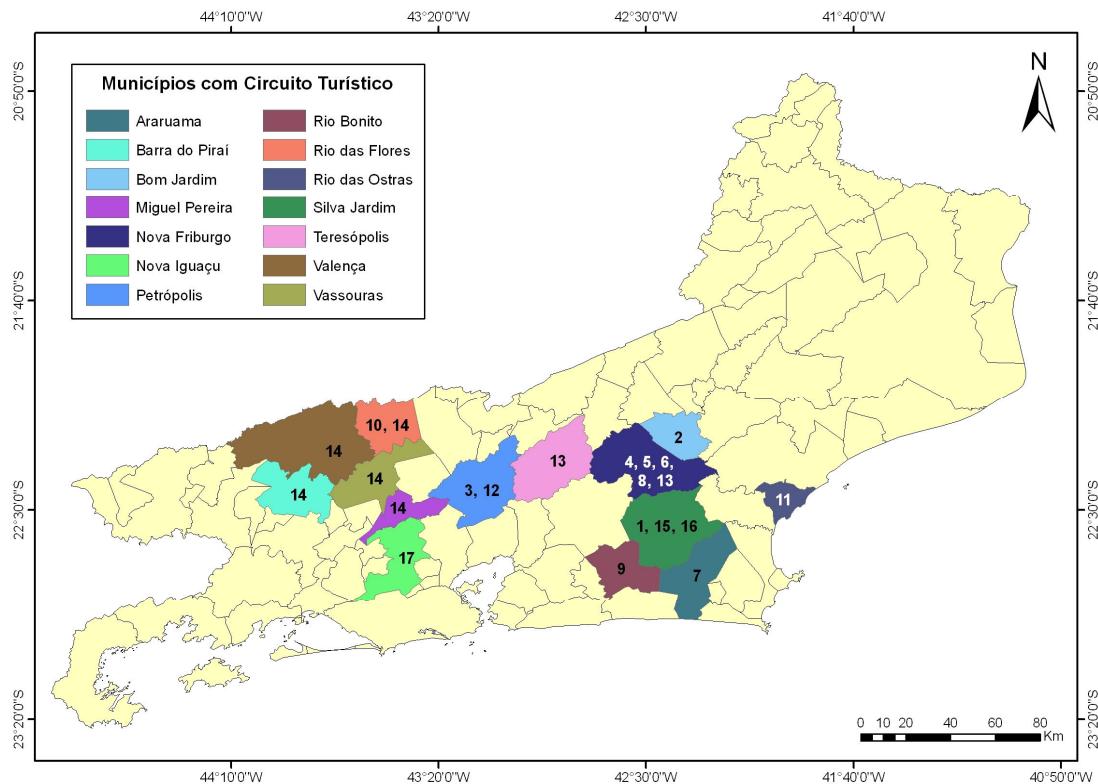
Já nas serras do Rio de Janeiro, seja a do Mar ou a da Mantiqueira, a história rural esteve relacionada, sobretudo, à chegada de imigrantes europeus, o que resultou no desenvolvimento das cidades, literalmente, ao sabor de muitas culturas. Petrópolis, Teresópolis, Penedo e Visconde de Mauá, com sua gastronomia e riqueza de patrimônio cultural, são exemplos deste processo (ROQUE, 2004).

Na Costa Verde, (região de Angra dos Reis e Parati), ou na Costa Doce, (região de Campos dos Goytacazes e municípios vizinhos), o apogeu da economia e a crise do meio rural estiveram relacionados ao cultivo da cana-de-açúcar. Outras regiões apresentam histórias diversas, mas igualmente interessantes, como é o caso da Baixada Fluminense, particularmente de Nova Iguaçu, que, pelas plantações de laranja do passado, ficou conhecida como “uma cidade perfumada” (ROQUE, *op. cit.*).

Em todos os municípios e regiões citados, o turismo rural parece chegar como complemento às atividades produtivas, auxiliando no desenvolvimento e na geração de renda e trabalho, e contribuindo para a valorização dos patrimônios culturais e naturais. Assim, o turismo rural é o segmento que mais cresce no estado, no país e no mundo⁵⁷ (VIOLENTO, 2005) Esta afirmação pode ser ilustrada pela criação dos 17 circuitos turísticos ecorrurais (Figura 1 a seguir) até o ano de 2005, uma ação do SEBRAE/RJ em parceria com a Abraturr (www.abraturr.com), contando, muitas vezes, com o apoio e participação das Prefeituras locais.

⁵⁷ A França possui 600 circuitos de turismo rural formatados e recebe cerca de 15 milhões de visitantes/ano (VIOLENTO, 2007).

FIGURA 1 - MAPA DE OCORRÊNCIA DOS CIRCUITOS TURÍSTICOS ECORRURAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Legenda

- 1 - Circuito de Aldeia Velha.
- 2 - Circuito Turístico de Bom Jardim.
- 3 - Circuito Ecorrural Caminhos do Brejal.
- 4 - Circuito Turístico do Cão Sentado.
- 5 - Route de La Carpa Frita.
- 6 - Circuito de Ecoturismo e Arte de Lumiar e São Pedro da Serra.
- 7 - Circuito de Turismo Rural Morro Grande.
- 8 - Circuito Ecorrural Ponte Branca (1º a ser criado).
- 9 - Circuito Ecorrural Serra do Sambê.
- 10 - Circuito Turístico Rio das Flores (Fazendas Históricas do Ciclo do Café).
- 11 - Circuito Ecorrural de Rio das Ostras.
- 12 - Circuito Pedras do Taquaril.
- 13 - Circuito Turístico Tere-Fri.
- 14 - Circuito Vale do Café.
- 15 - Circuito Reservas Naturais.
- 16 - Circuito Bananeiras de Agroturismo.
- 17 - Circuito Rural do Tinguá.

Para a criação de um circuito turístico ecorrural são necessárias algumas providências de caráter imediato, tais como: formação de uma associação, capacitação profissional, sinalização, padronização da qualidade dos serviços dos meios de hospedagem, divulgação, organização de um calendário de eventos e, a médio prazo, ações voltadas para a natureza (educação ambiental, interpretação ambiental, recuperação de áreas degradadas, implantação do circuito de caminhada etc) e melhoria do acesso aos pontos turísticos (VIOLENTO, 2005).⁵⁸

A criação de circuitos de turismo rural teve início nas serras do Rio de Janeiro.⁵⁹ Foi nesta região que os circuitos prosperaram, multiplicaram-se e se transformaram em modelo para outros pólos turísticos rurais desse estado (ROQUE, 2004).⁶⁰

Tal criação de circuitos turísticos ecorrurais configura, na assimilação da noção do território, um espaço de interação do homem com a natureza, a Cultura e os recursos que a comunidade possui (VIOLENTO, 2007). Segundo o autor, este processo de criação dos circuitos é uma consequência do Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2004c) do Ministério do Turismo, programa este que é modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação, sinergia de decisões, capaz de provocar mudanças, coordenando os processos de desenvolvimento local e regional (interestadual).

⁵⁸ O método e as fases de execução para a formatação dos circuitos turísticos ecorrurais são apresentadas por Violento (2007).

⁵⁹ Ayrton Violento foi presidente da ABRATUR/RJ e é responsável pela formatação de uma série de circuitos no estado do Rio de Janeiro, em parceria com o SEBRAE/RJ. Segundo informação fornecida por ele em comunicação pessoal, o primeiro circuito turístico ecorrural do Brasil foi criado há aproximadamente 10 anos - o Circuito da Ponte Branca (informação prestada em 25/08/07).

⁶⁰ O estado do Rio de Janeiro, um dos principais portões de entrada de turistas estrangeiros no país, sempre foi, e continua sendo, o estado brasileiro onde a atividade turística apresenta dimensões mais marcantes, tanto para a sua economia como para sua estrutura sociocultural, constituindo um dos suportes de desenvolvimento mais importantes do território e apresentando uma rede bastante ampla de lugares turísticos sobrepostos, interligados por um extensa malha de rodovias (grande parte em péssimo estado de conservação), hidrovias (pouco utilizadas), ligações aéreas, uma malha ferroviária (praticamente não utilizada pelo sistema turístico) e por uma complexa rede de comunicações (FRATUCCI, 2005b).

Segundo o Ministério do Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2004c) tem por objetivo dar qualidade ao produto turístico, diversificar a oferta, estruturar os destinos, ampliar e qualificar o mercado, aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional, ampliar o consumo no mercado nacional, aumentar a taxa de permanência e o gasto médio do turista.

O Programa de Regionalização do Turismo pode ser considerado uma alternativa da política pública de turismo e uma nova forma de gestão do território, pelo poder público com participação de outros segmentos da sociedade (CATAI *et. al.*, 2006).

O mesmo ocorre com o Programa de Municipalização do Turismo, criado na década de 1990, como uma resposta à problemática qualidade dos serviços turísticos brasileiros, fruto da ausência de políticas públicas para o setor, ou de políticas públicas equivocadas (FRATUCCI, 2005a).

Nas políticas públicas de turismo, uma das discussões centrais envolve a definição de alguns termos como: circuito turístico ecorrural (ou circuito de turismo rural), rota, roteiro e arranjo produtivo local (APL) (Davis Sansolo, comunicação pessoal em julho de 2007).

Contribuindo para a definição de circuito turístico, Violento (2005), estabelece que se trata de uma forma de organizar o turismo, apresentando ao visitante de uma determinada região as alternativas de hospedagem, alimentação, passeios e atividades a seu dispor.

Geralmente os circuitos estão relacionados à existência de infraestrutura de hotéis, restaurantes e pontos de visitação referentes aos patrimônios naturais e/ou culturais (SILVEIRA *et al.*, s/d).⁶¹

Normalmente, a associação entre os integrantes de um circuito é informal e qualquer estabelecimento pode participar (VIOLENTO, 2005), desde que com a aprovação dos demais

⁶¹ Disponível em www.ufsm.br/desenvolvimentorural/ acessado em 02/02/08.

membros, e qualquer dos integrantes pode deixar a associação a qualquer momento, segundo seu interesse.⁶²

Assim, um circuito de turismo rural é de forma geral constituído por uma associação de produtores rurais e meios de hospedagem rural em colaboração mútua, visando ao desenvolvimento sustentável da localidade onde se encontra inserido (ROQUE, 2004).

Segundo Silveira *et al.*, (s/d)⁶³, no circuito de turismo rural as unidades produtivas servem de cenário para o desenvolvimento das diversas atividades que constituem este segmento, tais como: várias formas de lazer, demonstração de tecnologia agropecuária, produção e comercialização de artesanato e de produtos agropecuários (industrializados ou *in natura*) e os serviços turísticos especializados disponíveis, possibilitando ao turista interagir com o meio.

Em um circuito turístico ecorrural, o visitante é estimulado a realizar compras, conhecer a Cultura da comunidade local e interagir com ela, desenvolver atividades em contato com a natureza, hospedar-se na localidade e alimentar-se das produções locais (VIOLENTO, 2007).

Geralmente, nos circuitos de turismo rural os empreendedores do turismo local não concorrem entre si; na maioria das vezes apóiam-se em parcerias, integrando a mesma cadeia turística, promovendo a imagem do interior e o revigoramento da auto-estima da comunidade local, e auxiliando na sustentabilidade dos próprios circuitos (ROQUE, 2004).

A criação de circuitos turísticos ecorrurais no estado do Rio de Janeiro dissemina a cultura do associativismo agregando valores às atividades rurais, estimulando a integração social, valorizando a cultura do homem do campo e protegendo a natureza (VIOLENTO, 2007), podendo servir como instrumento do resgate e da preservação das manifestações culturais de uma determinada localidade ou município (ELESBÃO, 2006).

⁶² Informação prestada pelo Sr. Airton Violento em 25/08/07, diretor da ABRATURR/RJ até 2004., responsável pela formatação dos circuitos no Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o SEBRAE/RJ.

⁶³ Disponível em www.ufsm.br/desenvolvimentorural/ acessado em 02/02/08.

Por isso, implementar circuitos ecorrurais é promover a cooperação e a parceria dos segmentos envolvidos na organização da sociedade com as instâncias estabelecidas de governança, empresários e trabalhadores, instituições de ensino, turistas e comunidade. É também atuar dentro dos conceitos da política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) – e do Ministério do Turismo (MTur) – Programa de Regionalização do Turismo – buscando atingir os seguintes objetivos: dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional; aumentar a taxa de permanência e o gasto médio do turista (VIOLENTO, 2007).

Entretanto, o termo “círculo” pode ser utilizado de forma mais abrangente, em perspectiva regional envolvendo municípios (TIRADENTES, 2006) e até estados diferentes (CATAI *et al*, 2006), ou de uma forma mais restrita como rótulo de roteiros, onde existem meios de hospedagem, pontos de comercialização de produtos agropecuários e outros tipos de exploração turística com destaque para a gastronomia (RODRIGUES, 2000), ou ainda como meio de integração de produtores rurais (BLOS, 2000).

De qualquer forma, levando-se em consideração o potencial das atividades de turismo rural no interior do estado do Rio de Janeiro e as diretrizes preconizadas pelo Ministério do Turismo, os circuitos turísticos ecorrurais podem se transformar no fator diferencial e competitivo do turismo no estado do Rio de Janeiro (VIOLENTO, 2007).

Nesse contexto, uma pergunta se configura: quais são as características do Circuito Turístico Tere-Fri?

A respeito da definição dos termos territoriais nas políticas públicas de turismo, uma locução que se relaciona com o circuito turístico ecorrural e também merece ser discutida é: Arranjo Produtivo Local - APL.

Segundo Sacks (2003), APL pode ser definido como a cooperação entre vários atores locais, o que aproximaria sua definição de circuito turístico ecorrural.

Entretanto, trata-se normalmente de uma associação de empresas que apresentam especialização produtiva e foco na produção, localizadas em um ou mais municípios.⁶⁴

Segundo IEL (2007, p.5) um APL é “um conjunto de empresas que participam de um mesmo ramo de negócios, em uma região geográfica definida, operando em regime de cooperação, e gerando competitividade coletiva.”

Estas definições, pelo visto, diferenciam o Arranjo Produtivo Local (APL) do circuito turístico ecorrural, já que do primeiro participam apenas empresas do mesmo ramo de negócios e o foco está na produção, ao passo que no segundo estão presentes empresas de ramos diferentes, como restaurantes e meios de hospedagem e os atrativos culturais e naturais.

O SEBRAE⁶⁵ define o APL como a aglomeração de empresas localizadas em um mesmo território, apresentando as seguintes características: a) especialização produtiva; b) articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais (tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa); c) constituição de campo de força e de uma rede de relações sociais que se projetam em um determinado espaço geográfico (parte de um município, um conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, etc); d) constituição econômica (que não se restringe à economia); e) sinais de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos) f) capacidade de promover uma convergência em termos de expectativas de desenvolvimento e integração econômica e social no âmbito local; g) possibilidade de estabelecer parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território.⁶⁶

⁶⁴ Disponível em www.sebrae.com.br acessado em 24/07/2007.

⁶⁵ Disponível em www.sebrae.com.br acessado em 24/07/2007.

⁶⁶ Disponível em www.sebrae.com.br (acessado em 24/07/2007).

Normalmente o APL tem por objetivo o aumento da eficiência do processo produtivo e consequentemente da produtividade em todos os elos da cadeia produtiva, bem como o envolvimento da sociedade de forma geral (CERTI, 2005).

Entretanto, o SEBRAE adverte que:

“Não adianta, investir no desenvolvimento de iniciativas empresariais sem levar em conta outros pressupostos do desenvolvimento, tais como: o capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida); o capital social (os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e empoderamento da população local); a governança⁶⁷ (a capacidade gerencial do governo e os níveis de participação e controle social); e o uso sustentável do capital natural”.

Um APL, independentemente do setor prioritário envolvido (comércio, produção, etc) pode atingir dimensões muito maiores do que se poderia prever, pois sua dinâmica de desenvolvimento regional sustentável dá origem a esforços de construção de elos da cadeia produtiva, que podem diminuir desigualdades econômicas entre os municípios de uma região, através da participação de governos, empresas, terceiro setor, comunidades promovendo um desenvolvimento mais participativo e auxiliando na inclusão social (CERTI, 2006).

Entretanto, Pellin (2004), afirma que o desenvolvimento de atividades não agrícolas no espaço rural, culminando com a formatação de um circuito turístico ecorrural, tem condições de fomentar o desenvolvimento de pequenos agronegócios que podem, posteriormente se reunir em um APL, dentro do circuito que os originou.

Assim, deduz-se que um circuito turístico ecorrural pode conter uma APL, desde que todos os integrantes sejam empresas que desenvolvam as mesmas atividades, porém o inverso não parece possível, pela diversidade de empreendimentos que compõem o circuito, embora ambos possam se relacionar e se auxiliar mutuamente.

⁶⁷ A governança é definida como “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram seus problemas comuns” (NOSSA COMUNIDADE GLOBAL *apud*. IRVING *et. al.*, 2006).

Ainda sobre a definição dos termos territoriais nas políticas públicas de turismo, dois termos precisam ser discutidos: “rota” e “roteiro”.

O termo “rota” no contexto turístico significa uma associação de empreendimentos relacionados com o turismo ao longo de uma estrada, geralmente abrangendo vários municípios, e procurando integrar toda uma região (SEBRAE/RJ, sem data)⁶⁸.

Segundo Blanco (2004), uma rota pode permitir o acesso dos turistas a patrimônios ambientais e culturais, ou a circuitos turísticos de uma região, desempenhando um papel integrador.

“Roteiro”, por sua vez, é uma relação de pontos escolhidos que se deseja conhecer ou pelos quais se tem a obrigação de passar, podendo estar dentro de um circuito, uma rota ou um APL (RODRIGUES, 2000).

Entretanto, Blanco (2004) emprega o termo “círculo turístico” para definir “rota”, ao passo que Schneider e Fialho (2000) utilizam o termo “roteiro” para o mesmo fim, mostrando que ainda não existe consenso sobre o uso dos termos citados, embora todas as acepções remetam à idéia de associação, segundo vários autores (BLANCO, 2004; SCHNEIDER & FIALHO, 2000; VIOLENTO, 2005 & 2007, SILVEIRA *et al*, S/D; ROQUE, 2004; TIRADENTES, 2006; CATAI *et al*, 2006; RODRIGUES, 2000; BLOS, 2000).

Como, o mundo rural passou a constituir, uma das motivações do turismo contemporâneo, segundo Beitele (1996), cumpre agora torná-lo capaz de competir com outros tipos de destino turístico no Brasil e no mundo. (SOLLA, 2002).

Seja qual for o segmento do turismo analisado, todos necessitam de sustentabilidade, conceito que será apresentado no capítulo seguinte, para estabelecer os princípios, os requisitos, as diretrizes e as ações prioritárias para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, sobretudo do turismo rural.

⁶⁸Conforme documento Rota 040: caminho novo da Estrada Real, publicado pelo SEBRAE/RJ (sem data)

3 O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE EM TURISMO RURAL.

Pensar o turismo e todos os seus segmentos, nos dias de hoje, requer uma análise crítica do modelo de desenvolvimento hegemônico, que desde sua origem baseia-se na idéia de progresso linear⁶⁹, expresso, sobretudo, na forma de uma prosperidade econômico-monetária para alguns. No entanto, este progresso linear é socialmente injusto para a grande maioria e ambientalmente perdulário, tendo se apoiado na expansão da tecnologia. Frente aos “efeitos externos indesejáveis” resultantes dessa expansão, tal modelo só soube prescrever, como medida para mitigar estes efeitos, mais tecnologia⁷⁰ (SAVIOLO *et al.*, 2005).

A ciência e a tecnologia do século XX aumentaram significativamente o impacto destrutivo das ações humanas sobre o ambiente, sobre as outras formas de vida e sobre a própria humanidade, fazendo com que este impacto pudesse ser percebido com maior nitidez (TOLLE, 2007).

Historicamente, a evolução social e cultural nos dois últimos séculos surtiu inegáveis efeitos sobre a qualidade ambiental. Tiveram e ainda têm um papel relevante o crescimento demográfico e as necessidades que esse crescimento traz em termos de consumo de recursos naturais (MOLINA 2001, p. 71). O processo de extração e transformação foi e é caracterizado por:

“um monumental custo ambiental expresso na aguda e rápida degradação desses recursos, bem como na formação de imensas populações de excluídos sociais. Tal processo orientava-se por duas ilusões: a do eterno desenvolvimento e da infinita existência de recursos naturais” (RIZZINI E AGAREZ, 2003 p.135).

O consumo de recursos naturais na forma em que se apresenta é baseado na ilusão coletiva, profundamente arraigada na mente da sociedade capitalista, de que a felicidade é

⁶⁹ O problema é que o ambiente funciona de forma não-linear, o que resulta em uma incompatibilidade entre a forma em que opera a sociedade capitalista e o funcionamento do ambiente (GORE, 2006).

⁷⁰ Romper com esse desenvolvimento depredador e promotor da injustiça é um imperativo ético cuja afirmação é o reconhecimento e o real exercício dos direitos das pessoas, comunidades e povos (SAVIOLO *et al.*, 2005).

proveniente da satisfação do desejo de ter e de acumular. Este consumo é baseado também na ignorância da interdependência do todo planetário em que a humanidade se encontra inserida (TOLLE, 2007).

De forma geral, a interferência antrópica, especialmente desde a revolução industrial, tem provocado impactos negativos sobre a diversidade biológica e a degradação do estoque de recursos naturais; estes impactos e esta degradação se imbricam em conflitos de interesse quanto a formas alternativas de apropriação da natureza, sobretudo nos países mais pobres, onde a questão ecológica se vincula ao problema da sobrevivência e da satisfação das necessidades mais básicas para a afirmação da dignidade humana (SAVIOLO *et al.*, 2005).

Para Loureiro e Azaziel (2006, p.120),

“se há efeitos ambientais deletérios ao bem-estar coletivo é porque, na totalidade social (cultural), há agentes dominantes operando com uma lógica privada de acumulação monetária, apropriando-se de recursos que são indispensáveis a todos e que, em função dos impactos das atividades, são degradados ou perdidos.

Assim os lucros são privados, mas os prejuízos ambientais são socializados, na maioria das vezes, entre os que não obtiveram os lucros.

Os grandes desastres ecológicos ocorridos a partir da década de 1950 são exemplos deste fenômeno capitalista e contribuíram para conferir à natureza um valor crescente entre as pessoas e as instituições sociais (MOLINA, 2001).⁷¹

Além dos grandes desastres, os impactos ambientais que a sociedade moderna produziu no cotidiano têm causado uma série de especulações sobre as mudanças ambientais globais. Cientistas de várias partes do planeta começaram a investigar em que medida os processos naturais estavam sendo alterados pelas atividades humanas (SANSOLO, 2002).

⁷¹ Em 1952, o ar densamente poluído de Londres, conhecido como *smog* (*smoke + fog*) provocou a morte de 1.600 pessoas. Em 1984, em Bhopal, Índia, o vazamento do gás metil isocianato da fábrica Union Carbide mata mais de 2 mil pessoas e afeta mais de 200 mil. Em 1986, ocorre a explosão de um reator na usina de Chernobyl, na Ucrânia, que mata cerca de 10 mil pessoas e afeta mais de 4 milhões inclusive em outros países. Em 1989, o petroleiro Exxon Valdez, colide com rochas e deixa vazar 42 mil toneladas de óleo cru no mar do Alasca, levando a morte mais de 34 mil aves, 980 lontras (DIAS, 2000).

Com efeito, houve um nítido crescimento do foco de preocupações acadêmicas em questões de ecologia e natureza a partir das décadas de 1960 e 1970 (SAVIOLO *et. al.*, 2005 p.15-16).⁷²

A compreensão do ambiente como um sistema que não pode recuperar infinitamente seu equilíbrio alterado, em função da interferência antrópica, é um ponto de partida para novas formulações (SAVIOLO *et. al.*, 2005).

Nesse contexto, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em 1972, na Suécia, conhecida como Estocolmo 1972, com a participação de 113 países (DIAS, 2000) representou um marco histórico importante, tendo como consequência a criação em 1983, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), com o objetivo de examinar os principais problemas ambientais e do desenvolvimento, em âmbito planetário, e de formular propostas realistas para solucioná-los, assegurando o desenvolvimento sem o comprometimento dos recursos naturais (DIAS, 2000). Esta Comissão publicou, em 1987, o documento “Nosso Futuro Comum”, que estabeleceu as bases conceituais da temática do desenvolvimento sustentável, definido-o como um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial, presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1991).

Segundo Vinha (2003), a expressão “desenvolvimento sustentável” nos primórdios de sua formulação, carregava uma dimensão de revolução cultural, científica e paradigmática, apoiada na visão holística e multidisciplinar de uma sociedade regida pela lógica ecológica.

A proposta parecia ser a de implementar, testar e divulgar maneiras de modificar os processos econômicos, de modo que eles não destruissem os sistemas ecológicos e sociais que

⁷² O livro Primavera silenciosa, de Rachel Carson, publicado em 1962, é citado frequentemente como um marco na historiografia do pensamento socioambiental, já que denunciou a poluição causada pelo uso de DDT e de outros agrotóxicos e conseguiu provocar um debate popular nos EUA sobre o tema (SAVIOLO *et. al.*, 2005).

garantem a vida e sua qualidade, distribuindo de maneira justa os benefícios advindos do desenvolvimento e mantendo-os por largo espaço de tempo, para todos os grupos sociais, o que pode ser conseguido diminuindo e eliminando os desperdícios dos recursos ambientais e a degradação dos ecossistemas, ambos resultantes das atividades econômicas (MAGALHÃES, 2001.).

Irving (2002a, p.19) afirma que,

“o conceito de desenvolvimento sustentável é apoiado em alguns vértices principais como equilíbrio de oportunidades e uso racional da base de recursos⁷³, considerando sua limitação às gerações futuras⁷⁴ e a sobrevivência da espécie humana numa sociedade mais justa”.

Fratucci (2005b) parece concordar com este argumento quando afirma que o desenvolvimento sustentável, equilibrado, e justo deve objetivar mudanças na direção do crescimento econômico, do bem estar social e do exercício da cidadania, permitindo que as comunidades tenham autonomia sobre os seus territórios e lugares e, consequentemente, sobre suas vidas. Ou seja, um processo de desenvolvimento que possibilite às comunidades locais a superação dos seus problemas e o avanço no sentido da obtenção de melhores condições de vida, que lhes propiciem maior grau de felicidade individual e coletiva.

No entanto, Irving (2002a, p.31) faz uma ressalva quanto à definição de desenvolvimento sustentável, afirmando que:

“quando se prega a manutenção do recurso natural e cultural para as gerações futuras e o bem estar das populações envolvidas, se estabelece, também um compromisso ético fundamental porque se pressupõe uma filosofia de vida diferenciada, norteada pelo compromisso de justiça social,

⁷³ Segundo Irving (2002a, p.19), “com base nos atuais padrões de consumo dos países desenvolvidos, alguns estudiosos apontam para uma necessidade de 15 a 25 vezes mais a disponibilidade de recursos naturais para um desenvolvimento eqüitativo das nações existentes”.

⁷⁴ “Atribuindo à geração presente a responsabilidade pela condição de vida de gerações futuras a ética da sustentabilidade faz da humanidade do presente responsável pela perenização da vida” (SAVIOLO *et. al.*, 2005 p.23).

democratização de oportunidades e percepção de longo prazo numa visão coletiva e solidária, e não egocêntrica...”⁷⁵

Para a Irving (2002b, p. 35),

“a concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais”.

Segundo D’ Ávila Neto e Maciel (1995), ações de desenvolvimento não são possíveis quando dissociadas do homem e de sua dinâmica cultural. Neste sentido, como Guattari (1991) afirma por sua vez, a Cultura tampouco pode ser separada da natureza, o que exige o compromisso de se pensar transversalmente estes temas.

Entretanto pelo fato de o adjetivo “sustentável” aparecer, hoje em dia, em todos os lugares, correndo até mesmo o risco de se tornar um modismo, inúmeras críticas vêm sendo feitas ao desenvolvimento sustentável (SAVIOLO *et al*, 2005).⁷⁶

De qualquer forma, a crescente percepção mundial dos problemas ambientais, sustentada em pesquisas realizadas por diferentes grupos de cientistas, contribuiu para o surgimento de uma “nova ordem ambiental” pós-década de 1970. Esta nova ordem impôs uma agenda ambiental planetária que se sobreponha aos interesses nacionais e locais, com metas e estratégias comuns a vários países, nas quais a questão da proteção dos recursos renováveis se apresentava como central e gerou em todo mundo o surgimento de movimentos organizados em torno da questão ambiental, cuja expressão jurídica mais evidente são as ONGs, que contribuíram para estabelecer uma nova via de comunicação e representação da sociedade frente aos poderes políticos constituídos (MEDEIROS *et al*, 2006).⁷⁷

⁷⁵ Esses compromissos só poderão ser alcançados se estiverem centrados em uma relação vivencial e afetiva com o outro e com o ambiente, onde todos vivem (IRVING, 2002a, p.31).

⁷⁶ Algumas delas podem ser encontradas em Fernandez (2004, p.191-195), Mesquita (2006).

⁷⁷ As ONGs se organizaram primeiro em países europeus e EUA e depois internacionalizaram suas atividades promovendo alianças com organizações locais e movimentos sociais em diversas partes do mundo, servindo como interlocutores capazes de gerar forte influência sobre os processos decisórios e levando as questões desses

Nessa perspectiva, a natureza começa a ser entendida como parte integrante dos elementos biológico e social, de forma que homem e natureza são percebidos como indissoluvelmente vinculados e o conceito de sustentabilidade é referido à construção social de tal vínculo (SAVIOLO *et al.*, 2005),

Portanto, a natureza é também Cultura, resultado de interações múltiplas e complexas, mutáveis e dinâmicas, limitadas em recortes espaço-temporais, que permitem a construção do sentido de localidade, territorialidade, identidade e pertencimento; assim, a problemática ambiental é cultural e refere-se à totalidade da vida em sociedade na Terra (LOUREIRO & AZAZIEL, 2006).

Entretanto, Saviolo *et. al.* (2005, p.14) chamam atenção para o fato de que

“se é certo que, por um lado, a onipresença do termo nos debates contemporâneos pode expressar real preocupação e empenho com as condições e possibilidade de perenizar e prover de qualidade a vida, não é menos verdadeira a possibilidade da retórica da sustentabilidade se degradar na apropriação oportunista de um termo “politicamente correto”.

Por isso, para que o desenvolvimento ocorra em bases sustentáveis, ou seja, com sustentabilidade, é preciso que todos os atores do *locus* social, como o poder público (federal, estadual e municipal), as universidades, e o setor privado nas áreas urbanas e rurais trabalhem de forma integrada em esforço concentrado com atenção ao *locus* biológico (SALLES, 2003).

O desenvolvimento sustentável tem sido percebido e interpretado como uma contraposição conceitual à modernização – um paradigma que tem dominado as ciências sociais⁷⁸ desde 1945, estruturando as políticas de desenvolvimento, e vem sendo crescentemente questionado desde os anos 70 (IRVING, 2002). Este desenvolvimento sustentável deve partir de um desejo comum de todos os atores radicados no cenário local,

grupos a serem incorporados nas políticas públicas. No Brasil esse fenômeno ocorreu de maneira significativa no Brasil, a partir da década de 80, com abertura política (MEDEIROS *et. al.*, 2006).

⁷⁸ As ciências naturais foram pioneiras no estudo da sustentabilidade (no aspecto ambiental), auxiliando o questionamento ambientalista desde seu início. Nas décadas recentes, as ciências sociais estudaram a sustentabilidade no aspecto social. Agora, impõe-se à pesquisa acadêmica a necessidade da interdisciplinaridade e da busca de diálogo entre saberes científicos e populares, já que a sustentabilidade é uma questão que diz respeito às condições de vida da sociedade (SAVIOLO *et al.*, 2005).

dotados de pleno conhecimento da realidade local e decididos a alcançar objetivos comuns (MAC SHARRY, 1992).

Segundo Irving (2002b, p.36),

“(...) três aspectos fundamentais norteiam o questionamento levantado: em primeiro lugar, a proposta de desenvolvimento sustentável, rompe com a noção de equivalência entre desenvolvimento e crescimento econômico, até recentemente apreendida como dogma⁷⁹. Em segundo, ela questiona a verdade de um padrão de desenvolvimento mais ou menos contínuo, linear e harmônico, aplicável para as sociedades instaladas ao longo de um mesmo eixo tendencial. Finalmente, a proposta questiona a idéia de que existe apenas uma única maneira e direção para a modernização ocorrer, e esta deve ser seguida por todas as sociedades humanas”.

Matheus *et al* (2005) confirmam que desde Estocolmo em 1972 têm surgido muitos movimentos que defendem o crescimento econômico modificado, orientado para a satisfação das necessidades humanas e a distribuição eqüitativa de renda, bem como o emprego de técnicas de produção comprometidas com a proteção dos recursos naturais. Isto ocorre, sobretudo, porque em muitos países do hemisfério sul houve crescimento sem que este fosse acompanhado do esperado desenvolvimento.

Tais movimentos, juntamente com os desdobramentos do documento “Nosso Futuro Comum”, popularizaram o termo “desenvolvimento sustentável” e serviram de base para as discussões da Rio 92 (DIAS, 2005) quando, além do acordos internacionais como as Convenções de Mudanças Climáticas e da Diversidade Biológica, foi gerado outro importante documento: a Agenda 21.

Segundo Rizzini e Agarez (2003), a Agenda 21 é resultado de um amadurecimento do debate da comunidade internacional sobre a compatibilização entre desenvolvimento econômico e proteção da natureza, e consequentemente, sobre a continuidade e a sustentabilidade da vida no planeta Terra, consistindo em um abrangente plano de ação (contendo temas, projetos, objetivos, metas, planos e mecanismos de execução para diferentes

⁷⁹ Até o início da década de 90, crescimento econômico e desenvolvimento eram encarados como indissoluvelmente conectados, não sendo colocada a possibilidade de desenvolvimento sem crescimento (Vinha 2003).

temas), a ser implementado pelos governos, agências de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas e grupos setoriais independentes, em cada área onde a atividade humana afeta a natureza.⁸⁰

Já para Barbieri (1997), a Agenda 21 constitui de um plano de ação para alcançar o desenvolvimento sustentável, podendo ser elaborado por qualquer cidadão em qualquer local, desde que haja a participação efetiva da comunidade e a formulação de parcerias com as instituições e o governo.

Entre os diversos relatórios que serviram de subsídio para a definição do conteúdo da Agenda 21, três merecem destaque: 1) Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza, resultado de esforços das organizações WWF e IUCN; 2) O Nosso Futuro Comum, relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e 3) Cuidando do Planeta Terra: Uma Estratégia para o Futuro da Vida, resultado de esforços do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em conjunto com a WWF e IUCN (RIZZINI & AGAREZ, 2003).

A Agenda 21, por outro lado, reitera a necessidade de o desenvolvimento sustentável passar obrigatoriamente pelo desenvolvimento do ser humano, embora a própria Agenda não faça qualquer referência à maneira como este desenvolvimento humano deve ocorrer, mantendo assim a questão do desenvolvimento sustentável, apesar da aparência inovadora, sob a sombra do paradigma dominante - esta é a posição de vários autores, tal como Leonardo Boff (MATHEUS *et. al.*, 2005).

⁸⁰ Ainda segundo os autores, esse plano de ação contém, 115 programas e aproximadamente 2.500 ações a serem implementadas. As quatro seções que o compõe abrangem os seguintes temas: a) dimensões sociais e econômicas (essa seção trata das relações entre meio ambiente e pobreza, saúde, comércio, dívida externa, consumo e população); b) conservação e manejo de recursos para o desenvolvimento (essa seção trata das maneiras de gerenciar recursos físicos para garantir o desenvolvimento sustentável); c) fortalecimento do papel dos grupos sociais (essa seção trata das formas de apoio a grupos sociais organizados minoritários que colaboram para sustentabilidade) e d) meios de implementação (essa seção trata dos financiamentos e papel das atividades governamentais e não-governamentais) (RIZZINI & AGAREZ, 2003).

No caso específico do turismo, este tema parece não ter tido um enfoque significativo na Rio 92 segundo Dias (2005), mas a preocupação com as questões ambientais pode ter servido de inspiração para discussões posteriores, que culminaram com a publicação da “Carta do Turismo Sustentável” (ANEXO A) em 1995 pela Conferência Mundial de Turismo Sustentável , e da “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo”, em 1996, pela OMT (<http://www.world-tourism.org/sustainable>), na qual “turismo sustentável” é definido como:

“(...) aquele que atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o futuro. Se concebe como um caminho para a gestão de todos os recursos, de forma que possam ser satisfeitas as necessidades econômicas, sociais, estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida” (OMT, 1996 p.30).⁸¹

Nesse contexto, Blos (2000 p.199) afirma ser

“fundamental entender a dinâmica que se estabelece entre a idéia e os imperativos de um projeto de desenvolvimento pela via do turismo, sobretudo em áreas que abrigam grupos e organizações sociais complexas e multidimensionais, minorando-se as margens de erro e os riscos que representam às populações”.⁸²

Segundo Pires (1999), o turismo sustentável objetiva atender às necessidades de lazer dos turistas e de desenvolvimento dos núcleos receptores, devendo proteger a natureza local, inclusive aquela fora das unidades de conservação e presentes no meio rural.

Já Ceballos-Lascuráin (1996), um dos primeiros a tratar deste tema, define o turismo sustentável como “(...) um tipo de turismo que é desenvolvido e gerenciado, de maneira tal, que toda a atividade (de alguma forma focalizada no recurso de patrimônio natural e cultural) possa continuar indefinidamente”.

⁸¹ Essa definição também pode ser aplicada ao turismo rural.

⁸² O meio rural pode ser caracterizado como uma área com essas características.

A Tourism Concern (*apud* MATHEUS *et. al.*, 2005, p.3) afirma que

“(...) o turismo sustentável opera de acordo com a capacidade de suporte⁸³ dos pólos receptores, possibilitando a regeneração dos recursos naturais, reconhecendo e incentivando a contribuição das comunidades locais por meio de suas manifestações culturais para o desenvolvimento turístico”.

Ainda segundo esta organização (*apud* MATHEUS *et. al.*, 2005, p.3), no turismo sustentável “(...) deverá sempre haver uma distribuição equitativa dos benefícios econômicos advindos das atividades recreacionais, enfatizando a participação da população local na tomada de decisões”.

De fato, o espaço “turistificado” somente poderá alcançar um desenvolvimento auto-sustentado partindo de suas bases e sendo protagonizado pelas comunidades, o que também deve ocorrer no espaço do turismo rural (MATHEUS *et. al.*, 2005).

Esta proposta se aproxima mais daquela formulada pela OMT (2003), segundo a qual o turismo sustentável, nele incluído o turismo rural, deve obedecer aos seguintes princípios: ser compatível com a conservação dos recursos naturais, históricos, culturais; ter seu desenvolvimento planejado e gerenciado de modo a não gerar problemas ambientais e sociais; a qualidade ambiental da área ser mantida e melhorada; haver a busca da satisfação dos turistas para que o destino seja competitivo; os benefícios serem compartilhados pela comunidade local.

Já a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo” (OMT, 1996) aponta, para o desenvolvimento de um programa de turismo sustentável, novas áreas de ação prioritária para os departamentos de governo e organizações representativas do *trade* turístico. São estas as áreas de ação:

- 1) avaliação da capacidade do quadro regulatório, econômico e voluntário para viabilização do turismo sustentável;

⁸³ A capacidade de suporte está relacionada com o estabelecimento do limite de turistas que o ambiente é capaz de suportar sem sofrer alterações significativas que inviabilizem sua utilização e já foi estudado por diversos autores como em Fearnside (1986); Cifuentes (1992), Acevedo Ejzman (1997) e Rodriguez (1992), entre outros.

- 2) avaliação das implicações econômica, social, cultural e ambiental das operações de organizações;
- 3) treinamento, educação e consciência pública;
- 4) planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável;
- 5) facilitação de intercâmbio de informações, habilidades e tecnologia relativas ao turismo sustentável entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento;
- 6) fomento ao envolvimento da participação de todos os setores da sociedade;
- 7) desenvolvimento de novos produtos turísticos com sustentabilidade;
- 8) avaliação do progresso do desenvolvimento sustentável;
- 9) estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável.

Para as empresas de viagem e turismo são estabelecidos procedimentos necessários para o turismo sustentável em dez áreas prioritárias (IRVING, 2002a):

- 1) Minimização do desperdício, através da reutilização e reciclagem;
- 2) Eficiência, conservação e gerenciamento energético;
- 3) Gerenciamento dos recursos hídricos;
- 4) Gerenciamento do esgoto;
- 5) Gerenciamento de substâncias tóxicas e/ou perigosas;
- 6) Gerenciamento dos sistemas de transporte;
- 7) Planejamento e gerenciamento do uso do solo;
- 8) Envolvimento da equipe, clientes e comunidades nas questões ambientais;
- 9) Desenvolvimento da sustentabilidade e
- 10) Estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável.

Todas estas diretrizes foram criadas porque, segundo Saviolo *et al* (2005), cada vez mais se desfaz a ilusão de que o turismo, mesmo o dito “verde”, seja uma “indústria limpa” e que ele substituiria a importância estratégica da indústria de transformação na geração de

empregos e receitas para o Produto Nacional sem gerar impactos semelhantes à indústria acima citada.⁸⁴

Sabe-se hoje que o turismo pode gerar impactos significativos no meio natural em que estiver sendo desenvolvido, bem como no meio social, que compreende as comunidades receptoras das destinações turísticas, inclusive nos circuitos turísticos rurais (IRVING, 2002a).

Os impactos ou efeitos de qualquer um dos segmentos do turismo, inclusive o turismo rural, podem ser positivos ou negativos, graves ou inócuos, dependendo do seu planejamento e das políticas públicas, quando elas existem (SAVIOLO *et al*, 2005).

Por isso, estas diretrizes representam um passo importante na direção do turismo sustentável, incluindo o turismo rural, uma vez que além de permitir a orientação de políticas públicas são oriundas do próprio setor, e não de estudos acadêmicos dissociados da prática turística (IRVING, 2002a).

Também tentando auxiliar na orientação de políticas públicas de turismo, Salles (2003) formulou alguns princípios. São eles:

- a) Princípio da Harmonia Ambiental: o turismo deve satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas mantendo simultaneamente a integridade cultural e ecológica.
- b) Princípio da Vontade Política: o turismo deve incluir a tomada de medidas políticas vigorosas baseadas em trocas em nível social, econômico e ambiental.
- c) Princípio da Estratégia: o turismo deve incluir a elaboração e a implementação de estratégias de proteção da natureza e de desenvolvimento sustentável para um estado, região, e/ou nação.

⁸⁴ Estudos sobre o monitoramento de impactos do uso público em áreas naturais passíveis de visitação podem ser encontrados em Sun & Walsh (1998), Magro (1999) e Passald (2002) entre outros.

- d) Princípio da Integração: o turismo deve incluir o planejamento e a operação de ações intersetoriais e integradas, envolvendo organizações governamentais, empresas privadas, organizações não governamentais, etc para obter o maior número possível de benefícios.
- e) Princípio da Ética⁸⁵: o turismo deve seguir princípios éticos que respeitem a Cultura e a natureza da área em foco, o modo de vida em nível econômico, a comunidade, o comportamento tradicional, os padrões de liderança e políticas.
- f) Princípio da Eqüidade: o turismo deve ser realizado com equidade, tendo em vista a justa distribuição de benefícios e custos pelos promotores do turismo e pelas áreas anfitriãs.
- g) Princípio da Informação: todas as informações sobre o turismo, inclusive seus efeitos sobre o ambiente humano e cultural, devem ser disponibilizadas para todos os envolvidos.
- h) Princípio do Incentivo à População Autóctone: se torna necessário incentivar a população local a assumir cargos de liderança no planejamento e desenvolvimento turístico, com a ajuda do governo, empresas, instituições financeiras e outros.
- i) Princípio da Análise: antes de qualquer projeto turístico ser implementado, devem ser efetuadas análises de planejamento econômico, social e ambiental dedicando uma especial atenção aos

⁸⁵ Embora a ética envolva a fixação de conceitos e preceitos o convívio também é fundamental no processo de aprendizado. Discutir uma nova concepção de desenvolvimento turístico, centrada em compromissos sociais e ambientais e em planejamento de longo prazo, requer uma abordagem de princípios, valores e códigos de ética e uma reflexão ética no turismo que tem representado um tópico secundário e que no contexto brasileiro a discussão ética no turismo, representa da mesma forma um item periférico, senão mesmo de contracultura. (Irving, 2002a).

diversos tipos de desenvolvimento do turismo e ao modo como estes podem se relacionar com práticas atuais e questões ambientais.

Pelo fato de serem muitos numerosos os exemplos de iniciativas de elaboração de princípios para o turismo sustentável, torna-se impraticável enumerar todos eles, inclusive porque isso tornaria a leitura demasiado cansativa (IRVING, 2002a).

Segundo a análise da UNEP (1995), em geral o conteúdo desses documentos trata principalmente dos seguintes temas:

- a) Compromisso global com o meio ambiente;
- b) Reconhecimento de responsabilidade global;
- c) Compromisso com práticas de gerenciamento aceitáveis ambientalmente;
- d) Cooperação entre os diversos setores;
- e) Consciência pública e
- f) Consideração do ambiente em planejamento e desenvolvimento.

Em função das questões levantadas sobre a Ética, foi estabelecido pela OMT, em 1999, o Código Mundial de Ética do Turismo (ANEXO B) (MIRANDA, 1998).

Este protocolo internacional, criado com o objetivo de incorporar princípios éticos à gestão do turismo, representa também uma conquista global, já que sua formulação atende aos princípios de sustentabilidade da Agenda 21, buscando conciliar a proteção do meio ambiente e o combate à pobreza. Além disso, ele apresenta princípios relacionados ao turismo como instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo, e também como fator de desenvolvimento sustentável, de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio e respeito mútuo entre homens e sociedades sob a luz da Ética (PACHECO & IRVING, 2005).

Entende-se por “Ética”, o conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens, na sociedade em que vive, em busca do bem estar social (MIRANDA, 1998).

Segundo Irving (2002a p.18),

“a etimologia da palavra ética tem origem no grego, com base em dois termos: éthos que inicialmente significava casa, moradia e, posteriormente, caráter, modo de ser, a qualidade intrínseca do homem: e, também, éthos, no sentido de costumes, hábitos e qualidade adquiridos”.

Para Valls (1986), Ética corresponde a uma reflexão científica, filosófica ou até teológica sobre os costumes, ou sobre as ações humana, tendo como função explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes.

Segundo Boff (2003 p.11), “ética é um conjunto de valores e princípios que valem para todos, pois estão ancorados na nossa própria humanidade. É a ética que, concretamente, orienta as práticas pessoais e sociais”.

De acordo com Irving (2002a p.25), a discussão ética no turismo deve levar em consideração certos tópicos essenciais, como:

- a) “A irreversibilidade do processo de transformação induzido pelo turismo, nesse caso, a reflexão dirige-se à responsabilidade de todos os atores envolvidos no desencadeamento e/ou fortalecimento de um destino turístico, frente à percepção de que o desenvolvimento da atividade pode, ou não induzir melhoria da qualidade de vida das populações locais; e freqüentemente vem-se tornando até agente de deterioração dos padrões locais;
- b) O marketing turístico oportunista, com todas as suas consequências diretas e indiretas, sendo, portanto premente o envolvimento efetivo dos profissionais da área de comunicação no desenho de novas estratégias;
- c) O planejamento socioeconômico regional integrado, tendo em vista que a abordagem compartimentada do setor tem, com freqüência, ocasionado uma interpretação equivocada de seus resultados potenciais, criando falsas expectativas, a partir da compreensão imediatista do turismo como mecanismo linear de recuperação de padrões de qualidade de vida de uma localidade;
- d) Negligência generalizada do planejamento turístico com relação ao próprio turista como elemento central do processo, tendo em vista seus desejos e motivações na busca do imaginário, do simbólico, do intrapessoal.”

Em função de todas estas idéias, o pensamento ético parece ser central no desenvolvimento não apenas de um turismo sustentável, mas, sobretudo, de uma sociedade sustentável, a despeito da crise ética e moral da sociedade de forma geral abordada pela Agenda 21 (TOLLE, 2004).

De acordo com a Agenda 21, em uma sociedade sustentável cinco dimensões devem estar em equilíbrio: a social, a econômica, a cultural, a ambiental e a espacial (Matheus *et. al.*, 2005), sendo indispensável ter consciência de que a sustentabilidade de uma dimensão, não garante por si só a sustentabilidade de outra dimensão, embora cada dimensão influencie as demais, tornando-se necessário, por isso, pensar as dimensões numa perspectiva sistêmica (SAVIOLO *et. al.*, 2005).

Becker *et. al.*, (1997) afirmam que colocar em prática a perspectiva de sustentabilidade exige o conhecimento sobre as interações entre a sociedade, a economia, a política e a natureza.

Já Irving (2002b p.36) afirma que,

“a visão de sustentabilidade enfatiza a diversidade dos padrões e caminhos sociais do desenvolvimento, dependendo das peculiaridades de uma dada sociedade e o seu “Estado da Arte” sob a ótica cultural, política, e ecológica. Tanto é assim, que em termos globais de avaliação dos países, novos indicadores⁸⁶ estão sendo estabelecidos, incluindo os aspectos sociais (como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH) e ambientais”.

Entretanto, assim como os novos indicadores são importantes, especificamente no turismo, Salles (2003) afirma que a sustentabilidade envolve prioritariamente dois objetivos: o de assegurar que o desenvolvimento do turismo não prejudique a manutenção dos processos ecológicos indispensáveis - a proteção da natureza e dos recursos biológicos - e assegurar que o mesmo desenvolvimento seja compatível com a Cultura e com os valores da comunidade,

⁸⁶ Entre os novos indicadores podem ser citados os indicadores de sustentabilidade turística como os criados por Abidin (1999), Bartholo *et. al.* (2006a) e Bartholo *et. al.* (2006b), Souza (2007), Cintra (2007) e Filletto *et. al.* (2007) entre outros.

mantendo e reforçando a identidade comunitária, permitindo que as pessoas controlem suas próprias vidas.

Já Dias (2005, p.108) estabelece que “o desenvolvimento do turismo sustentável está baseado na sustentabilidade em três dimensões centrais: econômica, sociocultural e a ambiental”⁸⁷, isto é, a sustentabilidade econômica garantindo que o desenvolvimento econômico seja eficiente e beneficie a todos os atores envolvidos e à comunidade receptora atual e futura; a sustentabilidade ambiental garantindo que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos recursos naturais, de modo que estes continuem existindo e beneficiem as gerações presentes e futuras; a sustentabilidade sociocultural garantindo a diminuição das desigualdades sociais e a conservação dos patrimônios materiais e imateriais da Cultura local.

Entretanto, em termos dos benefícios sociais diretos, as expectativas positivas em torno do turismo podem ser frustradas pela exclusão que ocorre quando os melhores postos de trabalho são ocupados por pessoas “de fora”, com maior nível de escolaridade, só restando para a população local funções não qualificadas e de baixo salário. Mesmo assim o resultado pode ser positivo se o índice de desemprego na região for alto, o que geralmente ocorre no meio rural (o que explica o êxodo rural) e o turismo fizer com que este índice diminua através da criação de novos postos de trabalho, mesmo que de baixa remuneração. A atividade turística pode ter um impacto mais positivo se estiver integrada a uma política voltada para empregar e capacitar pessoas do lugar, estimulando seu aperfeiçoamento educacional (SAVIOLO *et al*, 2005).

Ainda em relação à dimensão social e cultural da sustentabilidade relacionada ao turismo, o mesmo autor faz importantes esclarecimentos: na dimensão social deve ser

⁸⁷ Saviolo *et al* (2005) incluem outras duas dimensões nessa relação: a dimensão espacial, relacionada ao uso e ocupação dos espaços, e a dimensão político-institucional, que envolve os mecanismos de políticas públicas e a prática de governança. Entretanto, a primeira poderia ser incluída na dimensão ambiental e a segunda na dimensão social.

observada a possibilidade de enfrentamento de carências e problemas locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, equidade e justiça social das pessoas e comunidades afetadas pelas práticas turísticas; na dimensão cultural, é importante que as práticas turísticas possibilitem não somente o encontro do turista com outra Cultura em um outro lugar, mas dos próprios residentes com os atrativos turísticos de outra forma vivencial, que serve de base para o resgate e proteção da Cultura local, em oposição à proposta da oferta de experiências superficiais e invasoras em atrações inventadas, apoiadas sobre a produção de pseudo-acontecimentos.

Nesse contexto, para que as bases de sustentabilidade sejam atingidas no turismo em suas diversas dimensões, no Fórum sobre Globalização e Desenvolvimento realizado em Barcelona em 2004 (AHUES, *apud* DIAS, 2005) foram definidas algumas condições, apresentadas a seguir:

- a) Deve ser formulada uma política de turismo em nível nacional, regional e local, que seja ordenada e regulamentada;
- b) O estabelecimento de uma política de turismo deve resultar de um processo participativo, no qual são consultadas todas as partes interessadas e especialmente a comunidade local;
- c) O turismo deve ser adotado com um enfoque integrador, como parte do desenvolvimento da localidade ou do país, ao passo que a infra-estrutura turística e a formação de recursos humanos são planejadas de acordo com as necessidades locais;
- d) A avaliação do impacto ambiental deve ser realizada previamente em todos os projetos turísticos;
- e) A gestão das empresas e dos destinos turísticos deve ser centrada nas questões ambientais, econômicas e culturais locais;

- f) A capacidade de suporte estabelecida (física, social, econômica) deve ser respeitada pelos atores envolvidos limitando em função disso o crescimento do turismo.

Já Ever (1992) acredita que para a sustentabilidade turística, os seguintes princípios devem ser observados: a) uso sustentável dos recursos naturais; b) manutenção da diversidade biológica e cultural; c) integração do turismo no planejamento; d) suporte às economias locais; e) envolvimento das comunidades locais; f) consulta ao público e aos atores envolvidos; g) capacitação de mão-de-obra; h) marketing turístico responsável; i) redução do consumo supérfluo e desperdícios e j) desenvolvimento de pesquisas. Estes princípios valem para qualquer um dos segmentos do turismo, e consequentemente para o turismo rural.

Assim,

“o panorama da sustentabilidade turística incorpora a análise da inter-relação das dimensões ambientais, culturais, econômicas e políticas, assim como pontos de vistas diversificados, que configuram uma variedade de tendências e interesses. Esta perspectiva deve ser incorporada às políticas de desenvolvimento turístico, garantindo a conservação dos valores materiais e imateriais essenciais para o bem estar de todos os agentes envolvidos pelo setor” (PACHECO & IRVING, 2005, p. 312).

Entre os indicadores desenvolvidos por vários autores (SOUZA, 2007; CINTRA, 2007; FILLETO *et. al.*, 2007) para facilitar a análise da sustentabilidade do turismo em áreas naturais, no Brasil, em suas várias dimensões, vale destacar os de Bartholo *et. al.* (2006a) e Bartholo *et. al.* (2006b).

Estes autores selecionaram como indicadores de sustentabilidade ambiental, entre outros a presença ou ausência de áreas naturais; a presença ou ausência de poluição (nas suas diversas formas, sobretudo efluentes e resíduos sólidos); o tipo de energia utilizada e a forma de sua utilização (economia ou desperdício). Como indicadores de sustentabilidade social foram selecionados: participação, impacto social, trabalho e renda gerados pela atividade, condições de trabalho e, finalmente, saúde e educação dos atores envolvidos, sobretudo da comunidade receptora. Como indicadores de sustentabilidade espacial foram selecionados:

impacto da ocupação (uso do território) e paisagismo (presença ou ausência e a manutenção dos jardins). Como indicadores de sustentabilidade econômica foram relacionados: o impacto na economia, emprego e sazonalidade. Como indicadores de sustentabilidade cultural foram selecionadas: as relações estabelecidas (tipos e características) e a valorização da identidade local.

Levando em conta estes aspectos, Corrêa (2004) procura relacionar a temática da sustentabilidade com a atividade turística. Segundo o seu ponto de vista, no turismo ligado à natureza (como no turismo rural, por exemplo), temos os seguintes postulados:

- a) Já que um ambiente degradado e exaurido não se presta à atividade turística, a proteção da natureza pode ser considerada uma das bases dessa atividade. Esta realidade implica na reversão dos processos de degradação da natureza através do uso racional dos recursos naturais renováveis, respeitando sua capacidade de suporte, de reposição e depuração – ou seja, não retirando mais produtos do que o ambiente é capaz de repor, nem lançando mais dejetos do que ele pode depurar. A reversão dos processos de degradação se faz também através da recuperação das áreas degradadas e de atividades de educação ambiental com os atores do setor (entre eles o próprio turista), passando ele a contribuir também para a sustentabilidade ecológica e ambiental do turismo;
- b) A melhoria da qualidade de vida da população local através da atividade turística pode levar à fixação do homem nas áreas onde esta atividade se realiza, em função da geração de emprego, trabalho e renda, e consequentemente evitar a ocupação desordenada nas cidades, fruto do êxodo rural, contribuindo assim para a sustentabilidade social e econômica do turismo;

- c) A longo prazo, o contato entre pessoas e o intercâmbio de vivências e informações podem auxiliar na integração nacional, o que pode contribuir para a sustentabilidade cultural do turismo.

A atividade turística, se bem organizada, pode contribuir para o aumento do nível de conscientização para a proteção da natureza, inclusive no meio rural, podendo significar uma alternativa viável para a sustentabilidade de uma área protegida (IRVING *et. al.*, 1999).

Entretanto, a indústria turística tem sido implantada em velocidade e magnitude crescentes, principalmente em regiões menos favorecidas sob a ótica socioeconômica, mas extremamente privilegiadas com relação ao seu patrimônio cultural e ambiental, e nestes casos a indústria turística freqüentemente tem sido responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental (IRVING, 2002a).

Segundo Matheus *et al* (2005), embora a atividade turística seja encarada como uma das principais formas possíveis de desenvolvimento sustentável para o futuro, gerenciá-la com sustentabilidade em suas várias dimensões ainda é uma questão difícil de ser equacionada.

Esta asserção é confirmada por Urry (2001), que afirma existirem, na escala do turismo contemporâneo, limites fundamentais que derivam dos imensos custos do congestionamento e do excesso de gente, com efeitos indesejáveis – tais como a falta de paz e silêncio e a destruição da paisagem – contrários à sustentabilidade.

No entanto, um dos atores envolvidos na construção da perspectiva sustentável do turismo é o próprio turista.

Por este motivo, o Código de Ética Mundial do Turismo reconhece o turista como agente participativo para um turismo responsável e sustentável (PACHECO & IRVING, 2005).

Apesar disto, de acordo com Urry (2001), parece que o turista tem sido esquecido nesse processo.

Segundo Pacheco e Irving (2005), embora o setor turístico esteja sempre atento à identificação de tendências que redefinem a qualidade de produtos e serviços, ainda não considerou o turista em uma perspectiva de sustentabilidade, o que implica em refletir sobre possíveis formas de interlocução entre e o turista e os setores como um todo, e implica também em interpretar tendências de sustentabilidade turística na atualidade e seus reflexos significativos na dinâmica de desenvolvimento do turismo.

A possibilidade de estender o exercício da co-responsabilidade ao turista e à comunidade é calculada de forma incipiente, já que em função das estratégias de publicidade⁸⁸ são poucas as informações relativas à caracterização sociocultural do destino; e são excluídas dos processos de decisão algumas questões essenciais para a sustentabilidade turística e que exigem maior atenção por parte dos técnicos do setor, tais como os interesses e direitos das comunidades locais e a proteção da natureza. (PACHECO E IRVING, 2005).

Segundo Irving (2002b) a participação social tanto do turista como da comunidade no processo de tomada de decisões é um pré-requisito à sustentabilidade e à legitimidade de todo e qualquer projeto, inclusive turístico, planejado e implementado sob tal designação conceitual.

A adequação do setor turístico brasileiro a critérios de sustentabilidade constitui uma importante ferramenta de propaganda favorável aos destinos nacionais nos principais centros emissores internacionais (Pacheco & Irving, 2005).

Mesmo em pequena escala, as experiências de participação e envolvimento da comunidade e do turista, na tomada de decisões e no equacionamento de problemas comuns podem ter um papel singular na mudança de mentalidade dos atores envolvidos, no sentido de

⁸⁸ “Muitas vezes, a obtenção de uma informação depende exclusivamente da iniciativa pessoal do turista, em seu próprio local de origem, no período anterior à viagem, através da internet. Estratégias de publicidade para vender a imagem de um destino tendem a abreviar os dados ‘relevantes’ relacionados ao contexto local” (PACHECO & IRVING 2005 p.321).

co-responsabilidade e exercício de cidadania, elementos essenciais ao desenvolvimento efetivo das sociedades humanas (IRVING, 2002).

A participação social em um desenvolvimento com sustentabilidade se insere num projeto social e político cujos protagonistas são atores sociais afetados pela situação (SAVIOLO *et. al.*, 2005).

Entretanto, Irving (2002, p.38) chama atenção de que:

“Tal participação emerge como um elemento de contracultura e constitui a única garantia ética de sustentabilidade de um processo efetivo de desenvolvimento, sobretudo num país como o Brasil, com significativas heterogeneidades regionais, com desafios sem precedentes na busca de equilíbrio social e resgate de cidadania, com cultura paternalista e assistencialista, historicamente dominante no país, responsável por uma inércia crônica dos grupos minoritários e por uma estratégia político-administrativa excessivamente centralizada.”

No que diz respeito à participação social, Pacheco e Irving (2005, p.323-324) chamam atenção para a relação sustentabilidade/capital social. Segundo as autoras:

“A perspectiva de sustentabilidade, através de critérios tangíveis e intangíveis, pode considerar a noção de capital social como panorama e como desafio. Além dos mecanismos formais que regulam as ações sociais, como leis, as instituições e as regras que orientam a dinâmica do mercado, outros fatores incidem sobre os processos sociais: mecanismos informais, que envolvem solidariedade, ética, simpatia, confiança⁸⁹. Uma atenção crescente vem sendo dada a estes valores, que passaram a ser reconhecidos e incorporados a processos de mudança institucional e social...”

Outro fator bastante citado como componente do capital social são as redes sociais, que têm importante papel no desenvolvimento com sustentabilidade, mas cujo processo de construção é condicionado por fatores culturais, políticos e sociais (MATERLETO & SILVA, 2004).

No processo de construção de redes, os princípios de solidariedade e cooperação que influenciam comportamentos, idéias, instituições e ações públicas tantas vezes desprezados,

⁸⁹ Esses valores intangíveis são designados de capital social.

ganham legitimidade como indicador social de produtividade. (PACHECO & IRVING, 2005).

Como o conceito de capital social é multidimensional, é necessário que sua análise seja feita em vários níveis (MATERLETO & SILVA, 2004), e avaliar cada um dos fatores e princípios que o influenciam fugiria ao contexto deste trabalho.

Desta forma, o capital social é um componente que deve ser mobilizado em uma perspectiva de sustentabilidade turística. Esta mobilização significa, para o setor turístico, o reconhecimento de recursos alternativos a serem efetivamente inseridos em uma abordagem mais integrada, dinâmica e criativa sobre as relações entre capital econômico e capital social no que diz respeito a condutas, valores e relações que atravessam as interações entre governos, empresas, comunidades e o próprio turista, sugerindo que as estratégias que têm conduzido as políticas do setor sejam repensadas (PACHECO & IRVING 2005).

Embora o tema da sustentabilidade esteja longe de ser um paradigma unificador, talvez sua maior contribuição seja a de constituir um gerador de problemas que introduz questões inovadoras em turismo – inclusive no turismo rural, que deve ser pensado, planejado e realizado à luz deste paradigma (SAVIOLO *et al*, 2005).

Desta forma, as recomendações feitas para a realização de um turismo sustentável, ou seja, com sustentabilidade nas suas diversas dimensões, podem ser aplicadas ao turismo rural.

Entre as questões inovadoras introduzidas pelo paradigma da sustentabilidade, uma em especial emerge nesta dissertação: sob a ótica da sustentabilidade ambiental, de que forma o turismo de forma geral, e o turismo rural de forma específica, podem constituir um vetor para a proteção da natureza? No capítulo seguinte será apresentada a relação possível entre o turismo e a proteção da natureza.

4 O TURISMO E A PROTEÇÃO DA NATUREZA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Nesse capítulo será apresentado o histórico e a gestão de parques nacionais, iniciando com o turismo como vetor da proteção da natureza.

4.1 O turismo como vetor para a proteção da natureza: um desafio possível?

Além dos aspectos socioculturais, um dos principais elementos motivadores de deslocamento turístico parece ser a natureza: a própria paisagem, a flora, a fauna, as montanhas, as praias, etc (DIAS, 2005). Molina (2001) parece concordar com esta afirmação quando menciona que o turismo baseia-se na natureza.

Entretanto, a atratividade da natureza vincula-se à percepção do turista quanto ao seu estado de conservação, percepção esta que varia de uma pessoa para outra, dependendo da concepção que cada pessoa tem da conservação e do seu grau de isolamento, o que determina a qualidade subjetiva da experiência turística (URRY, 2001).⁹⁰

De qualquer forma, parece que quanto menos alterada e degradada for a natureza, maior a sua capacidade de atrair turistas, de forma que, o estado da natureza determina a seleção de um destino turístico (MAGRO, 2002).

Molina (2001, p.54) afirma que “é difícil imaginar um empreendimento turístico bem-sucedido assentado às margens de um lago ou de um mar malcheiroso e poluído”, sobretudo para o turista que, em geral tolera mais facilmente a fumaça das cidades onde vive do que sujeira ou poluição em uma praia, um mar ou lago do lugar que visita, mesmo que o nível de poluição seja baixo e constitua uma ameaça à saúde menor do que a fumaça urbana diária.

⁹⁰ Por exemplo, apesar de uma montanha poder ser contemplada por sua beleza independente de quantas pessoas a estejam contemplando, a mesma montanha pode ser encarada como um santuário da natureza, onde os indivíduos para apreciá-la, desejam estar só (URRY 2001).

Por isso, Irving (2002a) conclui que o turismo depende da natureza para o seu desenvolvimento e dependerá ainda mais no próximo milênio.

Entretanto, para Vera (1997) e Saviolo *et. al.* (2005) o turismo, como fator responsável pela construção de novos espaços regionais e locais, tem gerado impactos nas sociedades e nos territórios e na maioria dos casos, tem se mostrado como predatório da natureza, contrariando os pressupostos básicos para sua realização de forma sustentável, como proposto por diversos autores (OMT, 1996; PIRES, 1999; CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996; OMT, 2003; IRVING, 2002^a; MATHEUS *et. al.*, 2005).

É inegável a progressiva destruição dos ecossistemas naturais de uso turístico, sobretudo, pelo turismo convencional, que demanda uma transformação radical dos ecossistemas e um grande consumo de recursos naturais, muito além do que o ambiente pode fornecer (MOLINA, 2001).⁹¹

Segundo Misham (1969), o turismo de massa destrói os lugares que são visitados, porque o espaço é limitado. Assim a próxima geração herdará um mundo quase desprovido de lugares de rara beleza natural.

Por isso, Urry (2001, p.66) afirma que “permitir que o mercado se desenvolva sem regulamentação tem por efeito destruir aqueles mesmos lugares que são os objetos do olhar do turista”.

Irving *et al* (1999) concordam com este autor, já que para eles os modelos tradicionais de desenvolvimento turístico têm sido freqüentemente associados à descaracterização da Cultura local, à exclusão social e econômica das populações residentes e à geração de impactos negativos na natureza.

⁹¹ Segundo Molina (2001), como o processo de destruição dos ecossistemas naturais foi estudado pela ecologia, é mediante a aplicação dos conhecimentos dessa área que se pode reverter os danos, até se alcançar a compatibilidade entre a atividade turística e o ambiente natural. Entretanto, a Ecologia, não foi aplicada a esta atividade que deveria contar, mais que qualquer outra, com claros objetivos de proteção da natureza, junto com os de ordem econômica e social.

O que se observa na maior parte das áreas onde são praticados lazer e turismo é a quase total despreocupação com os ecossistemas locais, tratado-os como mais uma “mercadoria” a ser consumida (MATHEUS *et. al.*, 2005).

Assim, já há algum tempo Mishan (1969) alerta que a indústria do turismo, em seus competitivos embates para desvendar todos os lugares que antes ofereciam repouso e tranquilidade, encantamento, Cultura e natureza a uma multidão abastada, está literal e irrevogavelmente destruindo-os.

Entretanto há mais de três décadas Beckerman (1974) já havia levantado duas questões:

“Em primeiro lugar, a preocupação com os efeitos do turismo de massa é, basicamente, uma ansiedade de “classe média”, a exemplo de muitas outras preocupações com o meio ambiente. Isso ocorre porque as pessoas realmente ricas estão completamente a salvo das massas nos balneários muito caros, em seus iates e ilhas particulares, em suas propriedades isoladas. Em segundo lugar, a maior parte dos grupos afetados pelo turismo de massa se beneficiam dele, incluindo até mesmo alguns dos visitantes pioneiros que encontram à sua disposição certos serviços que outrora era impossível obter, quando o número de turistas era pequeno”.

Assim, estabelece-se um paradoxo, uma vez que, em tese, quanto maior a presença de turistas num determinado local, mais alterações podem ser causadas na natureza e na comunidade receptora, o que poderia servir para afastar o próprio visitante deste destino (MAGRO, 2002).

Neste contexto, como o turismo depende em grande parte da natureza, não pode prescindir de sua proteção. Se utilizada de forma sustentável, a natureza pode ser usada indefinidamente, sem colocar em risco sua capacidade de atrair turistas, possibilitando assim a geração de renda e emprego, seja para as gerações atuais, seja para as futuras (CORRÊA, 2004).

A utilização sustentável da natureza assegurando os valores e as necessidades das gerações presentes e futuras é um dilema que ainda se impõe à sociedade contemporânea (MEDEIROS *et al.*, 2006) e demanda o estabelecimento de estratégias de gestão ambiental do

empreendimento turístico que incluam a economia dos recursos hídricos, o tratamento de esgoto doméstico, a redução, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos para diminuir seu acúmulo na paisagem e, ainda, o controle da capacidade de suporte. Todos estes aspectos são abordados por Irving (2002a).

Para Sansolo (2002), no entanto, a gestão ambiental eficiente ocorre quando as comunidades locais estão organizadas e participam desse processo, com estruturas realmente democráticas que possibilitem a eleição de interlocutores capazes de transmitir as idéias da comunidade⁹² e de estabelecer suas próprias prioridades locais (ROCHAEL-NASCIUTTI, 2000).

Decerto, segundo Irving *et al* (1999) a participação das comunidades locais no turismo, desde o seu planejamento, representa um elemento essencial não só para a sustentabilidade do turismo, mas para a proteção da natureza em áreas de extrema importância e vulnerabilidade no que se refere à biodiversidade regional.

Parece ser igualmente importante para a gestão ambiental do empreendimento turístico a definição da conduta a ser adotada por cada turista e pela comunidade, juntamente com uma ampla divulgação destas normas e uma estratégia de educação ambiental para que a capacidade de suporte local possa ser mantida.

Atualmente, as formas de controle e regulação da conduta do visitante, incluindo o turista, limitam-se a procedimentos essencialmente informativos e educativos e têm por finalidade harmonizar e melhorar as condições sociais associadas ao turismo. Entretanto, avançam as discussões acerca da necessidade de identificação e aplicação de critérios de qualidade com relação à conduta do visitante, visando à redução dos impactos sociais e ambientais gerados nos destinos (PACHECO & IRVING, 2005).

⁹² A organização, a estrutura democrática e a comunicação do Circuito Turístico Tere-Fri serão objeto de análise no trabalho de campo da presente dissertação.

Para Irving (2002a), a UNEP, com tal compreensão, publicou um relatório técnico intitulado Códigos Ambientais de Conduta para o Turismo, com o objetivo de divulgar os códigos existentes e fornecer diretrizes para outros que venham a ser elaborados no futuro. Ainda segundo a autora, os códigos de conduta são elaborados por iniciativa governamental com o objetivo de subsidiar a discussão nacional sobre o tema. É exemplo, neste caso, o documento “Diretrizes para o Turismo Antártico”, a partir da reunião consultiva do Tratado Antártico. Muitos outros códigos ambientais são também elaborados pelas associações da indústria do turismo em amplitude nacional, como bem complementa a autora. São eles, entre outros: “Princípios do Turismo Ambientalmente Responsável”, da Nova Zelândia, e a publicação “Turismo e Meio Ambiente”, da Associação da Indústria de Viagem da América.

Além de códigos de visitação e conduta, segundo Dias (2005) é necessário que se monitore o modo como a natureza está respondendo à visitação, com base na capacidade de suporte, de forma a possibilitar um planejamento de curto e médio prazo e a adoção de medidas para manter o fluxo turístico dentro de uma faixa aceitável e segura.

Neste contexto, a partir da segunda metade da década de 1970, começaram a ser intensificados os estudos sobre os efeitos ambientais do turismo (DIAS, 2005). Tal preocupação com os impactos ambientais e sociais do turismo resultou na Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, documento da OMT, publicado em 1980 (ANEXO C). O item 18 desse documento estabelece que

“a satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo...”, e que “todos os recursos turísticos pertencem ao patrimônio da Humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver os esforços necessários para sua preservação” (OMT, 1980, p.4).

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992 (popularmente

conhecida como Rio 92), houve um aumento progressivo da preocupação com as questões ecológicas, tanto mundiais como nacionais; isto pode ter provocado no *trade* turístico e no turista uma elevação do nível de exigência do ponto de vista ambiental, no que se refere à escolha dos destinos turísticos, demandando dos governos – federal, estaduais e municipais – ações concretas para a proteção da natureza, de forma geral, e dos atrativos, de forma específica (DIAS, 2005).

Com relação a este aspecto, Molina (2001, p.73) afirma que

“as pesquisas de opinião destacam que os turistas dos principais países emissores, Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, consideram-se majoritariamente “ambientalistas”, ou seja, interessados na qualidade ambiental dos lugares que visitam, o que condiciona sua decisão de visitá-los ou não”.

De fato, o que se observa no mundo inteiro é uma preocupação crescente com a proteção da natureza, o que tem estimulado um novo filão do turismo: a natureza. Neste caso, esta nova forma de valorização do espaço vem remodelar as atividades existentes no destino em função desta preocupação e do atendimento aos turistas (DEL GROSSI, 1999).

Assim como a Rio 92 teve um impacto significativo na mobilização da sociedade civil organizada, levando diversas ONGs, instituições de ensino e esferas do poder público a incorporar a educação ambiental como tema transversal de atuação (IRVING, 2002a), o mesmo ocorreu com alguns segmentos do turismo, nos quais foi incluída a educação ambiental como um dos pressupostos teóricos e práticos para sua realização em áreas protegidas (BUENO, 2007; COSTA & CARVALHO 2007; LAPA & CUNHA, 2007).

Assim, conforme Salles (2003), a questão de como utilizar a natureza de forma sustentável cada vez mais deixa de ser de ordem teórica e se torna prática, exigindo respostas específicas, inclusive por parte do setor de turismo.

No meio rural, a proteção da natureza foi estabelecida como obrigatória a partir de 1965, com a instituição do Código Florestal Brasileiro (Lei 4771/65). Nele, em seu artigo 1º,

§ 2º, foi instituída a figura da “reserva legal”, que corresponde à “(...) área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas” (BRASIL, 1965).

Apesar da obrigatoriedade da proteção, é admitido nos limites da reserva legal o uso sustentável dos recursos naturais nos locais onde o turismo rural pode ser uma alternativa de uso econômico desta área.

Da mesma forma, é possível que proprietários de terra no meio rural possam de maneira voluntária estabelecer áreas protegidas com a finalidade não somente da conservação dos recursos naturais, mas também do seu uso sustentável. Este é o caso da RPPN, uma categoria de unidade de conservação prevista no SNUC (BRASIL, 2000) que vem cada vez mais sendo utilizada como estratégia para o desenvolvimento de atividades ligadas ao ecoturismo.

Entretanto, o turismo rural não vem promovendo a utilização sustentável tanto das reservas particulares do patrimônio natural como das reservas legais, sendo desconhecida no Brasil a situação destas áreas de proteção da natureza (MEDEIROS *et al.*, 2006).

No contexto dos aspectos apresentados, é possível concluir que existe uma relação entre o meio rural, o turismo rural, a sustentabilidade nas suas várias dimensões e a proteção da natureza, no sentido em que o meio rural, com a estrutura agrária deficiente, ou seja, com a presença de latifúndios improdutivos, além de gerar conflitos pela posse da terra aumenta a demanda pela terra em áreas de ecossistemas naturais e a pressão sobre a biodiversidade (SILVA, 2006), inclusive em áreas protegidas, onde a caça, a pesca e o extrativismo vegetal se tornam fonte de subsistência das populações excluídas (HAUFF, 2004). Além disso, nos latifúndios improdutivos o turismo rural não é implantado como atividade estratégica

complementar na geração de renda no meio rural (BLOS, 2000), associado à interpretação e educação ambiental, que poderia, nesse contexto, transformar a natureza em atrativo, base dessa atividade turística, aumentando sua valorização e sua proteção. Perde-se assim a oportunidade de diminuir a pressão sobre a biodiversidade nas formas citadas e de contribuir para o desenvolvimento local com a sustentabilidade referida (SILVA, 2006).

Por outro lado, a insuficiência da geração de renda no campo tem contribuído para o êxodo rural, provocando a perda de identidade cultural do homem do campo e o inchaço das grandes cidades, afetando assim a sustentabilidade de outras regiões (COSTA *et al* 2005). Estes fatos parecem indicar que tudo está interconectado: campo/natureza/cidade/Cultura.

Neste contexto, fazer a reforma agrária de forma eficiente, aliada à implantação do turismo rural nas pequenas propriedades – inclusive nas áreas de reserva legal e RPPN, conforme recomenda Tiradentes (2006) – com proteção da natureza, segundo preconiza Silva (2006), pode ser um dos caminhos para o desenvolvimento do meio rural do Brasil, com sustentabilidade local em suas várias dimensões, destacando-se a possibilidade de inclusão social, a diminuição do êxodo rural e de sua consequência: a superlotação das grandes cidades (BLANCO, 2004).

O turismo rural pode contribuir de fato para a inclusão de comunidades através da geração de novas oportunidades de prestação de serviços ligados direta e indiretamente à sua existência, tornando-se fonte de alternativas econômicas de baixo impacto ambiental nas regiões onde se encontra e contribuindo para a diminuição de ações impactantes e/ou predatórias no entorno e dentro das unidades de conservação (HAUFF, 2004).

Para Irving *et al* (1999), a atividade turística, se bem organizada, também pode contribuir para o aumento do nível de conscientização do turista e da comunidade receptora para a proteção da natureza e da Cultura local.

Zimmermann concorda com isto (2006), ao afirmar que, da mesma forma que o turismo verde (ecoturismo e turismo rural) pode contribuir para a proteção da natureza, o contato do turista com esta, sobretudo em unidades de conservação, pode sensibilizá-lo para a importância da natureza e resultar em mudança de comportamento e de atitudes que passam a integrar o modo de agir, pensar, falar e sentir do indivíduo onde quer que ele se encontre, inclusive no local onde vive, incentivando desta forma pessoas de origem urbana a promover e/ou auxiliar ações e projetos de proteção da natureza também no ambiente urbano, desde que nesse contato sejam levados em consideração alguns princípios básicos de educação ambiental.

Segundo Haufff (2004), o próprio *trade* do turismo, incluindo o turismo rural, em parceria com ONGs socioambientalistas e com os gestores das áreas protegidas, pode, mediante o estabelecimento de parcerias, executar projetos de recuperação de áreas degradadas, de educação ambiental⁹³, de reintrodução de espécies nativas, de proteção de espécies ameaçadas de extinção⁹⁴ e outros. Estes projetos têm um efeito catalisador no turismo rural na área, que, além de passar a ter na natureza outro atrativo que merece ser protegido, poderá também utilizar estes projetos no marketing turístico.⁹⁵

Assim, o turismo rural revela sua ação de fomento direto ao processo de recuperação de áreas degradadas e florestas nativas, inclusive áreas protegidas, ressaltando seu papel como vetor de proteção da natureza (MATHEWS, 1990; GRAZIANO DA SILVA *et al*, 1998).

As áreas protegidas que cobram ingresso de visitantes também podem se beneficiar diretamente do turismo rural com o aumento da arrecadação em consequência do aumento da

⁹³ Instituída pela Lei no. 9.765 da Política Nacional de Educação Ambiental de 27/04/1999 e regulamentada pelo Decreto no. 6.281 em 25/06/2002.

⁹⁴ As espécies ameaçadas de extinção podem ser e são utilizadas como espécies-bandeiras da conservação, constituindo atrativos e aumentando o fluxo turístico, passando assim a ser economicamente muito mais importantes vivas e presentes na natureza da região do que mortas.

⁹⁵ A Agência de Turismo Banani patrocinou a identificação de espécies vegetais e a confecção de placas contendo sua logomarca no Parque Municipal Ecológico da Prainha/RJ.

venda de ingressos, ao passo que o turismo pode se beneficiar das áreas protegidas utilizando-as como atrativos e colaborando para sua proteção (HAUFF, 2004).

No contexto dos aspectos apresentados é possível observar que o turismo de forma geral, e o turismo rural de forma específica, podem ser vetores da proteção da natureza e do desenvolvimento local com sustentabilidade, em várias dimensões, com benefícios para alguns dos atores sociais envolvidos direta e indiretamente na atividade turística. Resta saber se o turismo rural tem alguma relação com a proteção da natureza em Teresópolis, na área do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, auxiliando o desenvolvimento local e gerando benefícios para os atores sociais e instituições envolvidas. Para tentar responder a esta dúvida, foi utilizada como inspiração no presente trabalho a relação do Circuito Turístico Tere-Fri (representando o turismo rural) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (representando a proteção da natureza). Desta forma, na intenção de fornecer subsídios para a análise desta questão, no capítulo seguinte será apresentada a categoria Parque Nacional como inspiração para a pesquisa, através do processo de criação dos parques nacionais no Brasil e no mundo, bem como a definição, a função, os instrumentos de planejamento e gestão destas unidades de conservação e a relação destas com o turismo.

4.2 Parques nacionais: histórico e gestão.

Segundo Bensusan (2006) em uma avaliação histórica, a idéia de proteção da natureza em espaços reservados surgiu na Antiguidade e se desenvolveu na Idade Média com dois objetivos: a preservação de espaços sagrados e a conservação de recursos naturais. Estas motivações podem ser exemplificadas respectivamente pelas florestas sagradas da Índia no século IV antes de Cristo, onde todas as formas de uso e atividades extractivas foram proibidas

(BRITO, 2005), pelas reservas de caça dos assírios em 700 a.C. e pelas reservas de madeira, caça e pesca dos senhores feudais (LARRÈRE & NOUGARÉDE, 1996).

No Brasil colonial, a exemplo do que vinha ocorrendo em outras colônias de estados imperialistas europeus, a criação de áreas dirigidas à proteção dos recursos naturais de relevância econômica, como minérios e também madeira⁹⁶ para a construção civil/naval, esteve presente desde a colonização empreendida por Portugal. Embora ganhando força à medida que crescia a relação de dependência desses recursos por parte do ser humano⁹⁷, estas práticas eram exercidas de maneira incipiente e desarticulada de uma política de Estado (MEDEIROS *et al.*, 2004), geralmente através de cartas régias (URBAN, 1998).

Sansolo (2006) concorda com esta afirmação e esclarece que no período imperial do Brasil a institucionalização política e administrativa da proteção dos recursos naturais foi iniciada, com ações destinadas a proteger os recursos madeireiros semelhantes às adotadas em outras regiões.⁹⁸

Foi apenas na segunda metade do século XIX que surgiu a idéia de reservar áreas para a proteção de paisagens naturais ameaçadas (IRVING & MATOS, 2006), pela constatação da degradação ambiental gerada por uma parte da humanidade em função da expansão urbano-industrial sem limites (BENSUSAN, 2006). Tal idéia resultou na criação do primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos da América, em 1872, fruto de um pensamento preservacionista (DIEGUES, 2004)⁹⁹ que teve como

⁹⁶ No Brasil, o pau-brasil assumiu também esse status, e por causa disso quase chegou à extinção.

⁹⁷ Um exemplo disto é a criação em 1861, por D. Pedro II, da Floresta da Tijuca e da Floresta das Paineiras, com vistas à conservação dos recursos hídricos que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro (BANDEIRA, 1993).

⁹⁸ No período do Brasil Imperial, José Bonifácio se destacou ao tentar introduzir práticas mais racionais de exploração dos recursos naturais (BENSUSAN, 2006).

⁹⁹ Segundo Diegues (2004), os preservacionistas americanos, partindo da constatação da rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham “ilhas” de preservação ambiental de grande beleza cênica onde o homem da cidade pudesse apreciar a natureza selvagem (*wilderness*), mas apenas como visitante, nunca como morador. Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como destruidor da natureza. A criação de áreas naturais protegidas constituiu uma das políticas de proteção da natureza mais utilizadas pelos países de Terceiro Mundo, inclusive pelo Brasil. Entretanto, a criação desses espaços naturais onde não se permite a presença de moradores entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, onde os ecossistemas já eram habitados por grupos tradicionais, em alguns casos há milênios, que desenvolveram formas de utilização comum dos espaços e recursos naturais. Estas

conseqüência direta o movimento internacional de criação de parques nacionais. Segundo Bensusan (2006), em 1885 o Canadá criou também seu primeiro parque, acompanhado pela Nova Zelândia em 1894 e a África do Sul e Austrália em 1989. Já na América Latina os primeiros parques foram criados na Argentina (1903) e no Chile (1927) (MEDEIROS *et al*, 2004). No Brasil, a primeira proposta de criação de um parque nacional é de André Rebouças em 1876 (BENSUSAN, 2006).

Entretanto, somente após a elaboração do Código Florestal de 1934 foi formulada a noção de áreas protegidas no Brasil (IRVING & MATOS, 2006) e as categorias de manejo de unidades de conservação. Esta foi a base para o projeto brasileiro de proteção da natureza (MEDEIROS *et al*, 2004), que teve como conseqüência a criação, em 1937, do primeiro parque nacional brasileiro: o Parque Nacional de Itatiaia (DIEGUES, 2004).

Os primeiros parques nacionais criados localizam-se em área de Mata Atlântica, destruída em função da expansão das plantações de cana-de-açúcar (desde o tempo do Brasil Colônia), café (desde o tempo do Brasil Império) e cacau, e mais recentemente, do crescimento de muitas cidades brasileiras localizadas em áreas de ocorrência deste bioma (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

Originalmente a Mata Atlântica cobria 12% da área do país e 97% da área do estado do Rio de Janeiro, mas foi reduzida a cerca de 8% de sua área original no Brasil e cerca de 17% da área desse estado (ROCHA *et al*, 2003). Além disso, o que restou deste bioma encontra-se em fragmentos isolados, não dando suporte a populações de espécies de ocorrência extensa e facilitando a erosão genética e a consangüinidade (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

populações, mediante seu conhecimento da natureza, foram capazes de criar formas de utilização da fauna e da flora e ao mesmo tempo protegê-las e ao seu ambiente.

Por isso, este bioma que recobria parte das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, foi o primeiro grande eixo nacional de proteção da natureza (MEDEIROS *et al.*, 2006)¹⁰⁰, através da criação de vários parques nacionais, inclusive no Rio de Janeiro, conforme mostra o quadro 6 a seguir

QUADRO 6 - PARQUES NACIONAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome	Data de Criação	Área (ha.)	Localização (Municípios e Estados)
Parque Nacional do Itatiaia	14/06/1937	30.000	Resende (RJ), Itamonte, Alagoas e Bocaina de Minas (MG).
Parque Nacional da Serra dos Órgãos	30/11/1939	11.800	Magé, Teresópolis e Petrópolis (RJ).
Parque Nacional da Tijuca	06/07/1961	3.200	Rio de Janeiro (RJ).
Parque Nacional da Serra da Bocaina	04/02/1971	100.000	Angra dos Reis (RJ), Parati (RJ), Areias (SP), Cunha (SP), São José do Barreiro (SP) e Ubatuba (SP).
Parque Nacional de Jurubatiba	29/04/1998	14.860	Macaé, Quiçamã e Carapebus

Fonte: disponível em www.ibama.gov.br acessado em 28/02/2007.

A categoria Parque Nacional foi escolhida como foco da pesquisa entre as demais pelo fato de que um de seus usos possíveis é o turismo, conforme afirma o Sistema Nacional de

¹⁰⁰ A Floresta Amazônica consolidou-se como o principal eixo das intervenções de proteção adotadas no país após a década de 70, em função de ser o ponto focal de disputas e de valorização internacional e de ser na atualidade o maior alvo de devastação no Brasil, (MEDEIROS *et al.*, *op. cit.*).

Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2005), ficando a visitação pública sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade (que será discutido a seguir), bem como às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.¹⁰¹

Segundo o SNUC (BRASIL, 2005.), um parque nacional é uma unidade de conservação, de proteção integral que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

Entretanto, o estudo da gestão dos parques nacionais no Brasil efetuado por Zimmermann (2006) mostrou que o Brasil ainda tem uma concepção restritiva no que tange à visitação e ao turismo neste tipo de área protegida, embora o turismo seja citado como um dos setores beneficiados pela implantação das unidades de conservação, sobretudo dos parques nacionais (BRASIL, 2004a).¹⁰²

Por outro lado, o interesse por parte do governo federal em intensificar a visitação aos parques nacionais¹⁰³ pode ocasionar um efeito inverso aos objetivos dos parques, pela falta de condições adequadas para a recepção de turistas. Este fato pode ser observado na maioria dos parques e, ainda, pode causar impactos sociais e culturais nas comunidades do entorno, despreparadas para receber com qualidade estes visitantes (SANSOLO, 2006).

¹⁰¹ A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento. As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município serão denominadas, respectivamente, de Parque Estadual e Parque Municipal (BRASIL, 2005).

¹⁰² No caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e do Circuito Turístico Tere-Fri, o delineamento do tipo de relação entre os seus atores pode auxiliar no entendimento da concepção sobre a visitação a esta área protegida, distinguindo se essa concepção é restritiva ou não.

¹⁰³ Segundo um representante do IBAMA durante apresentação no Salão do Turismo realizado em junho de 2006 em São Paulo, promovido pelo Ministério do Turismo, em 2005 foram registrados 2,3 milhões de visitantes nos parques nacionais do Brasil e a meta é aumentar para 10 milhões de visitantes até 2008 em 23 parques priorizados (SANSOLO, 2006).

Os parques nacionais, segundo Irving e Matos (2006), tipificam a cisão sociedade-natureza em toda a sua complexidade e representam também o maior desafio na construção de novas práticas em políticas de proteção da natureza e turismo. Estes dois fatos constituem motivos adicionais para a escolha dessa categoria de unidade de conservação como foco do presente estudo.

Parte deste desafio existe porque os parques no Brasil têm sido instituídos em áreas onde pessoas vivem há muitos anos e se vêem cercadas no desenvolvimento de suas atividades, tradicionais ou não, inclusive aquelas relacionadas ao turismo (SANSOLO, 2006).

Assim, a criação de parques nacionais no Brasil reflete os processos e estratégias de proteção da natureza que, embora inovadores sob vários aspectos, em muitos casos privilegiam modelos centralizadores de implantação e gestão, aparentemente não tendo sido acompanhados na mesma proporção pela consolidação de instrumentos de manejo e por uma estratégia equivalente de inclusão social, como observado acima, ou por um mecanismo de participação da sociedade na discussão de políticas públicas de proteção da natureza, o que acabou por consolidar a já citada cisão entre sociedade e natureza que é a causa provável de grande parte dos conflitos relacionados à existência de áreas protegidas no Brasil (IRVING *et al*, 2006).

Na atualidade, os parques nacionais, no Brasil, já somam 62 unidades¹⁰⁴, estando distribuídos pelos diversos biomas brasileiros e representando mais de 20% do território nacional legalmente protegido (IRVING & MATOS, 2006).

Entretanto estes números não refletem o fato de que no processo evolutivo das políticas públicas de cunho ambiental no Brasil, em especial com relação à proteção da natureza, convivem paradigmas dicotômicos como preservação e conservação, centralismo e participação (SANSOLO, 2006).

¹⁰⁴ Disponível em <http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUc.php>, acessado em 31/01/08.

Segundo Irving e Matos (2006), é evidente que a gestão de um parque implica em um olhar “extramuros”, para além dos limites formais da área protegida, de maneira que as diferentes esferas e políticas públicas de governo ligadas tanto à proteção da natureza quanto ao desenvolvimento regional sustentável e ao turismo sejam integradas aos diferentes segmentos da sociedade, a começar pelos conselhos gestores dos parques (enfocados logo a seguir) integrando-se aos conselhos municipais concernentes e aos comitês da Agenda 21 locais.

Por outro lado, Sansolo (2006) observa que, embora as políticas ambientais e de turismo venham caminhando juntas, o sentido dado à temática ambiental pelo setor turístico é, sobretudo, a partir da lógica do “recurso” ou “insumo” (água para abastecimento, matérias-primas para construção) ou então como mercadorias (clima, relevo, vegetação, paisagem, etc), fazendo com que as ações de programas e projetos de proteção da natureza sejam vistas e levadas a efeito com o pensamento de que esta proteção é uma externalidade. Este fato ocasiona o acirramento do conflito com a gestão dos parques nacionais na medida em que o turismo utiliza estas unidades de conservação, causando aos demais atores na atividade turística uma percepção negativa dessa gestão.

De forma geral, a percepção da gestão das unidades de conservação – mais especificamente dos parques nacionais – é bastante variável, sendo percebida como negativa nos casos em que se limita a controlar, fiscalizar e restringir as formas de trabalho e sustento das populações do interior e do entorno; a gestão é percebida como positiva, sobretudo quando mantém diálogo com os atores locais e oferece alternativas de trabalho e renda, capacitação através de cursos e repasse de informações sobre a importância da proteção da natureza (HAUFF, 2004).

Neste contexto, segundo Irving e Matos (2006), quando um parque nacional não é internalizado pelas populações locais como patrimônio coletivo e sim como “bem público”, a

tendência é de que ele não seja olhado como fator de melhoria nos padrões de qualidade de vida para as comunidades do entorno ou que porventura habitem o interior da unidade. Em geral, estas comunidades e outros atores sociais locais (governamentais ou não governamentais) vinculados a esta unidade internalizam o parque como empecilho ao desenvolvimento.

No caso específico do PARNASO, uma questão também inspirou esta pesquisa: aquela área protegida foi internalizada pelos atores do Circuito Turístico Tere-Fri como um patrimônio coletivo ou como um bem público?

Vale ressaltar ainda, que a gestão de parques nacionais, embora de responsabilidade federal, é extremamente variável por região, em função das políticas públicas adotadas para o desenvolvimento regional e da competência local, em termos de recursos humanos e alcance político (IRVING *et. al.*, 2006).

A continuidade das discussões sobre o modelo de gestão de parques e do turismo é uma questão central em relação aos critérios para proteção dos territórios (SANSOLO, 2006).

De qualquer forma, a implementação de parques nacionais, bem como de outras áreas protegidas que permitem o uso público, vem abrindo novas oportunidades de prestação de serviços ligados direta e indiretamente à sua existência, sobretudo relacionadas com o “turismo verde”, originando alternativas econômicas para as regiões onde se encontram, conforme observou Hauff (2004).

No contexto do PARNASO outra questão emerge: acaso estão sendo geradas no circuito novas oportunidades de prestação de serviço de turismo relacionadas ao PARNASO, tornando o parque uma fonte de alternativas econômicas para as regiões onde se encontra inserido?

A proteção da natureza associada ao turismo, como mencionado acima, tem em sua origem a luta pela sobrevivência e representa uma possibilidade de renda extra e de proteção

da natureza e da cultura ao mesmo tempo, em um modelo no qual a presença humana é a essência da paisagem e o turismo é um meio de fortalecimento da auto-estima e da valorização do patrimônio cultural das comunidades (SANSOLO, 2006).

A relação da proteção da natureza com o turismo e outras atividades é tratada no Plano de Manejo e no Conselho Gestor das unidades de conservação – dois instrumentos de gestão em unidades de conservação.

De maneira geral, desde o momento do projeto de criação e da definição de limites de uma área protegida são estabelecidas redes de relações entre os diversos atores sociais (gestores e comunidades em sua região de inserção), que determinarão a viabilidade e o grau de eficiência na gestão dessas áreas (IRVING *et al*, 2006.).

Segundo Irving e Matos (2006), até o momento as práticas de gestão de unidades de conservação têm se concentrado em alternativas de “comando e controle”, o que tende a afastar o ator social do que ele poderia considerar um patrimônio coletivo, tornando a proteção da natureza intramuros uma missão quase impossível.

O Plano de Manejo e o Conselho Gestor são os principais instrumentos de planejamento e gestão de uma unidade de conservação previstos no SNUC, destacando-se como mecanismos potenciais para a inclusão social através da participação da sociedade nos processos de tomada de decisão e como elementos centrais de democratização e cidadania na gestão pública das unidades de conservação (IRVING *et al*, 2006).

O Plano de Manejo para as unidades de conservação teve sua concepção no Brasil em 1977, no antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), um dos constituintes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (MEDEIROS *et al*, 2004).

A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC estabelece em seu artigo 27 (BRASIL, 2000 p.2) que:

“as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo que abranja a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas”

Apesar dessa obrigatoriedade, muitas unidades de conservação no Brasil não possuem Plano de Manejo, chegando a funcionar por mais de uma década sem qualquer documento de planejamento (BENSUSAN, 2006), sendo assegurados, apenas, às populações tradicionais, porventura residentes na área, as condições e meios necessários para a satisfação de suas necessidades sociais e culturais, desde que limitadas a integridade dos recursos naturais que a unidade objetiva proteger (BRASIL, 2005).

Segundo Irving e Matos (2006), o Plano de Manejo de muitas unidades de conservação estão desatualizados ou obsoletos, não incluindo, portanto as novas realidades e demandas locais, inclusive aquelas relacionadas ao uso público por parte da comunidade local e do turismo.

Ratificando esta afirmação, uma pesquisa realizada pelo IBAMA (IBAMA, 2006), concluiu que de um total de 55 parques nacionais pesquisados, apenas 22 haviam elaborado um Plano de Manejo e apenas 5 já haviam revisado este documento, estando alguns parques fechados à visitação pública e ao turismo. Neste contexto, algumas perguntas emergem. Qual é a situação do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos? Qual a sua posição a respeito da visitação pública por parte da comunidade local e dos turistas? Estas indagações serão respondidas adiante.

O Plano de Manejo é definido na lei como

“o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2005, p.10).

Na interpretação do SNUC, o Plano de Manejo deve ser elaborado pelo órgão gestor e aprovado por portaria do órgão executor, e a participação da comunidade interessada na sua aprovação varia de acordo com a categoria de manejo da unidade (IRVING *et al.*, 2006).

Assim sendo, é possível concluir que não apenas o Plano de Manejo das unidades de proteção integral é diferente daquele das unidades de uso sustentável, mas também diferem entre si as unidades da mesma categoria, em função da diversidade de participação das comunidades envolvidas ou não no processo (BENSUSAN, 2006).

Entretanto, como a contratação de serviços para a sua elaboração sempre envolveu custos elevados, a sua concepção tem sido, na maioria das vezes, resultado de uma interlocução direta entre gestores e consultores, com raras ocasiões onde a participação dos segmentos da sociedade é levada em conta. Assim, embora o Plano de Manejo possa ser um instrumento normatizador e orientador para a gestão da unidade de conservação, seu conteúdo não reflete a dinâmica regional e a solução para as questões que desafiam os gestores a ultrapassar os limites formais da área protegida e integrar-se às políticas públicas, sendo ele um documento de uso restrito dos gestores e de difícil tradução para a sociedade (IRVING *et al.*, 2006).

Malgrado o fato de que o Plano de Manejo está sujeito aos roteiros metodológicos e desde a criação do SNUC deve ser aprovado pelo Conselho Gestor, muitas vezes, na verdade, estes planos refletem a forma de pensar do gestor de cada unidade de conservação e o modelo de gestão adotado, de forma que gestores e modelos excludentes vão gerar Planos de Manejo excludentes (onde o manejo da unidade é feito sem a participação das comunidades locais) e gestores e modelos inclusivos vão gerar Planos de Manejo inclusivos (pelos quais os interesses e o bem estar das comunidades locais são temas centrais na gestão da unidade). O Plano de Manejo inclusivo, apesar de a sua realização exigir mais trabalho, permite e estimula que os vários atores locais sejam ouvidos, garantindo a longevidade deste Plano de Manejo, já

que ele está adequado à realidade local e à possibilidade de garantir a proteção da biodiversidade nas unidades de conservação através da participação da comunidade local no processo (BENSUSAN, 2006).

Neste último caso, o Plano de Manejo pode constituir, em tese, um “espaço social” de negociação para a gestão, um veículo para a democratização de informações relevantes sobre a área protegida, um instrumento de integração de saberes, de articulação e base para pactos e acordos, com o objetivo de orientar o manejo da área protegida, sendo necessário que sua elaboração seja feita seja em conjunto com os atores locais (IRVING *et al*, 2006).

Permitir o pleno acesso da comunidade ao processo de elaboração do Plano de Manejo pode ser considerado o início do processo de democratização da gestão das unidades de conservação, tornando a gestão verdadeiramente participativa (IBAMA, 2004a).

Outro grande desafio do Plano de Manejo é ser capaz de realizar um planejamento a médio prazo de forma flexível, permitindo sua adaptação às mudanças necessárias (BENSUSAN, 2006).

Outro importante elemento criado pelo SNUC é o Conselho Gestor, que segundo este documento deve estar presente em todas as unidades de conservação, ter representação paritária de órgãos públicos (Prefeituras, governos estaduais e órgãos de defesa do meio ambiente, etc) e da sociedade civil (moradores do entorno, produtores rurais, instituições científicas, etc) e, de acordo com a categoria delas, ter caráter consultivo ou deliberativo (BRASIL, 2002a).

Por isso, é no conselho que as demandas são legítimas por princípio, e são previstos os canais de confronto e interpelação democrática entre os projetos sociais a fim de que estes possam constituir alternativas viáveis e o mais possível inclusivas. (LOUREIRO *et al*, 2005).

O Conselho Gestor tem as seguintes funções: elaboração de regimento interno no prazo de 90 dias contados da sua instalação; acompanhamento, elaboração, implementação e

revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação (quando for o caso), garantindo o seu caráter participativo; integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com seu entorno; compatibilização dos interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade (inclusive os interesses turísticos); avaliação do orçamento da unidade e do relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação; manifestação sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, em mosaicos ou corredores ecológicos; proposição de diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso, inclusive pelo turismo (BRASIL, 2005).

Por tudo isso, o conselho é o espaço institucionalizado para engajamento da sociedade nos processos de decisão, não só nas ações de proteção da natureza como também no planejamento e na gestão democrática da unidade de conservação, transformando-se assim em um mecanismo de participação, controle social, espaço de exercício da cidadania e construção da governança e de capital social (IRVING *et al.*, 2006).

Apesar da importância do Conselho Gestor, dos 55 parques nacionais pesquisados apenas 21 tinham uma portaria criando o conselho. A situação do Conselho Gestor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos será apresentada no capítulo seguinte (IBAMA, 2006).

Assim, o problema do Conselho Gestor tende a ser mais grave se comparado ao Plano de Manejo, já que são poucos os conselhos existentes, tendo em vista que as instituições públicas com competência formal para a gestão de unidades de conservação precisaram adequar-se a esta transformação em um prazo curto por causa do “efeito SNUC”, num movimento de “contracultura”, em função do histórico de um cultura institucional centralizadora na qual a perspectiva sociedade/natureza raramente encontrou convergência e poucos eram, e ainda são, os gestores capacitados para assumir a responsabilidade que a

gestão requer e para lidar com as questões humanas envolvidas no processo (IRVING *et al*, 2006).

O MMA reconhecendo a complexidade da questão dos conselhos, seja pelo seu ineditismo, seja pela falta de normatização e de assimilação de seus preceitos entre as instâncias gestoras das unidades e a própria sociedade, preparou uma publicação (BRASIL, 2004b), onde apresenta princípios, diretrizes e experiências de conselhos em unidades de conservação, visando a auxiliar o funcionamento desse instrumento de gestão.

Mesmo com importantes avanços no campo da participação, são observados problemas quanto à melhor forma de funcionamento dos conselhos, sendo recomendada a participação de cientistas, instituições e movimentos sociais dedicados à problemática da desigualdade social em geral (LOUREIRO & AZAZIEL, 2006).

Como ainda não há qualquer consenso metodológico a respeito, é pouco provável que um conselho, nos moldes atuais, com algumas exceções, represente uma instância de participação eficaz da sociedade na gestão (IRVING *et al.*, 2006).

Loureiro e Azaziel (2006) lembram que os Conselhos Gestores não constituem panacéia e podem vir a frustrar expectativas de aprimoramento da democracia se não forem uma das possíveis formas de efetivação de um novo paradigma científico pelo qual se consiga identificar problemas, resolver conflitos e gerir unidades de conservação de forma democrática e participativa.

Entretanto, segundo Irving *et al* (2006), devido ao fato de que em muitos casos a gestão ainda está dissociada das demais políticas públicas, é preciso criar uma estratégia dirigida ao entorno, para além dos limites formais da área protegida, capaz em alguns casos de favorecer o desenvolvimento de alternativas econômicas de inclusão social em sentido amplo e com baixo impacto ambiental. Neste contexto, o turismo rural sustentável, com seus serviços relacionados, pode configurar uma destas alternativas econômicas, fazendo dessas

áreas protegidas atrativos importantes e com isso despertando – ou aumentando – o interesse por elas, e consequentemente a participação em sua gestão.¹⁰⁵

Nas palavras de Sansolo (2006, p.131),

“(...) o turismo como atividade econômica, vem encontrando nos territórios protegidos, em especial nos parques nacionais, uma oportunidade de crescimento, seja pela pressão da demanda, ou pelo entendimento, por parte do movimento ambientalista, de que o turismo possa ser uma alternativa, diferenciada, de baixo impacto ambiental e assim sendo, uma possível alternativa para a geração de renda associada à proteção da natureza.”

O desenvolvimento de alternativas econômicas de baixo impacto ambiental e inclusão social, como o turismo, diminuíram ações impactantes e/ou predatórias no entorno e no interior das unidades de conservação estudadas por Hauff (2004), sobretudo pela implementação de trabalho e emprego, geralmente como prestação de serviços de turismo ligados direta e indiretamente à existência da atividade turística.

Neste contexto, outra questão relacionada ao PARNASO e ao Circuito Turístico Tere-Fri complementa a questão anteriormente formulada: as novas oportunidades de prestação de serviços de turismo relativos ao PARNASO colaboram para a proteção da natureza na unidade de conservação e/ou no seu entorno?

Por outro lado, segundo Sansolo (2006), embora o Brasil possua a maior biodiversidade¹⁰⁶ do planeta, o que em tese constitui um grande atrativo para o turismo nacional e internacional, ainda lhe faltam condições necessárias para garantir o equilíbrio entre a proteção da natureza, o turismo e a inclusão social, visto que sequer os requisitos básicos para a gestão da conservação da biodiversidade vêm sendo satisfatoriamente atendidos (sobretudo porque para o turismo, em muitos casos, a natureza é vista como mercadoria), e tampouco as populações tradicionais (caíçaras, índios e quilombolas) vêm

¹⁰⁵ Outra alternativa econômica de baixo impacto ambiental e inclusão social está relacionada a produção e comercialização de artesanato, que além de melhorar as condições sociais dos artesãos pode reduzir a pressão sobre os recursos naturais da região como um todo, principalmente no que tange ao extrativismo do palmito e à prática ilegal da caça (HAUFF, 2004).

¹⁰⁶ Da mesma forma, possui uma das maiores biodiversidades do planeta, o que se torna também um grande atrativo, como apontou Corrêa (2004).

sendo incluídas em projetos e programas de desenvolvimento do turismo com sustentabilidade nos seus vários aspectos.

É essencial que a gestão de áreas protegidas, sobretudo de parques nacionais, também transcendam à abordagem local, para alcançar a perspectiva ecossistêmica regional, em termos de estratégia para a gestão da conservação da biodiversidade e políticas de ordenamento no processo de ocupação e uso do território, inclusive pelo turismo (IRVING & MATOS, 2006).

Somente a organização e o fortalecimento das comunidades locais, o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e a participação da sociedade podem favorecer a proteção da natureza e o desenvolvimento do turismo (SANSOLO, 2006).

Neste contexto, os circuitos de turismo ecorrural podem ser instrumentos de fortalecimento das comunidades locais e de desenvolvimento do turismo, bem como podem auxiliar na gestão e na proteção da natureza nos parques nacionais.

No presente estudo, esta relação começou a ser analisada tendo como foco o Circuito Turístico Tere-Fri representando o turismo rural, ambos apresentados anteriormente, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, cuja escolha, bem como suas principais características – tais como seu contexto histórico, suas características físicas e biológicas, sua importância, seus objetivos, sua infraestrutura, sua relação com o turismo e seus instrumentos de gestão – serão apresentadas no próximo capítulo.

5 O PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS: INSPIRAÇÃO PARA A REFLEXÃO DA PESQUISA.

Nesse capítulo será apresentado o PARNASO, com seu processo de criação, localização, importância, objetivos dessa unidade de conservação, contexto histórico regional, os principais aspectos socioeconômicos em sua área de inserção, alguns aspectos físicos e bióticos e, de início, a justificativa para a escolha deste parque como foco da pesquisa.

5.1 Justificando a escolha do PARNASO para a pesquisa.

O estado do Rio de Janeiro, foco do presente estudo, além de ser um dos estados da federação que desenvolvem em vários de seus municípios o turismo rural, representado pelos circuitos turísticos ecorrurais, possui um grande número de parques nacionais (cinco), o que garante, em parte, a proteção da natureza e da sua biodiversidade, apesar da falta de infraestrutura, de pessoal e de recursos financeiros que este estado parece enfrentar de forma geral (DIAS, 2003).

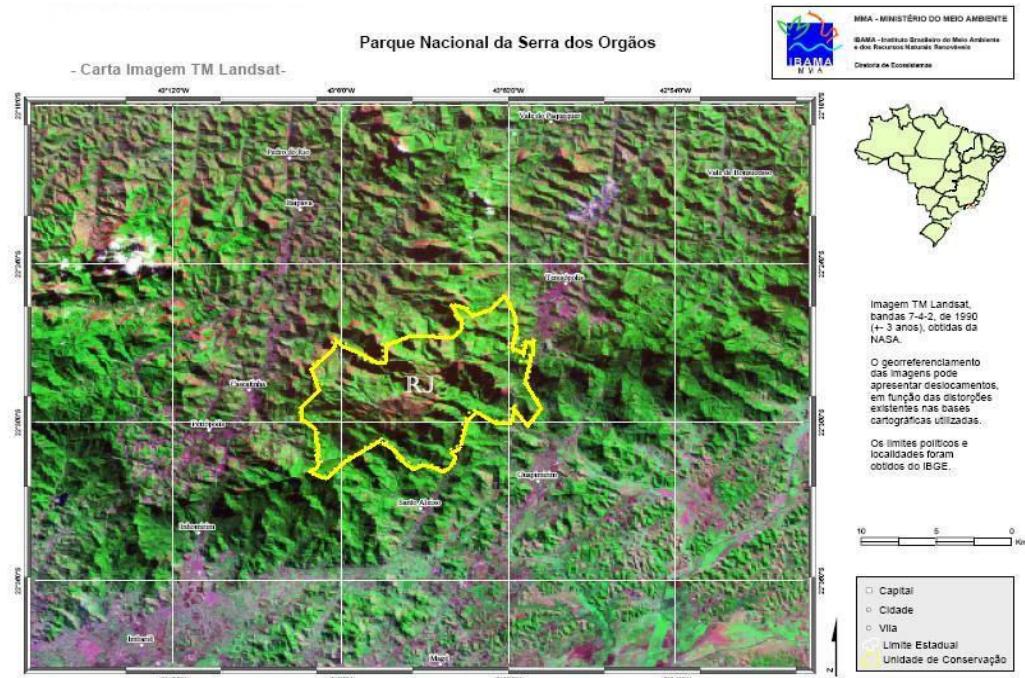
Pela existência de numerosos parques nacionais no estado, optou-se por trabalhar no presente estudo com apenas um parque nacional. Os parques estaduais não entraram no processo de escolha porque a maioria encontrava-se em situação de abandono ou ainda não tinham infraestrutura adequada para o turismo. Assim, a opção deste estudo foi desenvolver a reflexão em um parque nacional do estado do Rio de Janeiro mais intimamente ligado ao turismo rural (pela presença de circuitos turísticos ecorrurais associados), mais próximo da cidade do Rio de Janeiro (para facilitar o deslocamento) e com melhor infraestrutura para o turismo no seu interior (tendo em vista ser o turismo um dos temas do presente estudo).

Entre todos os parques presentes listados no quadro 6, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos parece reunir as características essenciais para tornar-se o foco da presente pesquisa, já que é o mais ligado ao turismo rural, tendo nas proximidades quatro circuitos turísticos ecorrurais (o Circuito Turístico Tere-Fri, localizado nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, o Circuito Turístico do Cão Sentado, o Circuito de Ecoturismo e Arte de Lumiar e São Pedro da Serra e o Circuito Ecorrural Ponte Branca, todos localizados no município de Nova Friburgo) e é o que fica mais próximo da cidade do Rio de Janeiro e tem a melhor infraestrutura para o turismo no seu interior. Entre os diversos circuitos turísticos ecorrurais perto do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o mais próximo é o Circuito Turístico Tere-Fri, sujeito à sua influência de forma mais significativa, e por isso fazendo parte também da presente pesquisa

5.2 Criação, localização, importância e objetivos do PARNASO.

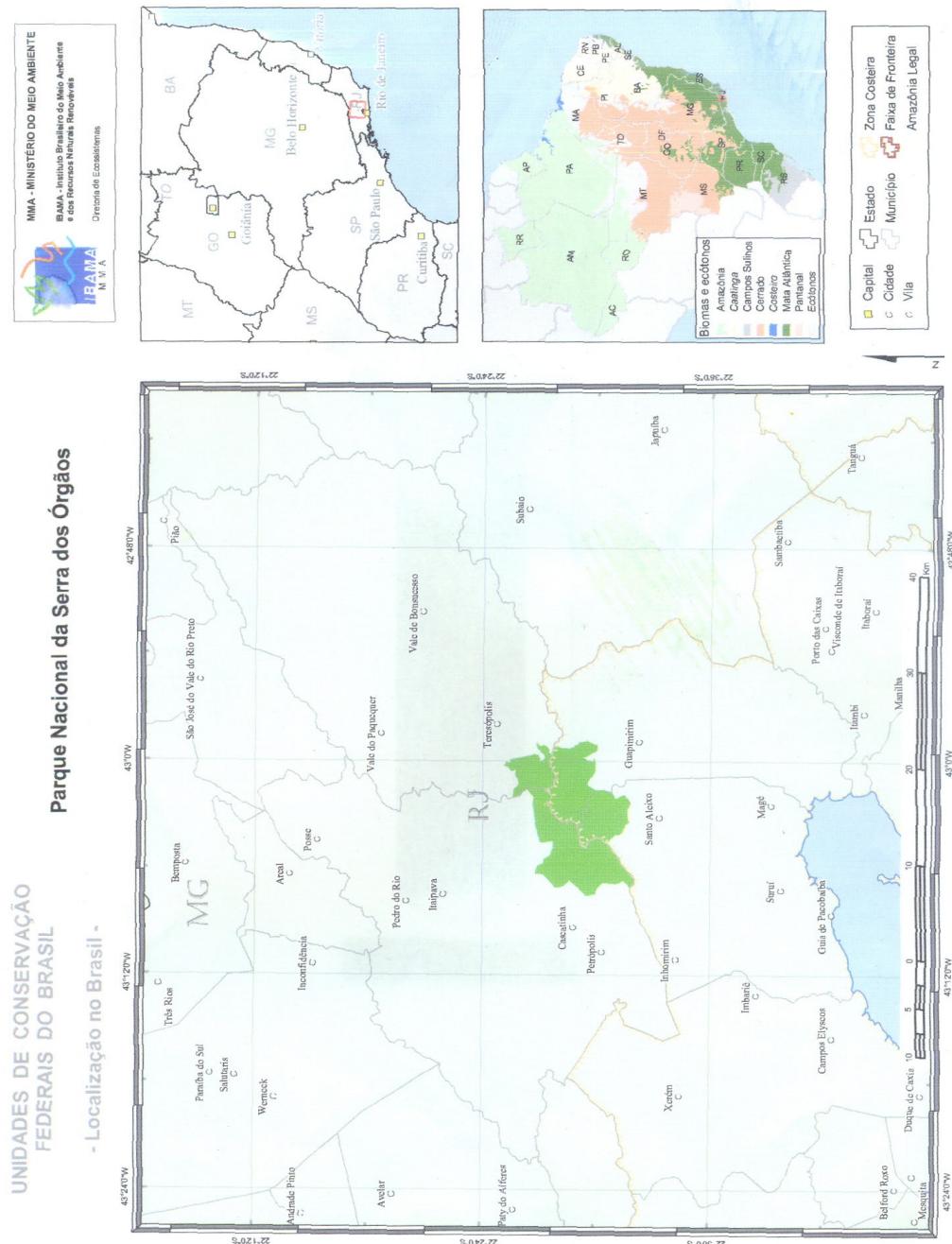
O Parque Nacional da Serra dos Órgãos foi criado pelo Decreto-Lei Federal no 1.822 (ANEXO D) de 30 de novembro de 1939 (BRASIL, 1994). Tem uma área de aproximadamente 11.000 hectares, situada entre os paralelos 22º 25' e 22º 32' de latitude sul e os meridianos 45º 59' e 43º 07' oeste (IBAMA, 1989), cujos limites foram definidos pelo Decreto no 90.023, de 02 de agosto de 1984 (ANEXO E), com base nas cartas topográficas do IBGE, da então Secretaria de Planejamento da Presidência da República (BRASIL, 1994). Seu perímetro é de 87 km (IBAMA, 1989). Situa-se em região montanhosa (Figura 2 a seguir) no centro do estado do Rio de Janeiro, na Região Sudeste do Brasil, ao norte da Baía de Guanabara (Figura 3) e abrange parte dos municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim (BRASIL, 1994).

FIGURA 2 – CARTA DA IMAGEM DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS



(Disponível em www.ibama.gov.br acessado em 28/02/2007)

FIGURA 3 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS



(Disponível em www.ibama.gov.br acessado em 28/02/2007)

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos tem três entradas: uma no município de Teresópolis, outra no município de Petrópolis e outra ainda no município de Guapimirim. Cada uma delas tem sua própria entrada para o parque.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos pode ser considerado um dos parques mais relevantes entre as unidades de conservação do país, por compreender paisagens e ecossistemas da Mata Atlântica, reduzida a menos de 6% de sua área primitiva (ROCHA *et al*, 2003). Por isso este parque foi identificado pela Fundação SOS Mata Atlântica como de altíssima prioridade na conservação da biodiversidade da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro.¹⁰⁷

Sua área faz parte também da Reserva da Biosfera¹⁰⁸ e integra um mosaico de unidades de conservação¹⁰⁹ que reúne áreas de gestão federal e estadual, como a Reserva Biológico da Tinguá, a Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, a Área de Proteção Ambiental de Petrópolis, a Reserva Biológica Estadual de Araras e o Parque Estadual dos Três Picos, entre outras.

O parque é importante também por sua localização, próxima dos três maiores centros urbanos do Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (o que facilita a visitação) – e por constituir um importante centro de difusão de informações e de realização de projetos de educação ambiental. Além disso, possui rica fauna, constituindo um dos últimos refúgios da fauna regional em grande parte ameaçada de extinção. A área preservada favorece a manutenção dos mananciais de água que abastecem os municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim, além de protegê-los contra os deslizamentos das encostas. O valor turístico desta unidade de conservação está ligado não só à exuberância da vegetação e à beleza de suas cataratas e rios de águas límpidas, mas, sobretudo, à singularidade do relevo,

¹⁰⁷ Conforme informação disponível em www.sosmatatlantica.org.br acessado no dia 15/05/2006.

¹⁰⁸ Conforme informação disponível em www.sosmatatlantica.org.br acessado no dia 15/05/2006.

¹⁰⁹ Conforme informação disponível em www.ibama.gov.br acessado 28/02/2007.

que faz da cidade de Teresópolis a capital nacional do montanhismo. Tudo isso constitui um grande atrativo para visitantes do Brasil e de toda parte do mundo.

Conforme o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (BRASIL/FBCN, 1980), os objetivos de manejo do PARNASO são os seguintes:

1. Proteger amostras de toda a diversidade de ecossistemas do país, assegurando o processo evolutivo;
2. Proteger espécies raras, em perigo ou ameaçadas de extinção, biótopos, comunidades bióticas únicas, formações geológicas e geomorfológicas de relevante valor e paisagens de rara beleza cênica, objetivando garantir a autoregulação do meio ambiente, como também um meio diversificado;
3. Preservar o patrimônio genético, objetivando a redução das taxas de extinção de espécies a níveis naturais;
4. Proteger a produção hídrica minimizando a erosão e a sedimentação, especialmente quando afeta atividades que dependam da utilização da água ou do solo;
5. Proteger os recursos da flora e fauna, quer seja pela sua importância genética, quer pelo seu valor econômico, para obtenção de proteínas ou para atividades de lazer;
6. Conservar paisagens de relevantes belezas cênicas naturais ou alteradas, mantidas a um nível sustentável, visando à recreação e ao turismo;
7. Conservar valores culturais, históricos e arqueológicos – patrimônio cultural da nação – para investigação e visitação;
8. Preservar grandes áreas provisoriamente até que estudos futuros indiquem sua melhor utilização, seja como uma unidade de conservação ou para a agricultura/pecuária ou qualquer outra finalidade. É um objetivo exclusivo indicando a reserva de recursos (Reservas Florestais);

9. Levar o desenvolvimento, através da conservação, a regiões até então pouco desenvolvidas;
10. Proporcionar condições de monitoramento ambiental;
11. Propiciar meios para educação, investigação, estudos e divulgação sobre os recursos naturais e;
12. Fomentar o uso racional dos recursos naturais, através de áreas de uso múltiplo.

Esses objetivos têm relação com o contexto histórico regional que resultou na criação do PARNASO, apresentados a seguir.

5.3 Contexto histórico regional, o processo de criação do PARNASO e os principais aspectos socioeconômicos em sua área de inserção.¹¹⁰

A colonização da região da Serra dos Órgãos, onde se localiza o parque, iniciou-se em 1565, quando no sopé da Serra dos Órgãos foi instituída a sesmaria de Simão da Mota (BRASIL, 2000b).

O nome Serra dos Órgãos originou-se da observação de moradores da Baixada Fluminense que identificaram na maneira ordenada de seus picos em forma de tubos a semelhança a um enorme órgão de catedral (BRASIL e FBCN 1980).¹¹¹

A primeira descrição oficial da área que Teresópolis hoje ocupa foi feita em 1788 pelo Dr. Baltazar da Silva Lisboa, que em seu relato descrevia a respectiva serra.¹¹²

Esta região tornou-se conhecida após a chegada do cidadão inglês George March, criado e educado em Lisboa, que em 1821 adquiriu uma gleba na Serra dos Órgãos. A fazenda

¹¹⁰ Foram omitidas informações sobre os municípios Petrópolis, Magé e Guapimirim que também possuem área dentro do PARNASO, por não serem o foco do presente estudo.

¹¹¹ Existe a crença de que o nome “Serra dos Órgãos” derive do nome das elevações (Dedo de Deus, Nariz do Frade, etc.), o que não corresponde à realidade.

¹¹² Disponível em www.teresopolison.com/historia.htm acessado dia 28/02/07.

denominada Santo Antônio ou Sant’Ana do Paquequer (cuja sede ficava onde atualmente encontra-se o Bairro do Alto), abrangia grande parte da área hoje ocupada pela cidade de Teresópolis¹¹³. O intuito de March era instalar ali uma fazenda-modelo de agropecuária que fosse também ponto turístico/veranístico para receber as famílias inglesas que não suportavam o calor carioca. Acabou por gerar o primeiro povoado de maior importância ao longo do caminho que ligava a Corte à província das Minas Gerais, desenvolvendo de maneira considerável a agricultura, a pecuária e o veraneio na região.¹¹⁴

Posteriormente a região passa a ser chamada Vila da Freguesia de Santo Antônio do Paquequer. Gradualmente, com o avanço para Minas Gerais, e depois com a cafeicultura e quase ao mesmo tempo com a imigração dos alemães, suíços e italianos (entre outros) estimulados pelo clima, pela abundância das águas e pelas belezas naturais, ocorreu o desenvolvimento da Região Serrana¹¹⁵ do estado, que passou a gozar de maior destaque, inclusive pela preferência da nobreza imperial brasileira pela região (BRASIL, 1994).

D. Pedro II e sua esposa, a Imperatriz Teresa Cristina, visitaram a região diversas vezes, fugindo do calor e das doenças tropicais¹¹⁶. Nessas ocasiões eles se hospedavam na residência do Barão de Escrangnolle, na localidade de Quebra-Frascos.¹¹⁷ Acompanhavam o Imperador membros da Corte, fidalgos e representantes do alto comércio.^{118 119}

¹¹³ Disponível em www.teresopolison.com/historia.htm acessado dia 28/02/07.

¹¹⁴ Disponível em www.teresopolison.com/historia.htm acessado dia 28/02/07.

¹¹⁵ Atualmente a Região Serrana é uma das oito regiões que compõem o estado do Rio de Janeiro. Fica situada próxima à metrópole, sofrendo uma forte influência desta, tanto do ponto de vista social como do econômico. A produção agrícola e industrial encontra um grande mercado na cidade do Rio de Janeiro, estímulo para o cultivo de uma lavoura comercial intensiva, diversificada e viável em pequenos estabelecimentos (TEIXEIRA, 1998).

¹¹⁶Na década de 1850, alastrava-se pelo Brasil a febre amarela e a cólera. Teresópolis passou então a abrigar plantações de quina (*Cinchona calissaia*), planta utilizada no combate à febre palustre, malária e outras doenças que assolavam a população.

¹¹⁷ Segundo alguns autores, a localidade recebeu este nome porque o clima era tão bom que os doentes quebravam os frascos dos remédios, por considerarem-nos desnecessários.

¹¹⁸ Também passaram pelo PARNASO grandes vultos da ciência, como Langsdorf em 1815 e 1816; Martius e Schott em 1817; Raddi em 1818; Lund em 1833; Gardner em 1837 e 1841; Glaziou em 1861 e 1887 e Rizzini em 1948, 1949 e 1952 (RIZZINI, 1954).

¹¹⁹ Dom Pedro II também esteve hospedado na sede da Fazenda da Barreira, num casarão restaurado do Século XIX que atualmente é o Centro de Visitantes do PARNASO em Guapimirim.

Em 1855 a região foi elevada à categoria de freguesia e passou a denominar-se Freguesia de Santo Antônio de Paquequer¹²⁰. De freguesia passou a município de Teresópolis, em homenagem a imperatriz Dona Tereza Cristina (BRASIL, 2000b)¹²¹, em 6 de julho de 1891, através do Decreto nº 280 assinado pelo governador do estado do Rio de Janeiro, Dr. Francisco Portela. Seu território foi desmembrado do município de Magé.¹²²

Em 1908 chegam a Teresópolis os trilhos da estrada de ferro procedente de Raiz da Serra, em Petrópolis. No entanto, a ligação direta com o Rio de Janeiro por ferrovia só seria estabelecida quinze anos depois.¹²³

Na década de 1930 o então presidente Getúlio Vargas passou a freqüentar a região (EMPRESA DAS ARTES, 1999).

Em 25 de setembro de 1938, em artigo no *Jornal do Comércio*, Edgard Chagas Doria propôs a criação do parque, visando a proteger as nascentes de águas das cidades da Baixada e das duas cidades imperiais vizinhas (Petrópolis e Teresópolis). Uma missão para estudos cartográficos que contou com a presença de militares belgas também recomendou sua criação (BRASIL, 2000b).

Neste contexto foi criado o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, pelo Decreto Federal nº 1.822 de 30 de novembro de 1939, pelo então presidente Getúlio Vargas, ficando sua administração subordinada, na época, ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura (IBAMA, 1989).

O PARNASO recebeu grande infra-estrutura na década de 1940 e era frequentemente visitado por embaixadores e autoridades da República. Instalações como a piscina natural, os prédios da administração, depósitos, garagem, residências funcionais e os quatro abrigos da trilha do Sino foram construídos nesta época. O PARNASO chegou a ter cerca de 250

¹²⁰ Disponível em www.teresopolison.com/historia.htm acessado em 28/02/07.

¹²¹ A cidade de Petrópolis foi criada por um decreto de D. Pedro II, que havia comprado uma fazenda na região.

¹²² Disponível em www.teresopolison.com/historia.htm acessado em 28/02/07.

¹²³ Disponível em www.citybrazil.com.br/rj/teresopolis/historia.htm acessado em 28/02/07.

funcionários, incluindo extravagâncias como garçons servindo de *smoking* nos abrigos da montanha.¹²⁴

Naquela época o Serviço Florestal transformou os caminhos em vias amplas, bem cuidadas, com pontilhões de madeira sobre os córregos (BRASIL, 1994).

Só de 1942 a 1950 o PARNASO passou a contar com a alocação de importantes recursos financeiros, dispondo de somas que ultrapassavam as da própria arrecadação municipal de Teresópolis, mas que decresceram vertiginosamente de 1951 em diante (BRASIL e FBCN 1980).

Em 1959 foi inaugurada a estrada Rio-Teresópolis, fato que resultou na triplicação da visitação ao parque, aumentando consequentemente seus encargos e problemas ambientais (BRASIL, 1994).

A partir da década de 1960, após a transferência da capital federal para Brasília, o parque enfrentou um período de decadência ainda maior, com escassez de recursos para manutenção e consequente depreciação da estrutura. Nesse período foram perdidos os abrigos e várias residências funcionais.¹²⁵

A partir de 1980 foi iniciado um esforço para o fortalecimento do parque, envolvendo inclusive a publicação do Plano de Manejo e o estabelecimento do decreto de definição de seus limites, além da compra de terras para regularização da situação fundiária.¹²⁶

A década de 1990 representou um período de recuperação da estrutura física, com a restauração dos prédios antigos, a construção do Centro de Operações e da Casa do Montanhista, a transformação do Abrigo Paquequer na Pousada Refúgio do Parque, a implantação do auditório “O Guarani” e do Centro de Visitantes.¹²⁷

¹²⁴ Disponível em www.ibama.gov.br/paranaso acessado em 28/02/07.

¹²⁵ Disponível em www.ibama.gov.br/paranaso acessado em 28/02/07.

¹²⁶ Disponível em www.ibama.gov.br/paranaso acessado em 28/02/07.

¹²⁷ Disponível em www.ibama.gov.br/paranaso acessado em 28/02/07.

Atualmente, o PARNASO vem consolidando sua posição de referência nacional em gestão da pesquisa científica e inicia estudos para ampliação do parque e atualização do Plano de Manejo.¹²⁸

Neste sentido, a inserção do PARNASO em Teresópolis, onde se localiza a sede principal desta unidade de conservação, traz vantagens e gera também preocupações.

Atualmente, Teresópolis conta com uma área de 771 km² e uma população estimada, em 2006, pelo IBGE, em 150.921 habitantes, boa parte dela vivendo no entorno do Parque e/ou em áreas rurais¹²⁹ e podendo, em tese, ser beneficiada pelo turismo rural.

Apesar da relativa proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, que é um grande centro urbano com inúmeros problemas sociais, Teresópolis apresenta baixa criminalidade¹³⁰, o que tende a ser um ponto favorável para o desenvolvimento do turismo. Entretanto, alguns dados são preocupantes: somente 31% da população têm o ensino médio completo e aproximadamente 7,6% da população (residente no município, com 10 anos ou mais), freqüentou a escola menos de um ano.

Em função da relação escolaridade/remuneração, cerca de 28% da população recebem dois salários mínimos ou menos, e cerca de 26% não apresentam rendimentos¹³¹.

Neste caso, o turismo rural pode ser entendido como uma alternativa de geração de trabalho, emprego e renda, mas a baixa escolaridade de uma parte significativa da população e o saneamento básico precário ou inexistente parecem ser um entrave para o desenvolvimento desta atividade (MULLER, 2006)..

As atividades econômicas principais no município se relacionam com a agricultura (3.012 estabelecimentos em 71.469 hectares), a agropecuária (sobretudo criações de animais

¹²⁸ Disponível em www.ibama.gov.br/paranaso acessado em 28/02/07.

¹²⁹ Disponível em www.scielo.br acessado em 03/02/08.

¹³⁰ Disponível em www.scielo.br acessado em 03/02/08.

¹³¹ Disponível em www.ibge.gov.br acessado em 03/02/08.

de pequeno porte)¹³², a prestação de serviços, o comércio local e sobretudo o turismo. Entretanto, em fevereiro de 2008¹³³ não havia informações estatísticas no IBGE sobre o turismo.

Apesar disso, tem sido observado na Região Serrana, sobretudo nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, um fenômeno que envolve os “neorrurais”, pessoas de origem urbana que trocaram a vida e a profissão na cidade em busca de uma melhor qualidade de vida no meio rural. Para isto, estas pessoas adquirem propriedades rurais que progressivamente vão sendo transformadas em habitações para lazer, veraneio ou pousadas. Em função desta procura, as terras da região passaram a ter um alto valor de mercado, e o preço do hectare é o mais caro do estado do Rio de Janeiro, tanto para terras destinadas à lavoura como para terras de pastagem. Assim, a utilização da terra “agrícola” para fins de lazer e turismo tem implicado em mudanças no padrão de uso do solo, com a compra e venda especulativa da terra, o que aumenta ainda mais o seu valor. Nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, o pequeno proprietário, depois de vender seu sítio para veranistas e neorrurais, é transformado em caseiro, mantendo, em alguns casos, as atividades agrícolas para consumo próprio e/ou a comercialização no interior das propriedades destinadas ao lazer (TEIXEIRA, 1998).¹³⁴

Por outro lado, a área de matas e florestas do município corresponde a 11.330 hectares, segundo levantamento do IBGE¹³⁵, o que pode ser considerado influência direta do PARNASO na área do município. Entretanto, o município está em franco processo de favelização e crescimento desordenado, com ocupação irregular das encostas, o que é

¹³² De 2.770 estabelecimentos agropecuários, só 123 trabalham com criação de bovinos.

¹³³ Disponível em www.ibge.gov.br acessado em 03/02/08.

¹³⁴ Segundo Teixeira (1998), a maioria das pousadas da Região Serrana pertencem a pessoas de origem urbana.

¹³⁵ Disponível em www.ibge.gov.br acessado em 03/02/08.

preocupante e pode ter consequências ruins para a proteção da biodiversidade da região e do parque, e para o desenvolvimento do turismo.¹³⁶

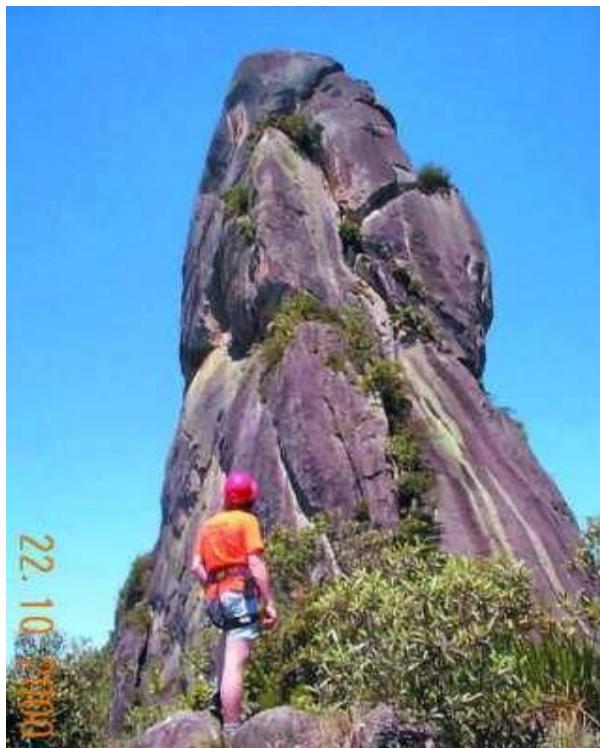
Tendo em vista estes fatos envolvendo a cidade de Teresópolis, o parque, em função de seus aspectos estéticos e da sua biodiversidade, pode servir, em tese, como atrativo turístico estratégico para o processo de desenvolvimento do turismo sustentável na região, e assim contribuir para a solução de alguns dos problemas socioambientais enfrentados pelo município de Teresópolis. Muitas vezes estes problemas têm origem no baixo nível de conscientização sobre a importância do processo de proteção da natureza para melhor contextualização da dinâmica socioambiental do PARNASO, objetivando o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis (IRVING *et al.*, 1999). Nos subcapítulos a seguir serão apresentados de forma breve os aspectos físicos e bióticos do parque, bem como aqueles referentes ao seu uso público.

5.4 Alguns aspectos físicos e bióticos do PARNASO.

No plano global, o relevo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos é montanhoso e pertence ao maciço da Serra dos Órgãos, que faz parte da Serra do Mar, formado por escarpas e reversos da Serra do Mar (IBAMA 1989). Tal relevo se deve à ocorrência de erosão diferencial das rochas do complexo cristalino presentes na região, aliada as falhas e fraturamentos transversais que contribuem para explicar a origem da topografia dominante: um relevo accidentado de formatos diversos (IBGE *apud* BRASIL, 1994), no qual se destaca o Dedo de Deus com 1.692 metros (Figura 4 a seguir).

¹³⁶ Constatação feita pelo autor mediante comparação entre o número e o tamanho das favelas em 1998 e 2006.

FIGURA 4 – FOTO DO PICO DO DEDO DE DEUS



(disponível em www.ibama.gov.br/paranaso acessado em 28/02/07)

A altitude no PARNASO varia de 400m a 2.263m – sendo esta última a altitude da Pedra do Sino, seu ponto culminante. Entre as rochas predominam o gnaisse e o granito. Nos leitos dos rios são encontrados seixos rolados e grandes blocos dos tipos de rochas citados acima (IBAMA 1989). São registrados no Parque Nacional da Serra dos Órgãos quatro unidades de solos: Litossol, Latossol amarelo, Latossol vermelho-amarelo e Latossol vermelho-amarelo associado com Litossol (BRASIL 1994).¹³⁷

¹³⁷ Os latossolos caracterizam-se por apresentar teores de óxido de ferro (Fe_2O_3) e coloração característica. São em geral profundos e bem drenados, com boa porosidade e baixa relação textural, refletida pelo pequeno acréscimo de argila nos horizontes subsuperficiais. (IBGE, *apud* BRASIL, 1994). O tipo de solo mais abundante é o Latossol Vermelho-Amarelo, geralmente presente em regiões de relevo forte, ondulado ou montanhoso, com vegetação constituída principalmente de florestas tropicais – ou de gramíneas, nas regiões alteradas. Os Litossóis são encontrados nas partes mais elevadas do parque, onde a vegetação consiste de arbustos e gramíneas, que utilizam como substrato a camada de matéria orgânica que recobre estes solos. Os solos presentes do grupo dos Latossóis são classificados como solos muito fortemente ácidos, com Ph de 4.5 a 5. Quimicamente são muito pobres e apresentam baixo teor de humo. Também os Litossóis apresentam-se com baixa fertilidade natural. (IBDF, *apud* BRASIL, 1994).

De maneira geral, a porção do parque acima das cotas altimétricas de 800m possui um clima denominado Mesotérmico Brando com o predomínio de temperaturas entre 18°C e 19°C, sensivelmente inferiores às temperaturas médias da região devido às condições de relevo da área, que compreende as partes mais altas do estado. (IBGE *apud* BRASIL, 1994). As temperaturas mínimas – de 0°C a 4°C – ocorrem em maio, junho e julho¹³⁸, que coincidem com os meses secos, por uma diminuição da precipitação, e as máximas – de 36 °C a 38°C – ocorrem de dezembro a fevereiro, ficando a média em torno de 18°C (IBAMA, 1989). A umidade, de maneira geral mais abundante no verão, procede do Sul e do Sudeste, porque os ventos predominantes, que trazem as frentes frias, são interceptados pelas elevações. A umidade também é trazida com a massa de ar aquecido que sobe do litoral e se condensa na serra, provocando grandes precipitações acompanhadas de fortes descargas elétricas, geralmente precedidas por densos nevoeiros. A partir da cota de 800m é constante o elevado índice de umidade relativa do ar, em torno de 84%, e os registros pluviométricos assinalam um total anual de 1.671,6mm (CIDE *apud* BRASIL, 1994).

A rede hidrográfica do Parque Nacional da Serra dos Órgãos é notável pelos aspectos paisagísticos e é composta pelos rios Paquequer, Iconha, Beija-flor e Soberbo (IBAMA, 1989). Em alguns destes rios são formados lagos, cachoeiras e piscinas naturais. A região faz parte das Bacias do Leste - uma série de pequenas bacias cujos rios coletores vertem diretamente para o Atlântico (apresentando mais cachoeiras em função do relevo)¹³⁹ ou para o Rio Paraíba do Sul (em relevo mais plano), que constitui a divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (BRASIL, 1994).

O bioma do Parque Nacional da Serra dos Órgãos é a Mata Atlântica (IBAMA, 1989), também chamada de Floresta Pluvial Atlântica, por ter sua formação original, sua manutenção

¹³⁸ Nas partes altas da serra, porém, os termômetros descem a -5°C no inverno.

¹³⁹ Especial cuidado devem tomar os banhistas, já que as chuvas aumentam drasticamente o volume dos rios, provocando o fenômeno chamado “tromba d’água” ou “cabeça d’água” que não raras vezes provoca acidentes fatais.

e atual regeneração resultantes da ação das chuvas, cujas nuvens são formadas pela evaporação da água do Oceano Atlântico. Sua evolução e suas características, bem como suas formações vegetais, são alvo de grande interesse dos pesquisadores, tendo em vista que restam cerca de 6% da cobertura original desse bioma no Brasil (ROCHA *et al*, 2003), 17% no estado do Rio de Janeiro (SEMADS, 2001). De forma geral, a mata é bastante fragmentada.

No estado do Rio de Janeiro podem ser encontradas, como formações vegetais da Mata Atlântica, a floresta ombrófila densa, mais fechada (e por isso sombreada), e a floresta estacional semidecidual, cujas árvores perdem parte das folhas na estação de meses mais secos (ROCHA *et al*, 2003).

A área do parque está inserida no primeiro tipo de formação e apresenta a seguinte subdivisão (IBAMA, 1989):

- a) floresta submontana (de 50m a 500m de altitude),
- b) floresta montana (de 500m a 1500m de altitude),
- c) floresta alto-montana (de 1500m a 2000m) e
- d) campos de altitude (acima de 1.600m no interior ou 2.000m próximo do litoral).

Na subsede em Guapimirim podem ser encontrados os subtipos “a” e “b”, e na sede em Teresópolis os tipos “b”, “c” e “d”. Nestas formações vegetais é possível notar uma zonação altitudinal, ou seja, à medida que aumenta a altitude, diminui o porte da vegetação em função da redução da umidade e da profundidade do solo (RIZZINI, 1954).

O nível de endemismo¹⁴⁰ é elevado e o parque possui florestas secundárias e maduras em diferentes estágios de regeneração. É enorme a quantidade de lianas e epífitas, como bromélias, orquídeas e cactos que somam mais de 792 espécies (RIZZINI, 1954).¹⁴¹

¹⁴⁰ “Endemismo” significa a ocorrência de espécies com distribuição geográfica restrita.

¹⁴¹ Segundo o mesmo autor, no parque existem inúmeras espécies raras, como, por exemplo, pteridófita Polypodium capillare (Família Polypodiaceae), Senecio organensis (Família Asteraceae), Utricularia nelumbifolia (Família Lentibulariaceae) e ainda, as espécies Stephanopodium estrellense var. organensis e

As florestas pluviais submontana e montana do parque apresentam uma fisionomia alta, em torno de 25m, e densa, consequência da variedade de espécies pertencentes a diferentes formas biológicas e estratos, dos quais os inferiores vivem em um ambiente bastante sombrio e úmido. Nela podem ser encontradas árvores chamadas perenifólias cujas folhas, além de durarem comparativamente bastante tempo, apresentam adaptações ao clima chuvoso e mais úmido, como a superfície lisa e o ápice em seta para facilitar o escoamento da água (IBAMA, 1989).

Na flora nativa, no nível do solo, podem ser encontrados: musgos e líquens – muitas vezes cobrindo rochas ou troncos – selaginelas, marantáceas, bromélias, aráceas, begônias, helicônias e caraguatás com suas folhas serrilhadas (*Eryngium* sp), morangos silvestres, brincos-de-princesa (*Fuchsia regia*), etc (RIZZINI, 1954).

Entre as árvores e arbustos crescem palmeiras juçaras (*Euterpe edulis*) (IBAMA, 1989) e quaresmeiras (*Tibouchina* spp.) (RIZZINI, 1954) – uma delas com folhas que adquirem o tom vermelho vivo antes de caírem –, além de pitangueiras (*Eugenia* spp.) (RIZZINI, *op. cit.*) e embaúbas (*Cecropia* spp.) (IBAMA, 1989 e RIZZINI, 1954), flores de cera (*Psychotria* spp.)*, araticuns (*Rollinia* sp.)*, ipês-amarelos (*Tabebuia chrysotricha*)*, paineiras (*Chorisia speciosa* St. Hill)*, candeias (*Vernonia discolor* Less.)*, cambarás (*Vernonia diffusa* Less.)*, canelas (*Nectandra* spp. e *Ocotea* spp.)*, jequitibás-vermelhos (*Cariniana* sp.)*, ingás (*Inga* spp.)*, copaíbas (*Copaipera langsdorffii*)*, jacatirões (*Miconia* sp.)*, espinheiras-santas (*Sorocea ilicifolia*)*, figueiras (*Ficus* spp.)*, cambuís (*Myrcia* spp.)*, guabirobas (*Campomanesia* spp.)*, muricis (*Vochysia* spp.)*, uricanas (*Geonoma* IBAMA, 1989.).¹⁴²

Nos campos de altitude o relevo é mais acidentado e o solo é raso e muitas vezes turfoso. A vegetação é representada por: gramíneas, como o capim (*Cortadeira modesta*) e o

Vernonia macrophylla (Família Asteraceae), das quais um único espécime de cada foi encontrado pelo autor citado.

¹⁴² Todas as espécies marcadas com * foram identificadas por Rizzini (1954).

bambuzinho (Chusquea pinifolia), bromélias (Alcantareaa imperialis) e melastomatáceas. Onde há afloramentos rochosos surgem plantas rupícolas, como bromélias, além de líquens do gênero Usnea e musgos. Nesta região encontram-se charcos onde as rochas achatadas estão cobertas por matéria orgânica fina que retém água. Nesta área pode ser encontrada a planta insetívora Drosera villosa (RIZZINI 1954).

Quanto à fauna, o parque está inserido no domínio da Província Zoogeográfica Tupi (IBAMA, 1989). Embora o levantamento de inúmeras espécies de animais tenha sido feito, faltam registros recentes de contatos com muitas delas. Algumas se encontram ameaçadas de extinção e/ou são raras. Outras provavelmente já desapareceram do parque, como a onça pintada (Panthera onca), a anta (Tapirus terrestris) e o queixada (Tayassu pecari) (CUNHA, 2004).

Podem ser encontradas, entre os invertebrados, dezenas de espécies de insetos e aracnídeos, e um caramujo nativo com mais de 10cm de comprimento.

Entre os vertebrados, nas partes mais baixas do parque podem ser observadas diversas espécies de peixes, como o lambari e o acará. Há também sapos e pererecas de diversas espécies. Dentro das serpentes é possível encontrar jararacas (Bothrops jararaca) e jararacucus (Bothrops jararacussu) (IBAMA, 1989).

A avifauna do parque pode ser considerada muito rica. São encontrados diversos falconiformes florestais, galiformes como jacuaçu (Penelope obscura), maritacas e periquitos, numerosos beija-flores, vários pica-paus, saudades (Tijuca atra), capitões-de-saíra (Attila rufus), sanhaços (Thraupis spp) – todos estes por observação pessoal – além de tucanos e araçaris dos gêneros Selenidera, Ramphastos e Pteroglossos (SEMADS, 2001).

O Calyptura cristata, pássaro tido como extinto na Região Serrana do Rio de Janeiro nos últimos anos, foi redescoberto na Serra dos Órgãos em 1996 (SICK, 1997).

Há registros da ocorrência de primatas, como muriquis ou monos-carvoeiros (*Brachyteles arachnoides*), sagüis (*Callithrix aurita*), bugios (*Alouatta fusca*), sauás (*Calicebus nigrifrons*) e macacos-pregos (*Cebus nigritus*). Muitas espécies de roedores, como pacas (*Agouti paca*), cotias (*Dasyprocta agouti*), caxinguelês (*Sciurus aestuans*) e uma lebre chamada localmente de tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*); entre os edentados, preguiças (*Bradypus variegatus*), tatus (*Dasyurus septemcinctus*, *D. novencintus*) e tamanduá-mirins (*Tamandua tetradactyla*); entre os carnívoros, os mustelídeos quatis (*Nasua nasua*) e iraras (*Eira barbara*), lontras (*Lontra longicaudis*), os procionídeos juparás (*Potos flavus*) e os guaxinins (*Procyon cancrivorus*), vários felinos como jaguatiricas (*Leopardus pardalis*), gatos-do-mato (*Leopardus tigrinus*), gatos maracajás (*Leopardus wiedii*), jaguarundis (*Herpailurus yagouaroundi*) e suçuanas, raramente avistadas (*Felis concolor*). Entre as espécies invasoras podem ser citadas os sagüis-de-tufos-brancos, do Nordeste, e os saguis-de-tufos-pretos, do próprio estado do Rio de Janeiro, (respectivamente *Callithrix jacchus* e *C. penicillata*) (CUNHA, 2004). Muitas destas espécies constituem atrativos que justificam o turismo e o uso público do PARNASO, apresentados a seguir.

5.5 Infra-estrutura, turismo e uso público do PARNASO.

O parque, como já foi mencionado, possui uma sede em Teresópolis e outra em Guapimirim, ambas abertas à visitação. Além das duas entradas nas sedes citadas, existe uma em Petrópolis. Cada uma das sedes é composta de um prédio da administração, um centro de visitantes, banheiros e áreas para camping.

Na sede do Parque Nacional da Serra dos Órgãos em Teresópolis ergue-se o prédio onde funciona a administração, a biblioteca, o auditório e o herbário.¹⁴³ Em outras instalações funcionam o centro de visitantes com uma loja de suvenires, o prédio da guarda e do setor de operações especiais, e as residências funcionais. A sede conta ainda com o Abrigo Paquequer, com acomodações e café da manhã mediante pagamento de diária. Espalhadas pelo parque encontram-se trilhas e placas interpretativas.

Quanto ao uso público neste parque, existem regras que o regulam (ANEXO F), embora estas regras sejam desconhecidas pela maioria dos visitantes.

Na sede em Guapimirim funcionam a administração, a casa da guarda e uma residência histórica do século XVIII que hospedou D. Pedro II, Imperador do Brasil. A residência foi transformada inicialmente em museu, recebendo o nome “Museu Von Martius” em homenagem ao eminente botânico que também lá esteve. Em 1999, tornou-se o Centro de Visitantes Von Martius (Figura 5 a seguir).¹⁴⁴

¹⁴³ O herbário foi organizado por Carlos Toledo Rizzini e ampliado por A. B. Pereira. A maior parte das exicatas presentes foram depositadas por: J. G. Kuhlmann, A. C. Brade, G. M. Barroso, P. Occhioni, P. C. Standley, H. Sleumer, C. T. Rizzini, F. Markgraf e J. C. Gomes Jr.

¹⁴⁴ Karl Friedrich Von Martius nasceu em Erlagen, na Baviera, Alemanha, em 1794. Em 1817 veio ao Brasil integrando a missão científica que fazia parte da comitiva que trazia a arquiduquesa austriaca D. Leopoldina para se casar com D. Pedro I. Após chegar ao Rio de Janeiro, Von Martius iniciou suas pesquisas em companhia de Spix, tendo percorrido durante cerca de três anos vários estados brasileiros, coletando material científico. De volta à Europa, entregou-se ao estudo das coleções aqui obtidas e em 1823 publicou, juntamente com Spix, “Reise in Brasiliens” (Viagem pelo Brasil). Nessa mesma época publicou “Nova Genera et Species Plantarum Brasiliensis” em três volumes, e entre 1823 e 1850 lançou “História Naturalis Palmarum” também em três volumes, ficando conhecido por isso como pai das palmeiras. Entretanto, sua obra mais conhecida é a “Flora Brasiliensis”, reunião dos seus estudos realizados no Brasil. É composta de 40 volumes onde estão descritas 20.000 espécies de vegetais, com mais de 3.000 ilustrações. Também realizou estudos etnológicos publicando “Contribuição para etnografia e lingüística da América especialmente do Brasil”.

FIGURA 5 – FOTO DO CENTRO DE VISITANTES VON MARTIUS



(disponível em www.ibama.gov.br/paranaso acessado em 28/02/07).

Também nesta área encontra-se a capela Nossa Senhora da Conceição, cuja construção data de 1713, situada em pequena ilha fluvial entre dois braços do Rio Soberbo. À frente da capela, sobre uma ponte, estende-se a estrada de ferro que ligava o cais da Piedade a Teresópolis e atravessava a atual comunidade da Barreira. Este monumento religioso foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (Inepac), em janeiro de 1989 e posteriormente restaurado e revitalizado para uso público.

O parque vem sofrendo enorme pressão em virtude de estar situado em um aglomerado de cidades – como Petrópolis e Teresópolis – em franco processo de crescimento, e devido também ao aumento do número de visitantes (estimados em 80.000 por ano)

provocado pela rápida expansão do ecoturismo. Em função disso, segundo a Sra. Claudia Sarres, (comunicação pessoal 07/02/2006), em janeiro de 2006 passaram pelas três entradas do parque o número recorde de 24.122 visitantes. O recorde anterior registrado era de 16.235 visitantes, em fevereiro de 1996. Esta elevada taxa de visitação pode ter ocorrido em função das altas temperaturas, somadas às iniciativas de divulgação do parque através de eventos educativos e comemorativos. Durante os dias mais movimentados o parque recebe cerca de 4.000 pessoas. Estes níveis de visitação geram frequentemente impactos indesejados, como o acúmulo de resíduos sólidos deixados em locais não apropriados. Para tentar minimizar este e outros impactos, foram elaborados a “Conduta Consciente” (ANEXO G), a “Carta do Turismo” e o “Código do Turista” (ANEXO H). Principalmente nos meses mais secos – junho e julho – os incêndios têm sido também comuns no parque. Alguns deles são criminosos, outros resultam de cigarros lançados nas estradas próximas ao parque ou, ainda, são provocados por balões, e são objeto de análise e ações que fazem parte da gestão do PARNASO, apresentada a seguir.

5.6 Gestão do PARNASO.¹⁴⁵

A gestão do PARNASO é realizada, entre outras ações, pela utilização de três instrumentos: o Plano de Manejo, o Conselho Gestor e o zoneamento (ANEXO F).

O Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos foi elaborado em 1980 (IRVING *et al.*, 2006). Em 2005 foi iniciado o processo de revisão do Plano de Manejo, que vem sendo realizada pela equipe do PARNASO com acompanhamento e supervisão da Diretoria de Ecossistemas do IBAMA e participação da Superintendência do IBAMA/RJ.

¹⁴⁵ Disponível em www.ibama.gov.br/parnaso acessado em 22/05/06. No PARNASO o Conselho é Consultivo.

O processo de elaboração do novo Plano de Manejo passa por diversas etapas, a partir de um diagnóstico aprofundado da situação do PARNASO e da sua região de inserção, que está sendo elaborado com base em informações de pesquisa, da Prefeitura e de técnicos da região. Em março de 2008 foram realizadas também reuniões abertas com as comunidades do entorno do PARNASO para levantar as impressões e expectativas da comunidade em relação a esta UC; no início de abril foi realizada a Oficina de Planejamento Participativo, que contou com a participação de representantes do poder público e órgãos de meio ambiente, da sociedade civil organizada e de empresas da região, e discutiu aspectos importantes do planejamento do parque.

Seguindo as diretrizes da Lei 9.985/2000, que em seu capítulo II, art. 5º assegura “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”, foram realizadas cinco reuniões abertas nas principais comunidades do entorno do PARNASO, com o objetivo de divulgar o processo de atualização do Plano de Manejo e consultar a população local sobre sua percepção e suas expectativas em relação ao parque.

Ao final dos eventos, os seguintes resultados foram alcançados¹⁴⁶:

- Levantamento da percepção das comunidades sobre os limites do parque em cada município;
- Identificação dos principais problemas ambientais percebidos em cada município;
- Identificação dos significados do parque para as comunidades do entorno;
- Levantamento das expectativas das comunidades do entorno em relação ao parque;
- Identificação de parceiros potenciais no entorno do parque.

O Conselho Consultivo do PARNASO foi criado oficialmente em 6/8/2002 através de portaria do IBAMA, mas não foi operacionalizado efetivamente até 2004. Sua estrutura

¹⁴⁶ Conforme Renata de Faria Brasileiro, Analista Ambiental IBAMA / PARNASO.

respeita a paridade entre órgãos governamentais e sociedade civil: nele estão representados organizações da sociedade civil, órgãos governamentais, usuários de recursos ambientais e prestadores de serviço (grupo misto, com representantes de governo e sociedade)¹⁴⁷, convidados a participar das reuniões ordinárias do Conselho Consultivo do PARNASO.¹⁴⁸ O Circuito Turístico Tere-Fri tem representação no Conselho Consultivo, na suplência da representação do setor de turismo. O Conselho Consultivo do PARNASO conta com quatro câmaras técnicas permanentes para discutir problemas e ações prioritárias para a gestão da UC. São elas: Câmara Técnica de Pesquisa, Câmara Técnica de Cultura e Educação Ambiental, Câmara Técnica de Controle e Recuperação Ambiental, Câmara Técnica de Turismo e Montanhismo.

Neste contexto, o PARNASO parece apresentar todos os instrumentos necessários para a gestão desta unidade de conservação considerada de relevante biodiversidade e de significativo uso público quando comparada à maioria das outras no país, conforme apresentado acima.

Para o desenvolvimento da presente dissertação, no próximo capítulo será apresentada a abordagem metodológica adotada e os instrumentos utilizados na identificação da relação do turismo rural com a proteção da natureza, tendo como foco os atores do Circuito Turístico Tere-Fri e do Parque Nacional da Serra dos Órgãos

¹⁴⁷ A estrutura do Conselho Consultivo encontra-se no ANEXO I. Mais informações sobre o histórico e a composição do Conselho Consultivo do PARNASO podem ser obtidas no site www.ibama.gov.br/parnaso.

¹⁴⁸ As reuniões ordinárias do Conselho Gestor Consultivo do PARNASO são realizadas nas segundas quartas-feiras dos meses pares, de 9h ao meio dia. No ano de 2006 teve início um novo sistema de escolha dos locais onde teriam lugar as reuniões. Cada reunião foi realizada em um dos municípios em cuja área o parque é inserido, beneficiando os representantes de instituições distantes da Sede Teresópolis e proporcionando aos conselheiros maior conhecimento da UC como um todo (disponível em www.ibama.gov.br/parnaso acessado em 04/12/06).

6 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA.

A presente pesquisa foi estruturada e desenvolvida tendo como inspiração as orientações de Goldenberg (2004) e Minayo (2004), na delimitação do problema, na definição do objeto e dos objetivos, apresentados na Introdução da presente dissertação, bem como na construção do marco teórico, da abordagem metodológica (um recorte teórico), dos instrumentos de coleta de dados e da exploração de campo apresentados a seguir.

6.1 Pesquisa bibliográfica e documental.

Na construção do marco teórico conceitual da pesquisa, optou-se por realizar inicialmente uma pesquisa bibliográfica e documental por meio de levantamentos em livros, publicações, impressos diversos e documentos oficiais em bibliotecas especializadas como a do EICOS/UFRJ, IFCS/UFRJ, CPDA/UFRRJ, além de bibliotecas virtuais de dissertações e teses, como a da UFRJ (<http://www.minerva.ufrj.br/>), USP (<http://www.teses.usp.br>) e Unicamp (<http://www.unicamp.br>), além dos *sites* relacionados nas referências bibliográficas. Os temas pesquisados foram “meio rural”, “turismo”, “turismo sustentável”, “turismo rural”, “proteção da natureza”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “áreas protegidas”, “unidades de conservação”, “parque nacional” e “PARNASO”, bem como outros temas vinculados a estes que constituem os capítulos e subcapítulos até aqui apresentados. Em seguida foi realizada a seleção dos locais de coleta de dados apresentada abaixo.

6.2 Seleção dos locais para realização da pesquisa.

A seleção da unidade de conservação a ser estudada foi realizada levando em consideração a permissão do uso público, a presença de infra-estrutura turística no seu interior, a relação com turismo rural pela presença de circuitos turísticos ecorrurais próximos, a inserção no estado do Rio de Janeiro e as condições de acesso.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos como área protegida foi escolhido para a investigação pelos seguintes motivos: permitir o uso público, ter uma das melhores infra-estruturas e condições para o turismo e ser o de mais evidente associação com o turismo rural no estado do Rio de Janeiro, pela presença de quatro circuitos turísticos ecorrurais próximos (Circuito Turístico Tere-Fri, Turístico do Cão Sentado, Circuito de Ecoturismo e Arte de Lumiar e São Pedro da Serra, e Circuito Ecorrural Ponte Branca). Além disso, este parque é também o mais próximo da cidade do Rio de Janeiro, de fácil acesso e localização estratégica, estando inserido em alguns dos municípios com maior atividade turística da Região Serrana Central do estado do Rio de Janeiro.

Em seguida, para a realização da pesquisa optou-se por selecionar apenas um circuito turístico ecorrural, o Circuito Turístico Tere-Fri. Conforme anteriormente discutido, este circuito turístico ecorrural foi escolhido por ser o mais próximo daquele parque nacional, estando portanto – em tese – sujeito de forma mais significativa à sua influência.

Nestes dois espaços – o Circuito Turístico Tere-Fri e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos – foram selecionados para a pesquisa os interlocutores apresentados a seguir.

6.3 Seleção dos interlocutores para a pesquisa.

Na presente dissertação, os seguintes interlocutores foram escolhidos por estarem possivelmente ou supostamente envolvidos com a proteção da natureza e o turismo no PARNASO e no Circuito Turístico Tere-Fri, considerados por isso atores-chave, ou seja, os atores mais importantes no contexto a ser pesquisado: 1) os atores envolvidos na gestão do PARNASO¹⁴⁹ como membros do Conselho Consultivo ou funcionários envolvidos com a proteção da natureza e o uso público do parque, 2) representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri ligados diretamente ao turismo no circuito em questão e na localidade, 3) os visitantes do PARNASO, também envolvidos no uso público dessa unidade de conservação e 4) os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri, também relacionados com o turismo neste circuito e na localidade.

Em seguida foi feita a elaboração dos instrumentos de pesquisa, que é apresentada abaixo:

6.4 Elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Para interpretar a percepção dos atores selecionados sobre os temas de interesse da pesquisa e a relação entre eles, optou-se pelo levantamento de informações mediante a utilização dos seguintes instrumentos, segundo orientações de Minayo (2004): a) entrevista mediante o preenchimento por escrito de questionários semi-estruturados (Apêndice A), que dispensam a presença de um entrevistador, com perguntas abertas (cujas respostas permitem a livre expressão daquele que responde e a interpretação de aspectos subjetivos pelo

¹⁴⁹ O grupo definido como atores envolvidos na gestão do PARNASO é composto por todos aqueles que diretamente contribuem para isso e puderam ser identificados como tal. Talvez outros atores contribuam anonimamente ou não puderam ser identificados.

pesquisador) e perguntas fechadas (que permitem a coleta de dados de fácil tabulação); b) entrevista semi-estruturada baseada em roteiro (Apêndice B), sendo a resposta verbal registrada em gravador portátil e depois transcrita para análise e c) observação direta, que permitiu compreender aspectos que emergiram no momento da pesquisa (MINAYO, 2004).

Além disso, foi realizada a análise de documentos e folheteria.

Os questionários semi-estruturados e o roteiro da entrevista foram elaborados seguindo o modelo de Matheus *et al* (2005). A partir do exame de qualificação foram inseridos itens visando a levantar dados sócio-econômicos do público pesquisado, tais como idade, sexo, escolaridade, profissão, renda mensal. Outros dados, como naturalidade, nacionalidade e tempo de permanência no local, foram considerados interessantes para a pesquisa. Também foram levantadas, por sugestão da orientadora e dos demais integrantes da banca do exame de qualificação, informações sobre as percepções presentes (como o significado de parque nacional, de proteção da natureza, de turismo rural, de circuito de turismo rural¹⁵⁰, etc), percepções entrecruzadas (da relação entre turismo rural e proteção da natureza, etc), projeções futuras (como poderia ser desenvolvido o turismo rural na região, etc) e recomendações.

Em seguida foi realizada a pesquisa de campo, conforme apresentado a seguir.

¹⁵⁰ Optou-se por retirar o prefixo “eco” da palavra ecorrural com o objetivo de facilitar o entendimento da pergunta e consequentemente a formulação da resposta pelos entrevistados, pois o foco da pesquisa estava no entendimento dos entrevistados sobre circuito.

6.5 Realização da pesquisa de campo.

6.5.1 Entrevistas com questionários semi-estruturados.

Entre agosto e setembro de 2006 foram entrevistados cem (100) visitantes do PARNASO, treze (13) atores envolvidos na gestão desta unidade de conservação, doze (12) representantes dos meios de hospedagem e vinte e quatro (24) hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri.¹⁵¹

No PARNASO, dos vinte e cinco (25) atores do Conselho Consultivo, apenas treze (13) responderam e devolveram o questionário distribuído nas duas reuniões do Conselho realizadas nos dias 6 de setembro e 11 de outubro de 2006. Entre os atores do Conselho Consultivo, três faziam parte da Câmara Técnica de Turismo e Montanhismo. Além de terem sido distribuídos nessas duas reuniões, os questionários também foram enviados por fax e/ou e-mail, sem que houvesse acréscimo no número de devoluções do questionário.

Ao todo, cem (100) questionários foram preenchidos por visitantes do PARNASO na sede em Teresópolis durante os meses de agosto a setembro de 2006.¹⁵² Os visitantes foram solicitados a preencher o questionário no momento da entrada ou durante a visita na área do parque, na sede em Teresópolis. Esta ação contou com o auxílio de funcionários que trabalham com a venda de ingressos nesse local. Mesmo com o número reduzido de questionários foi possível observar algumas tendências, confirmadas pelas entrevistas verbais e por observação direta.

Dos quatorze (14) representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, preencheram o questionário o representante de: Albergue da Juventude, Teresópolis Country Club, Pousada Moinho Azul, Pousada das Cerejeiras, Hotel Village Le Canton,

¹⁵¹ Todos os questionários preenchidos encontram-se em posse do autor.

¹⁵² Os questionários foram entregues aos visitantes e recolhidos na portaria do parque pelos funcionários de plantão.

Pousada Jardim Botânico do Imbiu, Hotel Fazenda Rio dos Frades, Hotel Fazenda Vida Boa, Pousada Savognin, Hotel Fazenda São Moritz, Pousada Terra Linda e Hotel Vila Verde. Os representantes do Hotel Fazenda Rosa dos Ventos e da Pousada do Riacho não responderam.¹⁵³

Em três meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri (Albergue da Juventude Recanto do Lorde, Pousada das Cerejeiras e Pousada Savognin), foram preenchidos um total de 24 questionários pelos hóspedes durante os meses de agosto e setembro de 2006. Além da participação do autor na distribuição dos questionários, esta ação contou com o auxílio dos representantes desses três meios de hospedagem. Os hóspedes foram solicitados a preencher o questionário no momento do encerramento da conta, ou por ocasião de encontrar o autor. Outros meios de hospedagem não conseguiram ter os questionários preenchidos por falta de hóspedes no período (Pousada Moinho Azul), ou não quiseram participar, ou não foram solicitados a colaborar com a coleta de dados face à indisponibilidade para esta atividade, ou em razão da baixa receptividade à solicitação do autor. O número reduzido de questionários preenchidos nos meios de hospedagem deve-se também à temporada de baixa estação (agosto e setembro) em que este instrumento de pesquisa foi utilizado. Além disso, muitos hóspedes se recusaram a preencher o questionário, segundo informações dos representantes dos estabelecimentos que colaboraram no processo da pesquisa.

Apesar do baixo número de questionários preenchidos nos meios de hospedagem, também foi possível observar tendências, confirmadas nas entrevistas verbais e por observação direta.

¹⁵³ Embora a representante do Albergue da Juventude também faça parte do Conselho Consultivo como representante do Circuito Turístico Tere-Fri, suas respostas foram inseridas apenas nos gráficos relativos ao Circuito Turístico Tere-Fri.

6.5.2 Realização de entrevistas verbais com roteiro.

A etapa das entrevistas verbais se estendeu de agosto a novembro de 2006, de acordo com a disponibilidade do entrevistador e dos entrevistados. Este processo deixou claro que teria tido duração muito mais curta se todas as entrevistas verbais tivessem sido previamente agendadas.

As entrevistas verbais foram realizadas com os seguintes atores-chave selecionados: o chefe do PARNASO, o secretário de turismo de Teresópolis, o secretário de meio ambiente de Teresópolis, o secretário de turismo do estado do Rio de Janeiro, a representante do Circuito Turístico Tere-Fri, o funcionário do parque responsável pela conservação dessa unidade e o funcionário do IBAMA responsável pelas unidades de conservação no estado do Rio de Janeiro¹⁵⁴. Entretanto, por impossibilidade de agenda o secretário de turismo do estado do Rio de Janeiro foi substituído por uma representante da TurisRio, e o secretário de meio ambiente de Teresópolis foi substituído por seu assessor¹⁵⁵. Assim, estes atores foram entrevistados e suas respostas foram registradas, mediante autorização verbal do entrevistado, por meio de um gravador, utilizando-se como base o roteiro de perguntas (Apêndice B). A entrevista verbal com o responsável pelas unidades de conservação do estado administradas pelo IBAMA ocorreu por telefone.¹⁵⁶ As respostas desses seis atores foram somadas às respostas dos atores envolvidos na gestão da unidade de conservação aqui enfocada.

¹⁵⁴ Esses dois últimos não faziam parte do conselho, mas seu pensamento poderia ter influência na gestão do PARNASO, por isso foram entrevistados e incluídos nesse grupo.

¹⁵⁵ O Secretário de Meio Ambiente de Teresópolis recusou-se a conceder entrevista e a apresentar qualquer justificativa para a recusa.

¹⁵⁶ Todas as entrevistas transcritas encontram-se em posse do autor.

6.5.3 Observação direta.

Conforme sugerem Salles (2003) e Rodrigues (2000), a identificação e caracterização deste circuito quanto à localização, composição, sinalização etc, foi realizada por observação direta, através de várias visitas ao Circuito Turístico Tere-Fri.

As visitas ao circuito em questão e ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos possibilitaram acompanhar por observação direta o desenvolvimento de algumas atividades nestes locais, o que auxiliou na obtenção de informações complementares sobre o cotidiano local, impossíveis de serem conseguidas através de entrevistas verbais ou do preenchimento de questionários, como indica Minayo (2004). Neste sentido foi possível observar a relação entre os atores envolvidos na gestão do PARNASO e os atores envolvidos com o Circuito Turístico Tere-Fri, nas reuniões do Conselho Consultivo realizadas: a primeira em Santo Aleixo (Magé) na sede da RPPN El Nagual no dia 6 de setembro de 2006, e a segunda na sede do PARNASO em Teresópolis no dia 11 de outubro de 2006. Em ambas o Circuito Turístico Tere-Fri esteve representado.

Na pesquisa houve também a oportunidade de participar da reunião da Câmara Técnica de Turismo e Montanhismo do Conselho Consultivo do PARNASO, realizada no dia 8 de agosto de 2006, na sede do parque em Teresópolis.¹⁵⁷

Nenhuma das quatro agências de turismo de Teresópolis, cuja existência e informações são divulgadas pela Prefeitura de Teresópolis, trabalha com o turismo receptivo, só com o emissivo, por isso não foram entrevistadas. Não havia menção a agências de turismo receptivo estabelecidas em Teresópolis. Se elas existem, não são conhecidas, ou se conhecidas, não são divulgadas pela Prefeitura.

¹⁵⁷ As datas de todas as reuniões dessa câmara técnica encontram-se disponíveis no site www.ibama.gov.br/parnaso.

6.6 Análise das informações obtidas.

Após a aplicação dos questionários, as respostas foram separadas em categorias e foram tabuladas, sendo em seguida realizadas a análise estatística e a elaboração de figuras (Apêndice C).

As entrevistas verbais foram transcritas e tiveram seu conteúdo analisado segundo Bardin (1979), considerado um clássico em análise de conteúdo em pesquisa social (Minayo, 2004).¹⁵⁸

Após as entrevistas verbais e com o preenchimento dos questionários e a observação direta, foram realizadas a análise e sistematização das informações levantadas. Esta etapa foi realizada de novembro de 2006 a janeiro de 2007.

As informações consideradas mais relevantes para pesquisa, sejam provenientes dos questionários, sejam das entrevistas verbais e da observação direta, foram utilizadas para interpretar a problemática desta dissertação.

As atas das reuniões do Conselho Consultivo do PARNASO realizadas no dia 6 de setembro e no dia 11 de outubro de 2006 estão disponíveis na Internet (www.ibama.gov.br/parnaso), além de figurarem no ANEXO J e 11.

Também foi realizada a análise de conteúdo, segundo Bardin (1979), das atas de duas reuniões ordinárias do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, realizadas respectivamente nos dias 06/09/06 e 11/10/06 (Anexos 10 e 11) e da ata da reunião do Circuito Turístico Tere-Fri (ANEXO M), realizada no dia 15/08/06.¹⁵⁹

Foi analisada também a folheteria de divulgação distribuída pelo circuito, pela Secretaria de Turismo de Teresópolis e pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

¹⁵⁸ A análise das entrevistas encontra-se em mãos do autor.

¹⁵⁹ A análise das atas encontra-se em mãos do autor.

Três problemas foram identificados na aplicação dos questionários e na realização das entrevistas verbais: a) a utilização dos termos “naturalidade” e “nacionalidade”, que confundiu os interlocutores abordados e por isso muitos questionários ficaram sem resposta; b) a ausência de uma pergunta que determinasse o domicílio do entrevistado; c) a ausência de um espaço para manifestações livres nas entrevistas verbais e nos questionários.

No capítulo seguinte serão apresentados os resultados da pesquisa e a sua discussão.

7 RESPONDENDO À QUESTÃO DA PESQUISA: EXISTE RELAÇÃO ENTRE O CIRCUITO TERE-FRI E O PARNASO?

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos e a discussão da pesquisa, tendo como foco a relação entre o Circuito Turístico Tere-Fri e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, buscando alcançar os objetivos propostos na Introdução desta dissertação.

7.1 Interpretando o Circuito Turístico Tere-Fri.

7.1.1 O Circuito Turístico Tere-Fri e seus aspectos associados.

O Circuito Turístico Tere-Fri foi criado em início de 2003¹⁶⁰ e se localiza na estrada que liga os municípios de Teresópolis a Friburgo, ou RJ 130, estando fora da zona de amortecimento do PARNASO¹⁶¹.

Conforme o folheto de divulgação do Circuito Turístico Tere-Fri (ANEXO N) distribuído em 2006, fazem parte desse circuito 14 meios de hospedagem (entre pousadas, albergues, clubes, hotéis-fazenda), 16 locais para compra e passeio (alguns deles associados à produção agrária)¹⁶², cinco restaurantes e sete estabelecimentos classificados como “amigos” do Circuito Turístico Tere-Fri, indicando que este circuito se aproxima da definição de Roque (2004), já que é constituído por uma associação de produtores e meios de hospedagem rural e desenvolve as atividades recomendadas por Violento (2007) para circuitos turísticos ecorurais, possuindo locais para compras, passeios e alimentação.

¹⁶⁰ Informação fornecida pela Sra Fernanda Gripp, funcionária do SEBRAE/Nova Friburgo, envolvida com a formatação desse circuito.

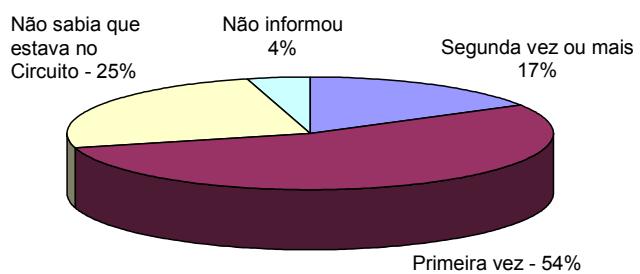
¹⁶¹ Informação prestada pela Sra Cecilia Cronemberger de Faria, analista ambiental e funcionária do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

¹⁶² Por ocasião da visita do autor para observação direta, o representante do estabelecimento Capril Colina informou não mais fazer parte do circuito e não quis responder a qualquer pergunta.

A maioria dos meios de hospedagem¹⁶³ que fazem parte do circuito já se encontravam estabelecidos quando o circuito foi criado no início de 2003, o que denota que a relação deles com o local é anterior à criação do circuito.

A maioria dos integrantes do Circuito¹⁶⁴ estão situados ao longo dos 68km da estrada Teresópolis-Friburgo, que liga estas duas cidades¹⁶⁵. Em cada uma das extremidades da estrada existe uma placa sinalizando o Circuito Turístico Tere-Fri (foto no ANEXO O) e ao longo do caminho existem placas com diferentes cores e símbolos (fotos no ANEXO O), sinalizando cada estabelecimento participante e sua categoria (meio de hospedagem, local para compras, restaurante e Amigo do Circuito).¹⁶⁶ No circuito, boa parte dos hóspedes já havia visitado esta associação. Entretanto, uma parte considerável dos hóspedes que preencheram o questionário no circuito não demonstrou conhecer a relação destes estabelecimentos com o circuito (Figura 6).

Figura 6 – Freqüência da presença de hóspedes no Circuito Turístico Tere-Fri.



É possível que este resultado indique deficiência na identificação visual dos estabelecimentos pertencentes ao Circuito Terê-Fri.

¹⁶³ A exceção é a Pousada Moinho Azul.

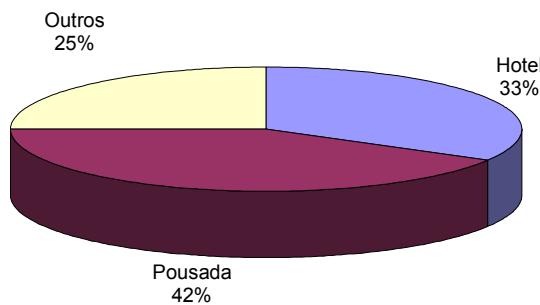
¹⁶⁴ A exceção é o Albergue da Juventude, que fica na cidade de Teresópolis.

¹⁶⁵ Esta característica aproxima o Circuito Terê-Fri da definição de “Rota” proposta pelo SEBRAE/RJ, entretanto diverge do conceito de APL, pois apesar de ter empresas focadas na produção, tem também empresas focadas no turismo (meios de hospedagem), ou no fornecimento de refeições (restaurantes) e outros serviços que não constituem uma empresa.

¹⁶⁶ Placas na cor azul indicam os meios de hospedagem. Placas na cor verde indicam locais para passeio e compras. Placas na cor laranja indicam restaurantes e placas na cor vermelha indicam Amigos do Circuito Turístico Tere-Fri (fotos no Anexo O)

Dos meios de hospedagem visitados, quatro se definiram como hotel, cinco como pousada, um como albergue e dois como hotel-fazenda, conforme ilustrado na figura 7 a seguir.

Figura 7 – Caracterização do meio de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os seus representantes.



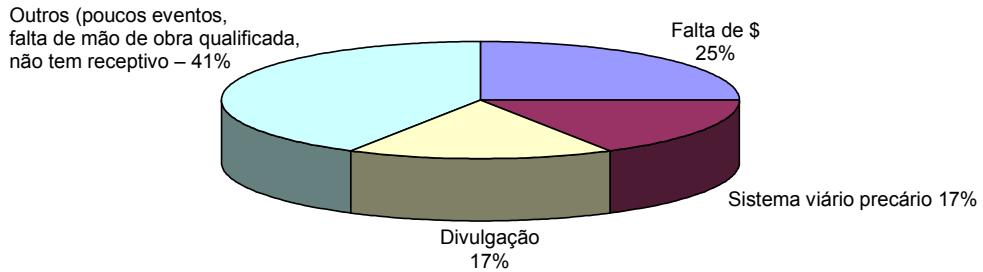
Em geral, todos os meios de hospedagem do Circuito Terê-Fri podem ser classificados, segundo proposto por Rodrigues (2000), como “de turismo rural contemporâneo”, tratando-se de hotéis-fazendas e pousadas rurais, construídos ou adquiridos para a exploração do turismo rural. Embora os meios de hospedagem visitados não apresentem produção agropecuária significativa, alguns participantes do circuito não selecionados para a pesquisa (Apiário da Terra, Centro Interescolar de Agropecuária José Francisco Lippi, entre outros) estão envolvidos com estas atividades, o que confere um caráter rural ao circuito, podendo este ser classificado portanto, como um circuito de turismo rural (ROQUE, 2004). O oferecimento de atividades de ecoturismo tais como arvorismo, *trekking*, *hiking* etc em muitos meios de hospedagem do circuito e na localidade onde ele se insere confere um caráter ecológico ao circuito, podendo o mesmo ser classificado como circuito turístico ecorrural, como propõe Violento (2007), Tulik (2003) e Rodrigues (1998).

Todos os estabelecimentos podem ser considerados pequenas propriedades conforme o critério estabelecido pelo IBGE (1985), pois cada um tem menos de 100 hectares. Além de

facilitar a administração da propriedade, que é muitas vezes compartilhada pela família, como apontado por Teixeira (1998), o a pouca extensão afasta a hipótese de uma desapropriação para reforma agrária e confirma que são as pequenas propriedades que realizam o turismo rural, como indica Tiradentes (2006).

Apesar do reduzido tamanho das propriedades, as dificuldades apontadas pelos proprietários para o desenvolvimento dos respectivos negócios são muitas. Foram citados principalmente a falta de recursos financeiros, o sistema viário precário¹⁶⁷, a escassa divulgação do circuito, a inexistência de uma agência de turismo receptivo em Teresópolis (que auxiliaria na recepção dos turistas neste município) e o limitado contingente de recursos humanos capacitados para trabalhar nas propriedades de forma geral e com o turismo em particular – seja no receptivo, seja no guiamento dos turistas (Figura 8).

Figura 8 - Dificuldades apontadas pelos representantes dos meios de hospedagem para consolidação do Circuito Turístico Tere-Fri.



O site do Circuito Tere-Fri na internet (www.terefri.com.br), um instrumento de comunicação externa, encontrava-se em construção no momento da pesquisa (2006), apesar de este circuito ter mais de três anos de existência. Informalmente, alguns hóspedes relataram que chegaram a alguns estabelecimentos que compõem o circuito levados pelas informações

¹⁶⁷ Alguns meios de hospedagem estão localizados à beira da estrada principal. No entanto, para se acessar os demais é necessário seguir por uma estrada vicinal em precário estado de conservação.

dos folhetos de divulgação da Prefeitura¹⁶⁸, ou por indicação de outros hóspedes – o que ressalta a importância da divulgação “boca-a-boca” - ou, ainda, por acaso, em visita à cidade.

Nos folhetos de divulgação dos serviços oferecidos em Teresópolis, confeccionados pela respectiva Prefeitura e distribuídos pela Secretaria de Turismo de Teresópolis, o PARNASO e alguns integrantes do Circuito Turístico Tere-Fri são divulgados, estes últimos como meios de hospedagem, restaurantes e locais de compra. No entanto, além de não haver qualquer sinalização do circuito, também não existe qualquer menção a ele nos mapas desses folhetos.

Com exceção do Albergue da Juventude Recanto do Lord, em nenhum dos meios de hospedagem visitados que compõem o circuito foi observada a existência de folhetos de divulgação sobre o PARNASO ou sobre o próprio circuito.

O número anual de hóspedes de todos os meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri pesquisados soma cerca de 20.700, menor do que o número de visitantes que o PARNASO pode receber em um mês¹⁶⁹. Entretanto, o número oficial de visitantes do circuito¹⁷⁰ poderia ser maior se estivessem disponíveis dados confiáveis, levantados regularmente em todos os estabelecimentos participantes do Circuito Turístico Tere-Fri e não apenas nos meios de hospedagem.

¹⁶⁸ O que indica a importância deste meio de divulgação, embora o circuito não seja mencionado nesses folhetos.

¹⁶⁹ O Parque Nacional da Serra dos Órgãos recebeu em janeiro de 2006 o número recorde de 24.122 pessoas (21.690 pagantes e 2.432 isentos) que visitaram as três sedes do Parque. Esse número representa quase o triplo de visitantes de janeiro de 2005 ao PARNASO. A intensa visitação pode ser efeito das altas temperaturas, mas iniciativas como maior divulgação do parque, o estreitamento de relações com a sociedade através do Conselho Gestor e a realização de eventos educativos e comemorativos têm gerado sucessivos recordes de visitação também nos meses de inverno. Nos dias mais movimentados, até 4.000 pessoas visitam o parque (Claudia Sarres/Ibama disponível em www.ambientebrasil.com.br acessado em 07/02/2006). Talvez exista ainda uma demanda reprimida em função de desconhecimento da existência do parque, seus atrativos e da possibilidade de visitá-lo. Entretanto, o aumento da visitação deve ser precedido por um estudo da capacidade de suporte do parque como um todo e das trilhas e da piscina de forma específica. Segundo os dados obtidos na pesquisa, aproximadamente 60% dos visitantes da sede do PARNASO em Teresópolis representam hóspedes do circuito em potencial, que não estão sendo informados a respeito da existência dessa associação e seus meios de hospedagem.

¹⁷⁰ Incluindo hóspedes e clientes dos estabelecimentos comerciais.

De qualquer forma, o número de hóspedes do circuito revela seu potencial como elemento multiplicador de informações ambientais e sensibilização a favor da proteção da natureza.

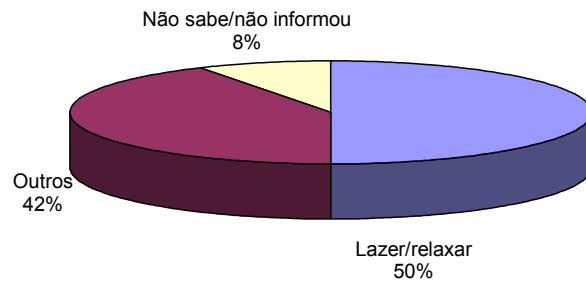
As observações de campo realizadas no Circuito Turístico Tere-Fri possibilitaram identificar as principais características desta modalidade turística no circuito enfocado. Com exceção do Albergue da Juventude, que recebe predominantemente jovens, nas demais propriedades visitadas hospedavam-se casais, famílias e pessoas em trânsito (Figura 9).

Figura 9 - Público dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os representantes dos meios de hospedagem.



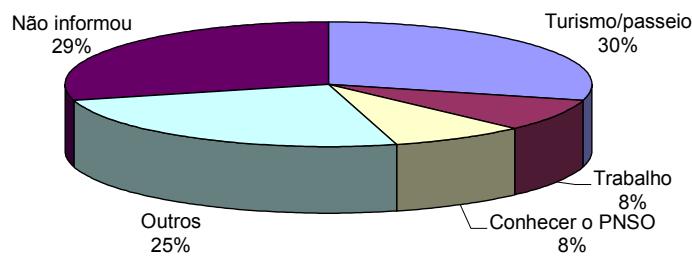
Segundo observado nos meios de hospedagem, parte dos hóspedes ocupa o seu tempo em atividades de lazer (como jogos de salão, leitura), relaxando (à beira da piscina, ou em outros locais), o que confirma as informações prestadas pelos representantes dos meios de hospedagem, quanto às principais atividades realizadas pelos seus hóspedes nesses estabelecimentos do circuito (Figura 10 a seguir).

Figura 10 – Principais atividades realizadas pelos hóspedes nos estabelecimentos do circuito segundo os seus representantes.



No tocante ao tempo de permanência no circuito, a maioria dos hóspedes permanece no local por mais de um dia e menos de quatro dias e tem como principal motivação para a hospedagem no circuito o turismo/passeio. Também foram registradas outras motivações, tais como razões profissionais, visitação ao PARNASO, repouso, fuga à rotina cotidiana (Figura 11).

Figura 11 – Motivação dos hóspedes para hospedagem no Circuito Turístico Tere-Fri.



7.1.2 Perfil dos atores que compõem o Circuito Turístico Tere-Fri.

Quanto ao perfil dos representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri: dos 12 entrevistados para a pesquisa, a maioria tem entre 21 e 50 anos; é masculina; com escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo (Figuras 30, 31, 34 e 35 do

Apêndice B). Todos trabalham como gerentes dos meios de hospedagem, sendo que quatro deles são empresários, ou seja, são os donos do negócio que gerenciam (Figura 36 do Apêndice B); a maioria é natural do município do Rio de Janeiro e somente três são de Teresópolis (Figura 32 do Apêndice B), o que indica um predomínio de pessoas de outras regiões na composição do circuito. Isto pode ser consequência do fenômeno de migração dos denominados “neorrurais” abordado por Teixeira (1998) e mencionados nesta dissertação no subcapítulo 5.3.

Quanto à renda mensal, todos os representantes dos meios de hospedagem recebem remuneração igual ou superior a dois salários mínimos¹⁷¹ (Figura 37 do Apêndice B).

O número limitado de hóspedes que participaram da pesquisa reflete o problema da sazonalidade que atinge muitos dos destinos turísticos no Rio de Janeiro e é uma questão difícil de ser contornada, já que restringe a geração de renda e trabalho a determinadas épocas do ano, dificultando que certas regiões tenham um desenvolvimento contínuo, sem interrupções. A sazonalidade tem tamanha importância para o turismo que foi selecionada como indicador de sustentabilidade por Bartholo *et al* (2006a) e Bartholo *et al* (2006b).

Quanto ao perfil dos hóspedes do circuito: a maioria dos 24 hóspedes que preencheram os questionários enquadra-se na faixa etária entre 21 e 30 anos de idade¹⁷² e é representada por casais heterossexuais e famílias¹⁷³ naturais do município do Rio de Janeiro¹⁷⁴

¹⁷¹ Constatou-se a predominância da faixa salarial entre 2 e 5 salários. Entre os representantes dos meios de hospedagem, os três que recebem mais de 10 salários têm curso superior. Estes dados parecem indicar a relação direta entre a escolaridade e a renda mensal, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior a renda mensal obtida pela atividade profissional.

¹⁷² Talvez o Circuito Turístico Tere-Fri receba maior número de hóspedes com menos de 21 anos, porém na maioria das vezes acompanhados dos pais, e são esses que geralmente respondem os questionários, sendo somente a idade dos pais registrada na pesquisa. Outro ponto a se considerar é o baixo poder aquisitivo da maioria dos turistas com menos de 21 anos, o que dificultaria sua presença nos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.

¹⁷³ Este dado foi indicado tanto pela pesquisa como pelos representantes dos meios de hospedagem que foram entrevistados, o que explicaria a proporção entre os sexos ser mais próxima nesse local, mas são necessárias amostras maiores e em diferentes épocas para confirmar esse dado.

¹⁷⁴ No Circuito Turístico Tere-Fri, o estado de Minas Gerais aparece em segundo lugar em termos de origem dos hóspedes.

ou provenientes de municípios fora da Região Serrana¹⁷⁵, com escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo¹⁷⁶ e com profissão e formação em curso superior variadas (Figuras 01, 02, 03, 05, 06 e 07 do Apêndice B).

No que se refere à renda mensal, o Circuito Turístico Tere-Fri recebe hóspedes de várias faixas de rendimento, com ligeira concentração na faixa de dois a cinco salários mínimos (Figura 08 do Apêndice B)¹⁷⁷.

7.1.3 As percepções dos atores do Circuito Turístico Tere-Fri.

No que diz respeito ao significado de “turismo rural”, uma parcela dos representantes dos meios de hospedagem e parte dos hóspedes do circuito utilizaram a expressão “turismo rural” como sinônimo de turismo em área rural, ou turismo no campo, identificando “turismo rural” com o seu conceito mais amplo, conforme Tulik (2003). Outros representantes dos meios de hospedagem e uma pequena parcela dos hóspedes do circuito estabeleceram uma relação entre “turismo rural” e produção agrícola, da mesma forma que vários autores como Dias (2005), Embratur (1994) e Salles (2003). Alguns hóspedes e um pequeno grupo dos

¹⁷⁵ No que diz respeito à procedência, o Circuito Turístico Tere-Fri geralmente não hospeda moradores de Teresópolis ou da Região Serrana. Assim, esses hóspedes podem ser considerados turistas. Estes dados parecem comprovar aqueles obtidos por Teixeira (1998), que afirma que um dos tipos de turismo na região é o turismo de fluxo, ou seja, de pessoas que vão apenas visitar a região nos finais de semana ou feriados e constituem a maioria dos hóspedes do circuito. Um erro na elaboração do questionário foi não ter colhido a informação de domicílio, só a de procedência, assim ficou impossível estabelecer com precisão, nos casos em que a procedência indicada foi Teresópolis ou Região Serrana vizinha, quantos eram moradores dessas áreas e quanto estavam hospedados. Tal problema foi contornado na grande maioria dos casos mediante análise das demais respostas de cada entrevistado.

¹⁷⁶ Este dado talvez possa ser explicado pela relação direta entre escolaridade e remuneração, ou seja, quanto maior a escolaridade, geralmente, melhor a remuneração e com isso, mais renda disponível para gastos com hospedagem, sobretudo no circuito, onde o meio de hospedagem com preços mais acessíveis é o Albergue da Juventude. Mas isto precisa ser verificado em estudos posteriores.

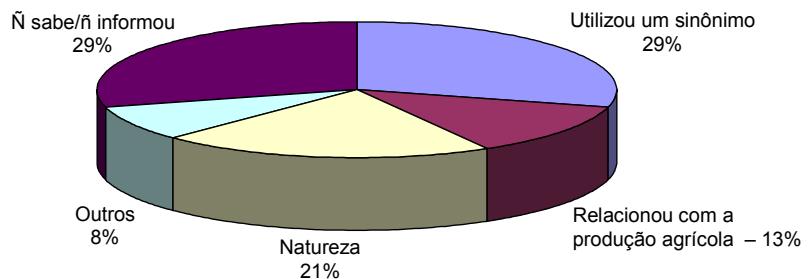
¹⁷⁷ Este dado talvez tenha tido influência dos hóspedes do Albergue da Juventude, que fizeram parte dos entrevistados e se enquadram nessa faixa salarial. Um fato interessante é que dos seis hóspedes do circuito que recebem mais de dez salários, cinco têm curso superior completo. Estes dados talvez também indiquem uma relação direta entre escolaridade e a renda mensal, conforme aventado anteriormente.

representantes dos meios de hospedagem relacionaram “turismo rural” com a natureza, como propõe Violento (2007). Isto é ilustrado pelas figuras 12 e 13.

Figura 12 – Significado de “turismo rural” segundo os representantes dos meios de hospedagem.



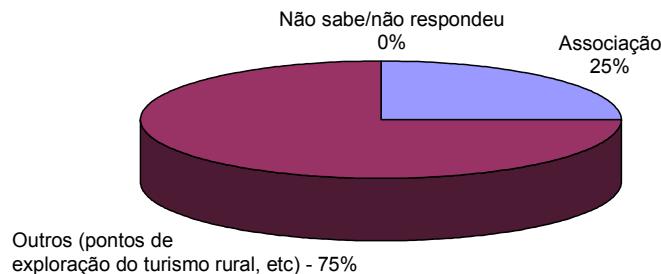
Figura 13 – Significado de “turismo rural” segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri.



Sobre o significado de “circuito de turismo rural”, apenas 25% dos representantes dos meios de hospedagem entrevistados relacionaram o termo com uma associação de produtores rurais e/ou meios de hospedagem, como propõe Roque (2004). Os demais apresentaram diferentes interpretações.

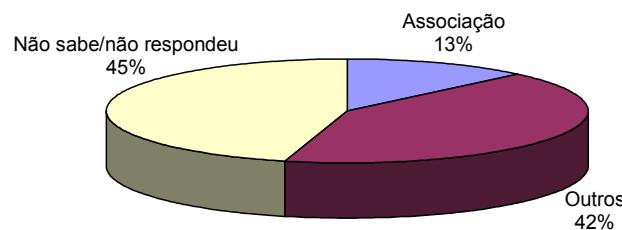
Embora todos os integrantes do circuito façam parte desta associação formalmente, nenhum “circuito de turismo rural” foi relacionado como tal pela maioria dos associados, que têm dificuldade em interpretá-lo, como se vê na figura 14 a seguir.

Figura 14 – Significado de “circuito de turismo rural” segundo os representantes dos meios de hospedagem.



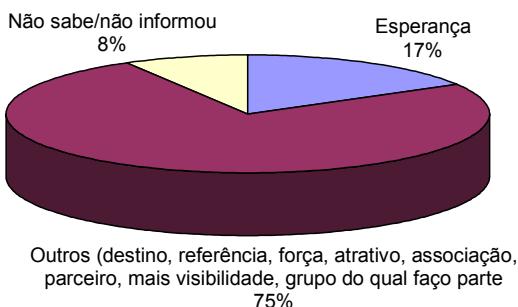
Já a maioria dos hóspedes do circuito não relacionou o significado de “circuito de turismo rural”, com uma associação de produtores rurais e/ou meios de hospedagem, ou não respondeu (Figura 15). A maioria dos entrevistados citou aspectos que também não diferenciam o circuito de outros atrativos da região. Desta forma, parece que a maioria dos entrevistados não conhece o conceito de “circuito de turismo rural” proposto por Roque (2004) – ou então o grupo pesquisado não soube interpretá-lo ou expressar-se.

Figura 15 – Significado de “circuito de turismo rural” segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri.



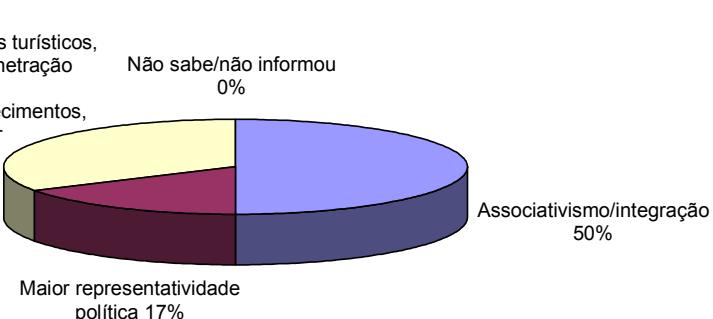
No entanto, o circuito tem o significado positivo de “esperança”, “referência”, “força” e “parceria” para alguns representantes dos meios de hospedagem como ilustrado pela figura 16 a seguir.

Figura 16 – Significado do Circuito Turístico Tere-Fri para os representantes dos meios de hospedagem deste circuito.



Uma das respostas chamou atenção pela relação com o sentimento de pertencimento – “*o grupo do qual faço parte*” – explicitando uma das características importantes de um circuito – o associativismo, conforme indicado por Violento (2007). Entretanto, para metade dos representantes dos meios de hospedagem o aspecto mais positivo do Circuito Turístico Tere-Fri é o associativismo e em segundo lugar, a importância da representatividade política do circuito na região (Figura 17). Desta forma, para os representantes dos meios de hospedagem que integram este circuito a interpretação do significado de um circuito de turismo rural (Figura 14) é diferente da interpretação do significado de Circuito Turístico Tere-Fri (Figura 17).

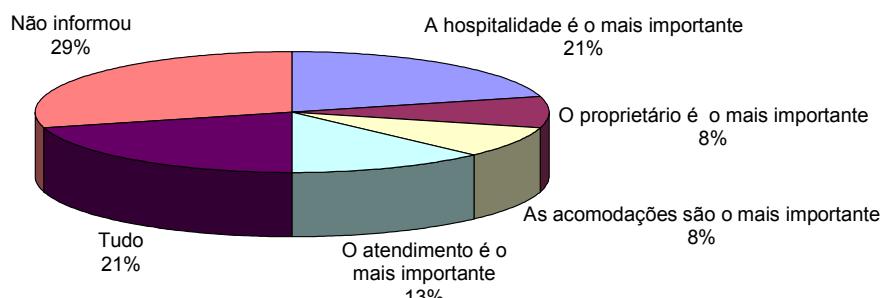
Figura 17 – Qualificação do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os representantes dos meios de hospedagem.



Outros itens citados reafirmaram a importância do circuito para estes interlocutores: “*o circuito permite maior divulgação*”, “*maior penetração do nome de seus membros*” e “*pode ser a base para criação de produtos turísticos*”. Estes aspectos foram discutidos por Teixeira (1998), que constatou que, em face da inexistência de uma política de incentivo à exploração turística na região, a iniciativa de investir e organizar o turismo tem partido mais dos donos dos meios de hospedagem do que do poder público. Durante a pesquisa foram observadas muito mais ações em prol do turismo local partindo do Circuito Turístico Tere-Fri e do PARNASO do que do Teresópolis Convention Bureau¹⁷⁸ e dos órgãos municipais, estaduais e federais relacionados ao turismo.

Já os hóspedes do circuito citaram como aspectos positivos do Circuito Turístico Tere-Fri, a hospitalidade e o atendimento dos proprietários ou dos gerentes dos estabelecimentos (Figura 18).

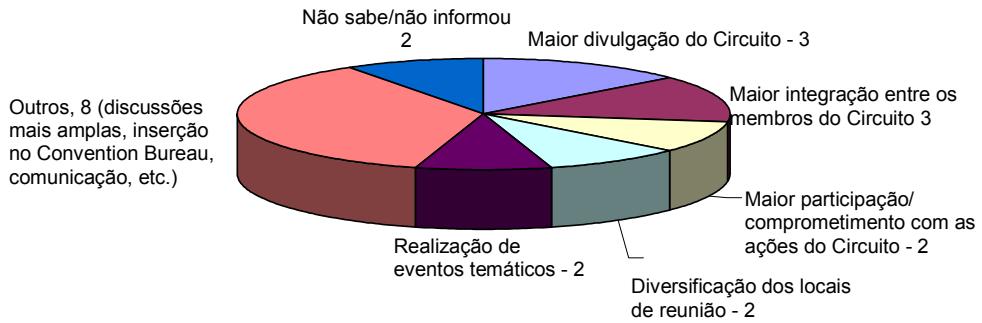
Figura 18 – Representações sobre a hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os seus hóspedes.



Quanto às recomendações para as melhorias no circuito, os representantes dos meios de hospedagem citaram principalmente a necessidade de três coisas: divulgação do circuito, realização de eventos temáticos e maior participação e comprometimento dos membros com as ações do circuito, como indicado na figura 19 a seguir.

¹⁷⁸ O Convention Bureau é a organização responsável por promover uma cidade como destino turístico.

Figura 19 – Aspectos a melhorar no Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os representantes dos meios de hospedagem.



A maioria dos hóspedes entrevistados se diz satisfeita com a qualidade dos meios de hospedagem do circuito e reconhece que nada precisa melhorar, ou então não sabe responder (Figura 19 do Apêndice B).

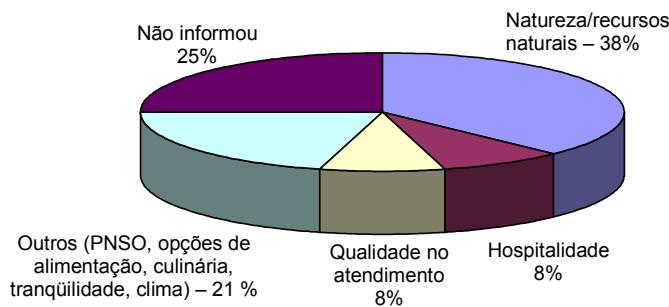
Todos os representantes dos meios de hospedagem entrevistados na pesquisa mencionaram a necessidade de inúmeras melhorias nas propriedades como requisito para desenvolvimento do negócio (Figura 77 do Apêndice B). Este aspecto parece ressaltar uma preocupação com a qualidade dos serviços oferecidos, o que geralmente se reflete na satisfação do cliente.

Quanto aos aspectos internos do Circuito Turístico Tere-Fri, a maioria dos representantes dos meios de hospedagem entrevistados afirmou que o circuito tem uma gestão democrática e está satisfeita com a organização e a comunicação interna (Figuras 43, 44 e 45 do Apêndice B).

As informações obtidas indicam que este circuito é constituído por uma associação de produtores, proprietários de terra e meios de hospedagem rural em colaboração mútua, como indicado por Roque (2004). A estrutura democrática, a organização e a comunicação entre os seus integrantes podem ser consideradas as bases de sustentação do circuito e da colaboração entre os seus integrantes.

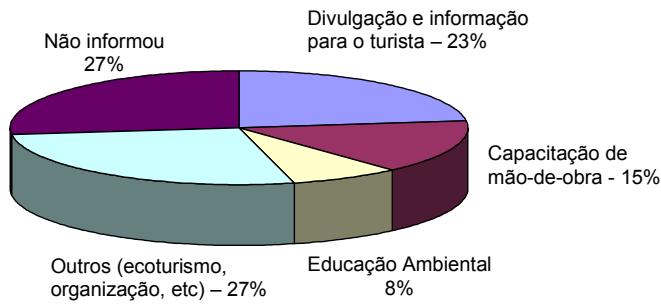
Quanto à qualificação do turismo na região, a natureza foi o aspecto mais citado pelos hóspedes do circuito, seguido pela hospitalidade e pela qualidade do atendimento, como ilustrado pela figura 20.

Figura 20 - Qualificação do turismo na região segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri.



Quanto às recomendações para o turismo na região, os hóspedes do circuito sugeriram três coisas: maior divulgação e informação para o turista, capacitação de mão-de-obra e educação ambiental (Figura 21).

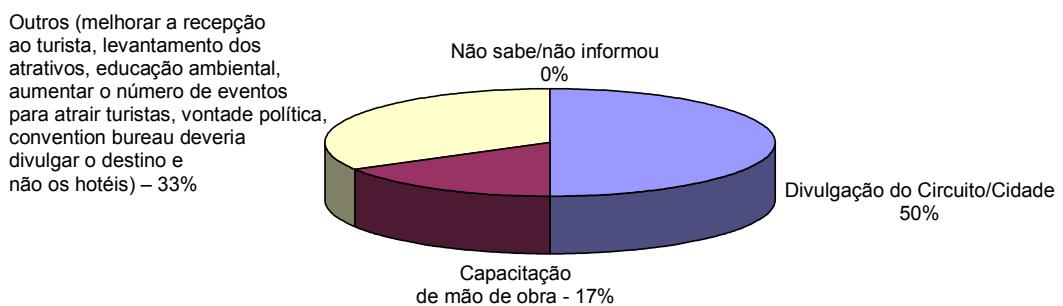
Figura 21 - Recomendações dos hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri para o turismo na região.



As sugestões dos representantes dos meios de hospedagem a respeito de como poderia ser desenvolvido o turismo rural na região abordaram principalmente a necessidade de divulgação desta modalidade e a capacitação da mão-de-obra envolvida, como ilustrado pela

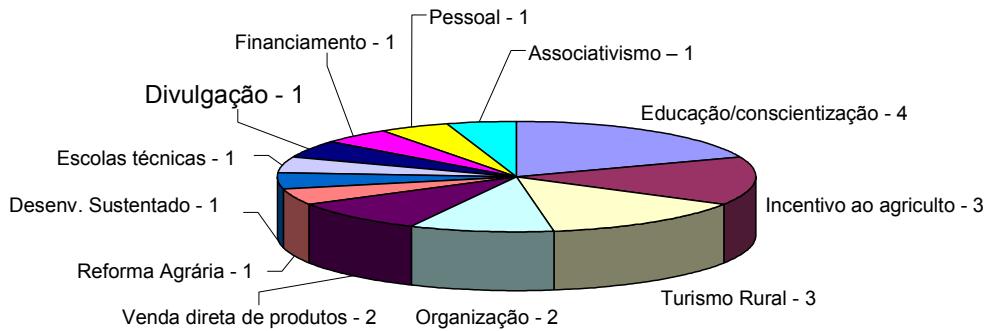
figura 22. Estas sugestões estão em acordo com o recomendado por Matheus *et al* (2005) e Hauff (2004).

Figura 22 – Sugestões dos representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, para o desenvolvimento do turismo rural na região.



Dentro de um contexto mais global, quanto às questões centrais para o desenvolvimento do meio rural os representantes dos meios de hospedagem mencionaram, entre outras: investimento em educação; incentivo e financiamento para o agricultor; a criação de escolas técnicas; a necessária atenção aos princípios do desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento do turismo rural; maior organização dos produtores; a venda direta dos produtos; a reforma agrária (Figura 23 a seguir). Todas estas sugestões referem-se a formas de sustento/trabalho, melhoria de infra-estrutura e serviços, como também indicaram os resultados da pesquisa de Hauff (2004).

Figura 23 - Questões centrais para o desenvolvimento no meio rural, segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.

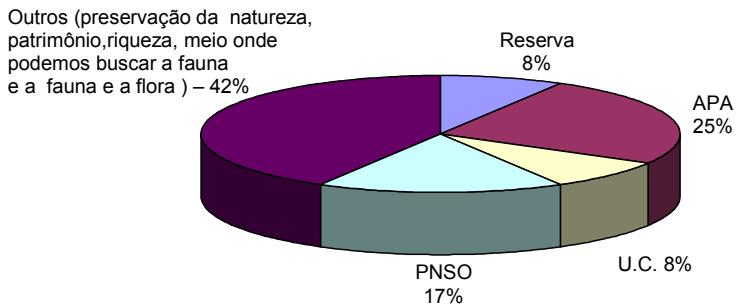


7.1.4 O olhar do Circuito Tere-Fri sobre o PARNASO.

A interpretação do significado do PARNASO pelo circuito depende, em parte, da experiência pessoal que cada representante dos meios de hospedagem da associação já teve com esta unidade de conservação. A maioria dos representantes dos meios de hospedagem já conhece e já visitou o PARNASO (Figura 47 do Apêndice B). Entretanto, cerca de um terço dos hóspedes entrevistados no circuito ainda não tinham estado no parque (Figura 23 do Apêndice B), o que parece indicar que nem sempre o PARNASO tem funcionado como atrativo para a associação.

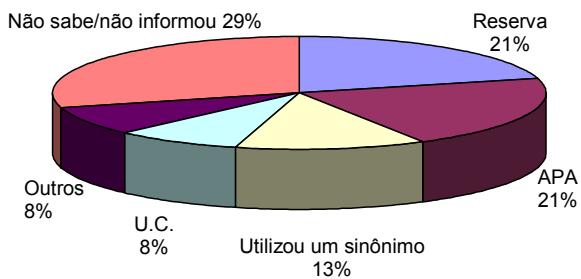
No tocante ao significado de “parque nacional”, a maioria dos representantes dos meios de hospedagem relacionou este espaço com a idéia de proteção da natureza. Entretanto, uma grande parcela parece confundir o conceito das diferentes categorias de manejo de unidades de conservação. Alguns definiram o PARNASO como “*reserva*” ou “*área de proteção ambiental*” (Figura 24 a seguir). Desta forma, o conhecimento do conceito de parque e das diversas categorias de manejo de unidades de conservação parece limitado entre estes atores.

Figura 24 – Significado de “parque nacional” segundo os representantes dos meios de hospedagem.



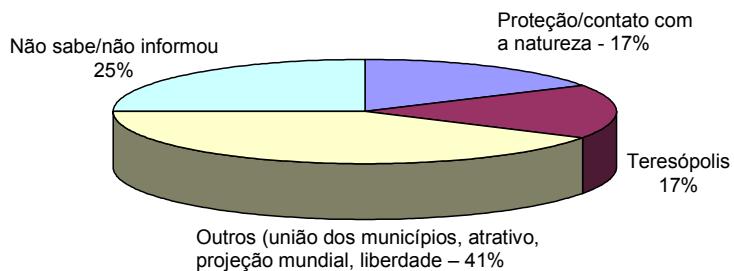
O mesmo parece ocorrer entre os hóspedes entrevistados no circuito, que forneceram uma definição de “parque nacional” muito diferente da oficial (BRASIL, 2005), ou não responderam à pergunta, indicando que talvez a função e os objetivos dessas unidades de conservação não sejam ainda conhecidos pelos freqüentadores do circuito. Outra parcela dos hóspedes também confundiu as categorias de unidades de conservação e definiu o PARNASO como “reserva” ou “área de proteção ambiental”, como ilustrado pela figura 25.

Figura 25 – Significado de “parque nacional” segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri.



De qualquer forma, a maioria dos representantes dos meios de hospedagem (Figura 26 a seguir) e boa parte dos hóspedes do circuito (Figura 25 do Apêndice B), fizeram representações positivas em relação ao PARNASO, entre as quais a idéia de proteção da natureza é uma das mais citadas.

Figura 26 – Representação do PARNASO segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



Algumas sugestões foram apresentadas pelos representantes dos meios de hospedagem do circuito para a melhoria do PARNASO, como as que se seguem: uma divulgação mais eficiente, visitação gratuita para moradores de Teresópolis, distribuição de mapas e folders aos visitantes, construção de restaurantes e abrigos.

Entretanto, a limpeza dos banheiros e das trilhas foi o aspecto mais citado (por cerca de um terço dos hóspedes entrevistados no circuito) em relação às melhorias necessárias no PARNASO (Figura 26 do Apêndice B).

Quanto ao significado de “proteção da natureza”, houve grande controvérsia quanto aos termos “proteção”, “conservação” e “preservação”, utilizados indiscriminadamente como sinônimos por uma parcela dos representantes dos meios de hospedagem do circuito e dos seus hóspedes (respectivamente Figuras 27 e 28 a seguir). Este resultado confirma o pensamento de Medeiros, Irving e Garay (2006), segundo os quais são comuns as divergências no emprego dos termos “proteção”, “conservação” e “preservação” quando aplicados à questão das áreas protegidas. Os mesmos autores sugerem que o termo “proteção” seja empregado como um conceito integrador e agrupador de diversas práticas e estratégias voltadas para a criação de espaços protegidos que gozam de um regime especial de uso e demarcação, e que “conservação” e “preservação” sejam entendidos como estratégias diferenciadas de proteção da natureza, visando a estabelecer a práxis de proteção parcial no primeiro caso e integral no segundo. Para Paiva (1999), “conservação” implica na utilização

sustentável dos recursos naturais renováveis e dos ecossistemas, bem como na utilização racional dos recursos naturais não renováveis, com proteção dos ecossistemas explorados. Ao passo que “preservação” significa a não utilização dos recursos naturais e nenhuma interferência humana de qualquer forma nos ecossistemas que os abrigam.

De qualquer maneira, muitos dos representantes dos meios de hospedagem do circuito e dos hóspedes entrevistados na pesquisa utilizaram, na definição de proteção da natureza, palavras como “*respeito*”, “*cuidado*”, ou “*amor*”, indicando o envolvimento afetivo com o processo, ou as expressões “*não agredir*” e “*não desmatar*”

Figura 27 – Significado de “proteção da natureza” segundo os representantes dos meios de hospedagem.

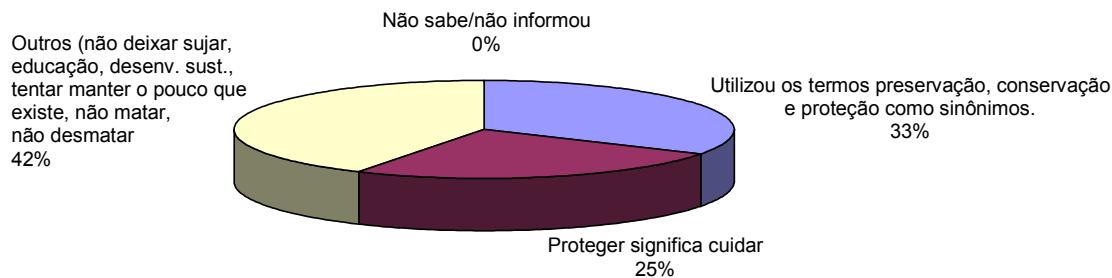
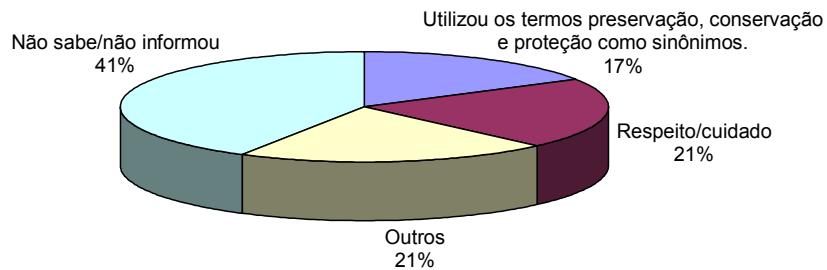
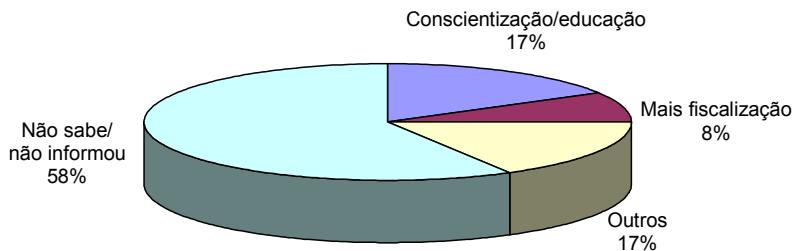


Figura 28 – Significado de “proteção da natureza” segundo os hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri.



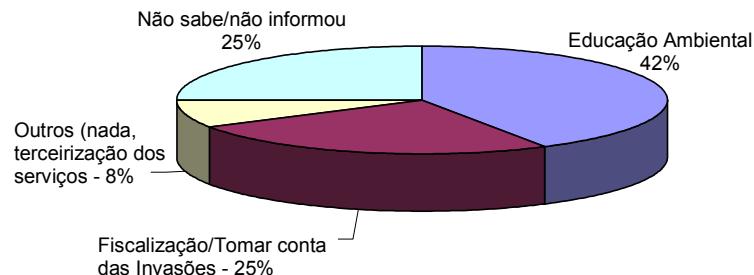
Opinando sobre o que pode ser feito para a proteção da natureza da região, muitos dos hóspedes do Circuito mencionaram a educação ambiental (Figura 29 a seguir),

Figura 29 – Recomendações dos hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza da região.



Da mesma forma, muitos dos representantes dos meios de hospedagem mencionaram a educação ambiental, como um processo que pode auxiliar na melhoria da conservação do PARNASO (Figura 30).

Figura 30 – Ações necessárias para a melhoria da conservação do PARNASO segundo os representantes dos meios de hospedagem.



7.2 Interpretando o PARNASO.

7.2.1 O PARNASO e aspectos associados.

Nas visitas realizadas ao PARNASO entre agosto e outubro de 2006 foi possível observar a presença de alunos de escolas particulares, montanhistas, pesquisadores, funcionários e membros do Conselho Consultivo. A presença de alunos de escolas

particulares, montanhistas e pesquisadores reafirma a utilização do PARNASO, de forma indireta, em atividades relacionadas à educação, ao turismo e à pesquisa, como prevê a legislação do SNUC (BRASIL, 2005).

Durante uma das visitas do autor ao PARNASO para entrevistar os atores envolvidos na gestão do parque, acontecia um seminário sobre esportes de aventura, organizado pela Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura – ABETA (nos dias 12 e 13 de outubro de 2006), visando à melhor utilização do parque pelos condutores e guias locais. A análise das atas das reuniões do Conselho Consultivo do PARNASO realizadas em 06/09/07 e 11/10/07 permitiu também identificar a realização de outros eventos (cursos, encontros e palestras) como parte da rotina do local. Assim, o parque oferece diversas atividades e não se limita a atuar em ações de controle e fiscalização.

No entanto, embora o PARNASO conte com uma das melhores infra-estruturas para o turismo, confirmando a percepção de Sansolo (2006) e como ocorre com a maioria das unidades de conservação, ela ainda está incompleta, tendo em vista que o abrigo do parque (antigo Abrigo Paquequer, localizado próximo da administração em Teresópolis) e o Centro de Visitantes ainda não estão prontos, e o Abrigo do Açu (necessário para quem desejar realizar a travessia em condições mais fáceis) sequer começou a ser construído.

Vale mencionar que em nenhuma das visitas ao PARNASO foram observados cartazes ou folhetos divulgando o Circuito Turístico Tere-Fri

7.2.2 Perfil dos atores do PARNASO.

Quanto ao perfil dos atores envolvidos na gestão do PARNASO selecionados pela pesquisa, a maioria entre os dezenove entrevistados¹⁷⁹ é maior de 21 anos, masculina, natural do estado do Rio de Janeiro, com curso superior completo (Figuras 108, 109, 110, 112 do Apêndice B).

Entre os atores envolvidos na gestão do PARNASO, nove são funcionários públicos, ao passo que os demais têm profissões e rendas mensais variadas (Figuras 114 e 115 do Apêndice B).

Quanto ao perfil dos visitantes do PARNASO, foi possível observar que a maioria dos cem entrevistados está na faixa dos 21 a 40 anos de idade¹⁸⁰, é masculina¹⁸¹ e procedente do estado do Rio de Janeiro, com profissão e formação em curso superior variadas, de várias faixas de renda mensal com uma ligeira concentração na faixa entre cinco e dez salários, e escolaridade igual ou superior ao ensino médio completo¹⁸² (Figuras 80, 81, 82, 84, 85, 86 e 87 do Apêndice B). Estes dados parecem conferir com os dados obtidos por Bartholo *et al* (2006a) e Bartholo *et al* (2006b), que afirmam que as unidades de conservação tendem a receber visitantes de escolaridade mais alta. Isto talvez possa ser explicado pela relação direta entre escolaridade e remuneração, ou seja: em geral, quanto maior a escolaridade, melhor a remuneração e com isso, maior a renda disponível também para gastos com lazer, como por

¹⁷⁹ Treze entrevistados com questionários semi-estruturados e seis entrevistados verbalmente.

¹⁸⁰ A diferença mais significativa na comparação com o Circuito Tere-Fri é que o PARNASO recebe visitantes com menos de 21 anos desacompanhados dos familiares, o que não acontece no circuito. Isto pode ocorrer em função do valor do ingresso simples no PARNASO (não incluindo a subida à Pedra do Sino ou a travessia), ser seis vezes menor do que o valor de um quarto compartilhado no meio de hospedagem mais barato (Albergue da Juventude Recanto do Lorde). Este fato poderia fazer com que a presença dos jovens fosse mais fácil, e por isso maior, nessa unidade do que em qualquer estabelecimento de hospedagem no circuito. Não foi observada qualquer diferença significativa no índice de presença de outras faixas etárias no parque em comparação com o circuito.

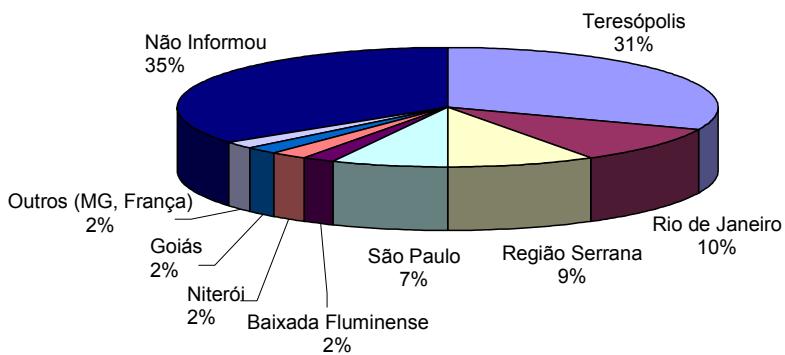
¹⁸¹ Este dado poderia ser explicado pela maior participação masculina em atividades como escalada e montanhismo. Seriam necessárias amostras mais abrangentes e em diferentes épocas para confirmar se isto ocorre de fato e se a hipótese apresentada como motivo é correta.

¹⁸² No PARNASO, dos dezesseis visitantes que ganham dez salários ou mais, quatorze tem curso superior completo e dois tem curso superior incompleto.

exemplo, a visita ao PARNASO¹⁸³, que requer pagamento de ingresso, inclusive pelos moradores de Teresópolis.

Entre os visitantes do PARNASO, os procedentes de Teresópolis e Região Serrana (moradores ou em 2^a residência), constituem a maior parcela dos visitantes do PARNASO, se comparado a outras localidades isoladas (Figura 31).¹⁸⁴

Figura 31 – Procedência dos visitantes do PARNASO.

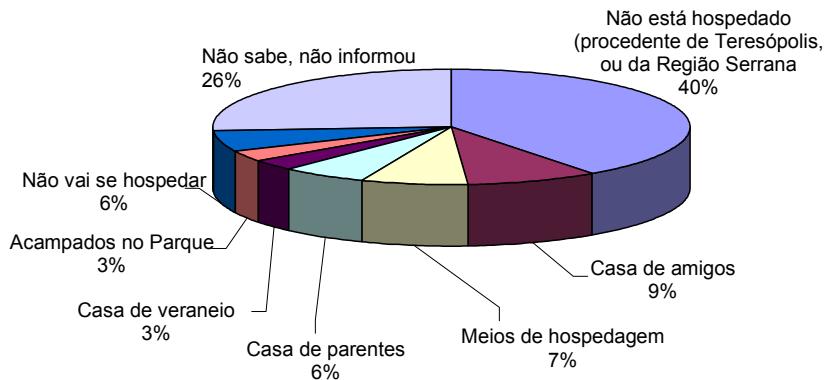


Estes dados indicam a importância desta unidade de conservação para a população local. Para Zimmermann (2006), a visitação em parques nacionais é uma das estratégias que podem contribuir para a proteção da natureza, não se restringindo às áreas protegidas mas, também, influenciando as pessoas do seu entorno, das regiões onde estas áreas estão inseridas e até de outros locais, sensibilizando-as para a importância da natureza e estimulando atitudes que auxiliem na sua proteção. Entre os visitantes do parque, 15% utilizam a casa de parentes ou amigos para hospedagem e somente 7% dos visitantes do PARNASO utilizam os meios de hospedagem de Teresópolis ou da região, como ilustrado na Figura 32 a seguir. A maioria dos visitantes provenientes de outras regiões não se hospedam em Teresópolis, mas sim retornam ao local de origem após a visita.

¹⁸³ Mesmo que a entrada de R\$3,00 por pessoa possa ser considerada de baixo custo, este valor torna-se significativo para uma família que recebe um salário mínimo por mês ou menos, sobretudo se a família decidir ir junta ao parque.

¹⁸⁴ Tendo colhido apenas a informação de procedência, sem o domicílio, foi impossível estabelecer com precisão, em todos os casos, quantos procedentes de Teresópolis ou da Região Serrana vizinha eram moradores dessas áreas e quantos estavam de passagem.

Figura 32 – Hospedagem dos visitantes do PARNASO.



Estes dados também parecem apoiar aqueles obtidos por Teixeira (1998), citados anteriormente, que afirma que os dois tipos de turismo na região são: o turismo fixo, representado pela camada de pessoas urbanas que têm propriedade na região, e o turismo de fluxo, que envolve pessoas que vão apenas visitar a região nos finais de semana ou feriados. De qualquer forma, a maioria dos visitantes do parque permanece por mais de duas horas e menos de um dia nessa unidade de conservação.¹⁸⁵

A maior parte dos visitantes do PARNASO já havia visitado este parque outras vezes (Figura 33).

Figura 33 – Freqüência dos visitantes no PARNASO



¹⁸⁵ Apenas três entrevistados do parque estavam acampados e por isso ficariam mais de um dia. Este pequeno número de entrevistados acampados talvez se deva ao fato de a entrevista ter sido realizada durante o período de baixa temporada.

Estes dados indicam que, mesmo desconsiderando os visitantes que são moradores de Teresópolis ou da Região Serrana (cerca de 40%), uma parcela considerável (29%) dos visitantes de outros locais, mesmo mais distantes, retornam ao parque.

Como motivação, os visitantes do PARNASO vêm ao local, entre outras razões, para conhecer, visitar/passear, descobrir ou ter contato com a natureza, fazer a trilha até a Pedra do Sino e praticar atividades físicas. Nenhum dos entrevistados no PARNASO estava no local a trabalho ou para conhecer o Circuito Tere-Fri (Figura 34). Exatamente o oposto verificou-se no circuito, em que alguns dos hóspedes estavam a trabalho ou tencionavam conhecer o parque (Figura 14 do Apêndice B).

Figura 34 – Motivação para visitação ao parque pelos visitantes.

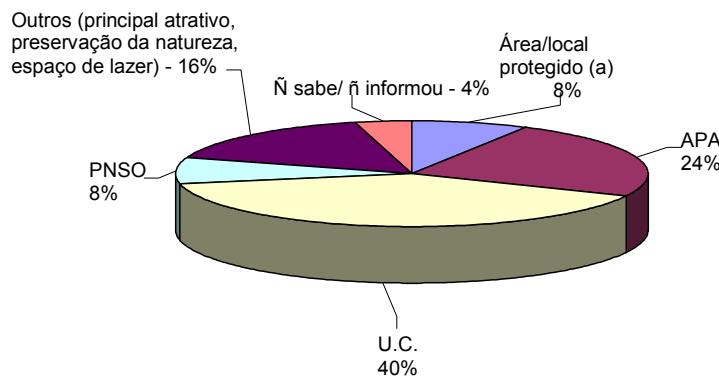


7.2.3 As percepções dos atores do PARNASO.

Quanto ao significado de “parque nacional”, um grande número de atores envolvidos na gestão do PARNASO definiu esta expressão como “uma unidade de conservação”. No entanto, uma parcela considerável destes entrevistados confundiu as categorias de manejo de unidades de conservação e definiu o PARNASO como “reserva” ou “área de proteção ambiental” (Figura 35 a seguir), da mesma forma que ocorreu com funcionários de unidades

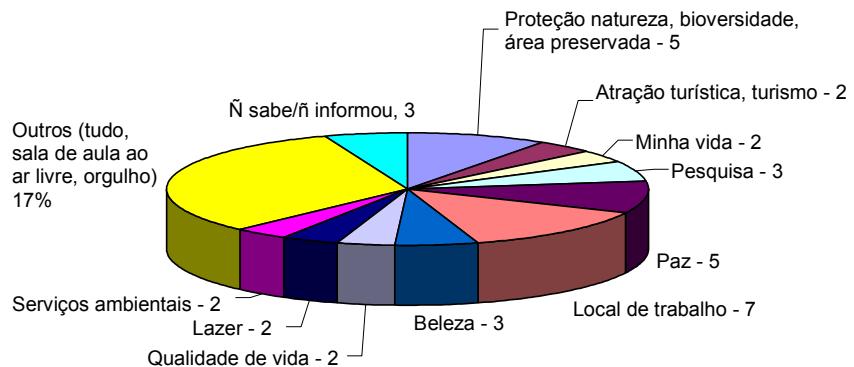
de conservação pesquisadas por Hauff (2004), que apresentaram conhecimentos e concepção incorretos sobre a categoria “parque”. Este fato não ocorreu especificamente com os funcionários concursados do PARNASO, mas foi observado na resposta de vários funcionários terceirizados e muitos dos integrantes do Conselho Consultivo

Figura 35 – Significado de Parque Nacional dos atores envolvidos na gestão do PARNASO.



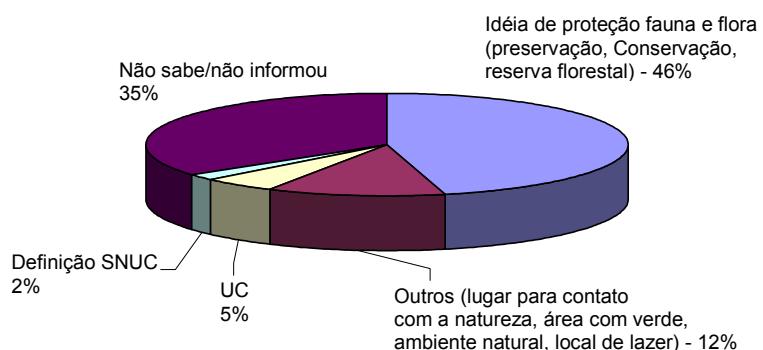
Todos os atores envolvidos na gestão do PARNASO que figuram nesta pesquisa têm em relação a este parque representações positivas, nas quais a idéia de proteção da natureza (ou a biodiversidade) aparece como a mais citada (Figura 36 a seguir). Para este grupo, o PARNASO também tem representação positiva, como “*paz*”, “*minha vida*”, “*qualidade de vida*”, “*prestaçao de serviços ambientais*”, “*tudo*”, “*orgulho*”, “*ponto de ligação de diversas comunidades*”, “*extensão da minha casa*”, “*parte da minha história*”, o que indica uma ligação afetiva aparentemente forte dos gestores com o parque.

Figura 36 – Representação do PARNASO para os atores envolvidos na gestão desta unidade de conservação.



Na representação de “parque nacional”, a maioria dos visitantes do PARNASO relacionou esta unidade com o compromisso de proteção da natureza. Contudo, somente uma pequena parcela definiu claramente o parque como uma unidade de conservação. Muitos entrevistados confundiram as categorias de manejo de unidades de conservação e definiram o PARNASO como uma “área de proteção ambiental”, ou “reserva”, ou não responderam sobre o que entendiam como “parque nacional”, ou forneceram uma definição muito diferente da oficial (BRASIL, 2005) (Figura 37).

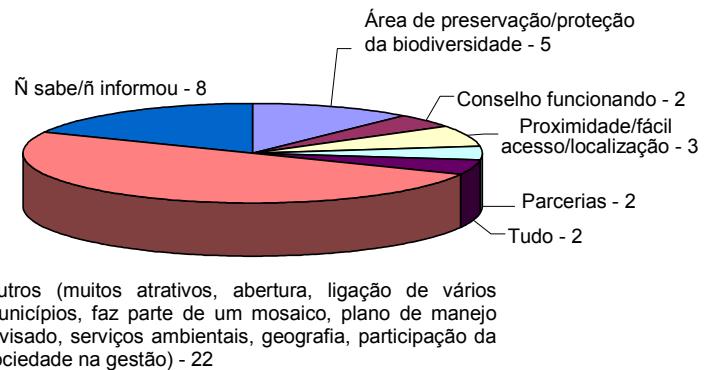
Figura 37 – Significado de “parque nacional” segundo os visitantes do PARNASO.



Quanto à valoração do PARNASO, os atores envolvidos na sua gestão o relacionaram a aspectos positivos, tais como: a função de proteção da biodiversidade, a importância do

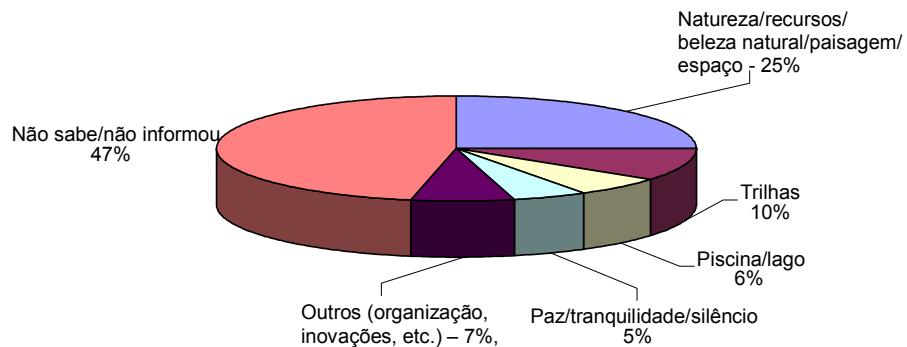
funcionamento do Conselho Consultivo, o Plano de Manejo, as importantes parcerias para a gestão (Figura 38).

Figura 38 – Valoração do PARNASO, segundo os atores envolvidos na sua gestão.



Já para os visitantes do PARNASO os aspectos positivos associados ao parque são: a natureza, a paisagem, os recursos naturais, as trilhas, a piscina natural, a paz que se obtém no contato com a natureza, a tranquilidade, entre outros (Figura 39).

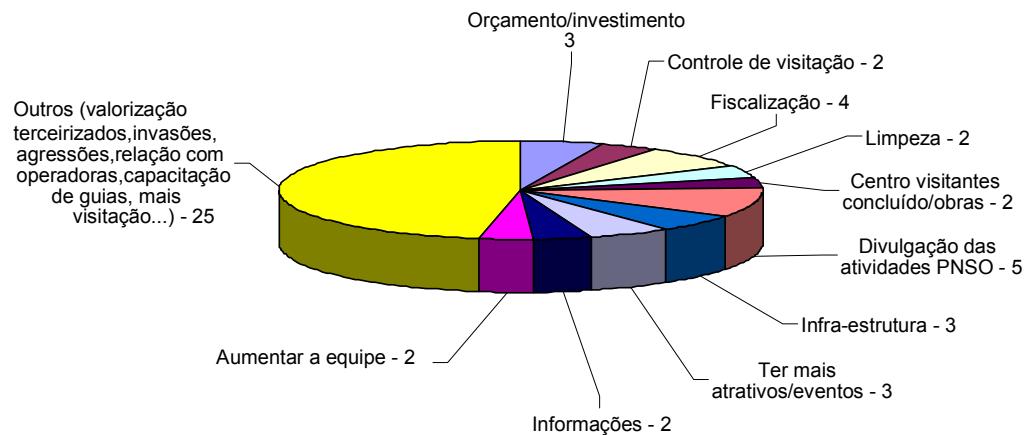
Figura 39 – Qualificação do PARNASO, segundo seus visitantes.



No que diz respeito ao que pode melhorar no PARNASO, foram citados pelos atores envolvidos na gestão do PARNASO os seguintes aspectos, entre outros: divulgação mais eficiente, fortalecimento da fiscalização, infra-estrutura, maior controle da visitação, limpeza (Figura 40 a seguir). Vale mencionar que o item infra-estrutura também foi registrado por

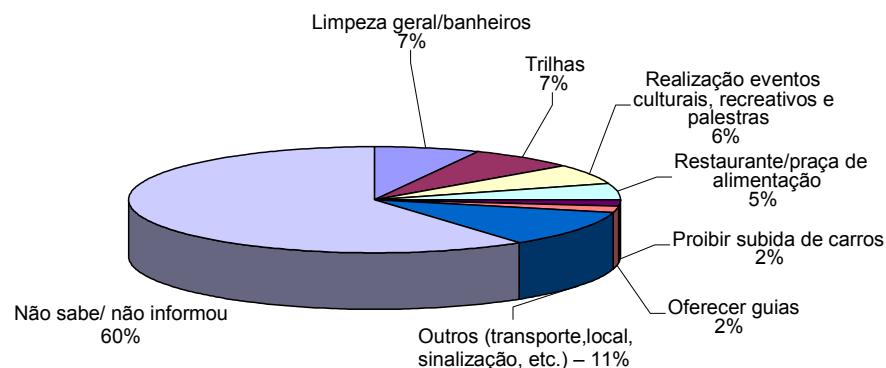
Hauff (2004) como um dos mais recorrentes em sua pesquisa com funcionários de unidades de conservação.

Figura 40 – Aspectos a melhorar no PARNASO segundo os atores envolvidos na gestão.



Já segundo os visitantes do PARNASO, os aspectos que podem melhorar no parque são: a limpeza (banheiros e trilhas), a manutenção das trilhas, a realização de eventos, a implantação de restaurante e lanchonete e a oferta de guias, como ilustrado na figura 41.

Figura 41 - Aspectos a melhorar no PARNASO segundo seus visitantes.



Também com relação à grande maioria dos atores envolvidos na gestão do PARNASO e os seus visitantes, os termos “proteção”, “conservação” e “preservação” foram utilizados indiscriminadamente (respectivamente Figuras 42 e 43). Este resultado também confirma a indicação de Medeiros *et al* (2006), conforme discutido anteriormente, sobre as divergências no emprego dos termos citados. Uma parte de ambos os grupos de atores citou também as palavras “respeito”, ou “cuidado”, ou “amor” na sua definição de proteção à natureza, indicando o seu envolvimento afetivo com este processo.

Figura 42– Significado de “proteção da natureza” pelos atores envolvidos na gestão do PARNASO.

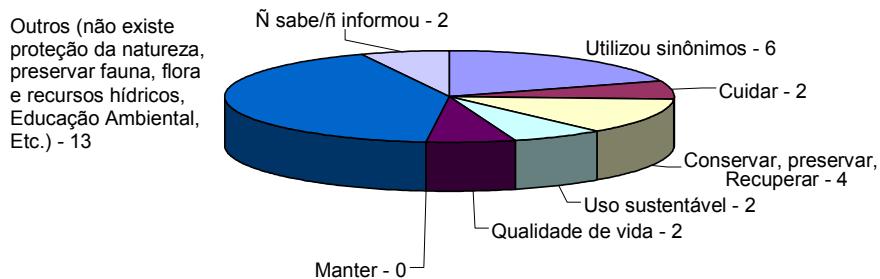
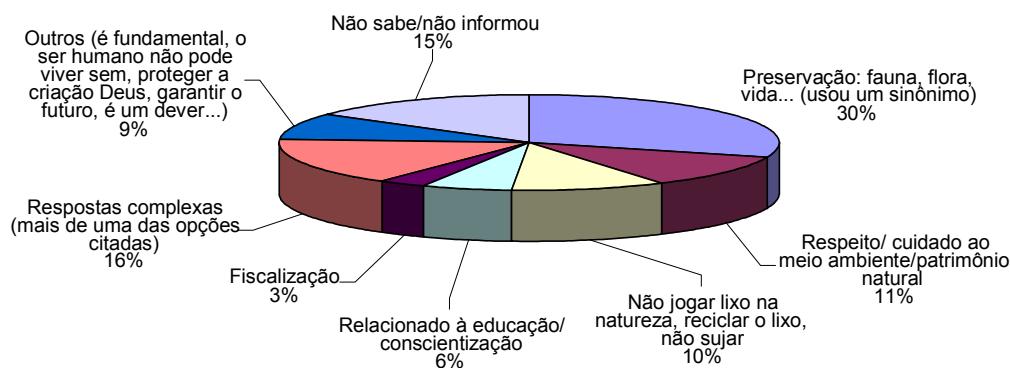


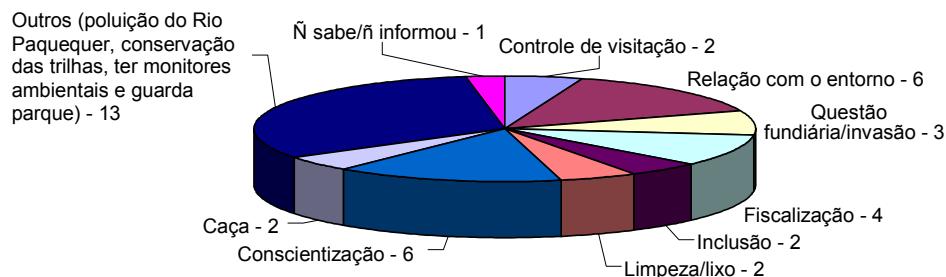
Figura 43 – Significado de “proteção da natureza” segundo os visitantes do PARNASO.



No que diz respeito ao que é necessário para a melhoria na conservação do PARNASO, os atores envolvidos na gestão do PARNASO citaram a necessidade de conscientização ambiental, a relação com o entorno/inclusão e a fiscalização (Figura 44 a

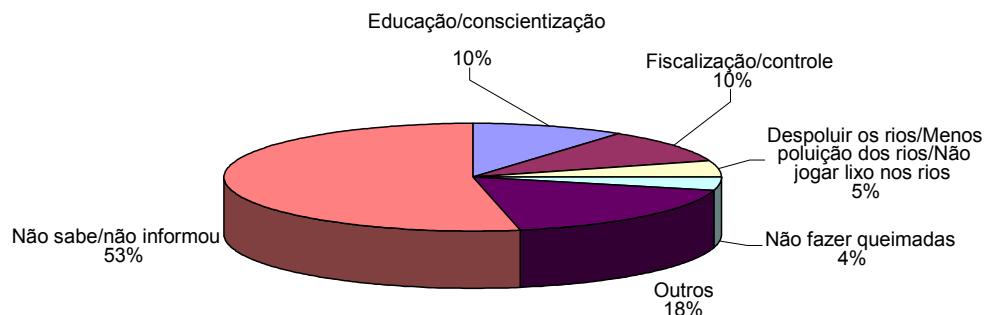
seguir). Também foram mencionados: a solução da questão fundiária, o estabelecimento de controle da visitação, a melhoria na limpeza, a repressão à caça, a despoluição do Rio (Paquequer), a conservação das trilhas e maior presença de guarda-parques, guias e monitores ambientais. Muitos dos problemas para os quais foram oferecidas estas sugestões de solução afligem outras unidades de conservação do país e foram indicados como existentes em outras unidades de conservação por Hauff (2004)

Figura 44 – Ações para melhoria da conservação no PARNASO segundo atores envolvidos na sua gestão.



Quanto à proteção da natureza da região, os visitantes do parque fizeram as seguintes recomendações, entre outras: educação/conscientização ambiental, fiscalização, despoluição dos rios e combate às queimadas, como ilustrado na figura 45.

Figura 45 - Recomendações dos visitantes do PARNASO para a proteção da natureza da região.



7.2.4 O olhar do PARNASO sobre o Circuito Tere-Fri.

No que diz respeito ao significado de “turismo rural”, a maior parte dos atores envolvidos na gestão do PARNASO e uma parte dos visitantes do parque utilizaram esta expressão como sinônimo de “turismo em área rural” ou “turismo no campo”, identificando o turismo rural com o seu conceito mais amplo (TULIK, 2003). Outra parcela dos atores envolvidos na gestão do parque e uma parte dos seus visitantes estabeleceram uma relação entre turismo rural e produção agropecuária, conforme apresentam Dias (2005), Embratur (1994) e Salles (2003). Apenas um pequeno grupo dos atores envolvidos na gestão fez associação entre turismo rural e natureza. Porém, conforme apresentado respectivamente nas Figuras 46 e 47 a seguir, para os atores envolvidos na gestão e os visitantes do PARNASO a percepção de turismo rural foi também associada ao estilo de vida do campo, concordando com Blanco (2004) o que não ocorreu para os representantes dos meios de hospedagem do circuito (Figura 38 do Apêndice B).

Figura 46 – Significado de “turismo rural” segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.

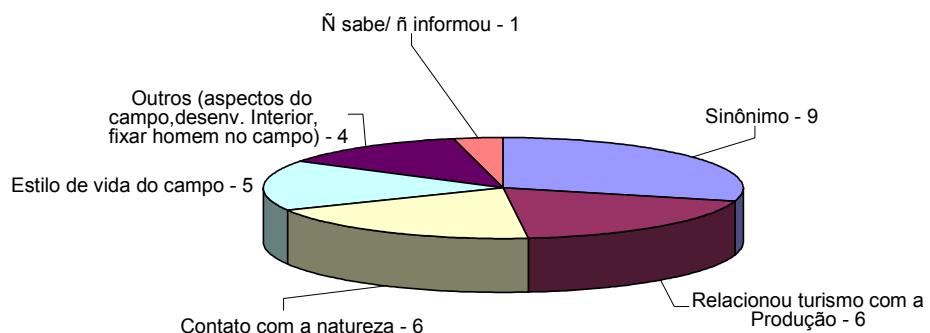
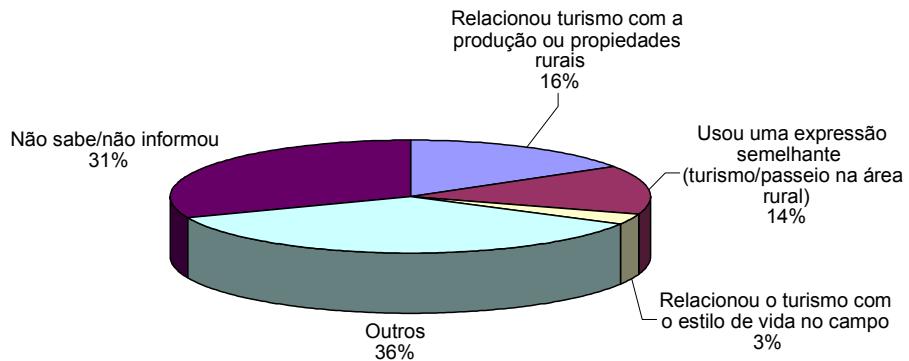
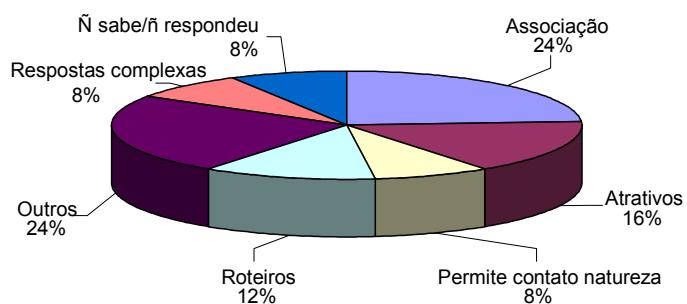


Figura 47 - Significado de “turismo rural” segundo os visitantes do PARNASO.



Quanto ao significado de “círculo de turismo rural”, os atores envolvidos na gestão do PARNASO apresentaram respostas bastante variadas. Entretanto, uma parcela de atores relacionou esta expressão com “associação”, conforme indica Roque (2004), ao passo que apenas alguns a relacionaram com “natureza” (como ilustrado na figura 48), em concordância com o que propõe Violento (2007).

Figura 48 – Significado de “círculo de turismo rural” segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.



Já mais de 90% dos visitantes do PARNASO expressaram um entendimento de “círculo” diferente de “associação de produtores rurais” e/ou “meios de hospedagem”, ou não responderam. Outro grupo dos entrevistados citou aspectos que não diferenciam o círculo de outros atrativos da região. Apenas uma pequena parcela relacionou “círculo” com

“associação de propriedades rurais destinadas ao turismo”, como proposto por Roque (2004).

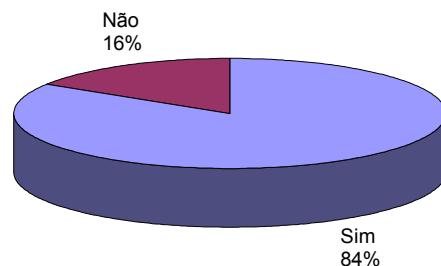
Desta forma, parece que o conceito de “círculo de turismo rural” não é conhecido pela maioria destes entrevistados, ou o grupo pesquisado não soube interpretá-lo ou expressá-lo (Figura 49).

Figura 49 - Significado de “círculo de turismo rural” segundo os visitantes do PARNASO.



Quanto à presença no Círculo Tere-Fri, a maioria dos atores envolvidos na gestão do PARNASO já tinha estado no circuito várias vezes, como ilustrado na figura 50 a seguir, indicando o conhecimento da associação por estes atores.

Figura 50 - Presença no circuito pelos atores envolvidos na gestão do PARNASO.



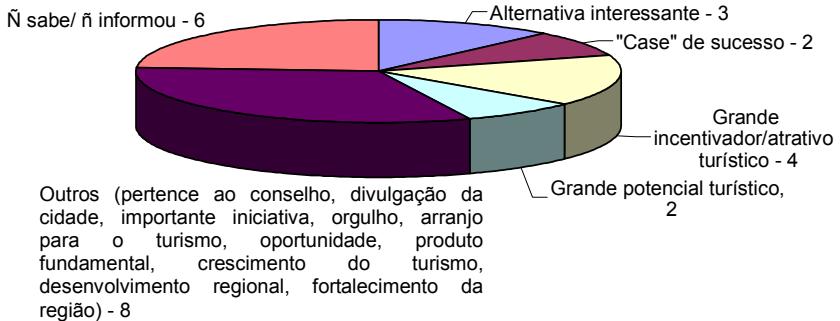
Entretanto, 70% dos visitantes do PARNASO não tinham estado ainda em qualquer estabelecimento do circuito (Figura 51 a seguir).

Figura 51 – Presença dos visitantes do PARNASO no circuito.



Todos os atores envolvidos na gestão do PARNASO considerados na pesquisa fizeram uma representação muito positiva em relação ao circuito, citando-o como “*grande incentivador do turismo/atrativo*”, “*alternativa interessante*”, “*grande potencial turístico*”, “*case de sucesso*”, “*importante iniciativa*” e “*produto fundamental*” (Figura 52).

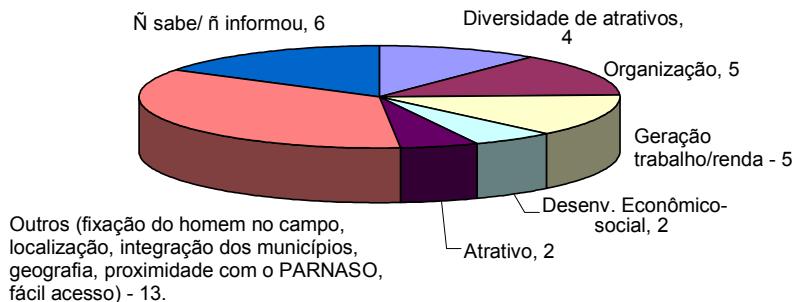
Figura 52 – Representação do Circuito Turístico Tere-Fri pelos atores envolvidos na gestão do PARNASO.



Quanto à qualificação do Circuito Turístico Tere-Fri, os atores envolvidos na gestão do PARNASO citaram diversos itens como positivos. Entre os mais citados estão: organização, geração de trabalho e renda (dois aspectos também citados por vários autores como Araújo (2000), Blos (2000), Oliveira (2001), Dias (2005) e Violento (2007)), diversidade de atrativos e desenvolvimento econômico e social (como estabelecem autores como Solla, 2002; Blanco, 2004; Violento, 2007 & 2005), o papel na fixação do

homem no campo (como discutem DIAS, 2005 e VIOLENTO, 2007), o estímulo ao turismo, a existência do circuito em si e sua gastronomia (Figura 53).

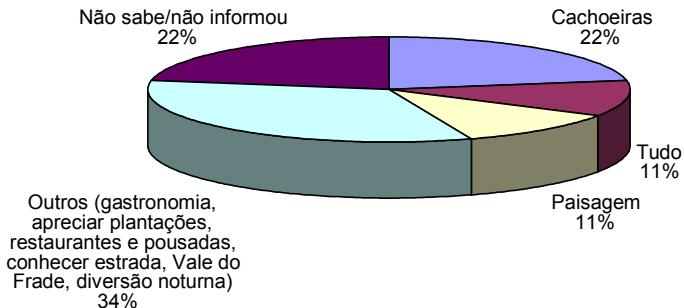
Figura 53 – Qualificação do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.



Entretanto, com exceção do item “organização”, que pode ser uma característica do Circuito Turístico Tere-Fri, os demais aspectos citados podem se referir a qualquer circuito e não especificamente a este. Itens como a localização, o potencial de integração dos municípios, a facilidade de acesso, a geografia diferenciada e a proximidade com o PARNASO foram aspectos pouco citados, mas são justamente os que podem compor o diferencial deste circuito em comparação com outros.

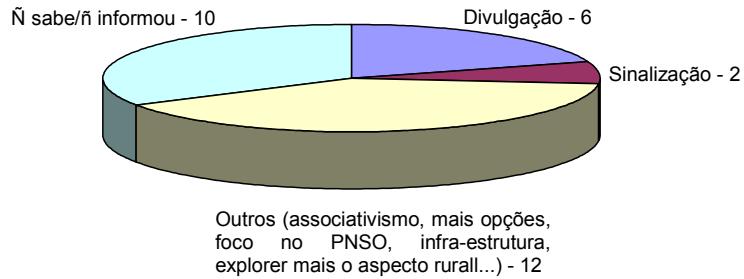
Já os visitantes do PARNASO que tinham estado no Circuito Turístico Tere-Fri citaram como aspectos positivos deste circuito principalmente os aspectos ambientais (paisagem, cachoeira), como ilustrado na figura 54 a seguir, o que os distingue do pensamento da maioria dos hóspedes do circuito, que mencionaram a hospitalidade ou o atendimento dos proprietários ou dos gerentes dos estabelecimentos (Figura 18 do Apêndice B).

Figura 54 - Qualificação do Circuito Turístico Tere-Fri segundo os visitantes do PARNASO.



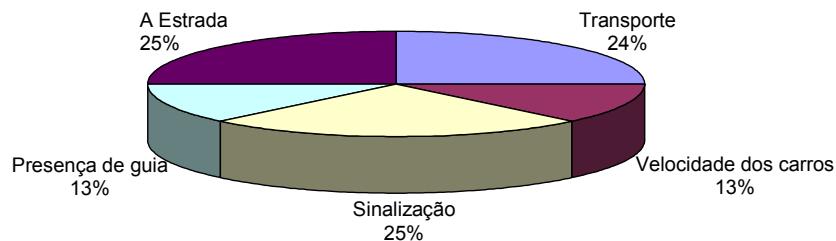
Quanto aos aspectos que podem melhorar no circuito, uma parcela dos atores envolvidos na gestão do PARNASO citou “*mais divulgação*”, “*mais sinalização*”, “*mais opções de atividades de lazer*”, “*mais limpeza*”, “*mais conservação da estrada*” e “*o foco no parque*” (Figura 55).

Figura 55 – Aspectos a melhorar no Circuito Turístico Tere-Fri segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.



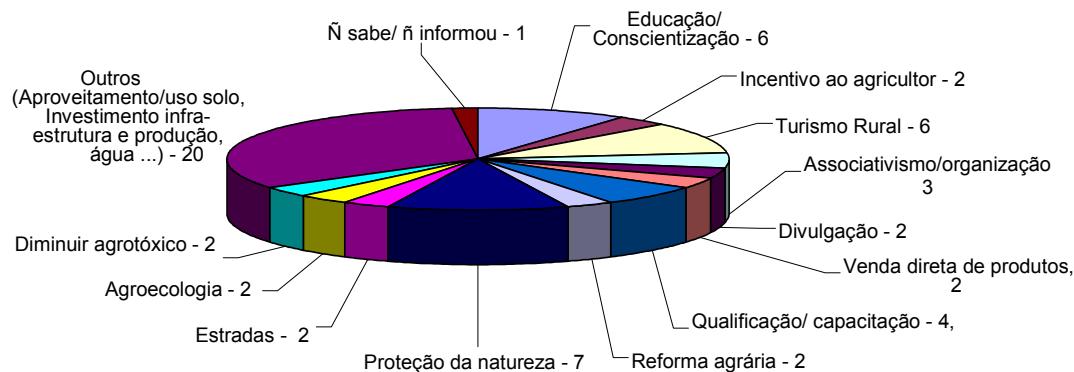
Os visitantes do PARNASO que estiveram no circuito indicaram que melhorias são necessárias, sobretudo no que se refere à falta de horário dos transportes públicos, às condições da estrada, à sinalização e à velocidade excessiva dos veículos, como ilustrado na figura 56 a seguir.

Figura 56 - Aspectos a melhorar no Circuito Turístico Tere-Fri segundo os visitantes do PARNASO.



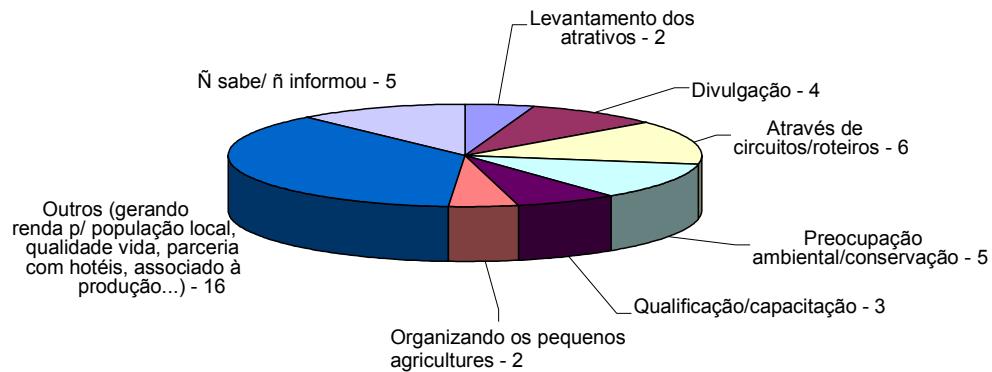
Os atores envolvidos na gestão apontaram inúmeras questões como importantes para o desenvolvimento do meio rural. Entre as mais citadas estão: conservação e educação ambiental, desenvolvimento do turismo rural, qualificação e capacitação dos recursos humanos, e associativismo (Figura 57).

Figura 57 - Questões centrais para o desenvolvimento no meio rural segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.



Sobre os requisitos para o desenvolvimento do turismo rural na região, os atores envolvidos na gestão do parque afirmaram que o turismo rural pode ser desenvolvido na região “*a partir dos circuitos de turismo rural*”, “*levando em conta a conservação ambiental*” e “*a partir do investimento em divulgação*”, “*qualificação dos recursos humanos*”, “*organização dos pequenos agricultores*”, como ilustrado na figura 58 a seguir.

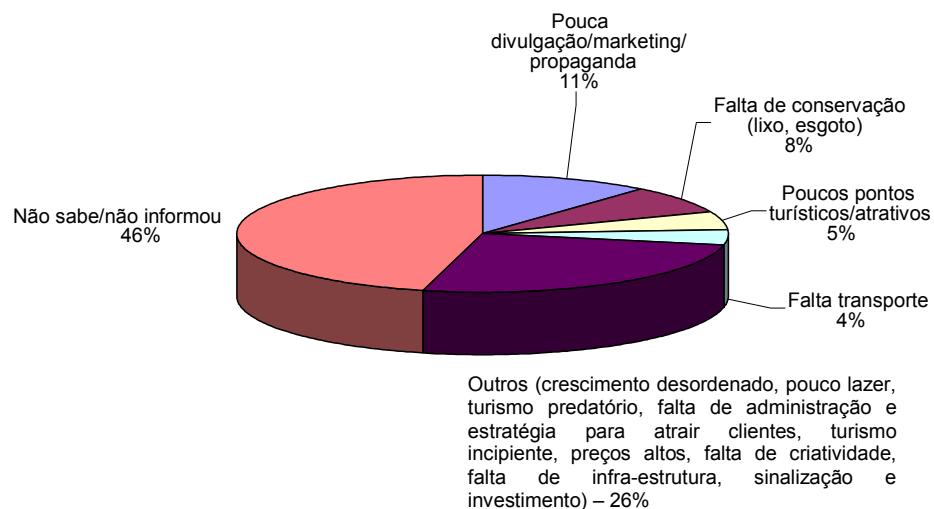
Figura 58 – Requisitos para o desenvolvimento do turismo rural na região, segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.



Quanto à qualificação do turismo na região, a paisagem foi o aspecto mais citado como positivo pelos visitantes do PARNASO (Figura 105 do Apêndice B).

Já entre os aspectos a melhorar no turismo na região, os mais citados pelos visitantes do PARNASO foram: a falta de divulgação e informações, a falta de conservação (incluindo a presença de lixo e esgoto), o transporte e a sinalização deficientes (Figura 59).

Figura 59 – Aspectos a melhorar no turismo da região, segundo os visitantes do PARNASO.



7.3 A relação entre o Circuito Turístico Tere-Fri com o PARNASO: convergências e dissonâncias.

Quanto à relação entre o PARNASO e o Circuito Turístico Tere-Fri: o circuito tem representação no Conselho Consultivo do parque e sua representante formal aparentemente pode se expressar e questionar livremente¹⁸⁶, indicando a existência – conforme observação pessoal do autor desta dissertação e da análise das respectivas atas – de diálogo nas reuniões do Conselho Consultivo do PARNASO de 06/09/07 e de 11/10/07. Apesar disso, a maioria dos entrevistados – atores envolvidos na gestão do PARNASO e representantes dos meios de hospedagem do circuito – consideram esta relação inexistente ou não souberam informar (respectivamente Figura 60 e 61 a seguir). O desconhecimento sobre a existência da relação pode ter sido ocasionado por uma falha na comunicação interna, tanto entre os atores envolvidos na gestão do PARNASO como entre os representantes dos meios de hospedagem do circuito. Este fato pode ter como reflexo a ausência da gestão do parque no circuito e dos representantes dos meios de hospedagem no parque, e também o não usufruto das possibilidades advindas do conhecimento desta relação formal, tais como a realização de projetos em conjunto. O desconhecimento da existência dessa relação pode também diminuir o nível de compromisso de cada um dos grupos de atores que responderam negativamente para com os interesses e projetos realizados pelo outro grupo. Isto se deu tanto nos interesses e projetos relacionados ao turismo no circuito como nos interesses e projetos relacionados à proteção da natureza pelo PARNASO na própria área dessa unidade de conservação e/ou no entorno, como indicado por Ayres e Irving (2006), inclusive no espaço do circuito. Apesar do exposto, não foi observado conflito entre o Circuito Turístico Tere-Fri e o PARNASO, nem nos contatos pessoais da administração desta unidade com a representante formal do circuito,

¹⁸⁶ Ayres e Irving (2006) citaram ser importante a expressão e o questionamento livres em uma gestão participativa.

nem nas respostas à entrevista dadas pelos demais atores envolvidos na gestão do parque e pelos representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri. A inexistência de conflito facilita a aproximação de ambos os grupos de atores e a consolidação desta relação formal através da realização de projetos em conjunto.

Figura 60 – Conhecimento da existência da relação Circuito Turístico Tere-Fri/PARNASO, para os atores envolvidos na gestão do PARNASO.

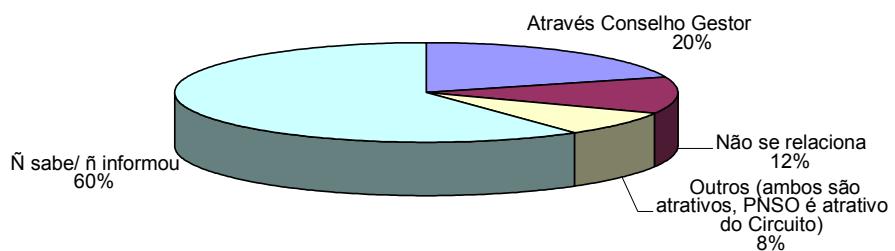
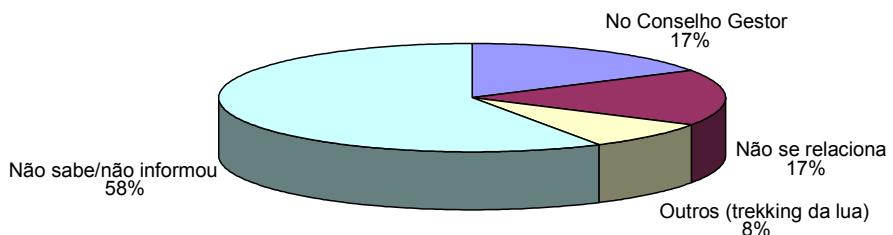


Figura 61 – Conhecimento da existência da relação Circuito Turístico Tere-Fri/PARNASO segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



Embora não tenha sido observado qualquer conflito entre os atores do PARNASO e os do Circuito Tere-Fri, foi constatado conflito entre o Circuito Turístico Tere-Fri e a Secretaria de Turismo de Teresópolis, bem como entre o PARNASO e a Secretaria de Meio Ambiente de Teresópolis, exemplificando no primeiro caso o conflito entre o público e o privado e no segundo caso, a questão de conflito sobre o território, conforme apresentado por Sansolo (2006). Esta indicação é fruto da análise das entrevistas com a representante do Circuito

Turístico Tere-Fri, com o Diretor do PARNASO e o funcionário responsável pela conservação da fauna nessa área protegida.

Os conflitos podem bloquear o fluxo da ação, por isso são interpretados como indesejáveis e em muitos casos são censurados, e podem dar ensejo à crença de que para que um coletivo se torne eficaz é necessário que os interesses individuais, a livre expressão e o questionamento sejam contidos em benefício dos interesses coletivos. Por outro lado, porém, é importante ressaltar que reprimir estas formas de expressão através da imposição, da hierarquia e da desconsideração dos interesses individuais presentes no grupo gera total descompromisso por parte dos indivíduos para com os interesses do grupo, de forma que somente a compatibilização dos interesses individuais com os interesses grupais pode solucionar este problema e fazer de cada indivíduo um membro do grupo e cúmplice no projeto coletivo (AYRES & IRVING, 2006).

Segundo Soares e Irving (2006), todo conflito contém uma base positiva, porque precede a negociação.

Assim, mesmo reconhecendo a relevância da colaboração, o consenso e o conflito coexistem em qualquer sociedade, e este último pode ser interpretado como uma oportunidade de transformação da consciência e da conduta para que se alcance um nível mais elevado de cooperação (BUSH *et al*, 1996). De modo que o conflito deve ser encarado como uma forma de interação social cuja natureza não pode ser entendida como simplesmente patológica (SIMMEL, 1983), mas como parte dos processos societários constituídos por uma infinidade de interações em um contexto de aproximação e separação, de conflito e consenso constantes (SOARES & IRVING, 2006).

Questionados sobre o que desejam para a relação PARNASO-Círculo, tanto os atores envolvidos na gestão do PARNASO como os representantes dos meios de hospedagem mencionaram “*maior integração entre o PARNASO e o Círculo Turístico Tere-Fri*” e “*que*

os dois trabalhem para a divulgação de ambos” (Figura 134 e 58 do Apêndice B). Um dos representantes dos meios de hospedagem solicitou também que mais informações ambientais fossem divulgadas por funcionários do PARNASO para os integrantes do Circuito Turístico Tere-Fri, o que poderia auxiliar na proteção da natureza, tanto do parque como da região, conforme sugerido por Hauff (2004). Alguns dos atores envolvidos na gestão do PARNASO sugeriram também idéias interessantes para o aprimoramento da integração entre ambos: “*Que o circuito tenha maior preocupação ambiental*”, “*Que os atores locais sejam qualificados na questão ambiental*”, “*Que haja parceria em projetos de educação ambiental*”¹⁸⁷, “*Que o circuito apóie as iniciativas do PARNASO*”, “*Que o PARNASO participe do circuito*”¹⁸⁸ (sendo que algumas dessas sugestões foram feitas também por HAUFF, 2004), “*Que os empresários do Circuito Turístico Tere-Fri invistam em infra-estrutura, capacitação de pessoal e eventos no parque*” (em concordância com uma das indicações do PNAP na repartição dos custos e benefícios pela proteção da biodiversidade, segundo IRVING & MATOS, 2006), e ainda “*Que haja uma integração do Circuito Turístico Tere-Fri e do PARNASO com o Parque Estadual dos Três Picos*”, o que poderia ser importante para a proteção da natureza na Região Serrana através da realização de ações integradas.

Sobre a relação entre o turismo rural e a proteção da natureza indicada por alguns autores (MATHEWS, 1990; GRAZIANO DA SILVA *et al* 1998), três respostas sobressaíram na pesquisa, tanto entre os atores envolvidos na gestão do PARNASO como entre os representantes dos meios de hospedagem: o turismo pode contribuir ou tem contribuído para a proteção da natureza; o turismo depende da proteção da natureza; um depende do outro. Entretanto, a idéia de que o turismo pode contribuir para a proteção da natureza e, neste caso específico, para a biodiversidade, é mais presente entre os representantes dos meios de

¹⁸⁷ Esta recomendação tem especial valor tendo em vista que foi feita pela equipe de educação ambiental do parque.

¹⁸⁸ Esta recomendação tem especial valor por ter sido feita pelo Diretor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

hospedagem, ao passo que a idéia de que o turismo depende da proteção da natureza é mais evidente entre os atores envolvidos na gestão do PARNASO (Figuras 62 e 63).

Figura 62 - A relação entre o turismo rural e a proteção da natureza segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.

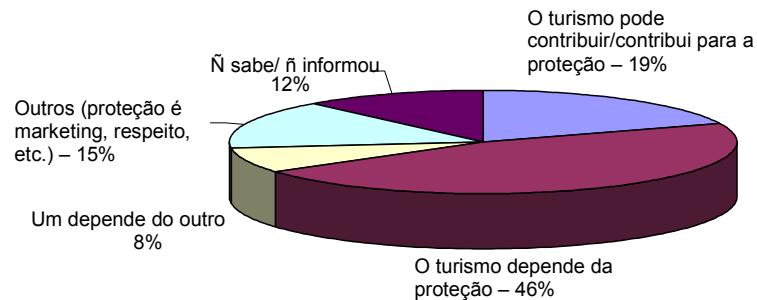
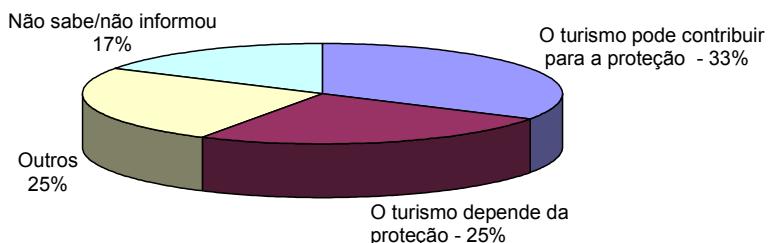


Figura 63 - A relação entre o turismo rural e a proteção da natureza segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



Entretanto, quando perguntados se o Circuito Turístico Tere-Fri contribui para a proteção da natureza, boa parte dos atores envolvidos na gestão do PARNASO e uma parte dos representantes dos meios de hospedagem¹⁸⁹ responderam que o Circuito Turístico Tere-Fri não tem contribuído para a proteção da natureza, ou não souberam informar (Figuras 64 e 65). Isto indica que, apesar da relação entre turismo e proteção da natureza ou conservação da biodiversidade ser conhecida pelos atores dos grupos mencionados acima, tal conhecimento ainda não se materializou em ações em prol desta proteção pela parceria dos atores do circuito com os atores envolvidos na gestão do PARNASO, por causa da não consolidação da relação

¹⁸⁹ Neste caso, mais da metade dos atores envolvidos na gestão do PARNASO e mais de um terço dos representantes dos meios de hospedagem responderam negativamente ou não responderam a esta questão.

formal entre ambos. Este fato talvez ocorra em função do desconhecimento da existência da relação formal entre estes dois grupos de atores.

Figura 64 – Possibilidade de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.

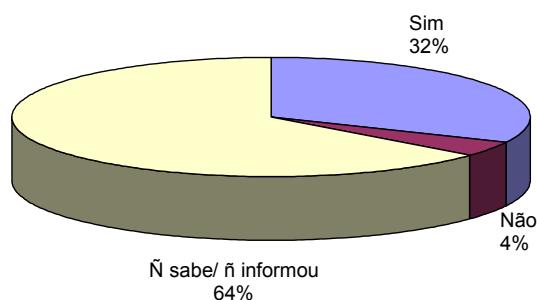
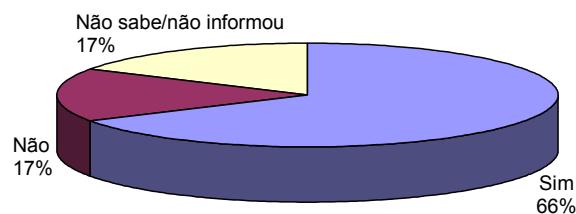


Figura 65 – Possibilidade de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza segundo os representantes dos meios de hospedagem.

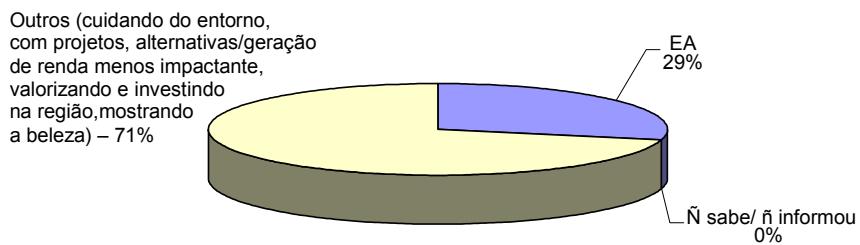


A maioria¹⁹⁰ dos atores envolvidos na gestão do PARNASO que responderam que o Circuito Turístico Tere-Fri tem contribuído para a proteção da natureza não soube informar de que forma isto pode acontecer, o que indica que neste caso a contribuição do circuito para a proteção da natureza, ou conservação da biodiversidade regional, é mais um desejo do que um fato real. Os outros atores envolvidos na gestão do parque que opinaram que o circuito tem contribuído para a proteção da natureza mencionaram também que o mesmo desenvolve

¹⁹⁰ Cerca de $\frac{3}{4}$.

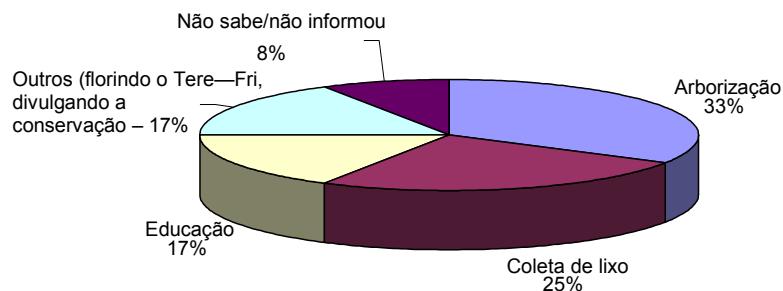
atividades de educação ambiental, ou relacionaram atividades variadas, sem uniformidade entre elas (Figura 66).

Figura 66 – Tipo de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.



Já os representantes dos meios de hospedagem que responderam que o circuito contribui para a proteção da natureza mencionaram, como forma de contribuição, o plantio de árvores ou flores à beira da estrada, a coleta de lixo nas estradas e as atividades de educação ambiental, (Figura 67).

Figura 67 – Tipo de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



Entretanto, contrariando as informações prestadas tanto por atores envolvidos na gestão do parque como por representantes dos meios de hospedagem sobre as contribuições do circuito para a proteção da natureza, a Secretaria Executiva do circuito afirmou que este, como associação, não desenvolve de maneira permanente e formal atividades de coleta de lixo

à beira das estradas, informação e educação ambiental para seus funcionários, hóspedes e visitantes – e tampouco em parceria com parque. Segundo ela, apenas um estabelecimento do circuito – o Apiário da Terra – desenvolve por conta própria ações de educação ambiental, mas sem a colaboração ou participação do circuito. A não colaboração ou participação do circuito em ações relacionadas à proteção da natureza na unidade de conservação e no seu entorno talvez ocorra pelo desconhecimento da existência da relação formal e das suas possibilidades, desconhecimento que engloba também a consolidação da relação através da realização de projetos em conjunto, frutos da parceria PARNASO/Círculo Tere-Fri. Esta relação formal poderia também ser reforçada pela existência de alternativas econômicas de baixo impacto ambiental e inclusão social, como a prestação de serviços de turismo ligados direta e indiretamente à existência da unidade de conservação, como indica Hauff (2004).

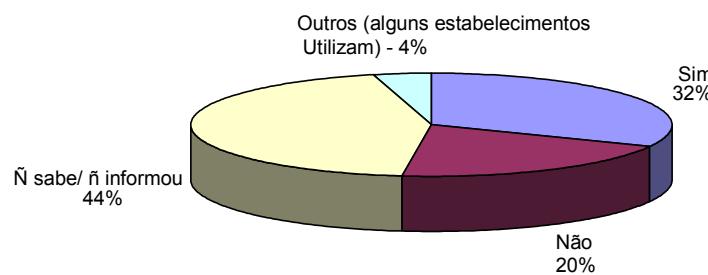
Quanto às atividades de plantio de flores e espécies nativas de árvores ao longo da estrada Tere-Fri, a Secretaria Executiva informou que estas ações, embora tenham valor, são pontuais e esporádicas, sendo realizadas apenas ao longo da parte da estrada Tere-Fri que fica no município de Nova Friburgo, e que até o momento da entrevista a Prefeitura de Teresópolis não havia apoiado esta atividade ou participado dela.

Quando perguntados de que maneira o circuito poderia contribuir para a proteção da natureza na região, tanto os atores envolvidos na gestão do PARNASO como os representantes dos meios de hospedagem fizeram várias sugestões (Figuras 133 e 57 do Apêndice B). Entre as ações a serem empreendidas para contribuir com a proteção da natureza na região, mereceu destaque a educação ambiental em todas as suas formas e instrumentos (folhetos, eventos, placas, caminhadas ecológicas, campanhas), locais (escolas e dentro do circuito) e público-alvo (condutores, guias, hóspedes, funcionários, representantes e donos dos meios de hospedagem). Outras sugestões foram: a adoção de condutas e parâmetros ambientais por parte dos proprietários como condição para integrarem o circuito, a concessão

de incentivos pelo poder público para os proprietários contribuírem para a proteção da natureza através de reflorestamento, a implantação de corredores ecológicos, a divulgação das áreas protegidas e do parque bem como o incentivo a estes locais, a proteção dos mananciais e o respeito à área de reserva legal.¹⁹¹

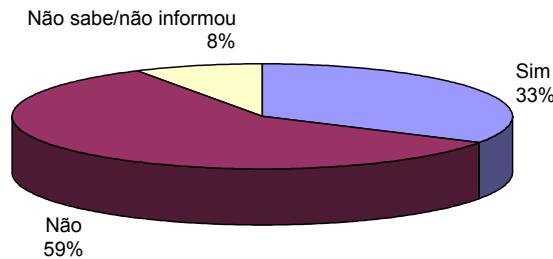
Quanto perguntados se o Circuito Turístico Tere-Fri utiliza o PARNASO como atrativo e como local para atividades, a maioria dos atores envolvidos na gestão do PARNASO e dos representantes dos meios de hospedagem afirmaram que o circuito não utiliza o parque, ou não informaram (Figuras 68 e 69 a seguir). Se o Circuito Turístico Tere-Fri não utiliza o PARNASO como atrativo, como parece acontecer, está perdendo uma excelente oportunidade de atrair turistas em função da existência do parque, relativamente próximo do circuito, tendo em vista que este parque é conhecido no Brasil e no mundo, sendo um ícone do montanhismo e da cidade de Teresópolis.

Figura 68 – Possibilidade de utilização do PARNASO como atrativo e local de atividades pelo Circuito Turístico Tere-Fri segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.



¹⁹¹No II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social – II SAPIs, o superintendente do IBAMA no Rio de Janeiro, Sr. Rogério Rocco, em sua apresentação na mesa redonda I no dia 06/12/06, informou que por decisão judicial nenhuma área de reserva legal nesse estado deveria ser fiscalizada e nenhum proprietário deveria ser multado caso fosse constatada alguma infração. Dessa forma, um único indivíduo – o juiz – teve o poder de revogar todo o código florestal no Rio de Janeiro, com consequências previsíveis para a Mata Atlântica existente no estado.

Figura 69 – Possibilidade de utilização do PARNASO como atrativo e local de atividades pelo Circuito Turístico Tere-Fri segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



Quando afirmou-se que o Circuito Turístico Tere-Fri utiliza o PARNASO como atrativo, tanto os atores envolvidos na gestão do PARNASO como os representantes dos meios de hospedagem informaram que o circuito utiliza o PARNASO como atrativo para caminhadas ou na divulgação (Figuras 70 e 71).

Figura 70 – Formas de utilização do PARNASO pelo Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os atores envolvidos na gestão do PARNASO.

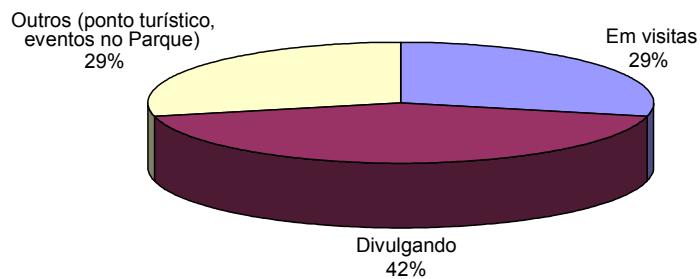
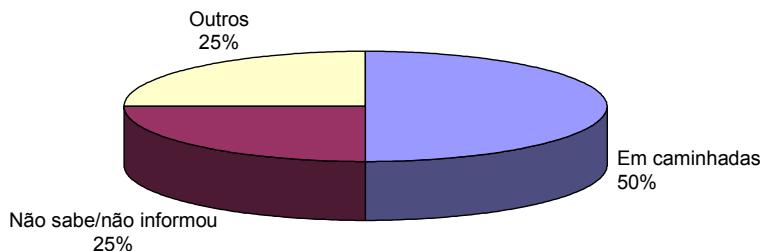


Figura 71 – Formas de utilização do PARNASO pelo Circuito Turístico Tere-Fri segundo os representantes dos meios de hospedagem



No entanto, o parque foi citado como atrativo por maior número de atores envolvidos na gestão do PARNASO do que por representantes dos meios de hospedagem. Esta situação pode refletir a utilização ainda limitada do parque como atrativo pelos meios de hospedagem do circuito, talvez relacionada à não internalização desse parque como patrimônio coletivo, passível de utilização sustentável e prestando-se também para atrair turistas para o circuito.

Por outro lado, vários atores informaram que o circuito realiza “caminhadas ecológicas” e o “trekking da lua” no parque. Esta última atividade consiste em caminhadas realizadas à noite, geralmente em noites de lua cheia, ocasiões em que o luar ajuda a clarear a estrada do parque, que não dispõe de iluminação artificial. Esta atividade indica que pelo menos no PARNASO a visitação parece não ter uma concepção restritiva, conforme indicado por Zimmermann (2006) para este tipo de área protegida, tendo em vista que a caminhada ocorre após o fechamento da bilheteria e do próprio parque. Isto vem indicar também que o diretor do parque tem uma postura diferenciada e flexível diante dos atores sociais do circuito, postura esta que é preconizada por Irving e Matos (2006) como sendo importante para a gestão participativa dos parques nacionais. Entretanto, a Secretaria Executiva do circuito expressou suas dúvidas quanto à efetiva participação do circuito na atividade “trekking da lua”, que segundo ela ocorre mais por iniciativas isoladas, dela própria e do SESC de Teresópolis, ambos em parceria com o PARNASO, do que pela participação do circuito como associação. Vale lembrar que a falta de comprometimento com o circuito por parte de alguns

dos seus integrantes é um dos itens a serem sanados, segundo apontaram os representantes dos meios de hospedagem. Assim, aparentemente não estão sendo geradas para o circuito novas oportunidades de prestação de serviço de turismo relacionados ao PARNASO pela falta de iniciativa do próprio circuito, que poderia fazer do parque uma fonte de alternativas de geração de trabalho, emprego e renda para a região onde se encontra inserido, colaborando para o desenvolvimento do território, conforme observado por Hauff (2004), e desenvolvimento inclusive do próprio circuito. O mesmo pode estar acontecendo em outras regiões possuidoras de unidades de conservação de proteção integral da categoria Parque – uma possibilidade que precisa ser investigada.

Quanto à utilização do parque pelo circuito, com exceção de um estabelecimento (o Hotel Fazenda Rio do Frades) onde havia em um mural uma referência à possibilidade de visitação ao PARNASO, não foi observada nenhuma divulgação do parque feita pelo circuito, e vale ressaltar que no folheto de divulgação do circuito analisado também não aparece qualquer imagem do PARNASO ou informação sobre ele.

Segundo o Diretor do PARNASO, esta unidade é pouco utilizada como atrativo pelo circuito. Entre as inúmeras razões relatadas para este fato, uma delas se relaciona com a preferência dos donos dos meios de hospedagem pela permanência do turista no próprio meio de hospedagem o máximo possível, pois ele terá mais tempo para consumir no estabelecimento se não utilizar seu tempo em visita ao PARNASO. Entretanto, se por um lado o meio de hospedagem pode ganhar um pouco mais com os produtos consumidos no local, pode perder em diárias, pois o turista poderia ampliar o seu tempo de permanência no local se realizasse atividades no PARNASO. A utilização do PARNASO como atrativo do circuito poderia também contribuir para o retorno mais freqüente deste e de outros turistas (já que um turista, tendo descoberto o PARNASO, poderia divulgá-lo para outros turistas, que poderiam utilizar o meio de hospedagem citado pelo primeiro, ou qualquer outro meio de hospedagem

da região). O PARNASO, por sua vez, também não utiliza o circuito como agente multiplicador de ações de proteção à natureza e de educação ambiental, conforme relatou o mesmo Diretor do PARNASO e foi confirmado pela Secretaria Executiva do circuito. A exclusão das comunidades do entorno de unidades de conservação foi observada e contraria as recomendações de vários autores (AYRES & IRVING, 2006; HAUFF, 2004; IRVING *et al*, 2006; IRVING, 2002 & 2003; LOUREIRO & AZAZIEL, 2006).

A seguir, com base na interpretação dos resultados obtidos, será apresentada a conclusão da presente dissertação.

8 CONCLUSÃO.

Mediante análise e interpretação dos resultados é possível concluir que a relação entre os atores-chave do Circuito Turístico Tere-Fri¹⁹² e os atores institucionais envolvidos na gestão do PARNASO existe formalmente e se expressa nas reuniões do Conselho Consultivo do parque e da Câmara Técnica de Turismo e Montanhismo. Nessas reuniões o Circuito Turístico Tere-Fri tem representação formal e parece estar engajado. Tal participação do circuito nas várias instâncias do Conselho Consultivo do parque atende às recomendações de documentos oficiais relacionados à função dos Conselhos Gestores de unidades de conservação (BRASIL, 2005; BRASIL, 2004b). A relação se expressa também em contatos informais regulares entre os atores-chave do circuito e os representantes do PARNASO. A relação pareceu harmônica (sem conflitos aparentes), com diálogo e objetivos claros de parceria e colaboração, indicando que a gestão do parque está tendo um olhar extramuros, como sugerido por Irving e Matos (2006). Entretanto, os representantes dos meios de hospedagem em sua maioria não sabem da existência desta relação formal, de modo que não exploram as possibilidades advindas desta relação.

Aparentemente, a relação entre a gestão do PARNASO e o circuito se resume às reuniões do Conselho Consultivo, e embora estas possam ser consideradas no conjunto uma inclusão importante dessa associação na gestão da unidade de conservação, a relação está aquém das suas potencialidades. A permissão oficial para que alguns integrantes do circuito realizem as “caminhadas na natureza” e o “trekking da lua”¹⁹³ no parque foi obtida independentemente dessa relação e não tem a participação do circuito como associação, portanto não pode ser considerada uma consequência da relação formal PARNASO/Círculo.

¹⁹² Representantes dos meios de hospedagem.

¹⁹³ Estas ações de “caminhadas na natureza” e “trekking da lua” confirmam a afirmação de Loureiro (2006, p.7) de que “com freqüência é colocado no cerne da Educação Ambiental a contemplação do natural e não a interação na natureza, algo que engloba a categoria anterior e vai além”.

Assim, parece que não ocorreu a integração total entre a sociedade ligada ao turismo rural (representada pelo Circuito Tere-Fri como um todo) e a proteção da natureza (representada pelo PARNASO), conforme é sugerido por vários autores (MATHEWS, 1990; GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 1998; IRVING *et al.*, 1999; HAUFF, 2004; ZIMMERMANN, 2006).

Tudo indica, também, que até o momento o circuito não teve seu desenvolvimento estimulado baseado na relação com o PARNASO ou estimulado por ela, provavelmente pelo fato de que este último não seja interpretado como patrimônio coletivo (como é recomendado por Irving e Matos (2006) para as áreas protegidas, o que viria auxiliar na sustentabilidade ambiental) nem como fonte de alternativas econômicas de trabalho e renda pelos atores do Circuito Turístico Tere-Fri (desde que utilizado com sustentabilidade econômica, como indicado por Blanco (2004) para situações semelhantes envolvendo comunidades do entorno). A interpretação do PARNASO como patrimônio coletivo e a sua utilização como fonte de alternativas econômicas de trabalho e renda contribuiriam para a valorização do parque, e talvez para a diminuição de ações impactantes e/ou predatórias no entorno e dentro das unidades de conservação, conforme sugere Hauff (2004), auxiliando na proteção da natureza.

Entretanto, apesar da aparente não utilização do PARNASO pelo circuito, esta unidade de conservação gera benefícios diretos para a qualidade de vida dos representantes do Circuito Turístico Tere-Fri, conforme expresso na representação e qualificação do PARNASO por estes atores. Apesar disso, estes beneficiários parecem não ter ainda atuado como agentes em prol da proteção da natureza da região e da unidade de conservação, em função da inexistência da realização sistemática de ações conservacionistas em favor desta área protegida, da área do circuito e de Teresópolis.

Assim, embora a relação dos atores-chave do Circuito Turístico Tere-Fri com os atores institucionais envolvidos na gestão do PARNASO, exista, seja formal, seja aparentemente harmônica e tenha caráter de colaboração, esta articulação parece não ter se traduzido em

qualquer ação capaz de potencializar o circuito turístico ecorrural como instrumento de fortalecimento das ações de proteção da natureza no parque ou em Teresópolis. Conforme observado, a contribuição para a proteção da natureza é principalmente moral, estética e simbólica.

A análise e a interpretação dos resultados permitem concluir também que a relação tampouco está colaborando para que o circuito utilize formalmente o parque como atrativo, apoiando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade econômica, como sugerido por Hauff (2004) para as áreas protegidas de forma geral. No entanto, a maioria dos hóspedes do circuito freqüenta o parque sem a intermediação formal dos meios de hospedagem. Opostamente, a maioria dos visitantes do parque desconhece ou nunca visitou o circuito – o que talvez seja um reflexo da falta de divulgação, na unidade de conservação em questão, da associação, dos seus atrativos e da possibilidade de ser visitada.

Dessa forma, embora a relação do turismo rural com a proteção da natureza possa existir, conforme indicado no marco teórico desta dissertação e na visão da maioria dos atores sociais investigados, este segmento parece não estar contribuindo para a proteção da natureza, ou conservação da biodiversidade, nos aspectos e locais analisados no presente estudo como auxílio à sustentabilidade ambiental regional.

Entretanto, há também uma grande disposição e boa-vontade para o aprimoramento desta relação, que pode ser desenvolvida no futuro com benefícios para todos os envolvidos.

Neste contexto e levando em conta os resultados e as conclusões da pesquisa, algumas recomendações emergem como possibilidades para o desenvolvimento de ações voltadas para a proteção da natureza, para o turismo rural sustentável e para a integração do Circuito Turístico Tere-Fri com o PARNASO.

Quanto ao circuito, sua localização estratégica (ligando dois dos mais importantes municípios da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro) acaba sendo desperdiçada por

causa da sinalização deficiente, fato comprovado pelos muitos hóspedes pesquisados que declararam desconhecer que o meio de hospedagem onde se encontravam fazia parte do circuito. Por isso, sugere-se que a sinalização existente na estrada seja implantada também em todas as propriedades que integram a associação, com placas informando que o estabelecimento em questão faz parte do Circuito Turístico Tere-Fri e com dados sobre o circuito, possibilitando que quem ali chegar possa identificar claramente o circuito, o seu significado e seus integrantes.

Em relação à divulgação, a pesquisa mostrou que aparentemente o circuito não é divulgado no parque – seja na portaria, seja no Centro de Visitantes – de forma permanente, por meio de placas e cartazes, ou mediante a distribuição de folhetos. Este fato se deve, provavelmente, à falta de iniciativa do próprio circuito, tendo em vista que a gestão da unidade de conservação mostrou-se receptiva a tal ação. Assim sendo, é recomendada a divulgação do Circuito Turístico Tere-Fri no PARNASO pelos meios indicados, o que provavelmente possibilitaria aos visitantes do PARNASO o conhecimento da existência do circuito e tenderia a gerar, como consequência, um aumento de visitação ao circuito e possivelmente um aumento na venda de estadias nos meios de hospedagem que o integram.

A recíproca também pôde ser observada na pesquisa, ou seja, a inexistência de divulgação do PARNASO na maioria dos meios de hospedagem do circuito¹⁹⁴ (mediante cartazes, placas ou folhetos), o que leva a crer que o Circuito Turístico Tere-Fri não utiliza o PARNASO como atrativo possivelmente pelo desconhecimento da existência da relação formal PARNASO/Circuito Turístico Tere-Fri e consequentemente de suas possibilidades. Propõe-se que o PARNASO seja divulgado em todos os meios de hospedagem do circuito, visando a intensificar a utilização desta unidade de conservação pelos seus hóspedes e visitantes.

¹⁹⁴ Uma exceção foi o Hotel Fazenda Rio dos Frades, onde um quadro informava sobre a possibilidade de visitação ao parque.

A pesquisa indica também que o Circuito Turístico Tere-Fri, o PARNASO, a Secretaria de Turismo de Teresópolis, a Secretaria de Turismo de Nova Friburgo, o Teresópolis Convention Bureau e o Nova Friburgo Convention Bureau deveriam contribuir em conjunto para a divulgação da região como destino, em feiras e eventos relacionados ao turismo, ecoturismo e turismo rural em outros municípios do estado do Rio de Janeiro, bem como em outros estados e países.

Ainda em relação à divulgação, é importante esclarecer que, embora esta atividade possa contribuir para o aumento do número de turistas na região, ela deve ser acompanhada por ações de informação, educação ambiental e proteção da natureza e da cultura local (material e imaterial), garantindo que o desenvolvimento advindo do turismo seja compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos recursos naturais, de modo que estes continuem existindo e beneficiem as gerações presentes e futuras. Caso contrário, pode não ocorrer o desenvolvimento da atividade turística na região e sim apenas o seu crescimento, que poderá ser desordenado e predatório, trazendo impactos para a região e dificultando a realização do próprio turismo, inclusive rural, num futuro próximo.

Uma outra sugestão é a distribuição, em todos os estabelecimentos do circuito, de cartazes e folhetos voltados para a proteção da natureza da região, sobretudo com relação a problemas como: queimadas, poluição dos rios, depósito de resíduos sólidos em locais não apropriados, ocupação irregular das encostas e caça. Este material de leitura poderia, além de informar, também sensibilizar os turistas com renda mais alta a contribuir financeiramente para projetos de proteção da natureza no circuito.

O mesmo se aplica ao PARNASO, onde os visitantes com renda mais alta poderiam contribuir financeiramente para projetos de proteção da natureza nesta unidade de conservação. Por outro lado, os visitantes de baixa renda, oriundos de Teresópolis e da Região

Serrana, podem contribuir como voluntários nas seguintes atividades estruturadas no PARNASO: recepção e orientação do visitante, monitoramento e manutenção de trilhas.

Levando em consideração o desconhecimento do significado das diversas categorias de unidades de conservação até mesmo por parte de atores envolvidos na gestão do parque, parece também importante o desenvolvimento de programas de capacitação para as comunidades locais e para os atores envolvidos na gestão do parque. Estes programas iriam favorecer o conhecimento sobre os conceitos e alternativas de proteção da natureza da região e sobre os principais problemas que afetam a Região Serrana.

O número expressivo de visitantes do PARNASO procedentes de Teresópolis e da Região Serrana indica a importância desta unidade de conservação para a população local, devendo ela ser contemplada nas políticas públicas de turismo e proteção da natureza. Historicamente a gestão de unidades de conservação não tem levado em consideração as comunidades locais e suas necessidades de lazer, cultura e educação, de forma a sensibilizar e motivar os visitantes para a proteção da natureza também no ambiente urbano. Sugere-se, assim, que na gestão de áreas protegidas sejam incorporadas estratégias para ampliar e democratizar o acesso dos cidadãos, adotar práticas diversificadas de manejo, trabalhar em parceria e estimular a visitação ordenada e com interpretação ambiental.

Há algum tempo vêm sendo discutidos conceitos e aplicações da capacidade de suporte e indicadores de sustentabilidade, entre outros, no sentido de estabelecer o número máximo aceitável de visitantes em uma área protegida. Mas foi muito pouco discutida a idéia da necessidade de visitação a determinadas áreas protegidas, sobretudo pelas comunidades locais – com o objetivo de possibilitar que estas mesmas áreas cumpram sua função social e seu papel como mutiplicadoras de ações, valores e princípios de proteção da natureza – e pelos turistas, para estimular o turismo rural nas comunidades próximas como forma de

auxiliar na geração de renda, trabalho e emprego, diminuindo a pressão sobre a natureza local ao transformá-la em atrativo.

Outra sugestão importante em relação à visitação ao PARNASO é efetivar a gratuidade no ingresso a esta unidade de conservação para os moradores de Teresópolis. Tal sugestão tem por objetivo facilitar o acesso ao lazer relacionado à contemplação da natureza e a realização, por parte do parque, de atividades de educação ambiental. Esta iniciativa permitiria ao parque cumprir um papel social ao proporcionar lazer e educação ambiental para a população de Teresópolis, incentivando os processos de proteção da natureza regional.

Através desta pesquisa foi possível verificar a existência de conflito entre o Circuito Turístico Tere-Fri e a Secretaria de Turismo de Teresópolis, bem como entre o PARNASO e a Secretaria de Meio Ambiente de Teresópolis, exemplificando respectivamente o conflito entre o público e o privado, no primeiro caso, e a sobreposição das competências municipal e federal sobre o território em questão no segundo, conforme foi discutido nesta dissertação. Assim, recomenda-se que os conflitos sejam vistos como fruto da interação social e uma oportunidade de se levar a conduta e a consciência individual e dos grupos a um nível mais elevado de cooperação, sendo para isso necessário apenas que os grupos em conflito sentem-se à mesa de negociação.

Quanto ao desenvolvimento do turismo rural na região, tomando como base as sugestões apresentadas o presente estudo propõe aos órgãos e instituições competentes a criação de outros circuitos turísticos rurais, com divulgação e desenvolvimento a partir de compromissos permanentes com a proteção da natureza e com a educação ambiental. Da mesma maneira, as parcerias visando à produção local, a organização dos produtores em cooperativas ou associações e a geração de renda para a comunidade local, bem como a distribuição dos benefícios advindos da utilização sustentável do parque e do circuito, são

também recomendações importantes da pesquisa, que auxiliariam na obtenção da sustentabilidade ambiental e econômica do turismo rural na região.

A capacitação e qualificação de recursos humanos relacionados com o turismo rural, o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural nos dois municípios, o aumento no número de eventos informativos, o levantamento, a caracterização e a proteção dos atrativos tanto de Nova Friburgo como de Teresópolis, parecem também essenciais para uma perspectiva de sustentabilidade do turismo rural regional.

De qualquer forma, face à aparente inexistência de uma política de incentivo à exploração turística na região, as iniciativas listadas acima devem ser na medida do possível internalizadas e efetuadas pelos donos dos meios de hospedagem.

Também parece recomendável a realização no PARNASO de um seminário que tenha como objetivos, entre outros: a) apresentar os resultados desta pesquisa, b) sugerir que o circuito convide o PARNASO para integrar formalmente a associação; c) recomendar que o Circuito Turístico Tere-Fri lidere a formação da Sociedade de Amigos do PARNASO como forma de apoiar a administração desta unidade no enfrentamento de seus problemas e de ampliar na região a difusão do conceito do parque como patrimônio natural coletivo; d) propor que o Circuito Turístico Tere-Fri e o PARNASO desenvolvam eventos e projetos em parceria, sobretudo nas áreas de turismo, educação ambiental, proteção da natureza e conservação da biodiversidade; e) sugerir que o Circuito Turístico Tere-Fri e o PARNASO façam a divulgação conjunta de ambos; f) recomendar que o PARNASO auxilie na qualificação dos atores-chave do circuito nas temáticas de proteção da natureza e conservação da biodiversidade; g) propor que o circuito adote parâmetros ambientais, inclusive como requisito para a participação nessa associação; h) sugerir que o Circuito Turístico Tere-Fri contribua para a proteção da natureza local e regional realizando, mediante orientação da equipe do PARNASO, o plantio de árvores (em encostas, nas margens dos cursos d'água, nas

proximidades dos mananciais, em áreas degradadas e na formação de corredores ecológicos¹⁹⁵), a coleta seletiva de resíduos sólidos e educação ambiental nas escolas próximas e no interior do circuito com todos os diferentes públicos relacionados (professores, alunos, condutores, guias, hóspedes, funcionários, representantes e donos dos meios de hospedagem), o monitoramento das florestas, da sua área de inserção e do seu entorno; i) recomendar que sejam elaboradas novas formas de utilização do parque pelo circuito, j) propor que seja fortalecida a atual utilização do parque pelas “caminhadas na natureza” e pelo “trekking da lua”; l) sugerir que todas as formas de utilização do parque sejam divulgadas para todos os integrantes do circuito e seus visitantes/hóspedes; m) sugerir o fortalecimento de ações voluntárias nesta unidade de conservação, acompanhadas da intensificação do processo de recrutamento do voluntariado tanto por esta como pelas outras unidades que compõem o mosaico central da Mata Atlântica; n) recomendar a criação de uma estrutura para receber as doações dos visitantes e aplicá-las de forma transparente nos projetos do PARNASO.

Novas pesquisas para avaliar o potencial do turismo rural sustentável em áreas de reserva legal e nas RPPNs devem ser estimuladas como forma de garantir o interesse na proteção da natureza, auxiliando na sustentabilidade ambiental local, devendo esta recomendação ser incluída em políticas públicas agrícolas, de turismo, de proteção da natureza e ainda de desenvolvimento com sustentabilidade nas várias dimensões no meio rural.

Por último, e levando em conta o desejo de integração entre o circuito e o PARNASO revelado pela maioria dos atores entrevistados – tanto os envolvidos na gestão do parque como os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri – é sugerido que seja estabelecida uma parceria parque/circuito em projetos de educação ambiental e turismo rural associado à proteção da natureza regional, permitindo que o circuito utilize o

¹⁹⁵ A expressão “corredores ecológicos” pode ser entendida como faixas de vegetação unindo fragmentos florestais.

PARNASO, seja como atrativo pelo uso da imagem dessa unidade de conservação, seja no desenvolvimento, de forma sustentável, de atividades no parque, reconhecendo-o como patrimônio coletivo.

Assim sendo, espero com esta dissertação contribuir para a construção do conhecimento nos seus temas centrais, em iniciativas em turismo rural associados à proteção da natureza e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas nas questões apresentadas. As áreas-foco do presente estudo estão em construção, consolidação e afirmação, e continuarão a nutrir-se das discussões para seu próprio amadurecimento e evolução.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ABIDIN, Z. Z. **The identification of criteria and indicators for the sustainable management of ecotourism in Taman Negara National Park, Malzysia: a Delphi consensus.** 1999. 274p. Thesis for the College of Agriculture, Forestry, and Consumer Sciences, West Virginia University, Morgatown.
- ACEVEDO EJZMAN, M. **Determinación de la Capacidad de Carga Turística en dos sitios de visita del Refugio de Vida Silvestre La Marta e identification de su punto de equilibrio financiero.** São José, Universidad Latinoamericana de Ciência y Tecnologia, 1997, 69p.
- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação.** Lavras, UFLA/FAEPE, 2001, p.9.
- ARAÚJO, J. G. F. de. **ABC do Turismo Rural.** Viçosa, Editora Aprenda Fácil, 2000, 138p.
- ARAUJO, F. U. de. Estrutura agrária e agricultura familiar. In: Universidade Aberta/Fundação Demócrito Rocha, **Situação fundiária do país,** 1994, p.5-6 (disponível em www.incra.gov.br acessado em 21/12/2006).
- AYRES, H. H. F.; IRVING, M. de. A. O olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M. de A. (org), **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, p.77-90.
- BANDEIRA, C. M. **Parque Nacional da Tijuca.** São Paulo, Makron Books, 1993, 169p.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21.** Petrópolis, Editora Vozes, 7^a ed., 1997, 157p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa, Edições 70, 1979, 225p.
- BARTHOLO, R.; CAMPOS, A.; LIMA, R. P. **A percepção dos turistas quanto a sustentabilidade do Arraial de Conceição do Ibitipoca/MG.** In: II SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2006 (a), Rio de Janeiro, Anais, 2006 (a). (disponível em www.ivt-rj.net em 09/02/2008)

BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BURSZTYN, I. **A percepção dos turistas quanto à sustentabilidade de Trindade, Paraty (RJ).** In: II SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2006 (b), Rio de Janeiro, Anais, 2006 (b). (disponível em www.ivt-rj.net em 09/02/2008)

BECKER, E.; JAHN, T.; STIESS, I; WEHLING, P. **Sustainability: a cross-disciplinary concept for social transformations.** Paris, UNESCO, MOST Policy papers, n.6, 1997, 55p.

BECKERMANN, W. **In Defence of Economic Growth.** London, Jonathan Cape, 1974, 287p.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, 176p.

BEITELE, R. **Le tourisme vert.** Paris, Press Univ. de France, Que sais-je? Collection encyclopédique, 1996, n.3124, 1^a ed. p.95-116.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo, Senac, 1998, 517p.

BLANCO, E. S. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar: “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local.** Caderno Virtual de Turismo, v.4, n. 3, 2004, p.44-49. (Disponível em www.ivt-rj.net acessado em 21/12/2006)

BLOS, W. O turismo rural na transição para outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, EDUSC, 2000, p.199-222.

BOFF, L. **Ética e eco-espiritualidade.** Campinas, Verus Editora, 2003, 203p.

BRANDON, K.; REDFORD, K. H.; SANDERSON, S. E. **Parks in peril: people, politics and protected areas.** Washington, D. C., The Nature Conservancy e Island Press, 1998, 532p.

BRASIL. **Lei 4771 que institui o Novo Código Florestal.** 1965.

BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Plano de ação emergencial para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. MMA, 1994.

BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Plano de uso público do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. MMA 2000 (b).

BRASIL. Decreto No. 4.340 de 23 de agosto de 2002, regulamenta os artigos da Lei No 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, 2002.

BRASIL. Conhecimento e Representações Sociais das Unidades de Conservação pelos Delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003. Brasília, Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas/Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, 2004 (a), 205p.

BRASIL. Gestão Participativa do SNUC. Brasília, Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas, 2004 (b), 147p.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo do Turismo: roteiros do Brasil – diretrizes políticas. Brasília, Ministério do Turismo, 2004 (c), 17p.

BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília, Dupligráfica, 5^a edição, 56p.

BRASIL. Decreto 5.758/06 de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas –PNAP, 2006.

BRASIL – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, IBDF e FBCN. Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. MA/FBCN, 1980.

BRITO, A. G. O cerco a natureza: o simbolismo e as conflitantes formas de apropriação no morro do Anhangava (Quatro Barras – PR). 2005. 95p. Monografia de Geografia da UFPR, Curitiba

BRUNER, A. G.; GULLISON, R. E.; FONSECA, G. A. B. Effectiveness of parks in protecting tropical biodiversity. Science, n. 291, 2001, p.125-128.

BUENO, F. P. **Educação ambiental aplicada ao Ecoturismo nas Unidades de Conservação do Pólo de Ecoturismo da Ilha de Santa Catarina.** In: II ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E I CONGRESSO NACIONAL DE ECOTURISMO, 2007, Itatiaia, Anais, 2007.

BUSH, R. A. B.; FOLGER, J. P.; JOSEPH, P. **Transformative Mediation and Third-Party Intervention: Ten Hallmarks of a Transformative Approach to Practice.** *Mediation Quarterly*, v.13, n.4, 1996, 263-278 p.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, EDUSC, 2000, p. 145-179.

CATAI, H.; SCHNORR, R. T. D. M.; SIMONATO, M. F.; MOLINA, S. R.; BULZONI, M.. **O programa de regionalização do Centro-Norte Paulista – Circuito Caminhos do Anhangüera – e a participação da Universidade de Ribeirão Preto.** In: IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2006, Caxias do Sul, trabalho apresentado no GT “Turismo e Gestão Organizacional”, Universidade de Caxias do Sul/RS, 2006.

CAVACO, C. Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, EDUSC, 2000, p. 51-68.

CAZES, G.; LANQUAR, R.; RAYNOUARD, Y. **L'amenagement touristique.** Paris, PUF, 1990.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism, and protected areas.** Gland, World Conservation Union, 1996, 301p.

CERTI – FUNDAÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIAS DE TECNOLOGIAS INOVADORAS. **Planejamento Básico de um Arranjo Produtivo Local, voltado para Indústria Eletrônica e Desenvolvimento da Indústria Microeletrônica – Relatório Executivo.** Florianópolis, CERTI, 2005, 57p.

CIFUENTES, M. **Determinación de Capacidad de Carga Turística em áreas protegidas.** Turrialba, CATIE, Série Técnica, Informe Técnico, n. 194, 1992, 28p..

CINTRA, H. de B. **Indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo.** In: II ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E I CONGRESSO NACIONAL DE ECOTURISMO, 2007, Itatiaia, Anais, 2007.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2^a edição, 1991, 429p.

CORRÊA, A. M. **Contribuição para a formação de recursos humanos em ecoturismo: uma proposta de curso de aperfeiçoamento.** 2004, 326p. Monografia em Ciências Ambientais, UFRJ, Rio de Janeiro.

COSTA, E. R.; SOUSA, M. dos; A. R. de; GONÇALVES, P. R. **A política agrária brasileira: pouca terra sob nossos pés.** INCRA, 2005, 9p. (disponível em www.incra.gov.br acessado em 21/12/06).

COSTA, A. C. M.; CARVALHO, L. de. **Educação Ambiental e sua aplicação nas atividades desenvolvidas pelas agências de Ecoturismo - Parque Nacional da Serra do Cipó/MG.** In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia, Anais, 2007.

CUNHA, A. **Conservação de mamíferos na Serra dos Órgãos: passado, presente e futuro.** IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2004, Curitiba, Anais, 2004, p.213-224.

D' ÁVILA NETO, M. I.; MACIEL, T. B. Comunidades e participação: desafios para a pesquisa e ação: o caso do Pantanal. In: **Desenvolvimento social: desafios e estratégias.** Rio de Janeiro, Unesco-UFRJ/EICOS/FINEP, 1995, P.243-261.

DEL GROSSI, M. E. D. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981 – 1995.** 1999. 221p. Tese de doutoramento em Economia, UNICAMP, Campinas.

DIAS, B. F. S. **O papel das unidades de conservação face à Convenção sobre Diversidade Biológica e à Constituição Federal de 1988: uma análise conceitual hierarquizada.** 1994.

_____. Biodiversidade: perspectivas e oportunidades tecnológicas. In: SOUZA, B. F. de. **A implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil: desafios e oportunidades.** Fundação André Tosello, Base de Dados Tropicais, 2003 (disponível em www.bdt.org.br acessado em 02/02/06).

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo, Editora Gaia, 6^a edição, 2000, 551p.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo.** São Paulo, Editora Atlas S. A., 2005, 178p..

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Editora Hucitec, 5^a Edição, 2004, 169p.

DERANI, C. A estrutura do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei no 9.985/2000. In: BENJAMIM, A. H. (org.) **Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação.** Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2001, p.232-247.

DUARTE, M. C. C.; E LODI, M. C. V. Participação comunitária e construção do capital social no projeto de revitalização da Praça Tiradentes no Rio de Janeiro: promoção turística, inclusão social e sustentabilidade. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (orgs), **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005, 285-308p.

ELESBÃO, I. Turismo como atividade não agrícola em São Martinho – SC. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, EDUSC, 2000, p. 245-263.

EMBRATUR. **Manual Operacional do Turismo Rural.** Brasília, EMBRATUR, 1994, 38p.

EMBRATUR. **Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.** Brasília, EMBRATUR, 1998, 22p.

EMPRESA DAS ARTES. **Parques Nacionais.** São Paulo, Empresa das Artes, 1999, 383p.

EVER, S. **Beyond the green horizon: a discussion paper on principles for sustainable tourism.** Washington, Tourism Concern/WWF, 1992.

FEARNSIDE, P. M. **Human carrying capacity of the Brazilian rainforest.** New York, Columbia University Press, 1986.

FERNANDEZ, F. A. dos S. **O poema imperfeito: crônicas de Biologia, Conservação da Natureza e seus Heróis.** Curitiba, Editora UFPR, 2^a edição, 2005, 257p..

FILLETO, F.; MACEDO, R. L. G; CARVALHO, V. do C. **Proposta de indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo em Unidades de Conservação.** In :II ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E I CONGRESSO NACIONAL DE ECOTURISMO, 2007 Itatiaia, Anais, 2007..

FRATUCCI, A. C. Participação comunitária na gestão do turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro: análise do processo do PNMT. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (orgs), **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005 (a), 81-109p.

FRATUCCI, A. C. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L. (orgs), **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005 (b), 81-109p.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** São Paulo, Editora Record, 8^a edição, 2004, 107p.

GORE, A.. **Uma verdade inconveniente.** Barueri. Manole, 2006, 325p.

GRAÇA, J. Turismo e mundo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo rural: práticas e perspectivas.** São Paulo, Contexto, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Nova Economia, v.7, n1, 1997, p.43-81.,

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. 1997. **O emprego e a atualização do espaço agrário.** São Paulo, Em Perspectiva, v.11, n. 2, p3-17.

GRAZIANO DA SILVA, J.; VILARINHO, C. E.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M.; FROELICH, J. M. (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Santa Maria, UFSM, 1998. p.11-56.

GUANZIROLI, C. E. **Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil.** Rio de Janeiro, Econômica, v.1, n.1, 1998, p.27-52 (disponível em www.uff.br/cpgeconomia, acessado em 08/02/08).

GUATTARI, F. **As três ecologias.** São Paulo, Ed. Papirus, 1991, 3^a edição.

HAUFF, S. N. **Percepção de comunidades rurais sobre a implantação de Unidades de Conservação: subsídios para estabelecer zonas de amortecimento.** Curitiba, Natureza & Conservação, vol.2, 2004, p.32-47.

HOLANDA, S. B. de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo, Editora Brasiliensis, 6^a edição, 1996, 365p.

IBAMA. **Unidades de Conservação do Brasil.** Brasília, IBAMA, Vol. I, 1989, 182p.

IBAMA. Lista das Unidades de Conservação Federais. 2006, (disponível em www.ibama.gov.br/siucweb/lista_Uc.php acessado em 20/11/06)

IBGE. **Censo Agropecuário.** IBGE, 1985.

IEL – Instituto Euvaldo Lodi. **Arranjo produtivo local - um acordo em que todos ganham.** Brasília, Instituto Euvaldo Lodi/FIEMG, 2007, 44p (disponível em www.integracao.gov.br/coloquio/slides acessado em 02/02/08).

IRVING, M de A. Participação – questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. (orgs.), **Turismo: desafio da sustentabilidade**, São Paulo, Futura, 2002, p. 35-46.,

IRVING, M de A. Turismo, ética e educação ambiental – novos paradigmas em planejamento. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. (orgs.), **Turismo: desafio da sustentabilidade**, São Paulo, Futura, 2002 (a), p.17-34.

IRVING, M de A. Refletindo sobre o Ecoturismo em áreas protegidas – tendências no contexto brasileiro. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. (orgs.), **Turismo: desafio da sustentabilidade**, São Paulo, Futura, 2002 (b), p. 47-68.

IRVING, M de A. Turismo como instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia. In: D'ÁVILA NETO, M. I.; ET PEDRO, R. M. L. R. (orgs.), **Tecendo o desenvolvimento: saberes, gênero, ecologia social.** Rio de Janeiro, MAUAD:Bapera Editora, 2003, p.167-184.

IRVING M de A.; MATOS, K. **Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional de Áreas Protegidas.** Floresta e Ambiente, v. 13, 2006, p.89-96.

IRVING, M de A.; RODRIGUES, C. G. DE O.; FILHO, N. de, C. N. **Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso.** Rio de Janeiro, UFRJ, Série Documenta, n. 10, 1999 p.59-82.

IRVING, M de A; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHO, A. Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M. de A. (org.), **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, p. 41-76.

JORGE-PÁDUA, M. T. J. Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação: de onde viemos e para onde vamos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1997, Curitiba, Anais, Unilivre/Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, v.1 1997, p. 214-236.

LAPA, D. L.; CUNHA, J. S. S. **Educação Ambiental e envolvimento comunitário: pressupostos básicos para a prática do Ecoturismo no Parque Nacional da Serra de Itabaiana.** In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia, Anais, 2007.

LARRÈRE, R.; NOUGARÈDE, O. **Des hommes et des forêts.** Paris, Gallimard, 1993.

LIMA, R. de. M. Reforma agrária, condição de desenvolvimento do país. In: Universidade Aberta/Fundação Demócrito Rocha, **Situação fundiária do país,** , 1994, p.2-3. (disponível em www.incra.gov.br acessado em 21/12/2006).

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos.** Salvador, Gestão em Ação, v.7, n.1, 2004, 17p.

LOUREIRO, C. F. B. **Crítica ao fetichismo da individualidade e aos dualismos na educação ambiental.** Curitiba, Educar em Revista, n. 27, 2006, p.37-53.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “Inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, M. de A. (org), **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, p.91-114.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M; FRANCA, N. **Educação Ambiental e gestão participativa em unidades de conservação.** Rio de Janeiro, IBAMA, 2^a edição, 2005, 44p.

MAC SHARRY, R. **Fazer do turismo rural um sucesso.** Bruxelas, Leader Magazine, n.1, 1992.

MACHADO, M. de B. T. A formação do espaço turístico do Rio de Janeiro. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L.(orgs.), **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005, p.44-80.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios.** São Paulo, Roca, 2002, 187p..

MAGALHÃES, G. W. **Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão.** São Paulo, Terragraph, 2001, 167p.

MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia.** 1999. 135p. Tese da Escola de Engenharia da USP, São Carlos.

MAGRO, T. C. Ambiente natural e turismo em meio rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. **Turismo rural: tendências e sustentabilidade.** Santa Cruz, EDUNISC, 2002, p.141-163.

MATERLETO, R. M.; SILVA, A. B. O. e. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local.** Brasília, CI. Inf., v.33, n.3, 2004, p41-49. (disponível em <http://www.scielo.br>). Acessado em 09/02/08)

MATHEWS, C. The well-being of the community. In: BRAMWELL, B. **Shades of green: working towards green tourism in the countryside.** London, English Tourist Board, 1990, p.92-96.

MATHEUS, C. E.; MORAES, A. J. de; CAFFAGNI, C. W. do A.. **Educação ambiental para o turismo sustentável: vivências integradas e outras estratégias metodológicas.** São Carlos, RIMA, 2005, 155p.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. de A.; GARAY, I. **A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção.** Salvador, Revista de Desenvolvimento Econômico, ano VI, n.9, 2004, p.83-93.,

MEDEIROS, R.; IRVING, M. de A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M. de A. (org.), **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, p.15- 40.

MESQUITA, W. S. **Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo**. Caderno Virtual de Turismo, v.6, n. 3, 2006, p.81-89. (disponível em <http://www.ivt-rj.net> acessado em 21/12/2008)

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Editora Hucitec, 8^a edição, 2004, 269p.

MIRANDA, E. M. **Direito e ética**. São Paulo, SENAC, 1998.

MISHAM, E. **The costs of Economic Growth**. Harmondsworth, Penguin, 1969, 240p.

MOLINA, E. S. **Turismo e ecologia**. Bauru, EDUSC, 2001, 219p.

MULLER, C. A.. Perfil demográfico do Brasil. In: Universidade Aberta/Fundação Demócrata Rocha, **Situação fundiária do país**, 2006, p.5. (disponível no site www.incra.gov.br acessado em 21/12/2006).

OLIVEIRA, C. G. de S. **Turismo Rural: procedimentos para implantação dessa atividade em propriedades rurais do Estado de São Paulo**. 2001, 121p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, USP, São Paulo.

OLIVEIRA, E. V. **De onde vêm os excluídos?** In: Universidade Aberta/Fundação Demócrata Rocha, **Situação fundiária do país**, 2006, p. 9-11. (disponível em www.incra.gov.br acessado em 21/12/2006).

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Declaração de Manila sobre o turismo mundial**. OMT, 1980, 3p.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo**. OMT, 1996, 78p.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Porto Alegre, Bookman, 2003,168p.

OXINALDE, M., del R.. **Ecoturismo: nuevas formas de turismo em el espacio rural.** Barcelona, Bosh – Casa Editorial, 1994.

PACHECO, A. L. C.; IRVING, M. de A. Turista, o sujeito oculto da sustentabilidade. In: BARTHOLO, R., DELAMARO, M., BADIN, L.(orgs), **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005, p.309-328.

PAIVA, M. P. **Conservação da Fauna Brasileira.** Rio de Janeiro, Editora Interciênciac, 1999, 226p.

PADUA, J.A. **Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888).** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, 318p.

PASSALD, A. J. **Seleção de indicadores para monitoramento do uso público em áreas naturais.** 2002, 75p. Dissertação apresentada à ESALQ/USP, Piracicaba.

PEDRINI, A. de G. **A Interpretação Ambiental (IA) e a Educação Ambiental nas atividades de Ecoturismo.** In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia, Anais, 2007.

PELLIN, V. **Atividade turística no espaço rural catarinense.** Caderno Virtual do Turismo, v., n.2, 2006, p.1-8. (disponível em www.ivt-rj.net acessado em 02/02/2008).

PERIN, V. I.; HOSKEN, F. M. **Agroturismo – um novo conceito de negócio.** Viçosa, CPT, 1999. 44p .

PRIMACK, R. B; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação.** Londrina, Efrain Rodrigues, 2001, 328p.

PIRES, B. C. C. **Gestão de agências de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade.** Florianópolis, Turismo: visão e ação, 1999, v.1 n.2, p.45-69.

PORTEGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional.** São Paulo, Hucitec, 1999, 127p.

RIZZINI, C.T. **Flora Organensis**. Rio de Janeiro, JBRJ, Vol. 13, 1954, 243p.

RIZZINI, C. M.; AGAREZ, F. V. Biodiversidade. In MEDEIROS, R.; AGAREZ, F. V. **Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, NADC/UFRJ, 2003, p. 101-138.

ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. DE G.; ALVES, M. A. DOS S.; SLUYS, M. V. A **Biodiversidade nos Grandes Remanescentes Florestais do Estado do Rio de Janeiro e nas Restingas da Mata Atlântica**. São Carlos, RIMA, 2003, 132p.

ROCHAEL-NASCIUTTI, J. C. **Participação comunitária para uma melhor qualidade de vida**. Rio de Janeiro, UFRJ, Série Documenta, n. 11, 2000, p.9-46.

RODRIGUES, A. B. Turismo eco-rural. In: ALMEIDA, J. A. et al. (og), In: ALMEIDA, J. A. et al (org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria, UFSM, 1998, p.85-96.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, EDUSC, 2000, p. 51-68.

RODRIGUES, A. B. **Turismo Rural**. São Paulo, Editora Contexto, 2001, 170p.

RODRIGUEZ, V. J. E. **Determinacion de Capacidad de Carga Turística para el Parque Nacional Manuel Antonio**. 1992. 183p. Tesis Msc. CATIE, Turrialba.

ROQUE, A. **Turismo Rural brasileiro: região sudeste**. São Paulo, Editora Turismo de Campo, 2004, 152p.

SACKS, I. **Inclusão social pelo trabalho – desenvolvimento humano, trabalho decente, e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Editora Gramond, 2003, 200p.

SALLES, M. M. G. **Turismo Rural: inventário turístico no meio rural**. Campinas, Editora Alínea, 2003, 127p.

SANSOLO, D. G. Turismo – aproveitamento da biodiversidade para a sustentabilidade. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. (orgs), **Turismo: desafio da sustentabilidade**. São Paulo, Futura, 2002, p.69-92.

SANSOLO, D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: IRVING, M. de A. (org), **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, p.131-155.

SAVIOLO, S.; DELAMARO, M.C.; E BARTHOLO, R. Sustentabilidade, turismo e diálogo. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, L.(orgs.), **Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005, p.131-156.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, EDUSC, 2000, p. 15 - 50.

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. **Agricultura e as novas formas de ocupação no meio rural (um estudo sobre as tendências recentes).** In: XXXVI ENCONTRO DA SOBER, 1998, Poços de Caldas, Anais, 1998.

SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B. da, GUERRA, A. J. T.. **A questão Ambiental – diferentes abordagens.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 3^a edição, 2007, p.153-189.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMADS. **Atlas de Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro.** São Paulo, Meta Livros, 2001, 48p.

SICK, H. **Ornitologia Brasileira.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1997, 912 p.

SILVA, H. P. Saúde, conflitos ambientais e inclusão social: dinâmicas sócio-ecológicas em unidades de conservação na Amazônia e na Mata Atlântica. In: IRVING, M. de A. (org), **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, p.157-168.

SILVEIRA, P. R. C. da. DIESEL, V.; LERNER, F.; BARCELLOS, S.; NEWMANN, P. S.; FROELICH, J. M.; BRITO, A. de S. **Turismo e a recriação das agroindústrias rurais tradicionais.** (disponível em www.ufsm.br/desenvolvimentorural/ acessado em 02/02/08).

SIMMEL, G. **Sociologia.** São Paulo, Ática, 1983.

SOARES, D. G.; IRVING, M. de A.; Entre a “Paz” e a “Corrente”: conflitos no Parque Estadual da Pedra Branca – RJ. In: IRVING, M. de A. (org), **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006, p.115-130.

SOLLA, X. M. S. Turismo rural – tendências e perspectivas. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. (orgs.), **Turismo: desafio da sustentabilidade**, São Paulo, Futura, 2002, p.113-129.,

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, E. de, GOMES, P. C.da, CORRÊA, R. L (orgs), **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006, p. 77-116

SOUZA, L. H. de..2007. **A sistematização de indicadores como instrumento de gestão e consolidação do planejamento do turismo sustentável em áreas naturais protegidas: o caso de Portugal**. Itatiaia, Anais do II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação e I Congresso Nacional de Ecoturismo.

SPERGEL, B. Financing protected áreas. In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C. van, DAVENPORT, L. (eds). **Making parks work**. Washington, D. C., Island Press, 2002, 511p..

SUN, D.; WALSH, D. **Review of studies on environmental impacts of recreation and tourism in Austrália**. Journal of Environmental Management, v. 53, 1998, p. 323-338.

TIRADENTES, L. **Paisagens e turismo no espaço rural do Circuito Turístico das Serras de Minas**. Revista Dialogando no Turismo, v.2, n.1, 2006, p.47-62.

TEIXEIRA, V. L.**Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro**. 1998, 185p. Dissertação de Mestrado em Ciências em Desenvolvimento da UFRRJ, Rio de Janeiro.

TOLLE, E.. **O despertar de uma nova consciência**. Rio de Janeiro, Sextante, 2007, 267 p.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo, Editora Aleph, 2003, 94p.

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do Turismo Rural. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo: Desenvolvimento local**. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 136.

UNEP. Environmental codes of conduct for tourism". Thechnical Report, n. 29, 1995, 69p.

URBAN, T.. **Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza do Brasil.** Curitiba, Universidade Federal do Paraná/Fundação MacArthur/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 1998, 374p.

URRY, J. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo, Studio Nobel, 2001, 231p.

VALLS, A. L. M. O que é ética. São Paulo, Brasiliense, 1986, 83p..

VERA, J. F. Analisis territorial del turismo: uma nueva geografia del turismo. Barcelona, Ariel, 1997.

VINHA, V. G. de. **Responsabilidade Social e Corporativa.** Rio de Janeiro, NADC/UFRJ, 2003, 50 p.

VIOLENTO, A. **Circuito ecorural: tire suas dúvidas.** Rio de Janeiro, Revista do Turismo, no 36, 2005, p.47.

VIOLENTO, A. Formatação de circuitos turísticos ecorrurais no Estado do Rio de Janeiro. In CAMPOS, C., LEMOS, G., CALABRE, L. (orgs.), **Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro**, 2003 – 2005. Rio de Janeiro, UERJ/Rede Sirius, 2007, p.53-58.

ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH; J. M.; RIEDL, M. (orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas, Papirus, 2000, p.141.

ZIMMERMANN, A. **Visitação nos Parques Nacionais Brasileiros: Um estado à luz das experiências do Equador e da Argentina.** 2006, 281p. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília.

ZIMMERMANN, A., CASTRO, I. C. **Turismo rural: um modelo brasileiro.** Edição do autor, 1996.

SITES PESQUISADOS:

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Natureza>> acessado no dia 02/02/08.

<<http://www.abraturr.com>> acessado no dia no dia 07/02/2006.

<<http://www.ambientebrasil.com.br>> acessado no dia no dia 07/02/2006.

<<http://www.bdt.org.br>> acessado dia 02/02/06.

<<http://www.citybrazil.com.br/rj/teresopolis/historia.htm>> acessado no dia 28/02/07.

<<http://www.ibama.br>> acessado no dia 28/02/07.

<<http://www.ibge.gov.br>> acessado no dia 28/02/07.

<<http://www.incra.gov.br>> acessado no dia 21/12/2006.

<<http://www.ivt-rj.net>> acessado no dia 21/12/2006.

<<http://www.mda.gov.br>> acessado no dia 28/12/06.

<<http://www.mma.gov.br>> acessado no dia 28/02/07.

<<http://www.sebrae.com.br>> acessado no dia 24/07/2007.

<[http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)> acessado em 03/02/08.

<[http:// www.sosmatlantica.org.br](http://www.sosmatlantica.org.br)> acessado no dia 15/05/2006.

<[http:// www.terefri.com.br](http://www.terefri.com.br)> acessado no dia 28/12/06

<<http://www.teresopolison.com/historia.htm>> acessado no dia 28/02/07

<<http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/>> acessado no dia 02/02/08

<<http://www.world-tourism.org/sustainable>> acessado no dia 28/12/06

10 APÊNDICES.

10.1 APÊNDICE A – MODELOS DE QUESTIONÁRIOS.

10.1.1 Modelo de questionário preenchido pelos representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.

1.1 - Nome:

1.3 - Sexo: () masculino

() feminino

1.2 - Idade:

1.4 - Naturalidade:

1.5 - Nacionalidade:

1.6 - Escolaridade: () 1º grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau incompleto
 () 2º grau completo () superior incompleto () superior incompleto

1.7 - Formação:

1.8 - Profissão:

1.9 - Renda mensal: () 0 () até 1 salário () de 1 a 2 salários
 () de 2 a 5 salários () de 5 a 10 salários () mais de 10 salários

2 – Percepções presentes

2.1 - O que entende por turismo rural?

2.2 - O que entende por circuito de turismo rural?

2.3.A) – O que ele representa para você? B) Quais os pontos positivos? C) O que pode melhorar

2.4.A – Como você classificaria o Circuito Turístico Tere-Fri quanto à organização? B) Quanto à estrutura? É democrática? C) Como você classificaria a comunicação dentro do circuito?

2.5 – O que entende por Parque Nacional?

2.6.A) – Já esteve no PARNASO? B) O que ele representa para você? C) Quais os pontos positivos? D) O que pode melhorar

2.7 – O que entende por proteção da natureza?

2.8 – Quais são as questões centrais para o desenvolvimento no meio rural?

3 – Percepções entrecruzadas

3.1 – Como se relaciona o Circuito Turístico Tere-Fri e o PARNASO?

3.2 – Qual a relação turismo rural e conservação ambiental?

3.3.A) O Circuito Turístico Tere-Fri tem contribuído para a conservação ambiental? B) Como? C) Como pode contribuir ?

4 – Projeções futuras

4.1 – Pensando uma situação ideal o que você deseja futuramente da relação PARNASO – Circuito Turístico Tere-Fri?

4.2 – Quais as recomendações para o aprimoramento da relação?

4.3 – Como poderia ser desenvolvido o turismo rural na região?

4.4 – O que pode ser feito para melhorar a conservação no PARNASO?

4.5 – O Circuito Turístico Tere-Fri utiliza o PARNASO como atrativo e nas suas atividades? Como?

5 – Identificação das propriedades

5.1 – Nome da propriedade

5.2 – Tipo de propriedade rural:

5.3 – Tipo de imóvel: () alugado () próprio () de parentes () cedido
() outros

5.4 - Abastecimento de água: () tratada pelo poder público () captada pelo particular

5.5 - Tratamento de esgoto: () fossa rudimentar () fossa séptica () rede
() tratamento em estação particular

5.6 - Coleta de lixo:() sim () separado () misturado
() não. A destinação é:

5.8 – Número de turistas por ano:

5.9.A) Público principal ? B) Interesse? C) Procedência?

5.10 – Condições da estrada de acesso

5.11 – Acomodações

5.12 – Vende artesanato e produtos da região?

5.13 – Quais as dificuldades (apontadas pelo proprietário)?

5.14 – Quais pontos a melhorar na propriedade?

5.15 – Número de empregados fixos?

10.1.2 Modelo de questionário preenchido pelos funcionários do Parque Nacional da Serra dos Órgãos envolvidos com a visitação, educação e conservação ambiental, pelos funcionários da Secretaria de Turismo de Teresópolis, pelos representantes do SEBRAE, guias de turismo, membros do Conselho Consultivo

1.1 - Nome:

1.3 - Sexo: masculino

feminino

1.2 - Idade:

1.4 - Naturalidade:

1.5 - Nacionalidade:

1.6 - Escolaridade: 1º grau incompleto 1º grau completo 2º grau incompleto

2º grau completo superior incompleto superior incompleto

1.7 - Formação:

1.8 - Profissão:

1.9 - Renda mensal: 0 até 1 salário de 1 a 2 salários de 2 a 5 salários de 5 a 10 salários mais de 10 salários

2 – Percepções presentes

2.1 - O que entende por turismo rural?

2.2 - O que entende por circuito de turismo rural?

2.3.A) – O que ele representa para você? B) Quais os pontos positivos? C)O que pode melhorar

2.4.A – Como você classificaria o Circuito Turístico Tere-Fri quanto à organização? B) Quanto à estrutura? É democrática? C) Como você classificaria a comunicação dentro do circuito?

2.5 – O que entende por Parque Nacional?

2.6.A) – Já esteve no PARNASO? B) O que ele representa para você? C) Quais os pontos positivos? D) O que pode melhorar

2.7 – O que entende por proteção da natureza?

2.8 – Quais são as questões centrais para o desenvolvimento no meio rural?

3 – Percepções entrecruzadas

3.1 – Como se relaciona o Circuito Turístico Tere-Fri e o PARNASO?

3.2 – Qual a Relação turismo rural e conservação ambiental?

3.3.A) O Circuito Turístico Tere-Fri tem contribuído para a conservação ambiental? B)
Como? C) Como pode contribuir ?

4 – Projeções futuras

4.1 – Pensando uma situação ideal o que você deseja futuramente da relação PARNASO – Circuito Turístico Tere-Fri?

4.2 – Quais as recomendações para o aprimoramento da relação?

4.3 – Como poderia ser desenvolvido o turismo rural na região?

4.4 – O que pode ser feito para melhorar a conservação no PARNASO?

4.5 – O Circuito Turístico Tere-Fri utiliza o PARNASO como atrativo e nas suas atividades? Como?

10.1.3 Modelo de questionário preenchidos pelos Turistas que visitaram o Parque Nacional da Serra dos Órgãos

1.1 - Nome:

1.2 - Idade:

1.3 - Sexo: masculino

feminino

1.4 - Naturalidade:

1.5 - Nacionalidade:

1.6 - Escolaridade: 1º grau incompleto 1º grau completo 2º grau incompleto 2º grau completo superior incompleto superior completo

1.7 - Formação:

1.8 - Profissão:

1.9 - Renda mensal: 0 até 1 salário de 1 a 2 salários de 2 a 5 salários de 5 a 10 salários mais de 10 salários

1.10 – Procedência

2 – Percepções presentes

2.1.A) – Primeira vez no Parque Nacional da Serra dos Órgãos? Em caso negativo, quantas vezes já esteve no Parque? B) O que foi bom? C) O que pode melhorar?

2.2 – Por que veio ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos desta vez?

2.3 – O que entende por Parque Nacional?

2.4.A) Qual o tempo de permanência no Parque? B) E na região?

2.5.A) Onde está hospedado? B) Gostou? C) O que foi bom? D) O que pode melhorar?

2.6.A) O que entende por proteção da natureza? B) O que recomenda para a proteção da natureza da região?

2.7 - O que entende por turismo rural?

2.8 - O que entende por circuito de turismo rural?

2.9 – Já esteve no Circuito Turístico Tere-Fri? B) O que foi bom? C) O que pode melhorar?

2.10.A) Quais os pontos positivos do turismo na região? B) E os negativos?

2.11) O que recomenda para o turismo na região?

- 10.1.4 Modelo de questionário preenchidos pelos Hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri
- 1.1 - Nome:
- 1.3 - Sexo: masculino feminino
- 1.2 - Idade:
- 1.4 - Naturalidade:
- 1.5 - Nacionalidade:
- 1.6 - Escolaridade: 1º grau incompleto 1º grau completo 2º grau incompleto
 2º grau completo superior incompleto superior incompleto
- 1.7 - Formação:
- 1.8 - Profissão:
- 1.9 - Renda mensal: 0 até 1 salário de 1 a 2 salários de 2 a 5 salários
 de 5 a 10 salários mais de 10 salários
- 1.10 – Procedência

2 – Percepções presentes

2.1) O que entende por turismo rural?

2.2) O que entende por circuito de turismo rural?

2.3.A) Primeira vez no Circuito Turístico Tere-Fri? Em caso negativo, quantas vezes já esteve no Circuito Turístico Tere-Fri?

2.4 – Por que veio ao Circuito Turístico Tere-Fri?

2.5 – Qual o tempo de permanência?

2.6 – O que está fazendo no Circuito Turístico Tere-Fri? Quais as atividades?

2.7.A) – Onde está se hospedando? B) Gostou? C) O que foi bom? D) o que pode melhorar?

2.8.A) Quais os pontos positivos do turismo na região? B) E os negativos?

2.9 – O que recomenda para o turismo na região?

2.10.A) – Foi ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos? B) Quantas vezes? C) O que foi bom? O que pode melhorar?

2.11) O que entende por Parque Nacional?

2.12) – O que entende por proteção da natureza? B) O que recomenda para a proteção da natureza da região?

10.2 APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA VERBAL.

1.1 – Qual o seu nome ?

1.2 – Qual a sua idade?

1.3 – Em que país nasceu

1.4 – Em que estado nasceu?

1.5 – Qual sua escolaridade?

1.6 – Qual a sua formação?

1.7 – Qual a sua profissão?

1.9 - Qual a sua renda mensal:

2 – Percepções presentes

2.1 - O que entende por turismo rural?

2.2 - O que entende por circuito de turismo rural?

2.3.A) – O que o Circuito Tere-Fri representa para você? B) Quais os pontos positivos? C) O que pode melhorar?

2.4 – O que entende por Parque Nacional?

2.5.A) – Já esteve no PARNASO? B) O que ele representa para você? C) Quais os pontos positivos? D) O que pode melhorar

2.6 – O que entende por proteção da natureza?

2.8 – Quais são as questões centrais para o desenvolvimento no meio rural?

3 – Percepções entrecruzadas

3.1 – Como se relaciona o Circuito Turístico Tere-Fri e o PARNASO?

3.2 – Qual a relação turismo rural e proteção da natureza?

3.3.A) O Circuito Turístico Tere-Fri tem contribuído para a proteção da natureza? B) Como? C) Como pode contribuir ?

4 – Projeções futuras

4.1 – Pensando uma situação ideal o que você deseja futuramente da relação PARNASO – Circuito Turístico Tere-Fri?

4.2 – Quais as recomendações para o aprimoramento da relação?

4.3 – Como poderia ser desenvolvido o turismo rural na região?

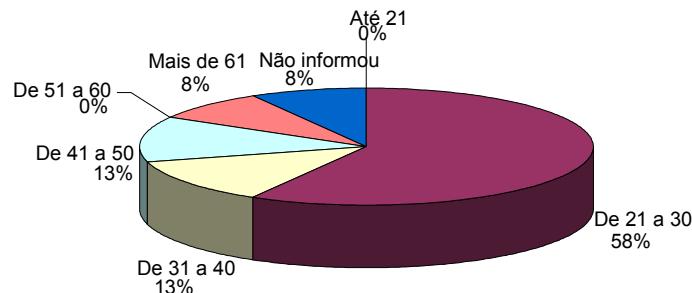
4.4 – O que pode ser feito para melhorar a conservação no PARNASO?

4.5 – O Circuito Turístico Tere-Fri utiliza o PARNASO como atrativo e nas suas atividades? Como?

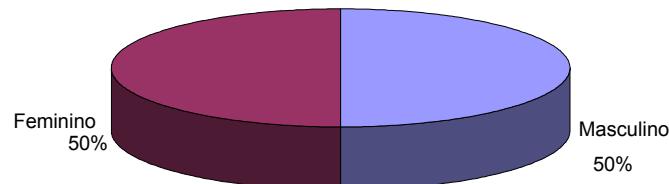
10.3 APÊNDICE C – REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS DOS RESULTADOS DA PESQUISA.

10.3.1 Resultados dos questionários preenchidos pelos hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri (N = 24).

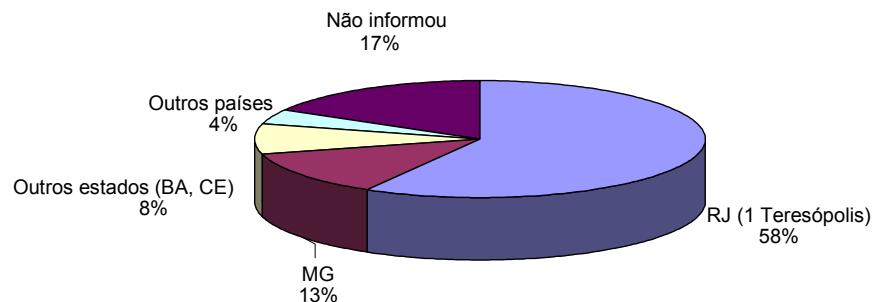
10.3.1.1 Figura 01 – Faixa etária.



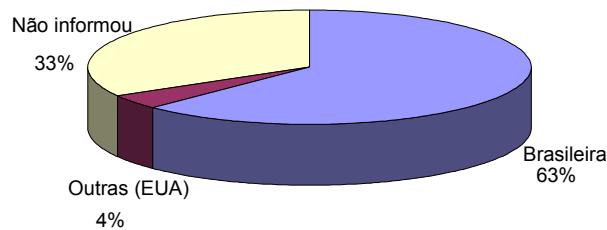
10.3.1.2 Figura 02 – Gênero.



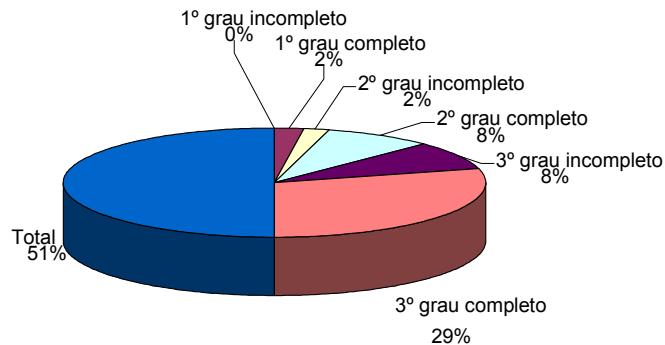
10.3.1.3 Figura 03 – Naturalidade.



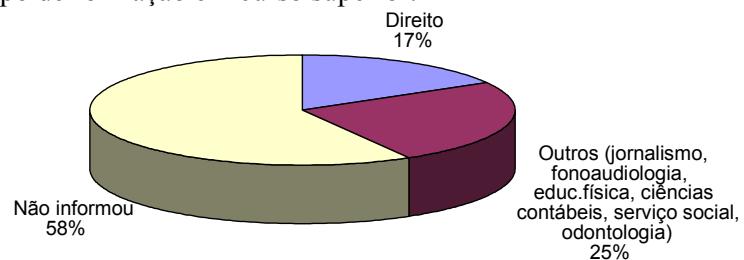
10.3.1.4 Figura 04 – Nacionalidade.



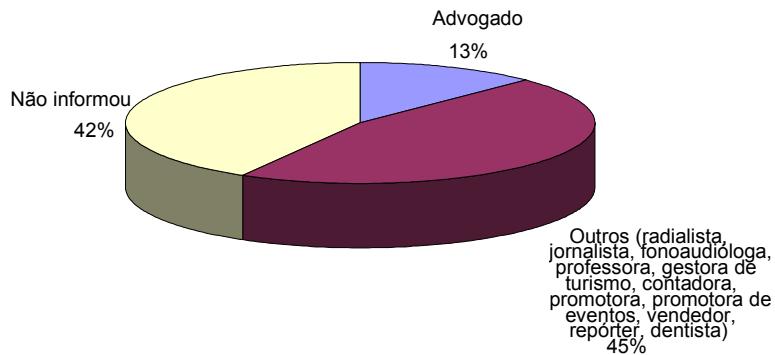
10.3.1.5 Figura 05 – Escolaridade.



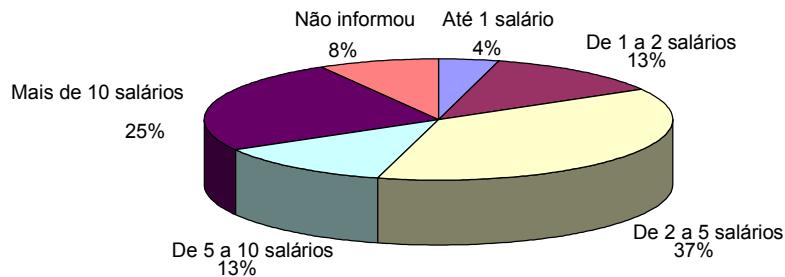
10.3.1.6 Figura 06 – Tipo de formação em curso superior.



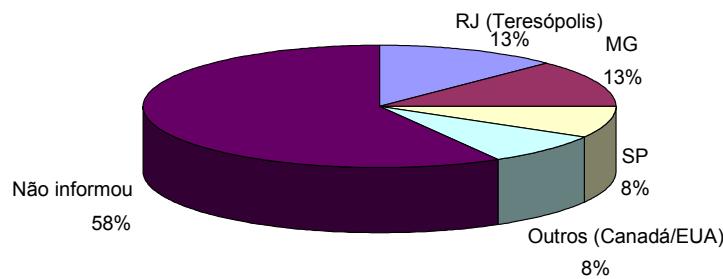
10.3.1.7 Figura 07 – Profissão.



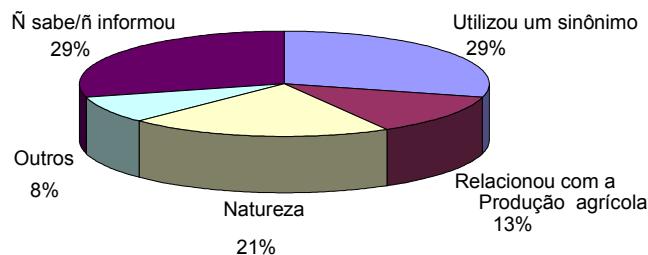
10.3.1.8 Figura 08 – Renda.



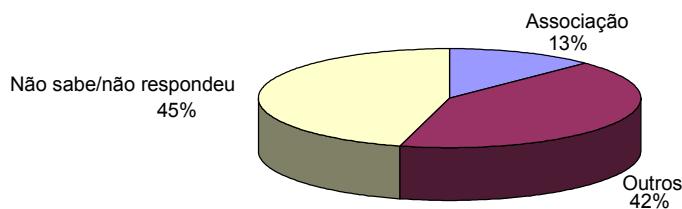
10.3.1.9 Figura 09 – Procedência.



10.3.1.10 Figura 10 – Significado de turismo rural.



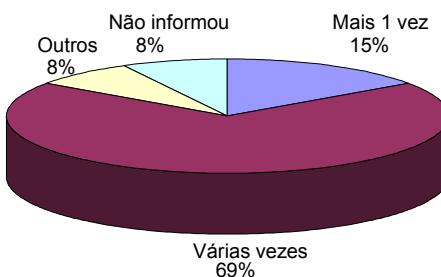
10.3.1.11 Figura 11 – Significado de circuito de turismo rural.



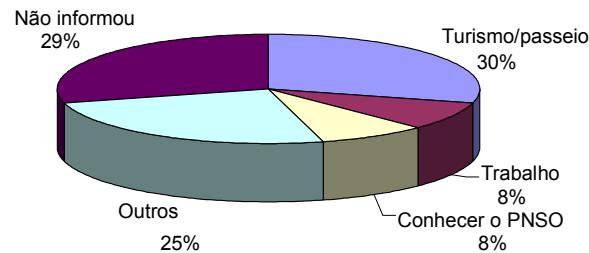
10.3.1.12.a Figura 12 – Presença anterior no Circuito Turístico Tere-Fri.



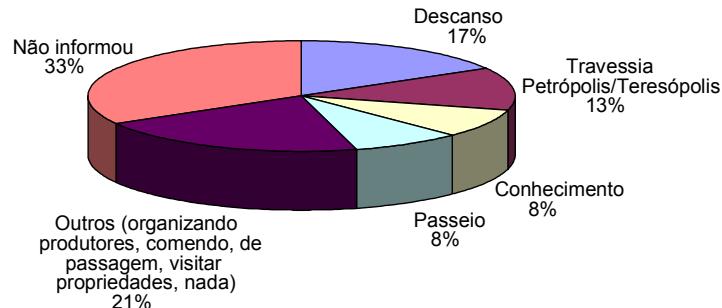
10.3.1.12.b Figura 13 – Freqüência no Circuito Turístico Tere-Fri.



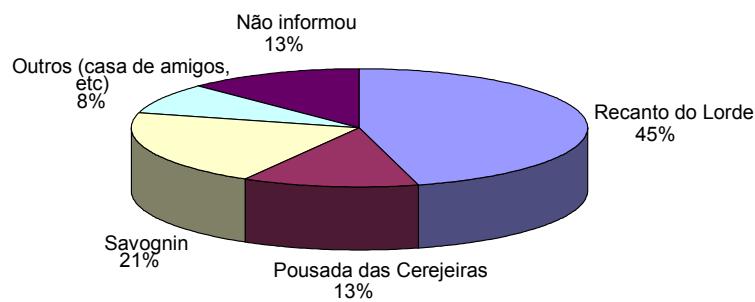
10.3.1.13 Figura 14 - Motivações para hospedagem no Circuito Turístico Tere-Fri.



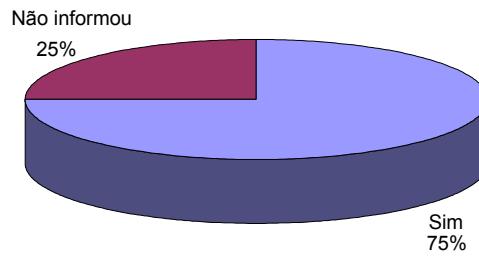
10.3.1.14 Figura 15 – Atividades realizadas.



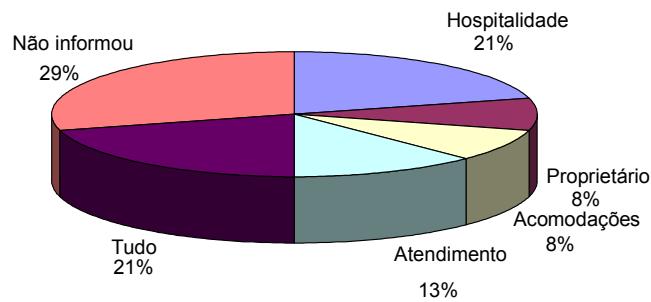
10.3.1.15.1 Figura 16 – Meios de hospedagem utilizado no Circuito Turístico Tere-Fri.



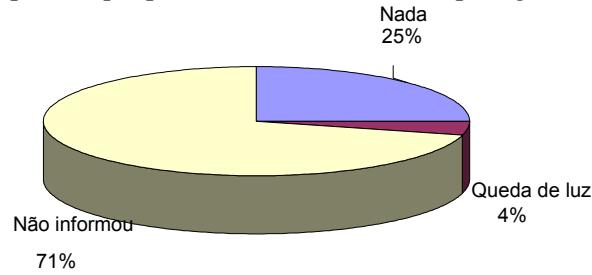
10.3.1.15.2 Figura 17 – Satisfação quanto à hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



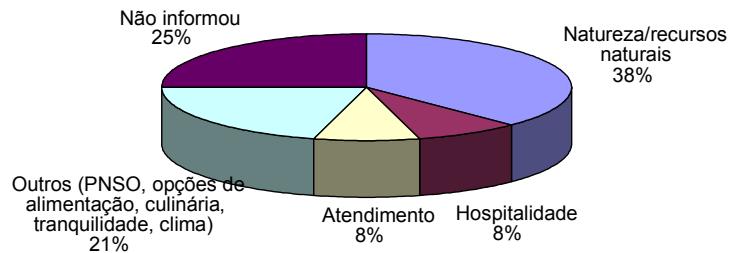
10.3.1.15.3 Figura 18 – Aspectos positivos sobre a hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



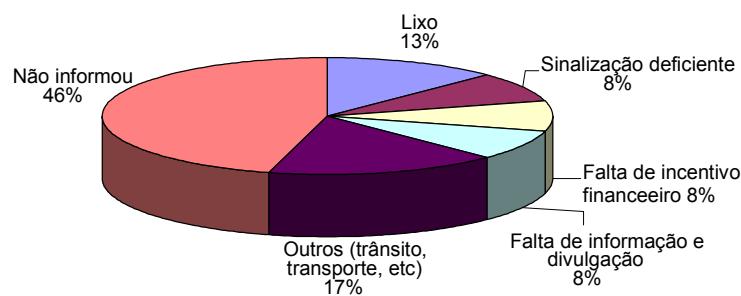
10.3.1.15.4 Figura 19 – Aspectos que precisam melhorar na hospedagem.



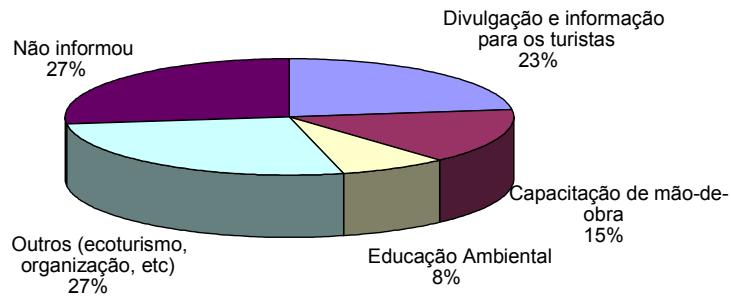
10.3.1.16.1 Figura 20 – Aspectos positivos do turismo na região.



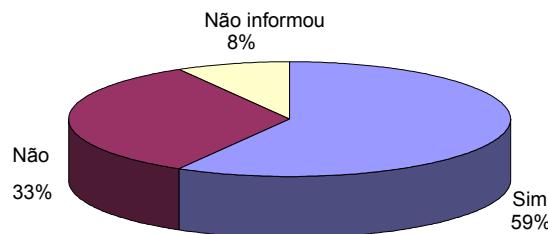
10.3.1.16.2 Figura 21 – Aspectos que precisam melhorar no turismo na região.



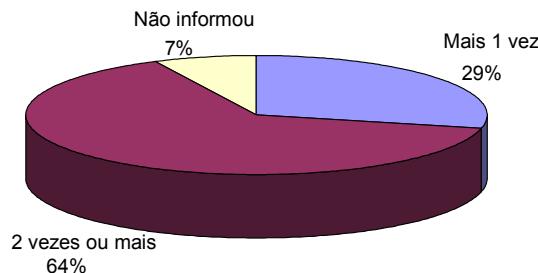
10.3.1.17. Figura 22 - Recomendações dos hóspedes do Circuito Turístico Tere-Fri para o turismo na região.



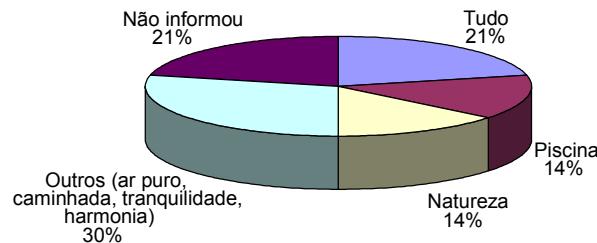
10.3.1.18.1 Figura 23 – Visita ao PARNASO



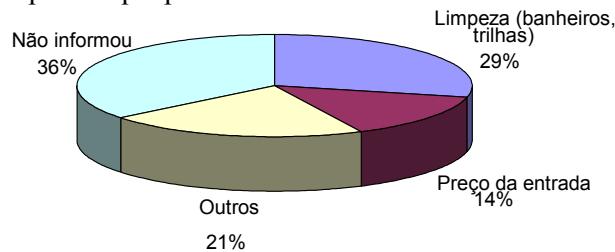
10.3.1.18.2 Figura 24 – Freqüência de idas ao PARNASO.



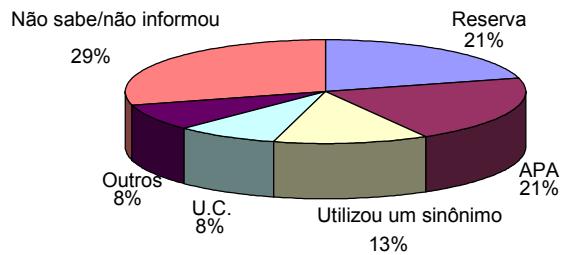
10.3.1.18.3 Figura 25 – Aspectos positivos do PARNASO.



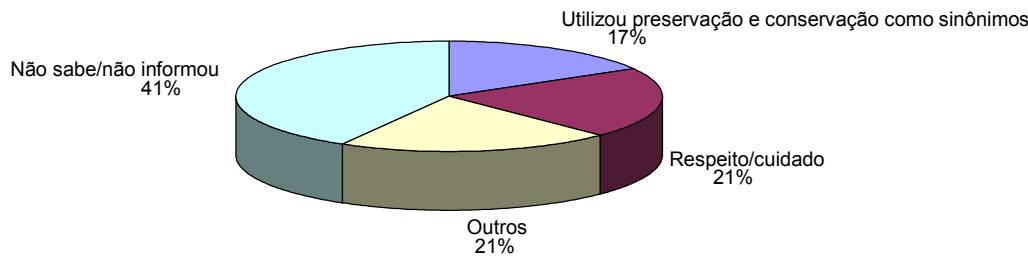
10.3.1.18.4 Figura 26 – Aspectos que precisam melhorar no PARNASO.



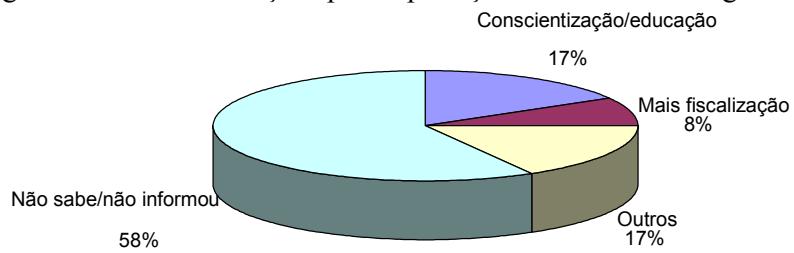
10.3.1.19 Figura 27 – Significado de “parque nacional”.



10.3.1.20 Figura 28 – Significado de “proteção da natureza”.

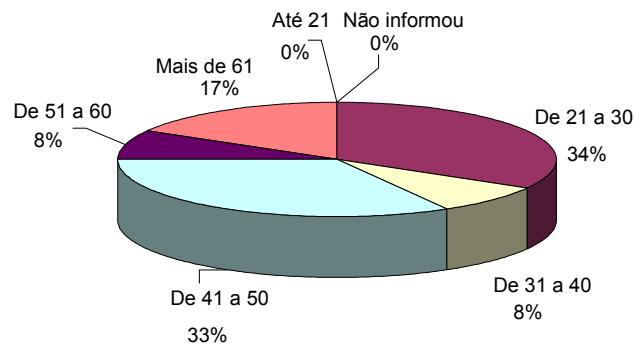


10.3.1.21 Figura 29 – Recomendações para a proteção da natureza da região.

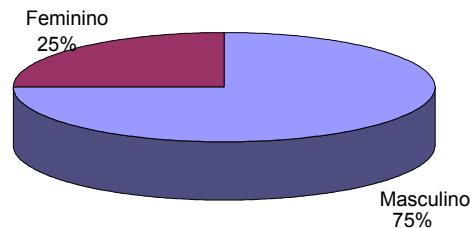


10.3.2 Resultado dos questionários preenchidos pelos representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri (N = 12).

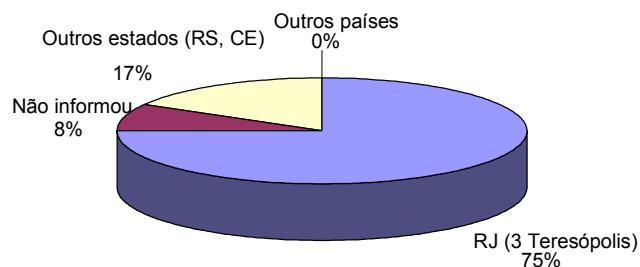
10.3.2.1 Figura 30 – Faixa etária.



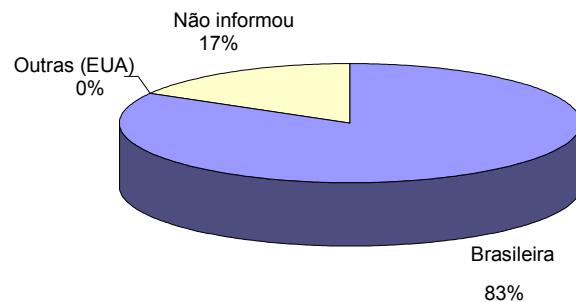
10.3.2.2 Figura 31 – Gênero.



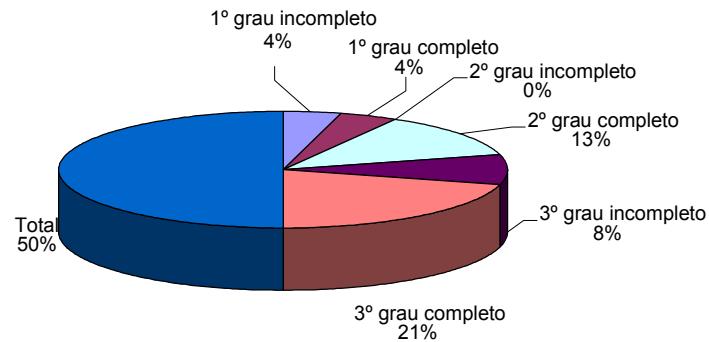
10.3.2.3 Figura 32 – Naturalidade.



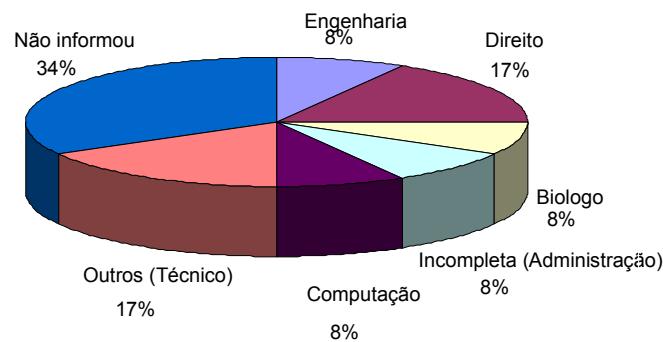
10.3.2.4 Figura 33 – Nacionalidade.



10.3.2.5 Figura 34 – Escolaridade.



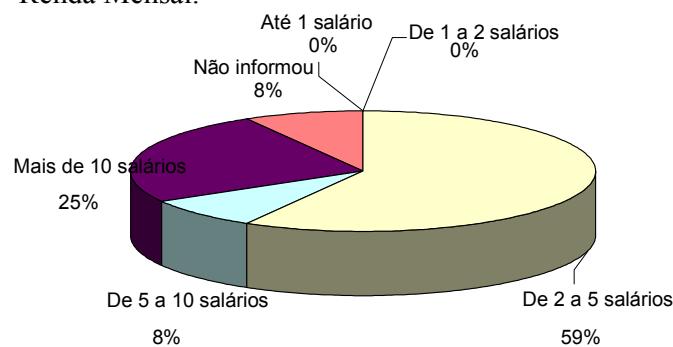
10.3.2.6 Figura 35 – Tipo de formação em curso superior.



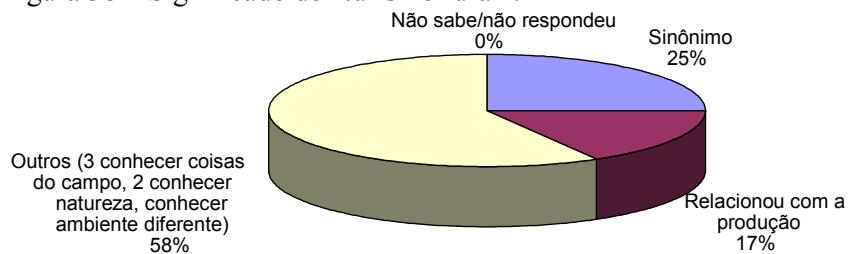
10.3.2.7 Figura 36 – Profissão.



10.3.2.8 Figura 37 - Renda Mensal.



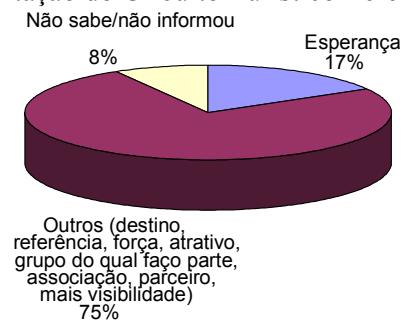
10.3.2.9 Figura 38 – Significado de “turismo rural”.



10.3.2.10 Figura 39 - Significado de “círculo de turismo rural”.



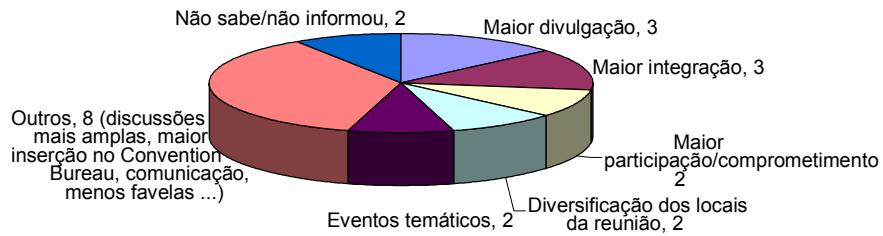
10.3.2.11.1 Figura 40 - Representação do Circuito Turístico Tere-Fri.



10.3.2.11.2 Figura 41 - Qualificação do Circuito Turístico Tere-Fri.



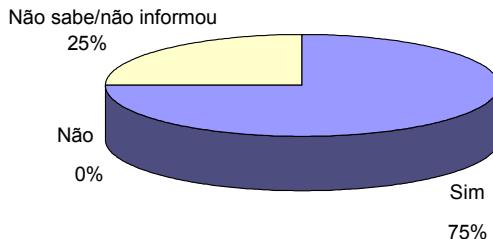
10.3.2.11.3 Figura 42 - Aspectos que precisam melhorar no Circuito Turístico Tere-Fri.¹⁹⁶



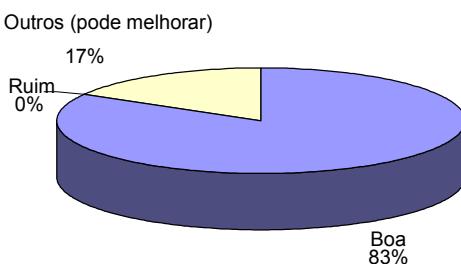
10.3.2.12.1 Figura 43 – Organização do Circuito Turístico Tere-Fri



10.3.2.12.2 Figura 44 – Qualificação quanto à estrutura democrática do Circuito Turístico Tere-Fri.

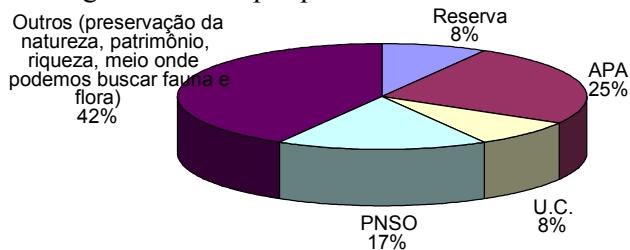


10.3.2.12.3 Figura 45 – Qualificação quanto à comunicação interna do Circuito Turístico Tere-Fri.

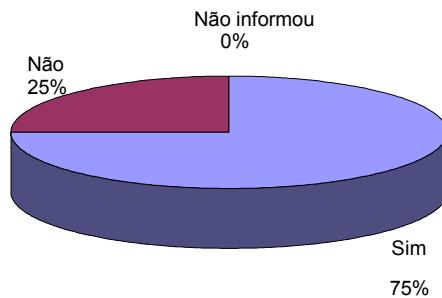


¹⁹⁶ Obs. Outros: (...) ter uma pessoa para se dedicar, site, mais eventos temáticos.

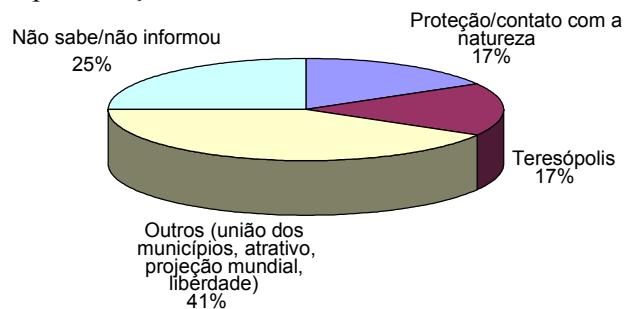
10.3.2.13 Figura 46 – Significado de “parque nacional”.



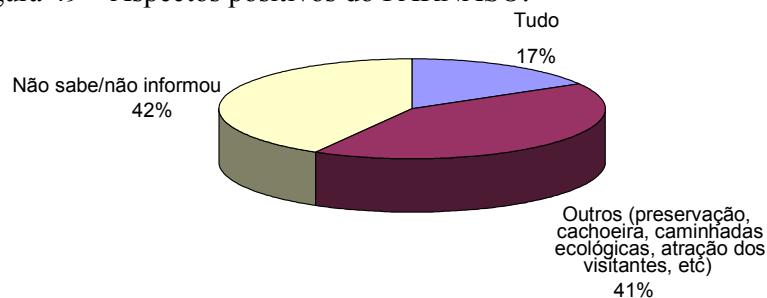
10.3.2.14.1 Figura 47 – Visita ao PARNASO.



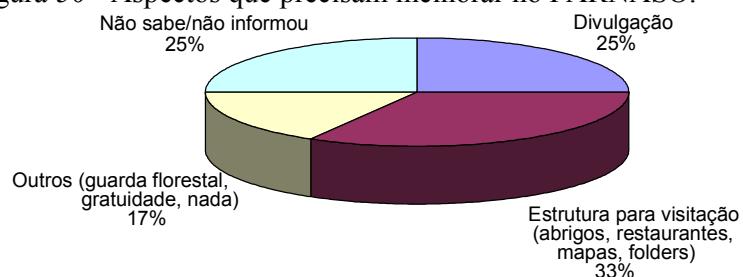
10.3.2.14.2 Figura 48 - Representação do PARNASO.



10.3.2.14.3 Figura 49 – Aspectos positivos do PARNASO.



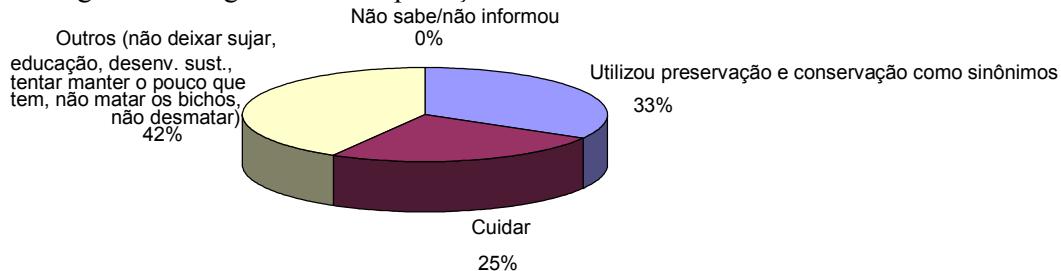
10.3.2.14.4 Figura 50 - Aspectos que precisam melhorar no PARNASO.



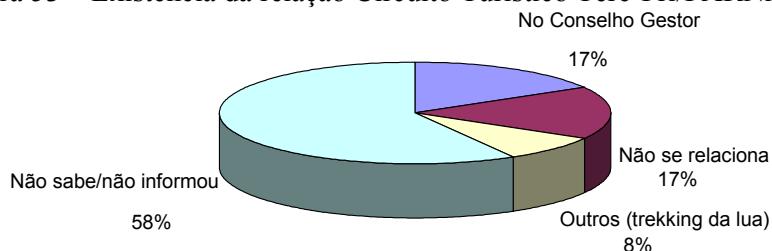
10.3.2.15 Figura 51 - Ações necessárias para a melhoria da conservação do PARNASO.



10.3.2.16 Figura 52 – Significado de “proteção da natureza”.



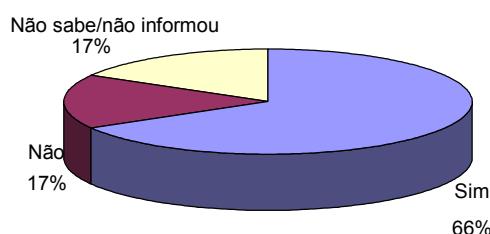
10.3.2.17 Figura 53 – Existência da relação Circuito Turístico Tere-Fri/PARNASO.



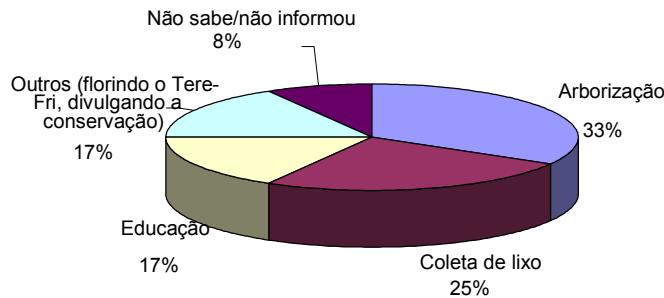
10.3.2.18 Figura 54 – Tipo de relação entre o turismo rural e a proteção da natureza.



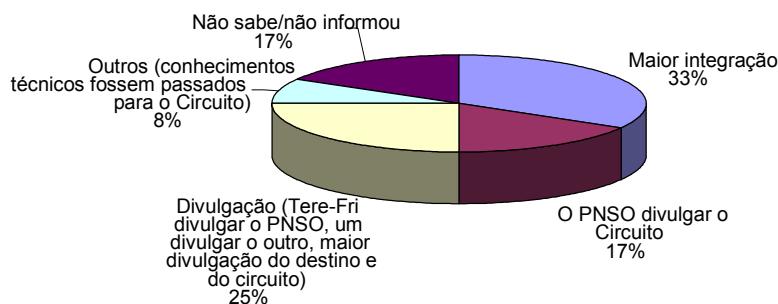
10.3.2.19.1 Figura 55 – Reconhecimento da contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza



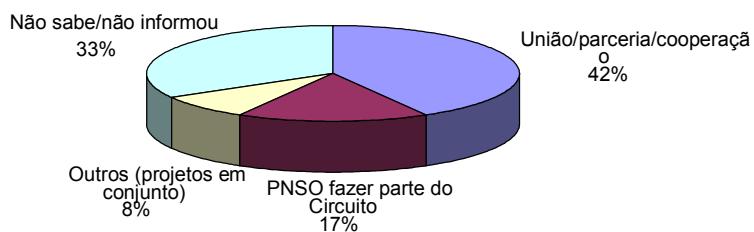
10.3.2.19.2 Figura 56 - Tipo de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza.



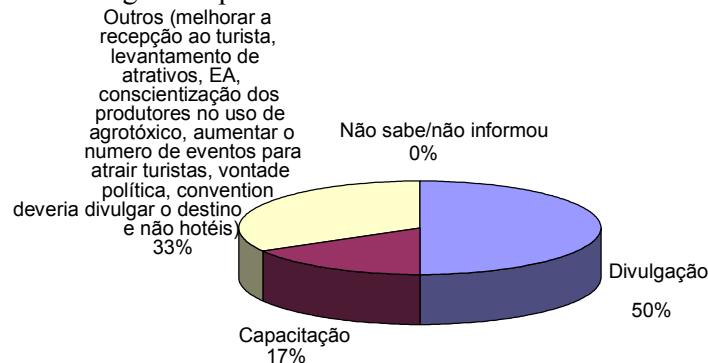
10.3.2.20 Figura 57 – Entendimento das necessidades da relação PARNASO-Círculo Turístico Tere-Fri.



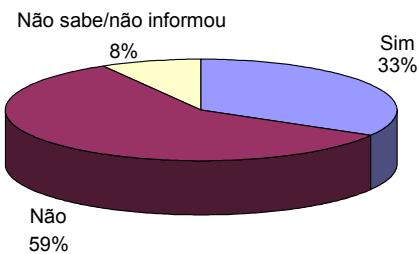
10.3.2.21 Figura 58 - Recomendações para o aprimoramento da relação Círculo Turístico Tere-Fri/PARNASO.



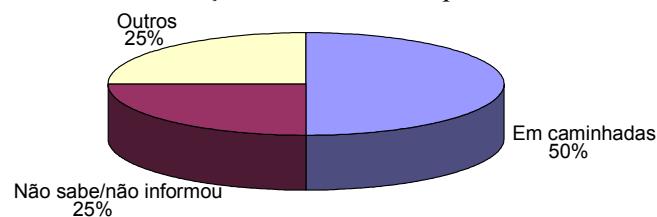
10.3.2.22 Figura 59 - Sugestões para o desenvolvimento do turismo rural na região.



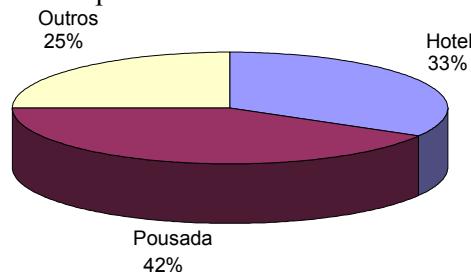
10.3.2.23.1 Figura 60 - Utilização do PARNASO como atrativo e nas suas atividades pelo Circuito Turístico Tere-Fri.



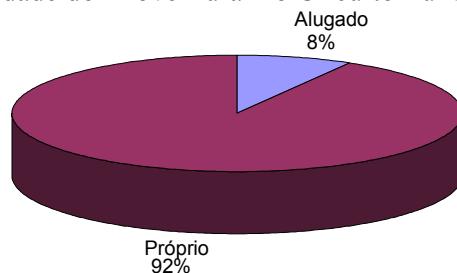
10.3.2.23.2 Figura 61 - Formas de utilização do PARNASO pelo Circuito Turístico Tere-Fri.



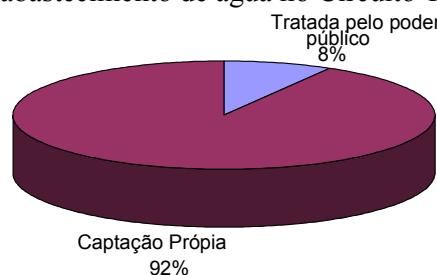
10.3.2.24 Figura 62 - Tipo de propriedade rural dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os seus representantes.



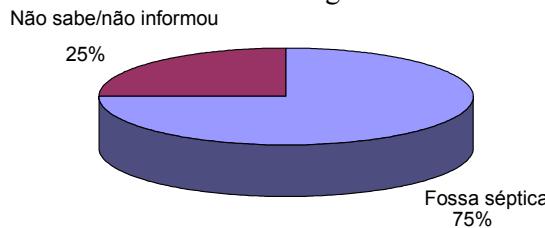
10.3.2.25 Figura 63 – Propriedade do imóvel rural no Circuito Turístico Tere-Fri.



10.3.2.26 Figura 64 – Tipo de abastecimento de água no Circuito Turístico Tere-Fri.



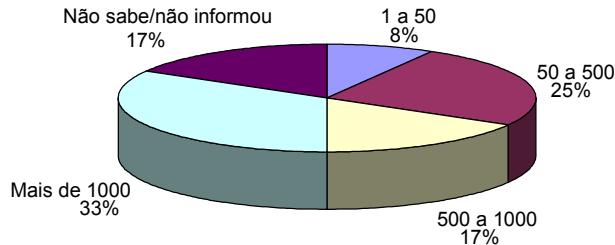
10.3.2.27 Figura 65 – Tipo de tratamento dado ao esgoto no Circuito Turístico Tere-Fri.



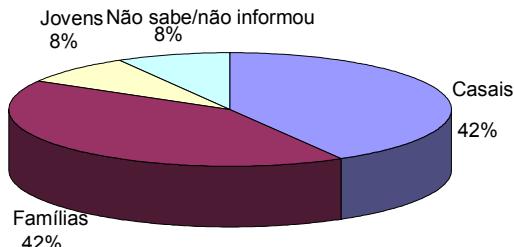
10.3.2.28 Figura 66 – Tipo de coleta de lixo no Circuito Turístico Tere-Fri.



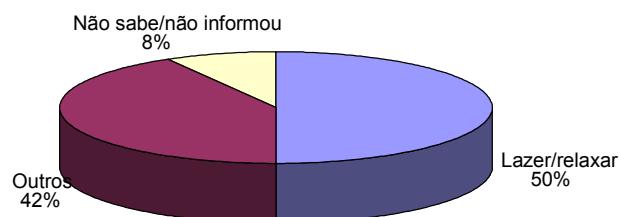
10.3.2.29 Figura 67 - Número de hóspedes por ano no Circuito Turístico Tere-Fri.



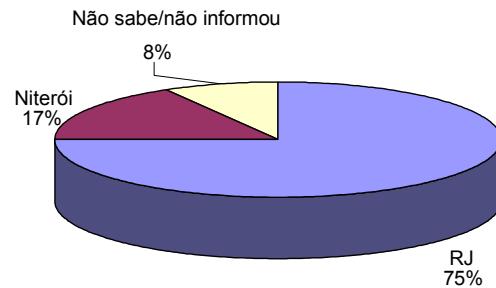
10.3.2.30 Figura 68 – Tipo de público dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri, segundo os representantes dos meios de hospedagem.



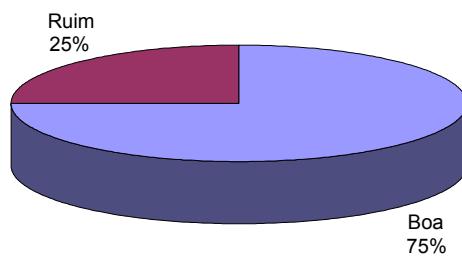
10.3.2.31 Figura 69 - Motivação dos hóspedes segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



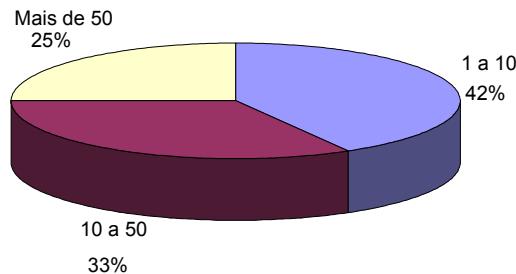
10.3.2.32 Figura 70 - Procedência dos hóspedes segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



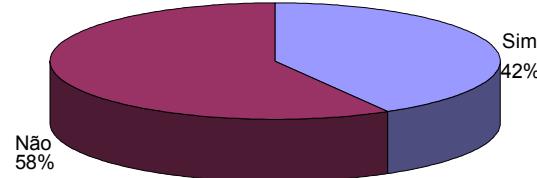
10.3.2.33 Figura 71 - Condições da estrada de acesso aos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



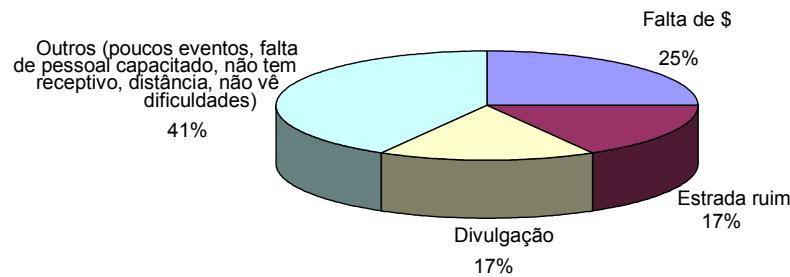
10.3.2.34 Figura 72 - Número de unidades nos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri.



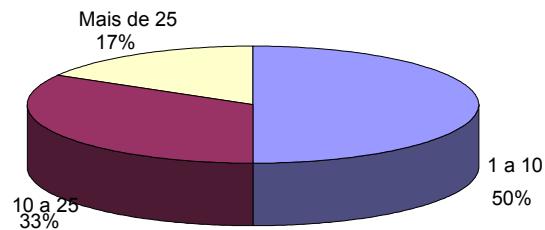
10.3.2.35 Figura 73 – Existência da venda de artesanato e produtos da região.



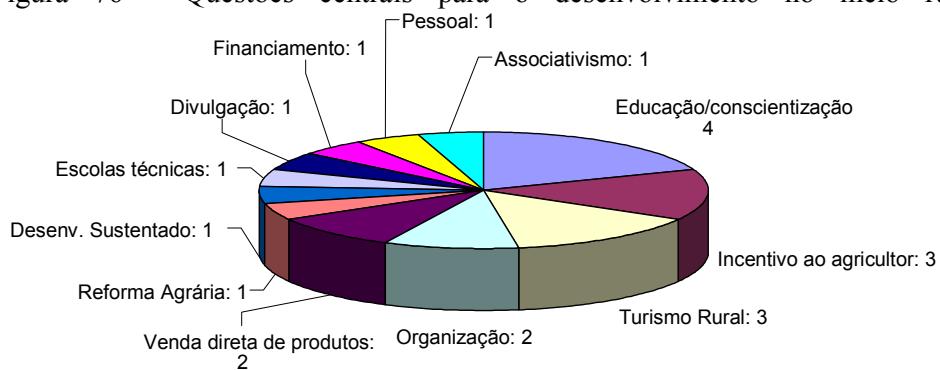
10.3.2.36 Figura 74 - Dificuldades apontadas segundo os representantes dos meios de hospedagem do Circuito Turístico Tere-Fri para desenvolvimento do negócio.



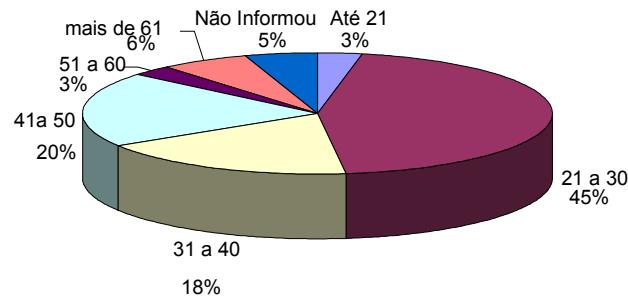
10.3.2.37 Figura 75 - Mão-de-obra fixa empregada no Circuito Turístico Tere-Fri.



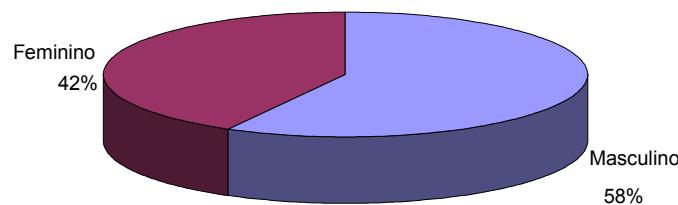
10.3.2.38 Figura 76 - Questões centrais para o desenvolvimento no meio rural.



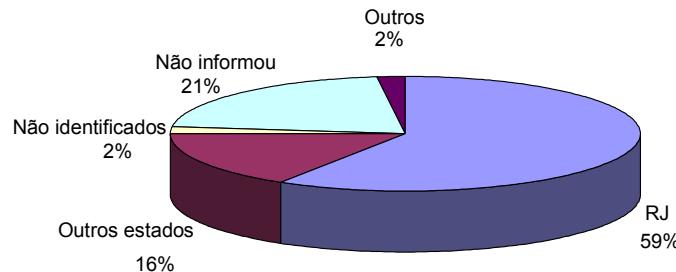
10.3.3 Resultados dos questionários dos visitantes do PARNASO (N = 100).
10.3.3.1 Figura 77 – Faixa etária.



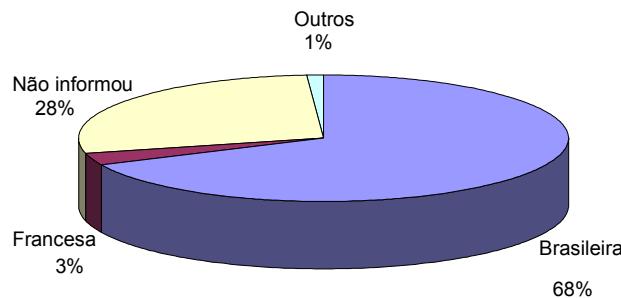
10.3.3.2 Figura 78 – Gênero.



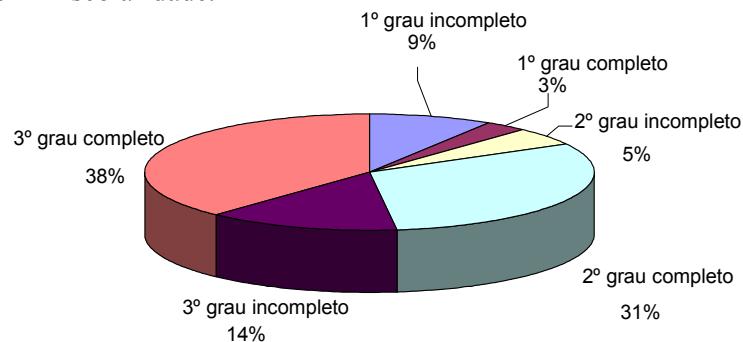
10.3.3.3 Figura 79 – Naturalidade.



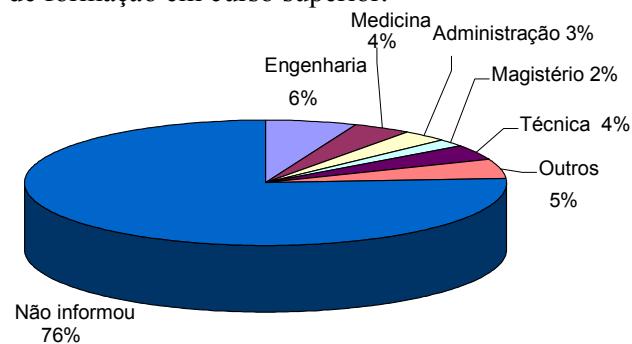
10.3.3.4 Figura 80 – Nacionalidade.



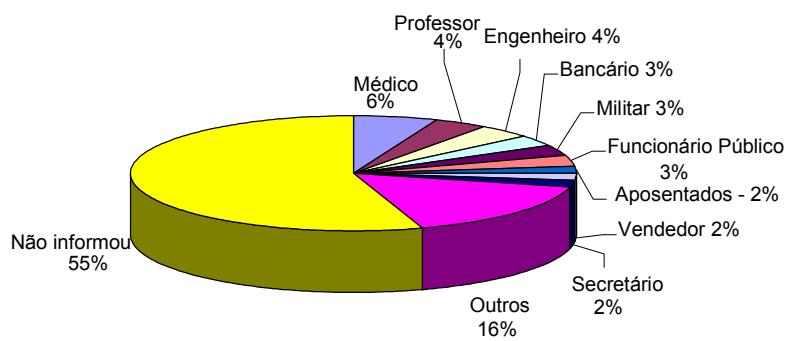
10.3.3.5 Figura 81 – Escolaridade.



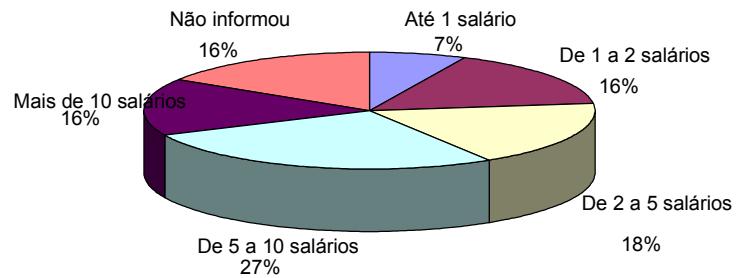
10.3.3.6 Figura 82 - Tipo de formação em curso superior.



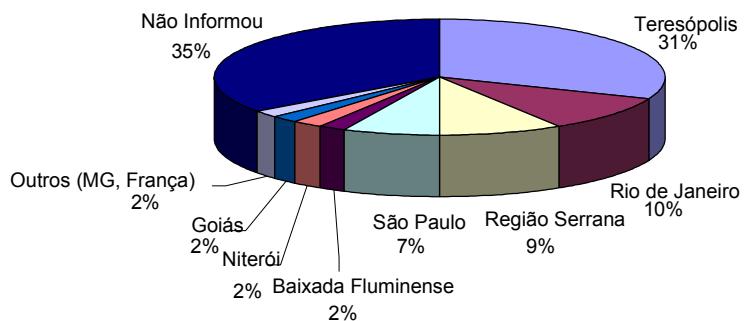
10.3.3.7 Figura 83 – Profissão.



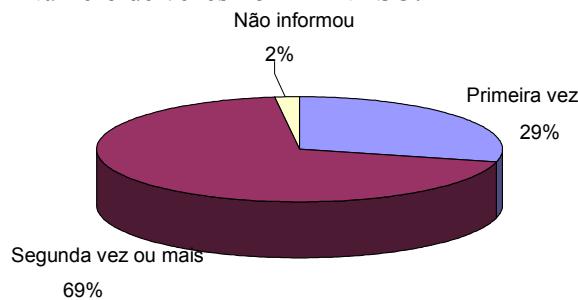
10.3.3.8 Figura 84 - Renda Mensal.



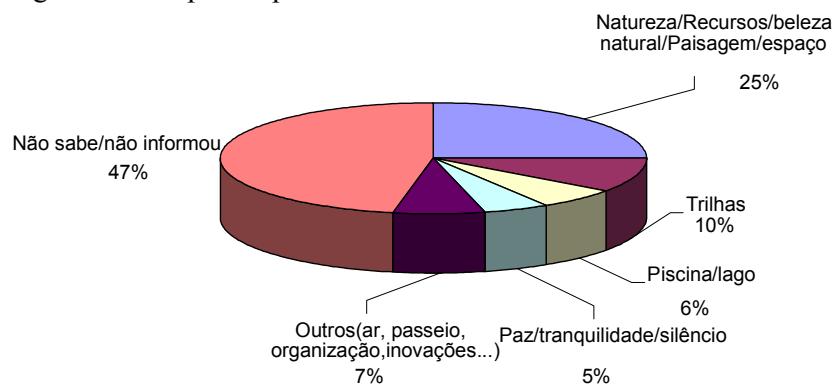
10.3.3.9 Figura 85 – Procedência.



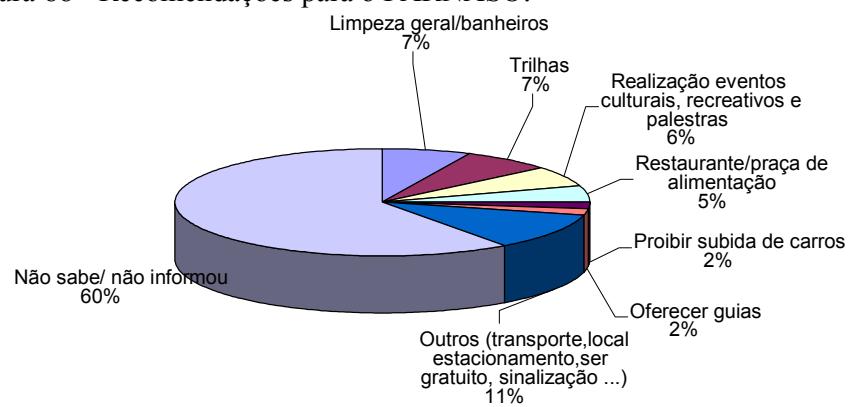
10.3.3.10.1 Figura 86 – Número de vezes no PARNASO.



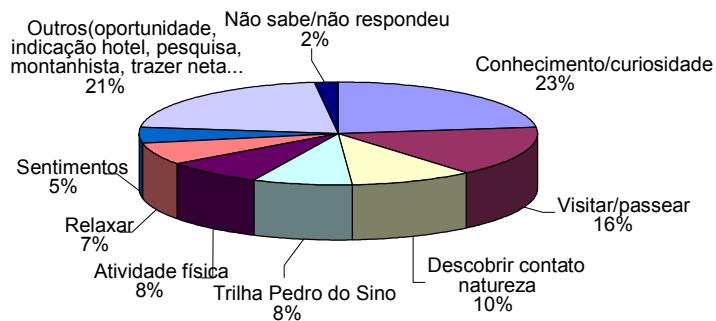
10.3.3.10.2 Figura 87 – Aspectos positivos do PARNASO.



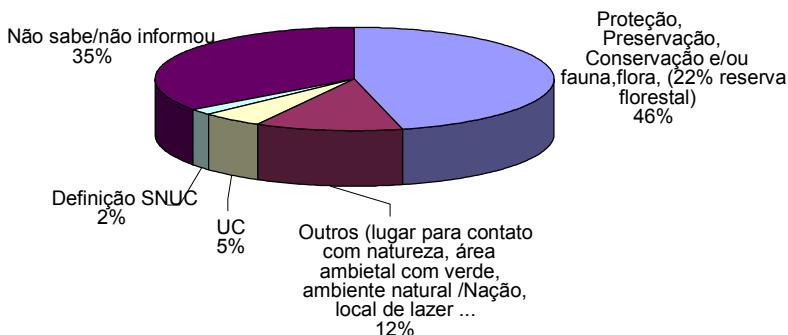
10.3.3.10.3 Figura 88 - Recomendações para o PARNASO.



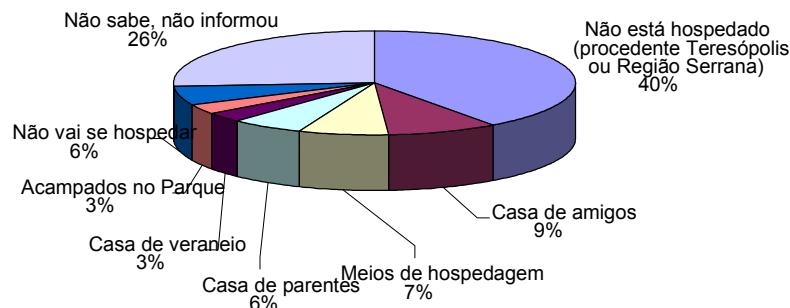
10.3.3.11 Figura 89 - Motivações para visitação ao Parque pelos seus visitantes.



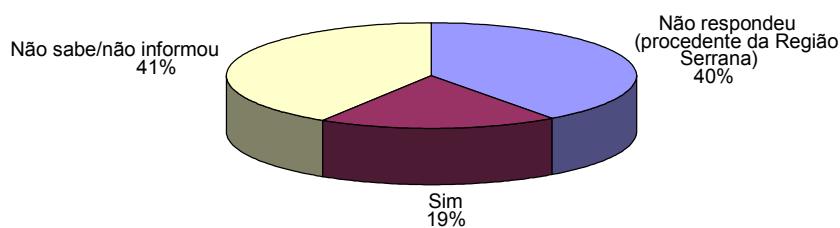
10.3.3.12 Figura 90 - Significado de Parque Nacional.



10.3.3.13.1 Figura 91 – Meio de hospedagem utilizado.



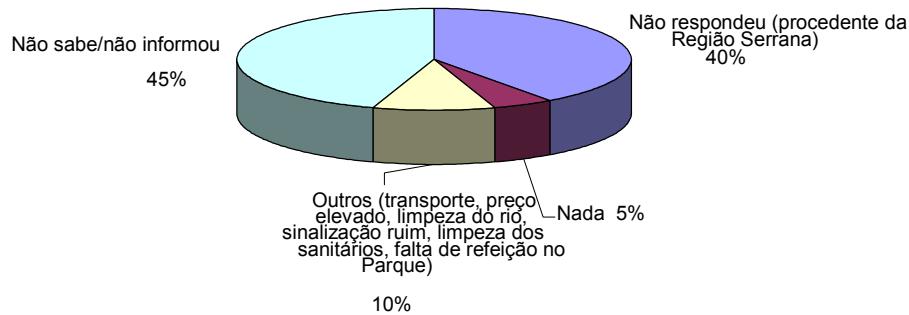
10.3.3.13.2 Figura 92 – Satisfação quanto à hospedagem em Teresópolis.



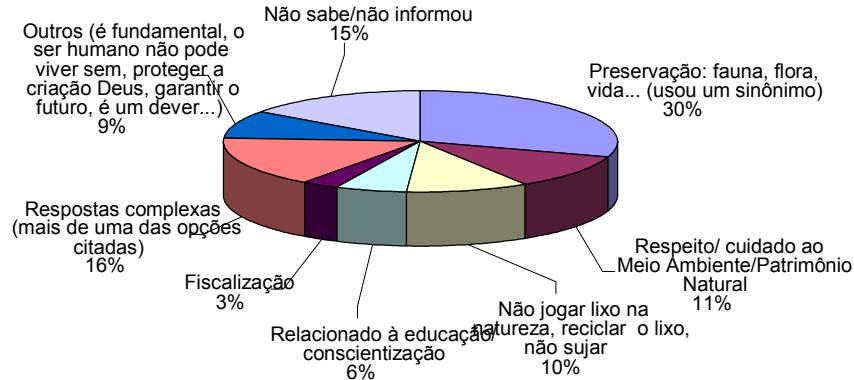
10.3.3.13.3 Figura 93 – Aspectos positivos da hospedagem em Teresópolis.



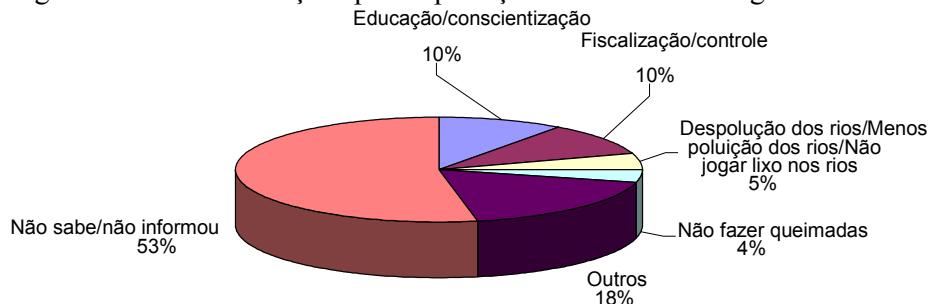
10.3.3.13.4 Figura 94 – Recomendações para a hospedagem em Teresópolis.



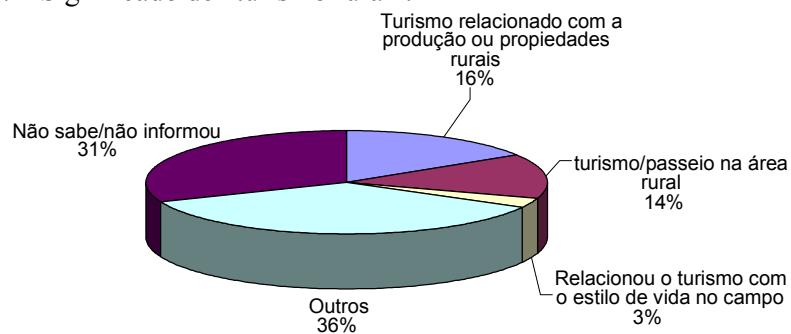
10.3.3.14 Figura 95 - Significado de “proteção da natureza”.



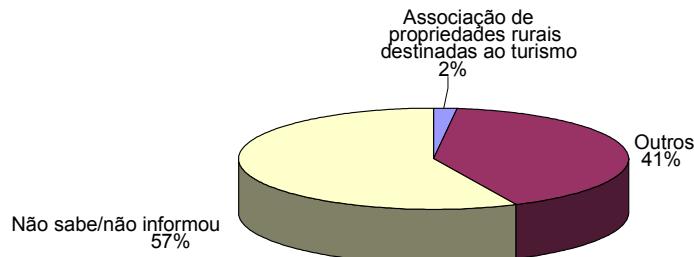
10.3.3.15 Figura 96 - Recomendações para a proteção da natureza da região.



10.3.3.16 Figura 97 - Significado de “turismo rural”.



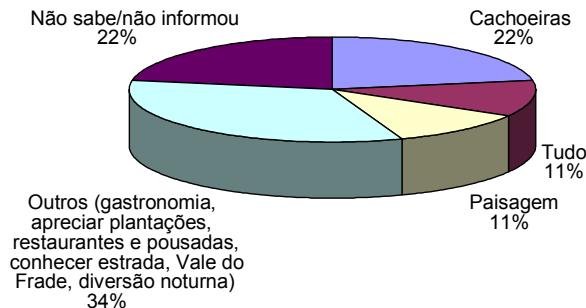
10.3.3.17 Figura 98 - Significado de “círculo de turismo rural”.



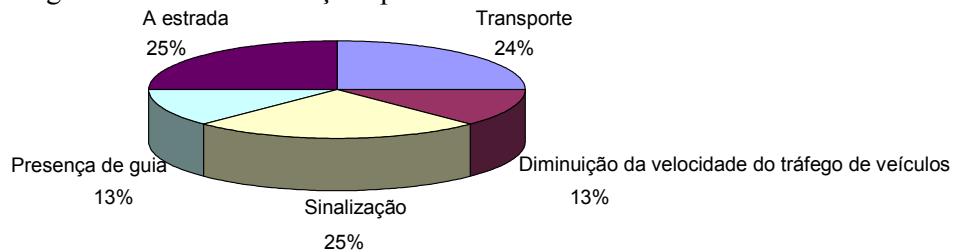
10.3.3.18.1 Figura 99 – Presença anterior no Circuito Turístico Tere-Fri.



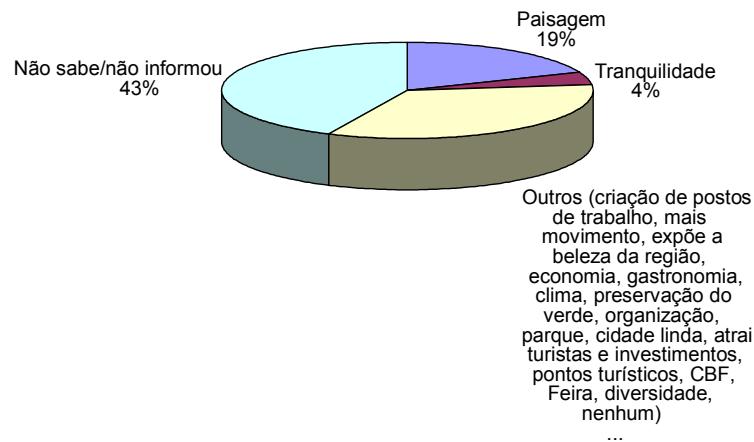
10.3.3.18.2 Figura 100 – Importância do Circuito Turístico Tere-Fri.



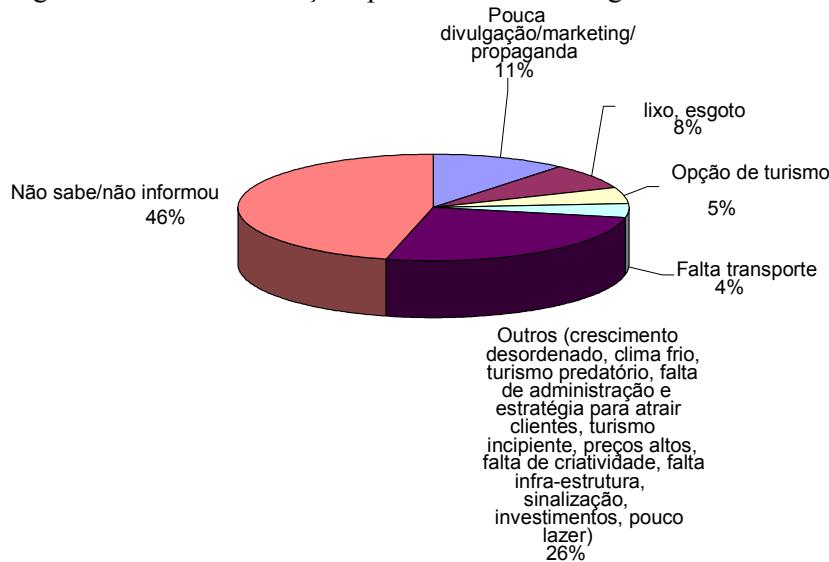
10.3.3.18.3 Figura 101 - Recomendações para o Circuito Turístico Tere-Fri.



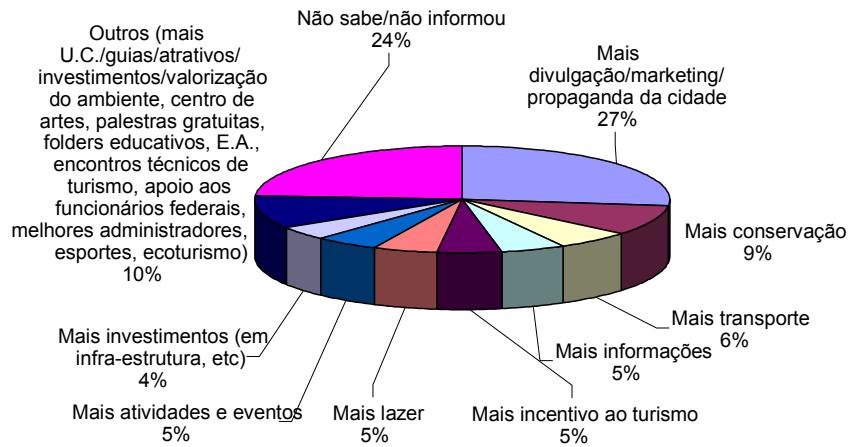
10.3.3.19.1 Figura 102 – Aspectos positivos do turismo na região.



10.3.3.19.2 Figura 103 - Recomendações para o turismo na região.

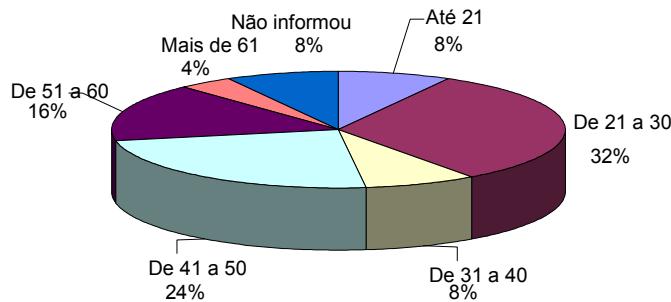


10.3.3.19.3 Figura 104 – Recomendações para o turismo na região.

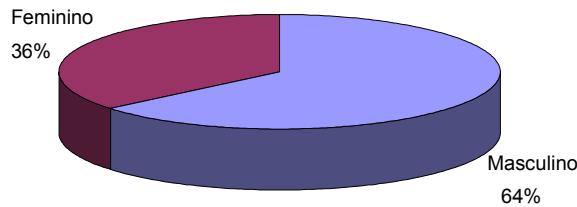


10.3.4 Resultado dos questionários preenchidos pelos atores envolvidos com a gestão do PARNASO (N = 19).

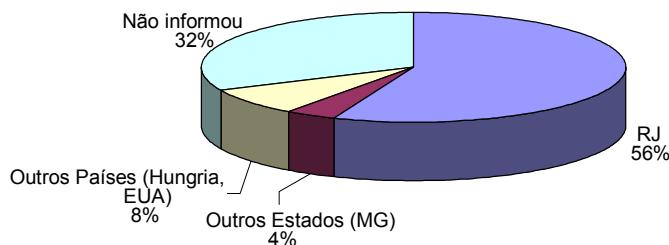
10.3.4.1 Figura 105 – Faixa etária.



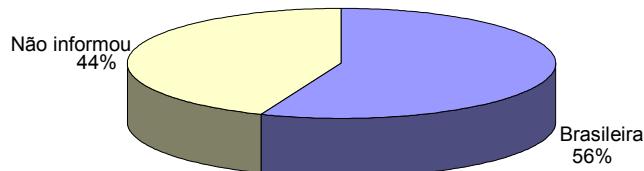
10.3.4.2 Figura 106 – Gênero.



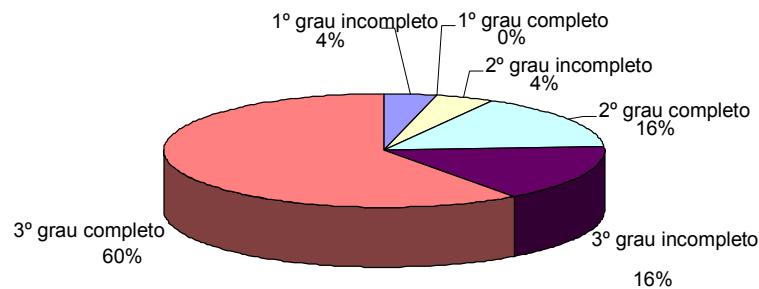
10.3.4.3 Figura 107 – Naturalidade.



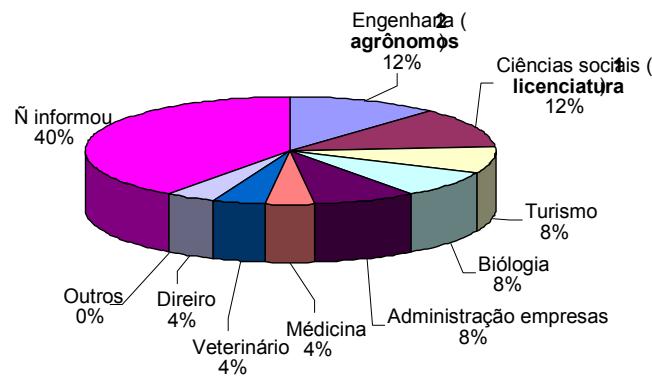
10.3.4.4 Figura 108 – Nacionalidade.



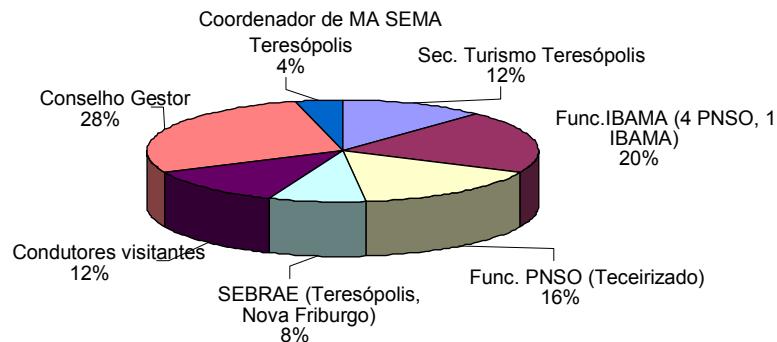
10.3.4.5 Figura 109 – Escolaridade.



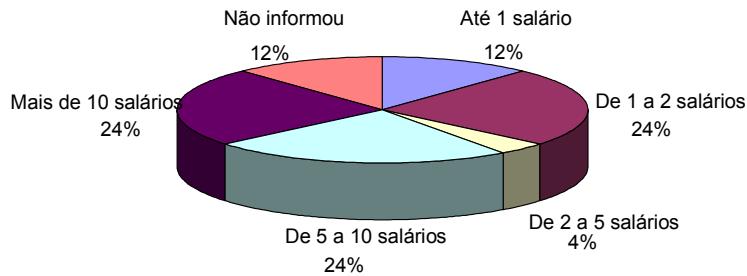
10.3.4.6 Figura 110 - Formação Superior.



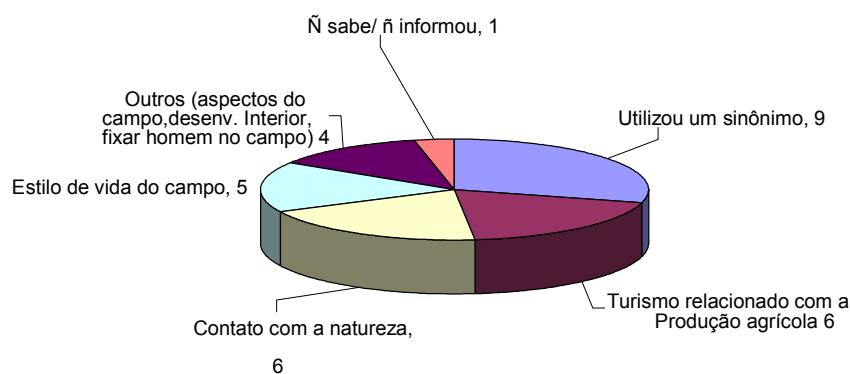
10.3.4.7 Figura 111 – Profissão.



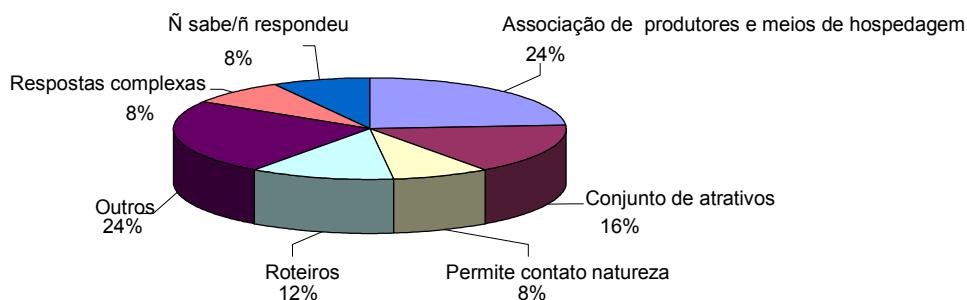
10.3.4.8 Figura 112 - Renda Mensal.



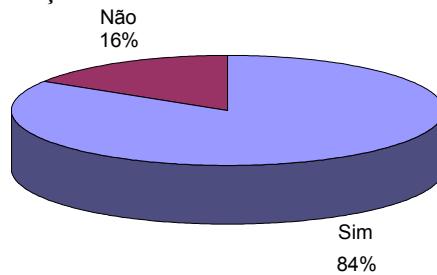
10.3.4.9 Figura 113 - Significado de “turismo rural”¹⁹⁷



10.3.4.10 Figura 114 - Significado de “círculo de turismo rural”.

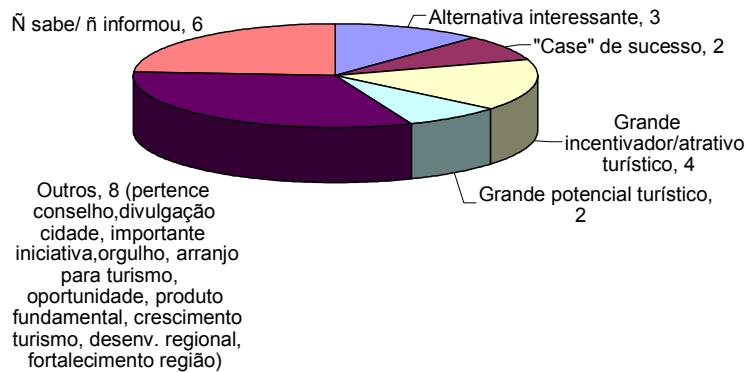


10.3.4.11.1 Figura 115 – Presença anterior no Circuito Turístico Tere-Fri.

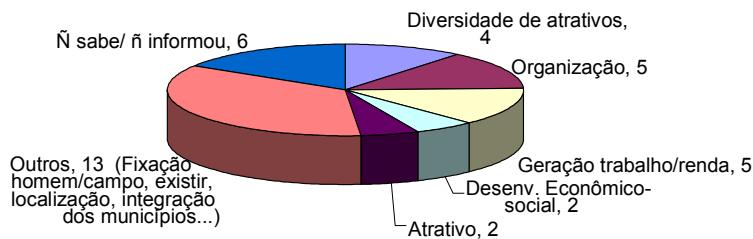


¹⁹⁷ Obs. Respostas complexas (10) relacionaram 2 ou mais temas.

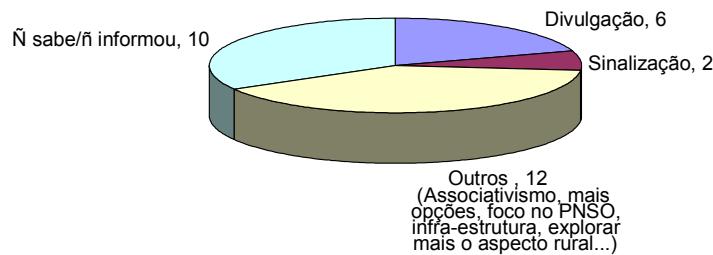
10.3.4.11.2 Figura 116 - Representação do Circuito Turístico Tere-Fri.



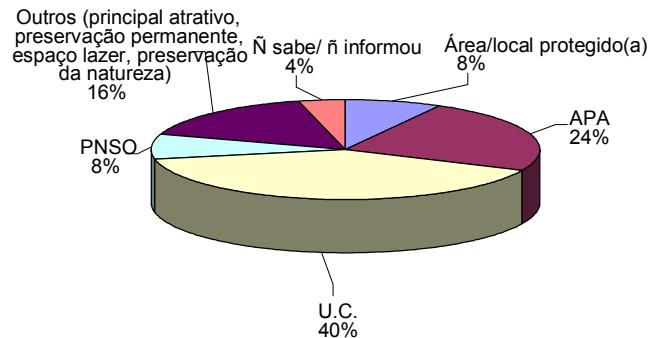
10.3.4.11.3 Figura 117 – Aspectos positivos do Circuito Turístico Tere-Fri.¹⁹⁸



10.3.4.11.4 Figura 118 - Recomendações para o Circuito Turístico Tere-Fri.¹⁹⁹



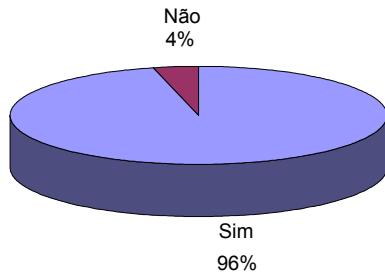
10.3.4.12 Figura 119 - Significado de Parque Nacional



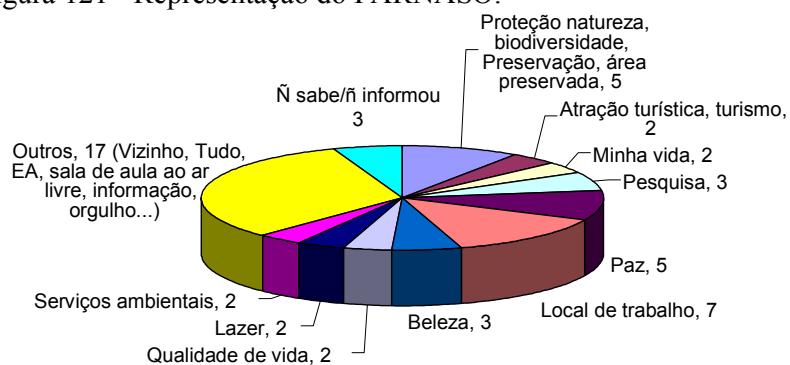
¹⁹⁸Outros: (...) fácil acesso, geografia, clima, gastronomia, proximidade com o Parque, etc

¹⁹⁹Outros: (...) articulação, integração com o PARNASO, capacitação proprietários e funcionários, conscientização, etc.

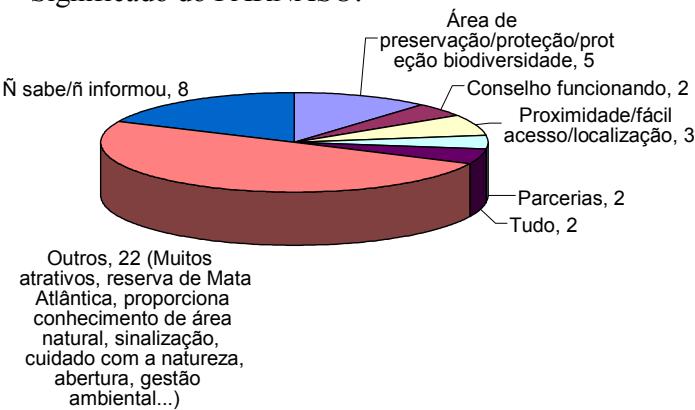
10.3.4.13.1 Figura 120 – Presença anterior no PARNASO.



10.3.4.13.2 Figura 121 - Representação do PARNASO.²⁰⁰



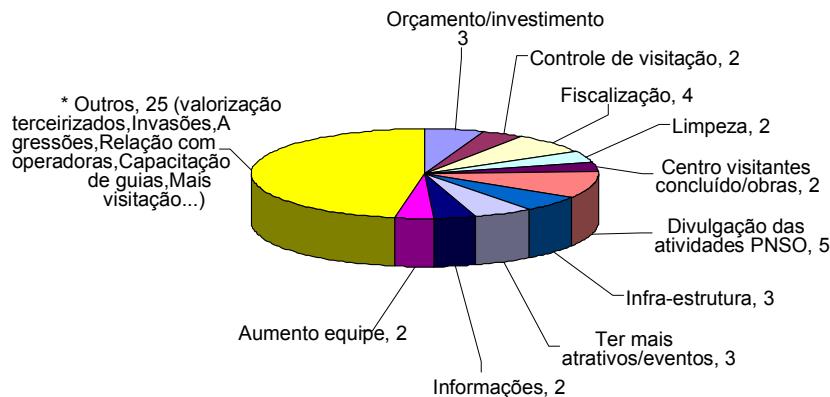
10.3.4.13.3 Figura 122 – Significado do PARNASO.²⁰¹



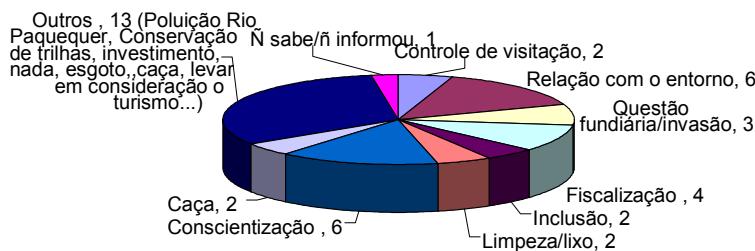
²⁰⁰Outros: (...) remanescente da Mata Atlântica, ponto de ligação de diversas comunidades, extensão da minha casa, parte da minha vida, recursos naturais, proteção dos mananciais.

²⁰¹Outros: (...) ligação de vários municípios, faz parte de um mosaico, cenário, plano de manejo revisado, serviços ambientais, geografia, participação da sociedade na gestão.

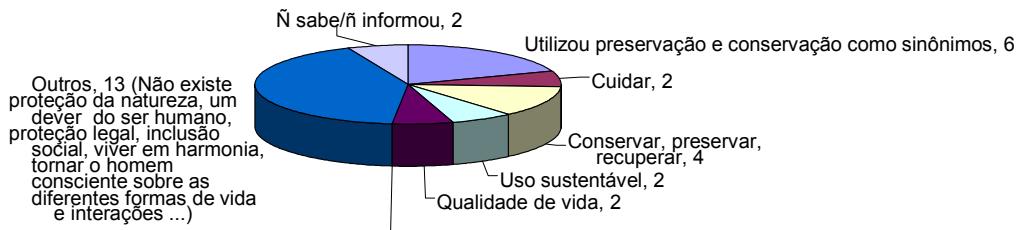
10.3.4.13.4 Figura 123 - Recomendações para o PARNASO.²⁰²



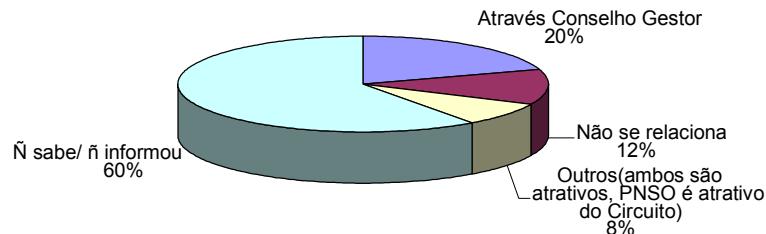
10.3.4.14 Figura 124 - Ações para a conservação no PARNASO.²⁰³



10.3.4.15 Figura 125 - Significado de “proteção da natureza”.²⁰⁴



10.3.4.16 Figura 126 – Conhecimento da existência da relação Circuito Turístico Tere-Fri/PARNASO.

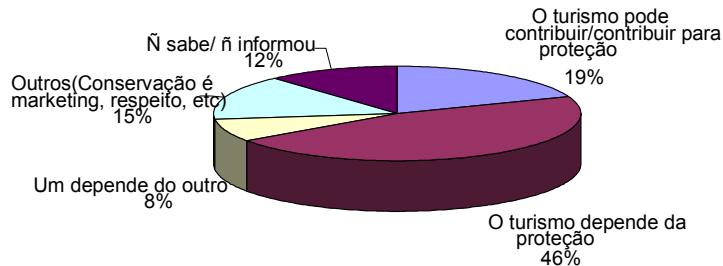


²⁰²Outros: (...) regularização fundiária, mais serviços, a relação com a comunidade local, bicicletário, telefones públicos, restaurante/lanchonete, transporte interno, construir abrigo no Açu, incêndios, venda antecipada de ingressos pela Internet, placas de sinalização, etc.

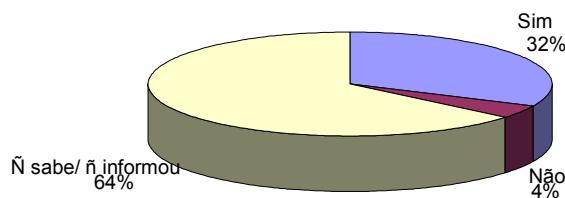
²⁰³Outros: (...) punição, monitores ambientais, guarda parque, campanhas educativas, etc.

²⁰⁴Outros: (...) informar, EA, preservar fauna, flora e recursos hídricos.

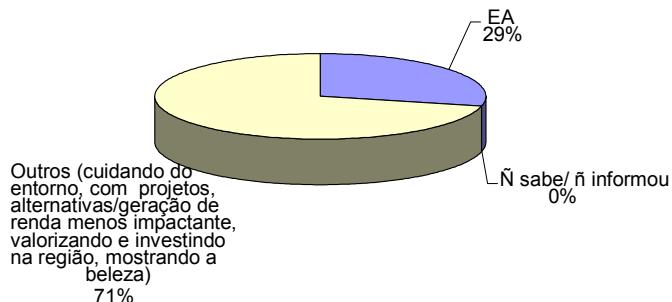
10.3.4.17 Figura 127 – Tipo de relação entre o turismo rural e a proteção da natureza.



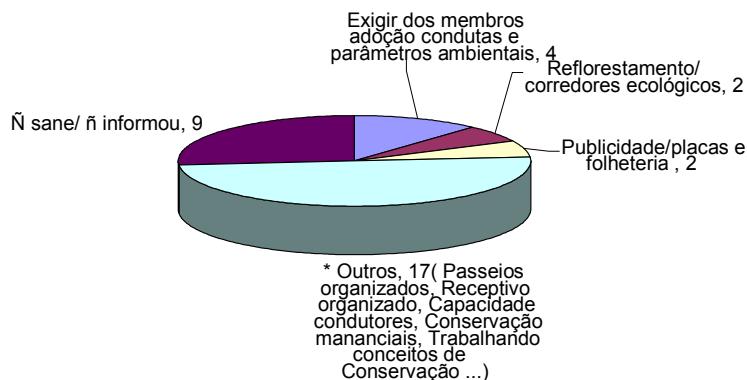
10.3.4.18.1 Figura 128 – Reconhecimento da possibilidade de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza



10.3.4.18.2 Figura 129 - Tipo de contribuição do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza.

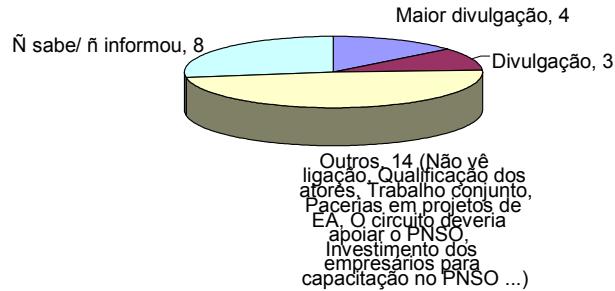


10.3.4.18.3 Figura 130 – Contribuição possível do Circuito Turístico Tere-Fri para a proteção da natureza.²⁰⁵



²⁰⁵ Obs. Outros: (...) Divulgando e incentivando as áreas protegidas, campanha nos estabelecimentos participantes do circuito, respeitando área de reserva legal, trabalho com hóspedes sobre conduta consciente e problemas ambientais, etc.

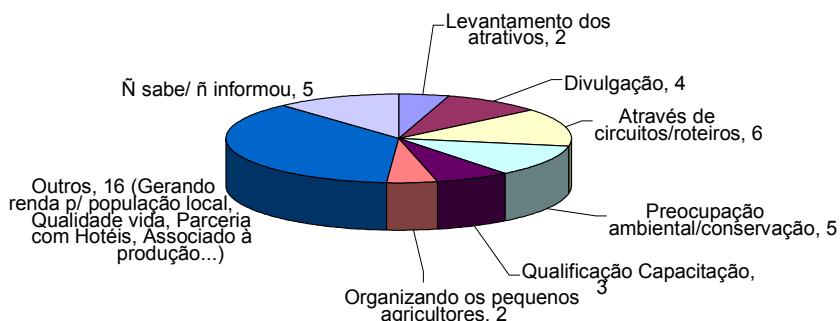
10.3.4.19 Figura 131 – Possibilidades para a relação PARNASO-Círculo Turístico Tere-Fri.²⁰⁶



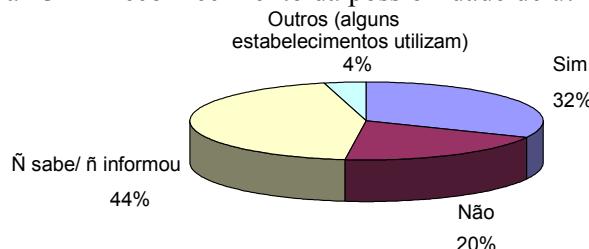
10.3.4.20 Figura 132 - Recomendações para o aprimoramento da relação PARNASO-Círculo Turístico Tere-Fri.



10.3.4.21 Figura 133 - Requisitos para o desenvolvimento do turismo rural na região²⁰⁷



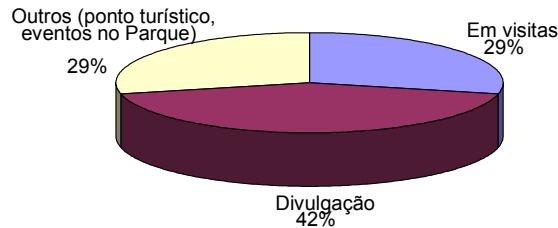
10.3.4.22.1 Figura 134 – Reconhecimento da possibilidade de utilização do PARNASO.



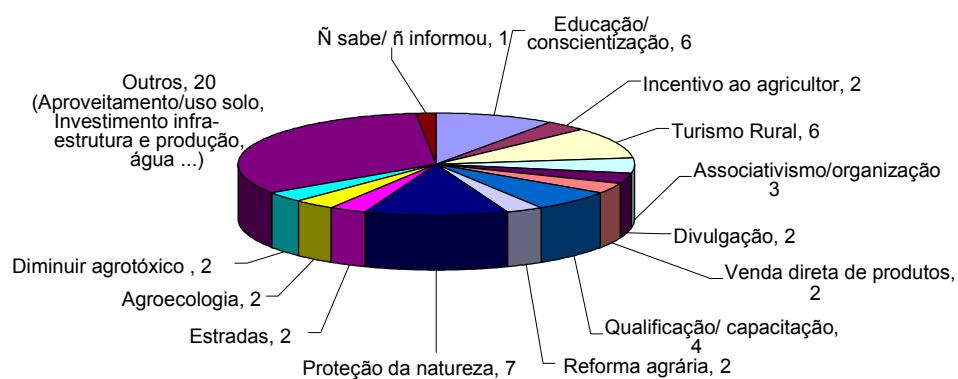
²⁰⁶ Obs. Outros: (...) participação do Parque no Circuito, ajuda mútua, etc.

²⁰⁷ Obs. Outros: (...) socialização dos benefícios, melhoria do receptivo, estabelecer diretrizes, melhoria do acesso, outras formas de produção, conscientização, associado ao Parque, melhoria de infra-estrutura, etc.

10.3.4.22.2 Figura 135 - Formas de utilização do PARNASO pelo Circuito Turístico Tere-Fri.



10.3.4.23 Figura 136 - Questões centrais para o desenvolvimento no meio rural.



11 ANEXOS.

11.1 ANEXO A – CARTA DO TURISMO SUSTENTÁVEL.

Os participantes na Conferencia Mundial de Turismo Sustentável, reunidos em Lanzarote, Ilhas Canárias, Espanha, de 27 a 28 de Abril de 1995.

Conscientes da realidade do turismo como fenômeno de alcance mundial que implica as mais altas e profundas aspirações dos povos, constituindo um importante elemento para o desenvolvimento social, econômico e político em muitos países.

Reconhecendo que o turismo é uma atividade ambivalente, dado que pode trazer grandes vantagens no âmbito socioeconômico e cultural, enquanto que ao mesmo tempo contribui para a degradação do meio ambiente e a perda da identidade local, pelo que deve ser abordado desde uma perspectiva global.

Conscientes de que os recursos nos quais se baseia o turismo são frágeis, assim como da crescente demanda de uma maior qualidade do meio ambiente.

Reconhecendo que o turismo, como possibilidade de viajar e conhecer outras culturas, pode promover a aproximação e a paz entre os povos, criando uma consciência respeitosa sobre a diversidade dos modos de vida.

Recordando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, e as diversas declarações das Nações Unidas, assim como os convênios regionais, sobre turismo, meio ambiente, conservação do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável.

Guiados pelos princípios enunciados na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ademais das recomendações emanadas da Agenda 21.

Recordando as declarações anteriores em matéria de turismo, como a Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, a Declaração de Haia e a Carta do Turismo e Código do Turista.

Reconhecendo a necessidade de desenvolver um turismo que satisfaça as expectativas econômicas e as exigências ambientais, que não somente seja respeitoso com a estrutura socioeconômica e física de cada destino, mas também com as populações receptoras.

Considerando a prioridade de proteger e reforçar a dignidade humana, tanto das comunidades locais como dos turistas.

Conscientes da necessidade de estabelecer alianças eficazes entre os principais atores que participam na atividade turística, com o objetivo de forjar a esperança de um turismo mais responsável com nosso patrimônio comum.

APELAM à comunidade internacional, e em particular INSTAM aos governos, às demais autoridades públicas, aos dirigentes e profissionais em matéria turística, às associações e instituições públicas e privadas relacionadas com o turismo e aos próprios turistas, a adotar os seguintes princípios e objetivos desta declaração:

Artigo 1

O desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre critérios de sustentabilidade, ou seja, deverá ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e eqüitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais.

O desenvolvimento sustentável é um processo orientado que contempla uma gestão global dos recursos com o objetivo de assegurar sua durabilidade, permitindo conservar nosso capital natural e cultural, incluindo as áreas protegidas. Sendo o turismo um poderoso instrumento de desenvolvimento, pode e deve participar ativamente na estratégia de desenvolvimento sustentável. Uma boa gestão do turismo exige garantir a sustentabilidade dos recursos dos quais depende.

Artigo 2

O turismo terá que contribuir ao desenvolvimento sustentável, integrando-se no entorno natural, cultural e humano, devendo respeitar os frágeis equilíbrios que caracterizam a muitos destinos turísticos, em particular as pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. A atividade turística deverá prever uma evolução aceitável a respeito de sua incidência sobre os recursos naturais, a biodiversidade e a capacidade de assimilação dos impactos e resíduos produzidos.

Artigo 3

A atividade turística deverá considerar os efeitos induzidos sobre o patrimônio cultural e os elementos, atividades e dinâmicas tradicionais das comunidades locais. O reconhecimento destes fatores locais e o apoio a sua identidade, cultura e interesses, devem ser referências obrigatórias na formulação das estratégias turísticas, especialmente nos países em vias de desenvolvimento.

Artigo 4

A contribuição ativa do turismo ao desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os atores envolvidos no processo, tanto públicos com privados. Esta acordo deve basear-se em mecanismos eficazes de cooperação em todos os níveis: local, nacional, regional e internacional.

Artigo 5

A conservação, a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural, representa um âmbito privilegiado para a cooperação. Da parte de todos os responsáveis, esta atitude implica um autentico desafio de inovação cultural, tecnológica e profissional, que ademais exige realizar um grande esforço para criar e desenvolver instrumentos de planejamento e de gestão integrados.

Artigo 6

Os critérios de qualidade orientados a preservação do destino turístico e a capacidade de satisfação do turista, determinados conjuntamente com as comunidades locais e baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável, deveriam ser objetivos prioritários na formulação de estratégias e projetos turísticos.

Artigo 7

Para participar no desenvolvimento sustentável, o turismo deve assentar-se sobre a diversidade de oportunidades oferecidas pela economia local, garantindo sua plena integração e contribuindo positivamente ao desenvolvimento econômico local.

Artigo 8

Toda opção de desenvolvimento turístico deve repercutir de forma efetiva na melhora da qualidade de vida da população e incidir no enriquecimento sociocultural de cada destino.

Artigo 9

Os governos e autoridades competentes, com a participação das ONGs e das comunidades locais, deverão desenvolver ações orientadas ao planejamento integrado do turismo como contribuição ao desenvolvimento sustentável.

Artigo 10

Reconhecendo que a coesão social e econômica entre os povos do mundo é um princípio fundamental de desenvolvimento sustentável, urge introduzir medidas que permitam uma distribuição mais equitativa dos benefícios e prejuízos produzidos pelo turismo. Isto implica uma mudança nos modelos de consumo e a introdução de métodos de fixação de preços que permitam a internalização dos custos ambientais.

Os governos e as organizações multilaterais deveriam priorizar e reforçar as ajudas diretas ou indiretas aos projetos turísticos que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental. Neste contexto é necessário investigar em profundidade sobre a aplicação de instrumentos econômicos, jurídicos e fiscais internacionalmente harmônicos que assegurem o uso sustentável dos recursos em matéria turística.

Artigo 11

As zonas vulneráveis do ponto de vista ambiental e cultural, tanto as atuais como as futuras, deverão receber prioridade especial em matéria de ajuda financeira e cooperação técnica ao desenvolvimento turístico sustentável. Também deverão receber tratamento especial as zonas degradadas pelos modelos turísticos obsoletos e de alto impacto.

Artigo 12

A promoção de formas alternativas de turismo coerentes com os princípios do desenvolvimento sustentável, assim como o fomento da diversificação dos produtos turísticos, constituem uma garantia de estabilidade a médio e longo prazo. Para perseguir este objetivo, é necessário assegurar e reforçar de forma ativa a cooperação regional, particularmente no caso das pequenas ilhas e áreas de maior fragilidade ecológica.

Artigo 13

Os governos, a industria turística, as autoridades e as ONGs responsáveis do turismo deverão incentivar e participar na criação de redes abertas de investigação, difusão, informação e transferência de conhecimentos em matéria de turismo e tecnologias turísticas ambientalmente sustentáveis.

Artigo 14

A definição de uma política turística de caráter sustentável requer necessariamente o apoio e promoção de sistemas de gestão turística ambientalmente compatíveis, de estudos de viabilidade que permitam a transformação do setor, assim como a colocação em marcha de projetos de demonstração e o desenvolvimento de programas no âmbito da cooperação internacional.

Artigo 15

A industria turística, em colaboração com os organismos e ONGs com atividades relacionadas com o turismo, deverão projetar os contextos específicos de ações positivas e preventivas que garantam um desenvolvimento turístico sustentável, estabelecendo programas que apóiem a execução destas práticas. Darão prosseguimento aos sucessos alcançados, informarão os resultados e trocarão experiências.

Artigo 16

Deverá se prestar uma atenção especial ao papel do transporte e seus efeitos sobre o meio ambiente na atividade turística, assim como ao desenvolvimento de instrumentos e medidas orientadas a reduzir o uso de energias e recursos não renováveis, fomentando ademais a reciclagem e a diminuição de resíduos nas instalações turísticas.

Artigo 17

Com o objetivo de que o turismo possa ser uma atividade sustentável, é fundamental que se adotem e se coloquem em prática códigos de conduta que favoreçam a sustentabilidade por parte dos principais atores que intervém na atividade, em particular pelos membros da industria turística. Esses códigos podem constituir instrumentos eficazes para o desenvolvimento de atividades turísticas responsáveis.

Artigo 18

Deverão colocar-se em prática todas as medidas necessárias com o objetivo de sensibilizar e informar ao conjunto das partes envolvidas na industria do turismo, seja a nível local, nacional, regional ou internacional, sobre o conteúdo e os objetivos da Conferência de Lanzarote.

11.2 ANEXO B – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO.

Santiago do Chile, outubro de 1999

Preparação para o Novo Milênio

O Código Mundial de Ética do Turismo cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do Turismo Mundial no início do novo milênio. O seu texto inspirou-se em numerosas declarações e códigos profissionais similares que o precederam e aos quais juntou novas idéias que refletem a mudança da nossa sociedade nos finais do século XX.

Face à previsão de que o Turismo Internacional quase triplicará o seu volume nos próximos vinte anos, os Membros da Organização Mundial do Turismo estão convencidos de que o Código Mundial de Ética do Turismo é necessário para ajudar a minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos.

A preparação deste código advém de uma resolução adotada na Assembléia Geral da OMT, em Istambul, em 1997. Nos dois anos subsequentes, constituiu-se um Comitê Especial para preparar o Código Mundial de Ética do Turismo, tendo como base um documento preliminar que foi elaborado pelo Secretário Geral e o Conselheiro Jurídico da OMT, posterior à consultas feitas ao Conselho Empresarial, às Comissões Regionais e ao Conselho Executivo da Organização.

A Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, reunida em Nova Iorque em Abril de 1999, aprovou o conceito do Código e pediu à OMT que solicitasse novas sugestões ao setor privado, às organizações não governamentais e às organizações sindicais. Foram recebidas contribuições por parte de mais de 70 Estados Membros da OMT e de outras entidades.

O código Mundial de Ética do Turismo é, por conseguinte, a coroação de um completo processo de consulta. Os dez artigos que o compõem foram aprovados por unanimidade na Assembléia Geral da OMT realizada em Santiago do Chile, em Outubro de 1999.

O Código comprehende nove artigos que enunciam as "regras do jogo" para os destinos, governos, operadores turísticos, promotores, agentes de viagens, empregados e para os próprios turistas. O décimo artigo refere-se à resolução de litígios; sendo a primeira vez que um código deste tipo é dotado de semelhante mecanismo de aplicação. Esse mecanismo será fundamentado na conciliação, por intermédio de um Comitê Mundial de Ética do Turismo, que será constituído por representantes de cada uma das regiões do mundo e de cada um dos grandes grupos de agentes do setor turístico: governos, setor privado, trabalhadores e organizações não governamentais - ONG's

O Código Mundial de Ética do Turismo, cujo texto é reproduzido nas páginas seguintes, aspira a ser um documento vivo. Leiam-no. Conheçam-no. Participem na sua aplicação. Somente com a sua cooperação conseguiremos proteger o futuro do setor turístico e aumentar a sua contribuição para a prosperidade econômica, para a Paz e para o entendimento entre todas as nações do mundo.

FRANCESCO FRANGIALLI

Secretário Geral
Organização Mundial do Turismo

Nós, Membros da Organização Mundial do Turismo (OMT), representantes da indústria turística mundial, delegados dos Estados, territórios, empresas instituições e organismos reunidos em Assembléia Geral, em Santiago do Chile, em 01 de outubro de 1999:

Reafirmando os objetivos enunciados no artigo 30 dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, e conscientes do papel "decisivo e central", reconhecido a esta Organização pela Assembléia Geral das Nações Unidas, na promoção e desenvolvimento do turismo, visando contribuir para a expansão econômica, a compreensão internacional, a paz e a prosperidade dos países, bem como para o respeito universal e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;.

Profundamente convencidos de que, por permitir contatos diretos, espontâneos e imediatos entre homens e mulheres de culturas e modos de vida diferentes, o turismo representa uma força viva a serviço da paz, bem como um fator de amizade e compreensão entre os povos do mundo;

Atendo-nos aos princípios encaminhados para conciliar de forma sustentável a proteção ambiental, o desenvolvimento econômico e a luta contra a pobreza, como a formulada pelas Nações Unidas, em 1992, quando da "Cimeira da Terra", no Rio de Janeiro, expressada no Programa de Ação 21, adotado naquela ocasião;

Tomando em consideração o crescimento rápido e contínuo, não só passado como o previsível, da atividade turística, resultante de motivações de lazer, negócios, cultura, religião ou saúde, e que produz poderosos efeitos, positivos e negativos, no meio ambiente, na economia e na sociedade dos países emissores e receptores de fluxos turísticos, nas comunidades locais e populações autóctones e nas relações e trocas internacionais;

Tendo por finalidade promover um turismo responsável e sustentável, acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos;

Persuadidos de que a indústria turística mundial, no seu conjunto, tem muito a ganhar ao desenvolver-se num meio que favoreça a economia de mercado, a empresa privada e a liberdade de comércio, permitindo-lhe otimizar os seus efeitos benéficos em termos de criação de atividade e empregos;

Intimamente convencidos de que respeitados alguns princípios e observadas certas regras, um turismo responsável e sustentável não resulta incompatível com a crescente liberação das condições reinantes no comércio de serviços e ao abrigo das quais operam as empresas deste setor, sendo possível, neste domínio, conciliar a economia e ecologia, ambiente e desenvolvimento, e abertura às trocas internacionais e proteção das identidades sociais e culturais;

Considerando que neste processo todos os agentes do desenvolvimento turístico - administrações nacionais, regionais e locais, empresas, associações profissionais, trabalhadores do setor, organizações não-governamentais e outros organismos da indústria

turística - bem como as comunidades receptoras, os órgãos de informação e os próprios turistas, exercem responsabilidades diferenciadas, mas interdependentes, na valorização individual e social do turismo, e que a identificação dos direitos e deveres de cada um contribuirá para a realização deste objetivo;

Interessados em promover uma verdadeira colaboração entre os setores públicos e privados do desenvolvimento turístico, conforme a Organização Mundial do Turismo vem executando, com base na Resolução 364 (XII) adotada pela Assembléia Geral de 1997, Istambul, e desejando ver uma associação e uma cooperação da mesma natureza estender-se, de modo aberto e equilibrado, às relações entre países emissores e receptores e seus respectivos setores turísticos;

Expressando a nossa vontade de dar continuidade às Declarações de Manila de 1980 sobre o turismo mundial e de 1997 sobre o impacto do Turismo na sociedade, bem como da Carta do Turismo e do Código do Turista, adotados em Sofia, em 1985, sob a égide da OMT;

Mas, estimando que estes instrumentos devem ser complementados por um conjunto de princípios interdependentes na sua interpretação e aplicação, com base nos quais os atores do desenvolvimento turístico deveriam reger a sua conduta no limiar do século 21;

Utilizando para efeitos do presente instrumento, as definições e classificações aplicáveis às viagens e em especial as noções de "visitante", "turista" e "turismo", adotadas pela Conferência Internacional de Ottawa, realizada de 24 a 28 de junho de 1991, e aprovadas em 1993, pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em sua 27a Sessão;

Fazendo referência nominal aos seguintes instrumentos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948;
 - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 16 de dezembro de 1966;
 - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Públicos, de 16 de dezembro de 1966;
 - Convenção de Varsóvia, sobre o transporte aéreo, de 12 de outubro de 1929;
 - Convenção Internacional da Aviação Civil de Chicago de 07 de dezembro de 1944, bem como às
 - Convenções de Tóquio, Haia e Montreal com ela relacionadas;
- (Convenção sobre as facilidades alfandegárias para o turismo, de 4 de julho de 1954 e o Protocolo associado;
- (Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural e natural mundial, de 23 de novembro de 1972;
- (Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, de 10 de outubro de 1980;

(Resolução da 6a Assembléia Geral da OMT (Sofia) adotando a Carta do Turismo e o Código do Turista de 26 de setembro de 1985;

(Convenção relativa aos Direitos da Criança, de 26 de janeiro de 1990;

(Resolução da 9a Assembléia Geral da OMT (Buenos Aires) relativa às matérias de facilidades das viagens e segurança dos turistas, de 4 de outubro de 1991;

(Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de 13 de junho de 1992;

(Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, de 15 de abril de 1994;

(Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 6 de janeiro de 1995;

(Resolução da 11a Assembléia Geral da OMT (Cairo) sobre a prevenção do turismo sexual organizado, de 22 de outubro de 1995;

(Declaração de Estocolmo contra a exploração sexual de crianças com fins comerciais, de 29 de agosto de 1996;

(Declaração de Manila sobre os Efeitos Sociais do Turismo, de 22 de maio de 1997;

(Convenções e recomendações adotadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em matéria de convenções coletivas, de proibição do trabalho forçado e do trabalho infantil, de defesa dos direitos dos povos autóctones, de igualdade de tratamento e de não discriminação no trabalho;

Afirmamos o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos;
Expressamos a nossa vontade em promover uma ordem turística mundial, equitativa, responsável e sustentável, em benefício mútuo de todos os setores da sociedade, num contexto de uma economia internacional aberta e liberalizada, e

Proclamamos solenemente com esse objetivo os princípios do Código Mundial de Ética do Turismo.

PRINCÍPIOS

CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO

Artigo 1

1 - Contribuição do Turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades

1.1 - A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas, filosóficas e morais, são ao mesmo tempo fundamento e consequência de um turismo responsável. Os agentes do desenvolvimento e os próprios turistas devem ter em conta as tradições e práticas sociais e

culturais de todos os povos, incluindo as das minorias e populações autóctones, reconhecendo a sua riqueza.

1.2 - As atividades turísticas devem conduzir-se em harmonia com as especificidades e tradições das regiões e países receptores, observando as suas leis, seus usos e costumes.

1.3 - As comunidades receptoras de turistas por um lado, e os agentes profissionais locais por outro, devem aprender a conhecer e a respeitar os turistas que os visitam, e informarem-se sobre os seus modos de vida, gostos e expectativas. A educação e a formação ministradas aos profissionais contribuem para um acolhimento hospitalar dos turistas.

1.4 - As autoridades públicas têm por missão assegurar a proteção dos turistas e visitantes, bem como dos seus bens. Neste sentido, devem conceder especial atenção à segurança dos turistas estrangeiros, devido a sua particular vulnerabilidade. Assim devem disponibilizar meios específicos de informação, prevenção, proteção, seguro e assistência específica que corresponda às suas necessidades. Os atentados, agressões, raptos ou ameaças visando os turistas ou os trabalhadores da indústria turística, bem como as destruições voluntárias de instalações turísticas ou de elementos do patrimônio cultural ou natural, devem ser severamente condenadas e reprimidas, em conformidade com as respectivas legislações nacionais.

1.5 - Os turistas e visitantes devem evitar, quando de seus deslocamentos, praticar atos criminosos ou considerados delituosos pelas leis do país visitado, bem como comportamentos considerados chocantes ou que firam as populações locais, ou ainda suscetíveis de atentar contra o meio ambiente local. Eles também, devem abster-se de todo o tráfico de drogas, armas, antiguidades, espécies protegidas, bem como de produtos ou substâncias perigosas ou proibidas pelas legislações nacionais.

1.6 Os turistas e visitantes têm a responsabilidade de obterem informações, antes mesmo da sua partida, sobre as características dos países que pretendem visitar. Devem ainda, ter consciência dos riscos em matéria de saúde e segurança inerentes a todo deslocamento para fora do seu meio habitual, e ter um comportamento de modo a minimizar estes riscos.

Artigo 2

2 - Turismo, instrumento de desenvolvimento individual e coletivo

2.1 - O turismo, atividade geralmente associada ao repouso, à diversão, ao desporto, ao acesso à cultura e à natureza, deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. Praticado com a necessária abertura de espírito, constitui-se em um fator insubstituível de auto-educação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, e da sua diversidade.

2.2 - As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres, devem tender a promover os direitos humanos e, especialmente, os particulares direitos dos grupos mais vulneráveis, especificamente as crianças, os idosos, os deficientes, as minorias étnicas e os povos autóctones.

2.3 - A exploração dos seres humanos sob todas as suas formas, principalmente sexual, e especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação. Portanto, e em conformidade com o Direito Internacional, ela deve ser rigorosamente combatida com a cooperação de todos os Estados envolvidos e sancionadas sem concessões pelas legislações nacionais, quer dos países visitados, quer dos países de origem dos atores desses atos, mesmo quando estes são executados no estrangeiro.

2.4 - Os deslocamentos por motivo de religião, de saúde, de educação e de intercâmbios culturais ou lingüísticos constituem formas particularmente interessantes de turismo que merecem ser encorajadas.

2.5 - A introdução do conteúdo relativo ao valor dos intercâmbios turísticos, dos seus benefícios econômicos, sociais e culturais, e também dos seus riscos, deve ser incentivada nos programas de educação.

Artigo 3

3 - O Turismo, fator de desenvolvimento sustentável

3.1 - É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico, salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico saudável, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.

3.2. - Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.

3.3 - Deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e buscar-se um melhor equilíbrio na freqüência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.

3.4 - As infra-estruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de altas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas úmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas.

3.5 - O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

Artigo 4

4 - O Turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do Patrimônio Cultural da Humanidade

4.1 - Os recursos turísticos pertencem ao patrimônio comum da humanidade. As comunidades dos territórios onde eles se situam têm, face a eles, direitos e obrigações especiais.

4.2 - As políticas e atividades turísticas serão desenvolvidas respeitando o patrimônio artístico, arqueológico e cultural, que devem ser preservados e transmitidos às gerações futuras. Uma atenção especial deve ser concedida à preservação e restauração dos monumentos, santuários e museus, bem como de locais históricos e arqueológicos, que devem estar abertos à freqüência turística. Deve ser encorajado o acesso do público aos bens e monumentos culturais privados, respeitando-se os direitos dos seus proprietários, bem como aos templos religiosos, sem prejudicar as necessidades de culto.

4.3 - Os recursos obtidos pela freqüência dos locais e monumentos culturais devem ser empregados, pelo menos em parte, preferencialmente, na manutenção, salvaguarda, valorização e enriquecimento desse patrimônio.

4.4 - A atividade turística deve ser concebida de forma a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento de produções culturais e artesanais tradicionais, bem como do folclore, e que não provoque a sua padronização e empobrecimento.

Artigo 5

5 - O Turismo, atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino

5.1 - As populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente nos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram, e sobretudo na criação de empregos diretos ou indiretos resultantes.

5.2 - As políticas turísticas devem ser conduzidas de tal forma que contribuam para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e respondam às suas necessidades. A concepção urbanística e arquitetônica e o modo de exploração das estâncias e alojamentos turísticos devem visar a sua melhor integração no contexto econômico e social local. Em caso de igualdade de competências, deve ser dada prioridade à contratação de mão-de-obra local.

5.3 - Uma particular atenção deve ser dada aos problemas específicos das zonas costeiras e aos territórios insulares, bem como às zonas rurais e serranas, frágeis, onde o turismo representa, muitas vezes, uma das raras oportunidades de desenvolvimento face ao declínio das tradicionais atividades econômicas.

5.4 - Os profissionais do turismo, especialmente os investidores, devem, conforme regulamentação estabelecida pelas autoridades públicas, proceder a estudos sobre o impacto dos seus projetos de desenvolvimento em relação ao entorno e aos meios naturais existentes. Devem, na mesma forma prestar informações quanto ao seus futuros programas e aos impactos previstos, com a maior transparência e objetividade requerida, abrindo-se ao diálogo, nessas matérias, com as populações interessadas.

Artigo 6

6 - Obrigações dos agentes de desenvolvimento turístico

6.1 - Os agentes profissionais do turismo têm por obrigação fornecer aos turistas uma informação objetiva e sincera sobre os destinos, as condições de viagem, de receptivo e de estadia. Devem ainda assegurar uma transparência perfeita das cláusulas dos contratos propostos aos seus clientes, tanto no que se refere a sua natureza, preço e qualidade dos serviços que se comprometem fornecer, como das contrapartidas financeiras que lhes incumbem em caso de ruptura unilateral, por sua parte, dos referidos contratos.

6.2 - Os profissionais do turismo, quando lhes couber, irão dar assistência, em cooperação com as autoridades públicas, quanto à segurança, prevenção de acidentes, proteção sanitária e higiene alimentar dos que recorrerem aos seus serviços. Zelarão pela existência de sistemas de seguro e de assistência apropriados. Da mesma forma, aceitam a obrigação de prestar contas, segundo as modalidades previstas nas regulamentações nacionais e, se necessário, pagar uma indenização eqüitativa no caso do não cumprimento de suas obrigações contratuais.

6.3 - Os profissionais do turismo, enquanto deles depender, contribuirão para o pleno desenvolvimento cultural e espiritual dos turistas e permitirão o exercício de suas práticas religiosas durante os deslocamentos.

6.4 - As autoridades públicas dos Estados de origem e dos países de destino, em coordenação com os profissionais interessados e suas associações, zelarão pelo estabelecimento de mecanismos necessários ao repatriamento dos turistas, no caso do não cumprimento das empresas organizadoras de suas viagens

6.5 - Os Governos têm o direito - e o dever -, especialmente em caso de crise, de informar aos seus cidadãos das condições difíceis, e mesmo dos perigos que eles possam encontrar, por ocasião de seus deslocamentos ao exterior. No entanto, incube-lhes fornecer tais informações

sem prejudicar, de forma injustificada ou exagerada, a indústria turística dos países receptores de fluxos turísticos e os interesses dos seus próprios operadores. O conteúdo de eventuais avisos deve, portanto, ser previamente discutido com as autoridades dos países de destino e com os profissionais interessados. As recomendações que sejam formuladas serão estritamente proporcionais à gravidade real das situações e limitadas às zonas geográficas onde a insegurança estiver comprovada; Estas recomendações devem ser atenuadas ou anuladas logo que o retorno à normalidade o permitir.

6.6 - A imprensa, sobretudo a imprensa especializada em turismo, e os outros meios de comunicação, incluindo os modernos meios de comunicação eletrônica, devem fornecer uma informação honesta e equilibrada sobre os acontecimentos e situações suscetíveis de influência na freqüência turística. Igualmente, devem ter por missão o fornecimento de indicações precisas e fiáveis aos consumidores de serviços turísticos. As novas tecnologias de comunicação e o comércio eletrônico devem ser desenvolvidos e utilizados para esse fim, não devendo, de forma alguma, assim como a imprensa e os outros meios de comunicação, incentivar o turismo sexual.

Artigo 7

7 - Direito do Turismo

7.1 - A possibilidade de acesso direto e pessoal à descoberta das riquezas de nosso mundo constituirá um direito aberto, igualmente, a todos os habitantes do planeta. A participação cada vez mais ampla no turismo nacional e internacional deve ser considerada como uma das melhores expressões possíveis do crescimento contínuo do tempo livre, e não deve ser dificultada.

7.2 - O direito ao turismo para todos deve ser visto como consequência ao direito ao descanso e aos tempos livres , e, em particular, a uma razoável limitação da duração do trabalho e licenças periódicas pagas, conforme é garantido no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no artigo 7.1 do Pacto Internacional relativo aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

7.3 - O turismo social, sobretudo o turismo associativo que permite o acesso da maioria dos cidadãos ao lazer, às viagens e às férias, deverá ser desenvolvido com o apoio das autoridades públicas.

7.4 - O turismo das famílias, dos jovens e estudantes, das pessoas idosas e dos deficientes deverá ser encorajado e facilitado.

Artigo 8

8 - Liberdade do deslocamento turístico

8.1 - Os turistas e visitantes se beneficiarão, respeitando-se o Direito Internacional e as legislações nacionais, da liberdade de circulação, quer no interior do seu país, quer de um Estado para outro, em conformidade com o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; e poderão ter acesso às zonas de trânsito e de estada, bem como aos locais turísticos e culturais, sem exageradas formalidades e sem discriminações.

8.2 - Os turistas e visitantes devem ter reconhecida a faculdade de utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, interiores ou exteriores, devem beneficiar-se de um pronto e fácil acesso aos serviços administrativos judiciários e de saúde locais, bem como ao livre contato com as autoridades consulares do seu país de origem, em conformidade com as convenções diplomáticas vigentes.

8.3 - Os turistas e visitantes serão beneficiados com os mesmos direitos dos cidadãos do país visitado quanto à confidencialidade dos dados e informações pessoais que lhes respeitem, sobretudo as armazenadas sob forma eletrônica.

8.4 - Os procedimentos administrativos do cruzamento de fronteira, estabelecidos pelos Estados ou resultantes de acordos internacionais, como os vistos, ou as formalidades sanitárias e alfandegárias, devem ser adaptados de modo a facilitar ao máximo a liberdade de viajar e o acesso do maior número de pessoas ao turismo internacional. Os acordos entre grupos de países visando harmonizar e simplificar tais procedimentos devem ser encorajados. Os impostos e os encargos específicos que penalizem a indústria turística e atentem contra a sua competitividade turística, devem ser progressivamente eliminados ou reduzidos.

8.5 - Desde que a situação econômica dos países de origem o permita, os turistas devem dispor do crédito de divisas conversíveis necessário aos seus deslocamentos.

Artigo 9

9 - Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística

9.1 - Os direitos fundamentais dos trabalhadores assalariados e autônomos indústria turística e das atividades afins devem ser assegurados pelas administrações, quer dos Estados de origem, quer dos países de destino, com especial atenção, tendo em vista as limitações específicas vinculadas à sazonalidade da sua atividade, à dimensão global de sua indústria e à flexibilidade muitas vezes imposta pela natureza do seu trabalho.

9.2 - Os trabalhadores assalariados e autônomos da indústria turística e das atividades afins têm o direito e o dever de adquirir uma formação ajustada, inicial e contínua. A eles será assegurada uma proteção social adequada e a precariedade do emprego deve ser limitada ao máximo possível. Deverá ser proposto aos trabalhadores sazonais do setor um estatuto especial, visando a sua proteção social.

9.3 - Toda a pessoa física e jurídica, sempre que demonstrar possuir as disposições e qualificações necessárias, deve ser reconhecido o direito de desenvolver uma atividade profissional no âmbito do turismo, de acordo com a legislação nacional vigente. Os empresários e os investidores - especialmente das pequenas e médias empresas - devem ter reconhecido o livre acesso ao setor turístico com um mínimo de restrições legais ou administrativas.

9.4 - As trocas de experiência oferecidas aos quadros de trabalhadores de diferentes países, assalariados ou não, contribuem para o desenvolvimento da indústria turística mundial. Assim, devem ser incentivadas sempre que possível, de acordo com as legislações nacionais e as convenções internacionais aplicáveis.

9.5 - Fator insubstituível de solidariedade no desenvolvimento e de dinamismo nas trocas internacionais, as empresas multinacionais da indústria turística não devem abusar das situações de posição dominante que por vezes detém. Estas devem evitar tornarem-se modelos culturais e sociais artificialmente impostos às comunidades receptoras de fluxos turísticos. Em troca da liberdade de investir e operar comercialmente, que lhes deve ser plenamente reconhecida, devem comprometer-se com o desenvolvimento local evitando, pelo repatriamento excessivo dos seus benefícios ou pelas importações induzidas, reduzir a contribuição que dão às economias de onde estão instaladas.

9.6 - A colaboração e o estabelecimento de relações equilibradas entre empresas dos países emissores e receptores contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo e para uma distribuição eqüitativa dos benefícios do seu crescimento.

Artigo 10

10 - Aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo

10.1 - Os setores públicos e privados do desenvolvimento turístico cooperaram na aplicação dos presentes princípios e devem zelar pelo controle da sua efetivação.

10.2 - Os agentes do desenvolvimento turístico reconheceram o papel dos organismos internacionais, na primeira linha das quais a Organização Mundial do Turismo, e das organizações não governamentais competentes em matéria de promoção e desenvolvimento do turismo, na proteção dos direitos humanos, do meio ambiente e da saúde, respeitando os princípios gerais do Direito Internacional.

10.2 - Os mesmos agentes manifestam a intenção de submeter, para efeitos de conciliação, os litígios relativos à aplicação ou interpretação do Código Mundial de Ética do Turismo a um terceiro organismo imparcial denominado: Comitê Mundial de Ética do Turismo.

11.3 ANEXO C - DECLARAÇÃO DE MANILA SOBRE O TURISMO MUNDIAL.

A Conferência Mundial do Turismo

Que se celebrou em Manila (Filipinas) de 27 de setembro a 10 de outubro de 1980, convocada pela Organização Mundial do Turismo, com a participação de 107 delegações de Estados e de 91 delegações de observadores, para esclarecer a natureza autêntica do turismo em todos os seus aspectos e a função que o turismo está destinado a desempenhar em um mundo dinâmico, objeto de mudanças profundas, e para examinar também as responsabilidades dos Estados no desenvolvimento e a expansão do turismo nas sociedades modernas, em sua qualidade de atividade que transcende o domínio puramente econômico das nações e dos povos.

Tomando nota com satisfação dos discursos do Excelentíssimo senhor Ferdinand E. Marcos, Presidente da República das Filipinas, e da senhora Imelda Romualdez Marcos, Governadora de Metro-Manila e Ministra de Assentamentos Humanos, assim como das mensagens dos Chefes de Estado e do Governo à Conferencia, das declarações das delegações e do informe do Secretario Geral da Organização Mundial do Turismo.

Considerando que o turismo mundial pode desenvolver-se em um clima de paz e segurança que pode alcançar-se mediante o esforço conjunto de todos os Estados para promover a redução da tensão internacional e fomentar a cooperação internacional com um espírito de amizade, respeito dos direitos humanos e compreensão entre todos os Estados.

Convencida assim mesmo de que o turismo mundial pode contribuir para a implantação de uma nova ordem econômica internacional que ajude a eliminar o desnível econômico cada vez maior entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, e garanta a aceleração contínua do desenvolvimento e do progresso econômico e social, em particular nos países em desenvolvimento.

Consciente de que o turismo mundial somente pode florescer se está baseado na equidade, na igualdade soberana, a não interferência em assuntos internos e a cooperação entre todos os Estados, quaisquer que sejam seus sistemas econômicos e sociais, e se seu objetivo último consiste em melhorar a qualidade de vida e criar melhores condições de vida para todos os povos, de conformidade com as exigências da dignidade humana.

Convém declarar, nesta ordem de idéias o seguinte:

1. O turismo se entende como uma atividade essencial da vida das nações, por suas consequências diretas para os setores sociais, culturais, educativos e econômicos das sociedades nacionais e para suas relações internacionais em todo o mundo. Seu auge está vinculado ao desenvolvimento socioeconômico das nações e apóia-se no acesso do homem ao descanso criativo e às férias e a sua liberdade de viajar, no contexto do tempo livre e do ócio, cuja natureza profundamente humana sublinha. Sua existência mesmo e seu desenvolvimento estão integralmente vinculados a um estado de paz duradoura, ao qual o turismo, por sua vez, está convocado a contribuir.
2. No umbral do século XXI e diante dos problemas que se colocam à Humanidade parece oportuno e necessário analisar o fato turístico, tendo em conta fundamentalmente a amplitude que chegou a ter desde que a concessão aos trabalhadores do direito a férias anuais remuneradas fez com que se passasse do âmbito limitado de um prazer de minorias ao âmbito geral da vida social e econômica.
3. As aspirações turísticas dos povos interessados, a iniciativa legislativa e institucional dos Estados, a ação permanente dos organismos de caráter associativo que representam as diversas camadas da população e a contribuição dos setores técnicos operacionais especializados, deram ao turismo moderno um lugar importante no conjunto das atividades

humanas. Os Estados reconheceram este fato e a grande maioria confiou à Organização Mundial do Turismo a missão de velar pelo desenvolvimento harmonioso e continuado do turismo, em cooperação, nos casos adequados, com os organismos especializados das Nações Unidas e com as demais organizações internacionais interessadas.

4. O direito ao uso do tempo livre e especialmente o direito de acesso às férias e à liberdade de viagens e de turismo, consequência natural do direito ao trabalho, estão reconhecidos, por pertencer ao desenvolvimento da mesma personalidade humana, na Declaração Universal dos Direitos Humanos assim como acolhidos na legislação de muitos Estados. Implica para a sociedade o dever de criar para o conjunto dos cidadãos as melhores condições práticas de acesso efetivo e sem discriminação a este tipo de atividade. Tal esforço deve conceber-se em harmonia com as prioridades, as instituições e as tradições de cada país.
5. São muitas as limitações ao desenvolvimento do turismo. As nações e os grupos de nações deveriam definir e estudar estas limitações com o fim de adotar medidas para atenuar sua influência negativa.
6. O papel do turismo na economia nacional e no comércio internacional fazem dele um valioso indicador do desenvolvimento mundial. Sua função constante na atividade econômica nacional, nas trocas internacionais e no equilíbrio da balança de pagamentos o situa entre os principais ramos da atividade econômica mundial.
7. Dentro de cada país, o turismo que praticam os seus habitantes contribui para re-equilibrar a economia nacional mediante a redistribuição das rendas nacionais, a infundir uma consciência mais clara da comunidade de interesses e a desenvolver atividades favoráveis para a economia geral do país. Assim, o desenvolvimento do turismo procedente de outros países deve ser acompanhado de um esforço similar para desenvolver o turismo nacional.
8. A rentabilidade econômica do turismo, na medida em que seja real e significativa, não pode constituir o único critério pra determinar o grau de estímulo que os Estados devem atribuir a esta atividade. O direito às férias, a possibilidade de que cada um conheça seu próprio meio, a reafirmação de sua consciência nacional e da solidariedade que o une a seus compatriotas, assim como o reconhecimento de pertencer a uma cultura e a um povo são outras tantas razões imperiosas para facilitar, por meio de seu acesso a férias e às viagens, sua participação no turismo nacional e internacional.
9. A importância que milhões de nossos contemporâneos concedem ao turismo tanto em seu emprego do tempo livre como em sua concepção de qualidade de vida, faz do turismo uma exigência que os governos devem ter em conta e devem satisfazer.
10. O turismo social é um objetivo que a sociedade deve alcançar para os cidadãos menos favorecidos no exercício de seu direito ao descanso.
11. Por seus efeitos sobre a saúde física e psíquica de quem o pratica, o turismo é um fator de equilíbrio social, de aumento da capacidade de trabalho das coletividades humanas e de bem-estar individual e coletivo.
12. Pela amplitude dos serviços que exige para sua realização, o turismo é um fator criador de um número considerável de novas atividades, fonte de criação de empregos. Nesse sentido, constitui um elemento positivo de progresso social em todos os países onde se pratica, qualquer que seja, por outro lado, o grau de desenvolvimento desses países.
13. No contexto das relações internacionais e em relação com a busca de uma paz baseada na justiça e no respeito das aspirações individuais e nacionais, o turismo aparece como um fator positivo e permanente de conhecimento e de compreensão mutua, base de respeito e confiança entre todos os povos do mundo.
14. O turismo moderno nasce da aplicação dessa política social que conduziu à obtenção pelos trabalhadores de férias anuais remuneradas, a qual equivale por sua vez ao reconhecimento de um direito fundamental do ser humano ao descanso e ao ócio. Chegou a ser um fator de equilíbrio social, de conhecimento mutuo entre os homens e os povos, e de

aperfeiçoamento individual. O turismo adquiriu além de suas conhecidas dimensões quantitativas, uma dimensão cultural e moral que é necessário favorecer e proteger contra os desajustes negativos devido aos fatores econômicos. Como consequência, os poderes públicos e os operadores técnicos deveriam participar no desenvolvimento do turismo com a formulação de linhas diretivas que tendam a estimular inversões apropriadas.

15. O turismo da juventude requer a atenção mais ativa, na medida em que esta categoria da população dispõe, por sua natureza, de renda menos favoráveis para desfrutar de viagens e férias. Uma política positiva nesta esfera deveria consistir na concessão dos máximos estímulos e facilidades possíveis. Dever-se-ia conceder a mesma atenção às pessoas da terceira idade e aos deficientes.
16. No âmbito das tentativas empreendidas em todo o mundo com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, o turismo, em condições apropriadas, pode desempenhar um papel positivo de equilíbrio, de cooperação, de compreensão mútua e de solidariedade entre todos os países.
17. As nações deveriam fomentar melhores condições de emprego para os trabalhadores da atividade turística e confirmar e proteger seu direito à constituição de sindicatos profissionais e para a negociação coletiva.
18. Os recursos turísticos de que dispõe os países estão constituídos por sua vez por espaço, bens e valores. Trata-se de recursos cujo emprego não pode deixar-se a uma utilização descontrolada sem correr o risco de sua degradação, e mesmo de sua destruição. A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais. Todos os recursos turísticos pertencem ao patrimônio da Humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver os esforços necessários para sua preservação. A conservação dos lugares históricos, culturais e religiosos, em qualquer circunstância e especialmente em tempos de conflito, constitui uma das responsabilidades fundamentais dos Estados.
19. A cooperação internacional em matéria de turismo é uma atividade na qual devem respeitar-se a personalidade dos povos e os interesses fundamentais dos Estados. A este respeito, se confirma de maneira evidente o papel central e decisivo da Organização Mundial do Turismo como elemento de concepção e de harmonização.
20. A cooperação técnica e financeira, bilateral e multilateral, não pode interpretar-se como uma atividade de ajuda, já que na realidade constitui o ato por meio do qual se colocam a disposição os meios necessários para a utilização de um bem em benefício de todas as partes.
21. Na prática do turismo, sobre os elementos técnicos e materiais devem prevalecer os elementos espirituais. Estes elementos são fundamentalmente os seguintes:
 - a. A realização plena do ser humano.
 - b. Uma contribuição cada vez maior à educação.
 - c. A igualdade de destino dos povos.
 - d. A liberação do homem respeitando sua identidade e sua dignidade.
 - e. A afirmação da originalidade das culturas e o respeito ao patrimônio moral dos povos.
22. A preparação para o turismo deveria fazer parte da preparação para a responsabilidade cívica dos cidadãos. Nesse sentido é desejável que os governos apliquem por si mesmos aos meios de educação e de informação de que dispõem e que facilitem a ação dos indivíduos e da entidade que se dedicam a esta tarefa. Seria conveniente que a preparação para a prática do turismo, das férias e das viagens se tornará parte do processo de formação da juventude.

Nesse sentido, a integração do turismo nos método de formação da juventude constitui um elemento fundamental de uma educação que favoreça a consolidação permanente da paz.

23. Toda concepção prospectiva do desenvolvimento social, cultural e econômico da Humanidade deveria levar em conta a atividade turística e recreativa, tanto nacional como internacional, que hoje forma parte integrante da vida das sociedades nacionais e internacionais modernas. Ao conceber assim os valores reconhecidos do turismo, que constituem seus elementos inseparáveis, as autoridades se verão cada vez mais obrigadas a prestar uma constante atenção ao desenvolvimento da atividade turística e recreativa nacional e internacional, que tem sua origem na participação cada vez mais ampla da população nas férias e nas viagens, assim como nas outras muitas causas que motivam o deslocamento dos indivíduos, com o objetivo de garantir a expansão ordenada do turismo em harmonia com as demais necessidades fundamentais da sociedade.
24. Convida-se aos Estados e aos demais participantes na Conferência, assim como à Organização Mundial do Turismo, a que tenham em conta as orientações, reflexões e recomendações que resultam dos trabalhos da Conferência, com o objeto de que, sobre a base de sua experiência, contribuam no contexto de suas tarefas diárias, a converter em realidades os objetivos que se fixaram com vistas a ampliar o processo de desenvolvimento do turismo mundial e para apontar-lhe um novo impulso.
25. A Conferência apela a Organização Mundial do Turismo que tome todas as medidas necessárias, por meio de seus mecanismos internos e nos casos apropriados em cooperação com outras entidades internacionais intergovernamentais e não governamentais, para permitir a aplicação global dos princípios, conceitos e linhas diretrivas contidas no presente documento definitivo.

11.4 ANEXO D - DECRETO-LEI FEDERAL Nº 1.822.

DECRETO-LEI N. 1.822 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 1939

Cria o Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição e, Considerando que o art. 134 da Constituição coloca sob a proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza; Considerando o disposto nos artigos 5º letra c, 9º e seus parágrafos 10 e 56 do Código Florestal, aprovado pelo Decreto n. 23.793, de 23 de fevereiro de 1934,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, na região da Serra dos Orgãos, em terras dos Municípios de Teresópolis, Magé e Petrópolis, o Parque Nacional da Serra dos órgãos, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Art. 2º A área do Parque será fixada depois de indispensável reconhecimento e estudo da região feito sob a orientação do Serviço Florestal.

Art. 3º As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais na área a ser demarcada ficam sujeitas ao regime estabelecido pelo Código Florestal aprovado pelo Decreto n. 23.793, de 23 de fevereiro de 1934.

Art. 4º Fica o Ministério da Agricultura, por intermédio do Serviço Florestal, autorizado a entrar em entendimento com as Prefeituras dos Municípios de Teresópolis, Magé e Petrópolis e com os proprietários particulares de terras, para o fim especial de promover doações, bem como efetuar as desapropriações que se fizerem necessárias aos trabalhos de instalação do Parque.

Art. 5º A administração do Parque e as demais atividades a ele afetas serão exercidas por funcionários lotados no Serviço Florestal e por exanumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 6º O Ministro da Agricultura baixará, oportunamente um Regimento para o Parque Nacional da Serra dos Orgãos, o qual integrará a Secção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, regulando a entrada e permanência de excursionistas e estabelecendo taxas módicas de acesso e permanência.

Art. 7º A renda arrecadada pela administração do Parque será recolhida aos cofres públicos, na forma da legislação em vigor.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa A. de Souza Costa.

11.5 ANEXO E - DECRETO N° 90.023, DE 02 DE AGOSTO DE 1984.

Define os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, criado pelo Decreto-lei nº 1.822 de 30 de novembro de 1939 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição e nos temos do Artigo 5º, alínea a , da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

DECRETA:

Art 1º - Os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, localizado no estado do Rio de Janeiro, e abrangendo terras dos Municípios de Magé, Teresópolis e Petrópolis, estão definidos neste Decreto, com base nas cartas topográficas SF.23-Z-B-1-4, SF.23-Z-II-3 e SF.23-Z-B-IV-2, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Art 2º - Os limites de que trata o artigo anterior estão compreendidos dentro do seguinte perímetro: inicia na divisa dos Municípios de Teresópolis e Magé, na margem esquerda da BR-116, no sentido Rio/Teresópolis, no local denominado Soberbo, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.514.580m e E=707.050m. Daí, segue no rumo Oeste, pela divisa dos Municípios de Teresópolis e Magé, até encontrar a cota de 1.150m, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.514.650m e E=706.600m. Desse ponto, segue pela cota de 1.150m até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.515.000m e E=706.650m. A partir daí, o limite segue em linha reta, por uma distância aproximada de 300m, até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.515.000m e E=706.950m, sobre a cota de 1.050m. O limite continua por essa cota até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.515.850m e E=707.200m e, depois, segue em linha reta, por uma distância de 100m, até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.515.930m e E=707.280m, próximo a uma guarita do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, onde termina a rua popularmente conhecida como Japuiba. Daí, segue confrontando-se com a propriedade particular, originalmente pertencente ao "Embaixador" e, depois, confrontando-se com o loteamento onde se encontra o edifício Serra dos Órgãos até a Avenida Rotariana. O limite continua por essa Avenida até a ponte do rio Paquetá, na sua margem direita, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.516.170m e E=707.570m. Desse ponto, sobe o rio Paquetá, pela sua margem direita, até a ponte da estrada que leva à Barragem do rio Beija-flor, aí existente, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.515.330m e E=706.130m. Daí, segue essa estrada até aquela Barragem, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.515.850m e E=705.680m. A partir Daí, o limite continua por uma linha sinuosa confrontante com a "gleba B", da Granja Guarani, até a estrada no ponto de coordenadas aproximadas N=7.516.000m e E=706.370m. Daí, segue por essa estrada até o rio Carneiros, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.516.520m e E=706.400m. A partir daí, sobe esse rio até alcançar a cota de 1.100m e prossegue envolvendo todas as reservas florestais dos bairros denominados Ingá, Cascata dos Amores, Taboinhas, Taumaturgo e Iucas, que se encontram nos morros denominados Taboinhas, Corta Vento, Figueira, Cova da onça e demais áreas de preservação permanente, até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.518.800m e E=706.000m. Desse ponto, acompanha a cota de 1.300m até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.518.500m e E=704.900m, que é nascente de um afluente da margem direita do córrego do Quebra Frasco. Daí sobe esse córrego até a cota de 1.400m, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.518.350m e E=705.000m, e continua por essa cota até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.518.150m e E=703.500m. Desse ponto,

englobando a área de preservação permanente da margem esquerda desse córrego, sobe pela margem externa dessa área (com relação ao rio) até a nascente que se encontra no ponto de coordenadas aproximadas N=7.518.550m e E=702.600m, na cota de 1.700m. Daí percorre uma distância reta de, aproximadamente 100m até atingir o limite de Teresópolis e Petrópolis. Daí, continua por esse limite até atingir o ponto de coordenadas aproximadas N=7.517.230m e E=703.200m. Desse ponto, segue em linha reta até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.516.480m e E=702.300m. Desse ponto, segue em linha reta até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.516.650m e E=701.700m. Desse ponto, continua em linha reta até as coordenadas aproximadas N=7.516.450m e E=699.800m. Desse ponto, continua em linha reta até as coordenadas aproximadas N=516.000m e E=698.000m. Desse ponto, segue em linha reta até as coordenadas aproximadas N=7.514.650m e E=698.150m. Desse ponto, segue pelo divisor de águas dos rios do Poço do Ferreira e do Bomfim até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.516.400m, e E=694.950m, limite da Fazenda do Bomfim. Daí, segue por esse limite que desce a encosta do morro do Mata Porcos, passando pelo ponto de coordenadas aproximadas N=7.515.700m e E=695.000m, e seguindo pela linha de crista, passa pelo ponto de coordenadas aproximadas N=7.514.800 e E=694.000m, até as coordenadas aproximadas N=7.513.750m e E=693.800m. Desse ponto, desce a encosta do morro aí existente até encontrar o ponto de coordenadas aproximadas N=7.513.150m e E=694.320m, englobando a faixa de preservação permanente da margem direita do afluente da margem direita do córrego da Ponte de Ferro e desce-a até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.511.500m e E=692.850m. A partir daí, segue em linha reta, por uma distância aproximada de 900m, pela encosta do morro aí existente, até atingir o ponto de coordenadas aproximadas N=7.510.600m e E=693.000m. Depois, segue pelo divisor de águas até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.510.600m e E=693.300m. Daí, continua pela cabeceira do afluente da margem direita do rio Itamarati, englobando sua área de preservação permanente da margem direita, até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.510.500m e E=693.350m. Desse ponto, desce pela margem externa dessa faixa de preservação permanente, englobando-a, até a confluência com a faixa de preservação permanente da margem esquerda do rio Itamarati e, depois, sobe pela margem externa dessa faixa até a sua confluência com um afluente da margem esquerda, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.509.900m e E=694.000m. A partir daí, sobe esse afluente, pela sua área de preservação permanente da margem esquerda, englobando-a, indo alcançar a sua nascente, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.508.900m e E=693.950m. Desse ponto, segue em linha reta, por uma distância de 300m, até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.508.600m e E=693.850m. Daí, segue pelo divisor de águas até o limite dos Municípios de Petrópolis e Magé, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.507.200m e E=693.450m. A partir daí, segue pelo limite desses dois Municípios até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.509.400m e E=697.800m. Desse ponto, segue pelo divisor de águas dos córregos das Pedras Negras e do Sossego (ou do Chiqueiro) até alcançar o ponto de coordenadas aproximadas N=7.507.350m e E=699.750m. Daí, vai pelo divisor de águas até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.507.480m e E=700.350m. Desse ponto, segue por uma linha reta de, aproximadamente, 700m até a faixa de preservação permanente da margem direita do córrego do Sossego, englobando-a, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.507.450m e E=701.100m. Daí, percorre a margem externa dessa faixa de preservação permanente até encontrar a cota de 200m. A partir daí, circunda esse morro aí existente (morro da Areia Seca), por essa cota, até encontrar o rio Santo Aleixo (ou Andorinhas), no ponto de coordenadas aproximadas N=7.507.300m e E=702.160m. Desse ponto, sobe a margem externa da faixa de preservação permanente da margem esquerda desse rio até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.508.500m e E=702.050m. Daí, sobe o morro aí existente, pelo seu divisor de águas, até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.508.920m e E=702.850m.

A partir daí, percorre o divisor de águas até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.510.400m e E=702.950m. Desse ponto, percorre uma linha reta de, aproximadamente, 1.100m até o ponto de coordenadas N=7.511.350m e E=703.500m. Daí, segue pelo divisor de águas até a BR-116 no ponto de coordenadas aproximadas N=7.510.600m e E=706.050m. Depois, continua pela margem esquerda dessa estrada, no sentido Rio/Teresópolis até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.510.650m e E=705.740m. A partir daí, desce a encosta do morro aí existente, por uma linha reta aproximada de 50m, indo alcançar a área de preservação permanente da margem direita do Rio Lava-Pés no ponto de coordenadas aproximadas N=7.510.690m e E=705.740m. Desse ponto, desce pela margem externa dessa faixa de preservação permanente até o antigo leito da estrada de ferro Guapimirim/Teresópolis, prosseguindo por essa até atingir a cota de 300m, próximo à Capela de Nossa Senhora da Conceição, no ponto de coordenadas aproximadas N=7.511.600m e E=706.150m. Desse ponto, contorna esse morro por essa cota até encontrar a margem da faixa de preservação permanente da margem esquerda do rio Iconha. Daí, sobe pela margem externa dessa faixa até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.512.230m e E=707.350m. Desse ponto, continua englobando a área de preservação permanente da margem esquerda do rio Iconha até o ponto de coordenadas aproximadas N=7.514.500m e E=707.100m. Daí, segue em linha reta até o ponto inicial desta descrição.

Art 3º - O Parque Nacional da Serra dos Órgãos tem por finalidade precípua proteger a fauna, a flora e as belezas naturais nele existentes, ficando sujeito ao regime especial do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) e lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967).

Art 4º - A administração do Parque Nacional, de que trata este Decreto, cabe ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Art 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 02 de agosto de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Nestor Jost

11.6 ANEXO F - REGRAS DE USO PÚBLICO, MONTANHISMO E ZONEAMENTO DO PARNASO.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, que tem como principal objetivo preservar a biodiversidade, a paisagem excepcional e os ecossistemas presentes neste trecho da Mata Atlântica na Serra do Mar, possibilitando atividades de recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Todas as áreas do Parque oferecem riscos aos visitantes. Pedras escorregadias, animais peçonhentos, “cabeças d’água”, choque térmico, afogamento, entre outros, são possíveis acidentes para os quais os visitantes devem estar sempre atentos. Os visitantes são responsáveis pela própria segurança, devendo observar e respeitar os avisos, orientações e normas apresentados neste documento.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos é dividido em zonas com diferentes restrições de uso: as zonas de uso intensivo são as que têm menos restrições a atividades de visitação; as zonas de uso extensivo e zonas primitivas têm regras específicas de uso e capacidade máxima de visitantes estabelecida; e as zonas intangíveis, que não permitem acesso aos visitantes e são voltadas exclusivamente para preservação da biodiversidade. Esse zoneamento pode ser observado na página a seguir.

As Zonas de Uso Intensivo do PARNASO incluem:

Sede Teresópolis – toda a área entre a portaria e a Barragem do Beija-flor, incluindo a piscina, os bosques Santa Helena e da Colina, o Centro de Visitantes, a Estrada da Barragem, o camping, e as trilhas da Primavera e Suspensa.

Sede Guapimirim – toda a área entre a portaria e a Capela, incluindo a estrada, o Centro de Visitantes, as áreas de camping, quiosque, trilhas e cachoeiras sinalizadas.

Sede Petrópolis – todo o trecho entre a portaria e o Poço do Paraíso.

As Zonas de Uso Extensivo incluem:

Todo o percurso da travessia, incluindo as trilhas que dão acesso à Pedra do Sino e à Pedra do Açu; e as trilhas Mozart Catão e Cartão Postal, na Sede Teresópolis.

As Zonas Primitivas incluem:

Trilhas de acesso ao Dedo de Deus, Dedo de Nossa senhora, Escalavrado, Cavalo Branco, em Guapimirim; trilhas de acesso aos Portais de Hercules, Eco e Solidão, Cubaio, Mamute, Complexo Bandeira-Falso Açu, Pedras Soltas, Glória e Alicate, com acesso pela trilha da Travessia; trilhas de acesso às vias de escalada Italianos e Coruja

ATENÇÃO: As trilhas Caxambu-Açu, Três Marias e Soberbo (acima do Cavalo Branco) e outras localizadas em Zona Intangível não podem ser acessadas

NORMAS DE USO PÚBLICO NAS ÁREAS DE VISITAÇÃO

- O Parque está aberto à visitação todos os dias da semana. O horário de entrada é de 8h às 17h, devendo ser observados os seguintes horários especiais:
- É permitida a entrada de 6h às 8h e de 17h às 22h para acesso às trilhas de montanha e áreas de camping, mediante a aquisição antecipada de ingresso.
- Os visitantes hospedados nas áreas de camping ou na pousada podem entrar no Parque até meia noite, apresentando o recibo de hospedagem na portaria, salvo em situações excepcionais previamente autorizadas pela administração.

- Durante o horário de verão o Parque Nacional da Serra dos Órgãos terá o seu horário de saída de visitantes estendido até as 18:00 h, podendo ser estabelecido outro horário a critério da administração da UC.
- Para o abastecimento dos serviços prestados pelos concessionários da UC, os veículos entrarão pelo Portão Japuíba, em horário diferenciado da visitação, a ser definido nos contratos de concessão.
- O ingresso adquirido em uma das sedes dará direito a acesso às outras sedes no mesmo dia.
- Os visitantes hospedados nas áreas de camping ou na pousada que desejarem visitar as trilhas de montanha deverão seguir todos os procedimentos normais, efetuando pagamento de taxas e, quando couber, preenchendo termo de responsabilidade.
- É proibido fazer marcações ou pichações em pedras, árvores ou qualquer outra estrutura do Parque, exceto quando necessário para realização de pesquisa e com autorização prévia da administração da unidade.
- É proibido andar fora das trilhas, abrir e utilizar atalhos.
- Não será permitida a circulação de bicicletas nas trilhas.
- Não é permitido alimentar os animais silvestres.
- Não é permitido usar aparelhos de som no interior do Parque ou produzir sons e estampidos que incomodem os outros visitantes e alterem os hábitos dos animais silvestres.
- Nas áreas de camping e alojamento, entre 22h e 8h deve ser observado o horário de silêncio.
- Não é permitido o uso de produtos de higiene (sabonete, xampu, detergente etc.), bronzeadores ou o consumo de comidas e bebidas dentro da piscina natural, rios ou poços de banho.
- Na ausência de guarda-vidas não é permitido nadar na parte funda, demarcada pela raia de segurança da piscina natural, localizada na Sede Teresópolis.
- Todo o lixo produzido deve ser colocado nas latas de lixo disponíveis na área de uso público ou recolhido em sacos plásticos e trazido de volta das trilhas.
- Não é permitido fazer churrasco na área do PARNASO.
- A velocidade máxima nas vias internas é 30 km/h.
- São proibidas a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas que objetivem o manejo de espécies exóticas após avaliação e aquelas com finalidades científicas devidamente autorizadas.
- É proibido introduzir (soltar ou plantar) qualquer espécie de animal ou vegetal no Parque.
- Não é permitida a entrada e permanência de animais domésticos ou exóticos (cães, gatos etc.), exceto nos casos previstos na Lei Federal Nº. 11.126, de 27 de junho de 2005 (cães-guia).
- Manifestações religiosas praticadas dentro dos limites do Parque não podem fazer uso de fogo ou deixar qualquer resíduo, sendo proibido o uso de qualquer aparelho sonoro.
- O consumo de bebida alcoólica e de quaisquer outras substâncias consideradas entorpecentes no interior do Parque é proibido.
- É proibido entrar no Parque portando armas, facões, tinta spray, aparelho de som ou outros objetos incompatíveis com a conduta consciente em unidades de conservação, salvo quando autorizados previamente pela administração da unidade. Os fiscais e vigilantes poderão solicitar a abertura de bolsas e mochilas e impedir a entrada de tais objetos.

NORMAS DE VISITAÇÃO ESPECÍFICAS PARA ATIVIDADES DE MONTANHISMO

- O acesso às trilhas de montanhismo está sujeito a pagamento de taxas, de acordo com a legislação existente.

- O número máximo de visitantes na trilha da Pedra do Sino e do Açu é de 100 pessoas para pernoite com acesso pela portaria da Sede Teresópolis, 100 pessoas para pernoite com acesso pela portaria da Sede Petrópolis e de 100 pessoas por portaria sem pernoite.
- O camping na montanha só será permitido nos arredores do Abrigo da Pedra do Sino - Abrigo 4 (70 pessoas acampadas e 30 no abrigo) e dos Castelos do Açu (100 pessoas),
- Acampamentos são permitidos apenas na área do Abrigo da Pedra do Sino - abrigo 4 (70 pessoas acampadas e 30 no abrigo); e nas proximidades dos Castelos do Açu (100 pessoas), em locais a serem delimitados pela administração do Parque e respeitando-se a capacidade de carga estabelecida.
- O acampamento ao longo da trilha da Travessia entre a Sede Petrópolis e o Açu, particularmente no Ajax, e entre a Sede Teresópolis e a Pedra do Sino, particularmente no Abrigo 3, está restrito a um pernoite em situações de emergência, devendo ser informado e justificado no registro de saída do grupo.
- É expressamente proibido o acampamento ao longo da trilha da Travessia entre o Açu e a Pedra do Sino. Em caso de acampamento de emergência, como acidentes e problemas graves de orientação devido a condições climáticas adversas, a administração do PARNASO deve ser informada, estando sujeitos a multa aqueles que não apresentarem justificativa aceitável.
- É expressamente proibido e sujeito a multa o acampamento na área do cume da Pedra do Sino e o acampamento fora das áreas citadas acima é proibido e está sujeito a multa, salvo em casos excepcionais e emergenciais devidamente justificados.
- É proibida a construção e manutenção de ranchos e acampamentos de caráter permanente.
- Para fins de controle, segurança e resgate, os grupos de excursionistas com destino à área de montanha do Parque deverão preencher o Termo de Conhecimento de Risco, assinado por um responsável, e portar identidade ou CPF, bem como indicar um número de telefone fixo para contato de emergência.
- Menores de idade desacompanhados dos pais ou professores precisam apresentar a autorização por escrito, com cópia da identidade do responsável.
- Fica proibido o porte de garrafas de vidro na área de montanha.
- É proibido fazer fogueiras. As refeições devem ser preparadas em fogareiros portáteis ou nas cozinhas dos abrigos.
- Todo o lixo produzido deve ser trazido de volta das trilhas e disposto nas latas de lixo disponíveis na área de uso público.
- Os montanhistas devem conhecer e observar todas as normas de conduta consciente em unidades de conservação estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente.
- Não é permitido nas trilhas de montanha o uso de chinelos de dedo e sapatos de salto alto.
- Só será permitido o acesso às trilhas de montanha portando os seguintes equipamentos mínimos: lanterna e pilhas, agasalho e cantil ou recipiente para armazenar água.
- A contratação de guia ou condutor por visitantes não é obrigatória.
- Em caso de acidente provocado por conduta inadequada do visitante, os custos da operação de resgate deverão ser restituídos ao IBAMA pelo responsável.

Normas específicas para Trilhas de Montanhismo Tradicional na Zona Primitiva

- As trilhas localizadas nesta zona e classificadas como de montanhismo tradicional são: Complexo Dedo de Deus, Complexo da Agulha do Diabo, Complexo Portais de Hércules, Complexo Bandeiras-Falso Açu-Pedras Soltas, Complexo Glória-Alicate, Complexo Alcobaça-Mãe d`Água-Reunião, Complexo Cobiçado-Ventania, Pipoca, Cubaio-Mamute e Santo Antônio Mirim.
- É proibido o acampamento nessas áreas.
- O uso do acampamento Paquequer (coordenada 23K 703608/7514867) é autorizado somente para dar suporte a excursões à Agulha do Diabo e São João, sendo autorizado apenas o pernoite (bivaque) para no máximo 6 pessoas, com controle na portaria da Sede Teresópolis.

Normas específicas para Trilhas de Montanhismo em áreas inóspitas na Zona Primitiva

- As trilhas localizadas na zona primitiva classificadas como de montanhismo em áreas inóspitas são: Vale do Soberbo (Cavalo Branco), Complexo Italianos-Coruja, Complexo Eco-Solidão e Complexo Garrafão Pedra do Sino (bigwall). Estas trilhas não estão identificadas no mapa de zoneamento.
- Para acesso às trilhas e escaladas desta área deverá ser solicitada autorização com no mínimo 7 dias de antecedência à administração do Parque.
- Após autorização da escalada, deverá ser preenchido o termo de responsabilidade com a declaração do responsável de possuir condições técnicas de realizar a via.
- O acesso às trilhas de montanhismo em áreas inóspitas das zonas primitivas estará sujeito a pagamento de taxas, de acordo com a legislação existente.
- Deverá ser apresentado pelo usuário um relatório de ocorrência e condições da trilha, como condicionante para uma nova autorização.
- Não é permitido o acampamento nessas áreas.

Escalada

A Serra dos Órgãos reúne algumas das melhores e maiores vias de escalada do país. O Dedo de Deus, conquistado em 1912, é considerado o marco inicial da escalada no Brasil e é símbolo do primeiro Centro Excursionista da América Latina (o CEB).

O PARNASO proporciona oportunidades para escaladas em todos os níveis, desde iniciantes até algumas das escaladas mais técnicas do Brasil, como as vias no bigwall da Pedra do Sino. A gestão do parque apóia a prática da escalada esportiva de forma ambientalmente responsável.

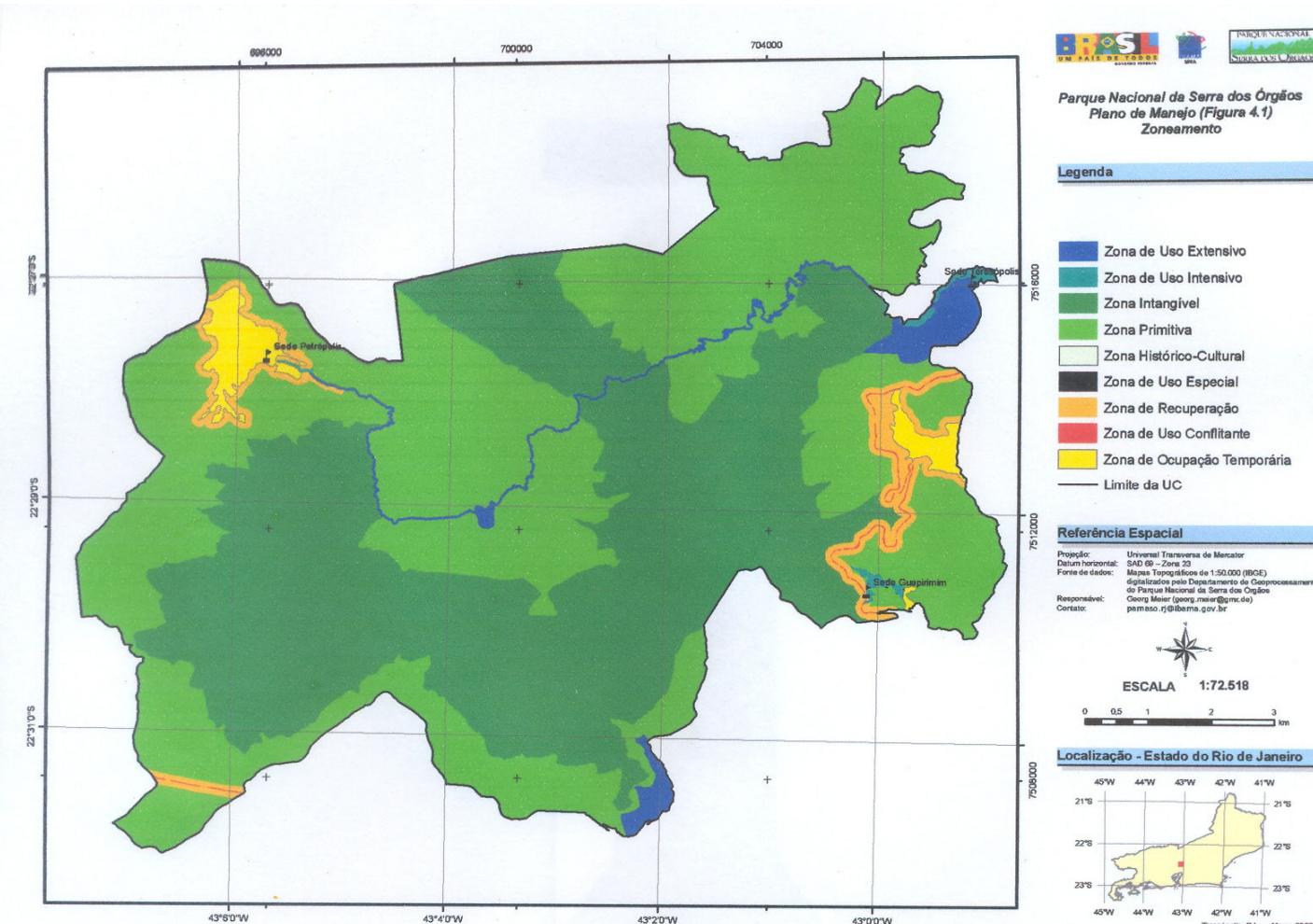
Antes de iniciar a escalada informe-se sobre as [regras gerais de uso público](#) e conheça as Normas específicas para atividades de escalada (abaixo). Verifique também se a área onde pretende escalar tem acesso permitido no [Zoneamento do PARNASO](#).

NORMAS DE VISITAÇÃO ESPECÍFICAS PARA ATIVIDADES DE ESCALADA

- Escaladas na Zona Primitiva com acesso por trilhas classificadas como de montanhismo tradicional, deverão ser precedidas de assinatura de termo de responsabilidade e pagamento de taxas.
- Escaladas na Zona Primitiva com acesso por trilhas classificadas como de montanhismo em áreas inóspitas deverão ser precedidas de autorização da administração do Parque e pagamento de taxas.
- A autorização deverá ser solicitada com no mínimo sete dias de antecedência à administração do parque.
- A autorização estará condicionada ao número de participantes e à declaração do responsável de possuir condições técnicas de realizar a via.
- Uma vez autorizada a escalada, deverá ser preenchido e assinado o termo de conhecimento de risco.
- Deverá ser apresentado um relatório das condições da trilha, após o retorno do montanhista, no prazo máximo de trinta dias, como condicionante de novas autorizações.
- É obrigatório o uso do tubo (shit tub) para acondicionar as fezes excretadas durante a escalada, e depois, levadas para fora do Parque.
- As intervenções para a manutenção de vias (regrampeação, colocação de cabos de aço etc.) devem ser autorizadas pela administração do PARNASO. Estas intervenções devem observar o direito autoral da conquista da via, e não devem alterar o seu grau de dificuldade ou modificar as suas características.

- A autorização para abertura de novas vias de escalada fica condicionada à apresentação, com um mês de antecedência, de solicitação por escrito à administração do PARNASO, contendo as seguintes informações:
 - Localização (Montanha ou área de escalada, Face e Setor).
 - Detalhe de localização (informar o nome das vias próximas ou outros dados que facilitem a localização do projeto na parede).
 - Descrição de acesso (informar a trilha pré-existente que será utilizada, indicando a saída prevista da mesma para a base da conquista através da estimativa de extensão ou tempo de caminhada).
 - Equipe (informar nome, CPF e telefone de cada conquistador, sendo o primeiro responsável pela apresentação do projeto).
 - Data de início prevista.
 - Descrição do projeto (descrever de forma sucinta o traçado previsto, indicando se é via ou variante; qual a base e local previsto para o término – se no cume ou em outra via já existente; pontos notáveis que facilitem a identificação do traçado previsto, tais como: fendas, diedros, platôs, chaminés, canaletas, diques de cristal etc; proteção prevista – se móvel, fixa ou mista; se existe previsão de bivaque na base ou na parede).
 - O planejamento das novas vias de escalada deverá considerar as seguintes diretrizes:
 - É proibido molestar animais, remover ou danificar vegetação no traçado da via ou em platôs. Na escolha do traçado devem ser priorizadas locais sem vegetação.
 - É proibido fazer qualquer pintura, pichações ou outras marcações na parede.
 - O planejamento da nova via deve considerar sua história e evitar abertura de variantes, como por exemplo vias muito próximas às aquelas já existentes e rotas intermediando vias clássicas, entre outros.
 - Devem ser observadas as condutas de mínimo impacto, como utilização de proteções móveis em detrimento da colocação de proteções fixas (grampos e chapeletas) em fendas. Os grampos devem estar restritos ao mínimo essencial para garantir a segurança do escalador.
 - Grampos ou chapeletas não deverão ser fixados em locais onde não sejam absolutamente necessários nem deverão ser utilizadas agarras artificiais.
 - Fica proibido quebrar ou cavar agarras na rocha.
 - Caso julgue necessário, a administração do PARNASO poderá consultar a Câmara Técnica de Turismo e Montanhismo do Conselho Consultivo para analisar os projetos de abertura de novas vias.
 - Após a abertura da via, o escalador deve apresentar ao PARNASO, no prazo máximo de trinta dias, relatório descritivo da conquista, relação de equipamentos utilizados e o croqui da via com informações como grau de dificuldade, localização das proteções etc.

MAPA DE ZONEAMENTO DO PARNASO



11.7 ANEXO G – TEXTO SOBRE CONDUTA CONSCIENTE NO PARNASO.

Milhares de pessoas procuram ambientes naturais, como os encontrados em parques e outras áreas naturais protegidas, para atividades de lazer, que vão desde um simples passeio até a prática de esportes de natureza, como a caminhada, o montanhismo, a canoagem, a exploração de cavernas, o mergulho e muitas outras.

Na maioria destes locais a natureza é frágil e precisa ser tratada com todo cuidado. Lembre-se que nestas áreas é impossível realizar trabalhos de limpeza e conservação da forma como acontece nas cidades. Portanto, a proteção destes locais depende muito do comportamento dos visitantes.

Para disseminar os princípios e regras de comportamento em áreas protegidas, o Ministério do Meio Ambiente lançou a campanha Conduta Consciente em Ambientes Naturais.

Você pode evitar o impacto da poluição e da destruição das áreas que freqüenta. É só seguir algumas regras simples, que ajudam a proteger o meio ambiente, dão maior prazer à sua visita e previnem acidentes, que nesses lugares afastados podem ter graves consequências.

Estas regras de conduta consciente (mínimo impacto), resumidas nos 8 princípios descritos a seguir, estão sendo adotadas pelas pessoas no mundo inteiro.

1 - PLANEJAMENTO É FUNDAMENTAL

ENTRE em contato prévio com a administração da área que você vai visitar para tomar conhecimento dos regulamentos e restrições existentes.

INFORME-SE sobre as condições climáticas do local e consulte a previsão do tempo antes de qualquer atividade em ambientes naturais.

VIAJE em grupos pequenos de até 10 pessoas. Grupos menores se harmonizam melhor com a natureza e causam menos impacto.

EVITE viajar para as áreas mais populares durante feriados prolongados e férias.

CERTIFIQUE-SE de que você possui uma forma de acondicionar seu lixo (sacos plásticos), para trazê-lo de volta.

ESCOLHA as atividades que você vai realizar na sua visita, conforme o condicionamento físico e seu nível de experiência.

2 - VOCÊ É RESPONSÁVEL POR SUA SEGURANÇA

O SALVAMENTO em ambientes naturais é caro e complexo, podendo levar dias e causar grandes danos ao meio ambiente. Portanto, em primeiro lugar, não se arrisque sem necessidade.

CALCULE o tempo total que passará viajando e deixe um roteiro da viagem com alguém de confiança, com instruções para acionar o resgate, caso necessário.

AVISE à administração da área que você está viajando sobre: sua experiência, o tamanho do grupo, o equipamento que vocês estão levando, o roteiro e a data esperada de retorno. Estas informações facilitarão o resgate em caso de acidente.

APRENDA as técnicas básicas de segurança, como navegação (como usar um mapa e a bússola) e primeiros socorros. Para tanto, procure os clubes excursionistas, escolas de escalada etc

TENHA certeza de que você dispõe do equipamento apropriado para cada situação. Acidentes e agressões à natureza em grande parte são causados por improvisações e uso inadequado de equipamentos. Leve sempre: lanterna, agasalho, capa de chuva e um estojo de primeiros socorros, alimento e água, mesmo em atividades com apenas um dia ou poucas horas de duração.

CASO você não tenha experiência em atividades recreativas em ambientes naturais, entre em contato com centros excursionistas, empresas de ecoturismo ou condutores de visitantes.

Visitantes inexperientes podem causar grandes impactos sem perceber e correr riscos desnecessários.

3 - CUIDE DAS TRILHAS E DOS LOCAIS DE ACAMPAMENTO

MANTENHA-SE nas trilhas pré-determinadas. Não use atalhos que cortam caminhos. Os atalhos favorecem a erosão e a destruição das raízes e plantas inteiras.

MANTENHA-SE na trilha mesmo se ela estiver molhada, lamaçenta ou escorregadia. A dificuldade das trilhas faz parte do desafio de vivenciar a natureza. Se você contorna a parte danificada de uma trilha, o estrago se tornará maior no futuro.

ACAMPADO, evite áreas frágeis que levarão um longo tempo para se recuperar após o impacto. Acampe somente em locais pré-estabelecidos, quando existirem. Acampe a, pelo menos, 60 metros de qualquer fonte de água.

NÃO cave valetas ao redor das barracas, escolha melhor o local e use um plástico sob a barraca.

BONS locais de acampamento são encontrados, não construídos. Não corte nem arranque a vegetação, nem remova pedras ao acampar.

4 - TRAGA SEU LIXO DE VOLTA

SE VOCÊ pode levar uma embalagem cheia para um ambiente natural, pode trazê-la vazia na volta.

AO PERCORRER uma trilha, ou sair de uma área de acampamento, certifique-se de que elas permanecem como se ninguém houvesse passado por ali. Remova todas as evidências de sua passagem. Não deixe rastros!

NÃO QUEIME nem entere o lixo. As embalagens podem não queimar completamente, e animais podem cavar até o lixo e espalhá-lo. Traga todo o seu lixo de volta com você.

UTILIZE as instalações sanitárias que existirem. Caso não haja instalações sanitárias (banheiros) na área, cave um buraco com 15 centímetros de profundidade a pelo menos 60m de qualquer fonte de água, trilhas ou locais de acampamento, em local onde não seja necessário remover a vegetação.

5 - DEIXE CADA COISA EM SEU LUGAR

NÃO CONSTRUA qualquer tipo de estrutura, como bancos, mesas, pontes etc. Não quebre ou corte galhos de árvores, mesmo que estejam mortas e tombadas, pois podem estar servindo de abrigo para aves ou outros animais.

RESISTA à tentação de levar "lembranças" para casa. Deixe pedras, artefatos, flores, conchas etc onde você os encontrou, para que outros também possam apreciá-los.

TIRE apenas fotografias, deixe apenas leves pegadas, e leve para casa apenas suas memórias.

6 - NÃO FAÇA FOGUEIRAS

FOGUEIRAS matam o solo, enfeiam os locais de acampamento e representam uma grande causa de incêndios florestais.

PARA COZINHAR, utilize um fogareiro próprio para acampamento. Os fogareiros modernos são leves e fáceis de usar. Cozinhar com um fogareiro é muito mais rápido e prático que acender uma fogueira.

PARA ILUMINAR o acampamento, utilize um lampião ou uma lanterna em vez de uma fogueira.

SE VOCÊ realmente precisa acender uma fogueira, utilize locais previamente estabelecidos e somente se as normas da área permitirem.

MANTENHA fogo pequeno, utilizando apenas madeira morta, encontrada no chão.

TENHA absoluta certeza de que sua fogueira está completamente apagada, antes de abandonar a área.

7 - RESPEITE OS ANIMAIS E AS PLANTAS

OBSERVE os animais à distância. A proximidade pode ser interpretada como uma ameaça e provocar um ataque, mesmo de pequenos animais. Além disso, animais silvestres podem transmitir doenças graves.

NÃO ALIMENTE os animais. Os animais podem acabar se acostumando com comida humana e passar a invadir os acampamentos em busca de alimento, danificando barracas, mochilas e outros equipamentos.

NÃO RETIRE flores e plantas silvestres. Aprecie sua beleza no local, sem agredir a natureza e dando a mesma oportunidade a outros visitantes.

8 - SEJA CORTÊS COM OUTROS VISITANTES

ANDE e acampe em silêncio, preservando a tranqüilidade e a sensação de harmonia que a natureza favorece. Deixe rádios e instrumentos sonoros em casa.

DEIXE os animais domésticos em casa. Caso traga o seu animal com você, mantenha-o controlado todo o tempo, incluindo evitar latidos ou outros ruídos. As fezes dos animais devem se tratadas da mesma maneira que as humanas. Elas estão sob sua responsabilidade. Muitas áreas não permitem a entrada de animais domésticos, verifique com antecedência.

CORES fortes, como branco, azul, vermelho ou amarelo devem ser evitadas, pois podem ser vistas a quilômetros de distância e quebram a harmonia dos ambientes naturais. Use roupas e equipamentos de cores neutras, para evitar a poluição visual em locais muito freqüentados.

COLABORE com a educação de outros visitantes, transmitindo os princípios de mínimo impacto sempre que houver oportunidade.

Créditos:

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar

CEP: 70068-900 -m Brasília – DF

www.mma.gov.br/areasp

dap@mma.gov.br

11.8 ANEXO H - CARTA DO TURISMO E CÓDIGO DO TURISTA.

Sofia, 26 de setembro de 1985

CARTA DO TURISMO

Artigo I

1. Se reconhece universalmente a todo indivíduo o direito ao descanso e ao tempo livre, a uma limitação razoável da duração do trabalho, a férias pagas periódicas e a liberdade de viajar, sem limitação, dentro dos limites legais.

2 O exercício deste direito constitui um fator de equilíbrio social e de intensificação da consciência nacional e universal.

Artigo II

Como consequência desse direito, os Estados deveriam formular e aplicar políticas que tendam ao desenvolvimento harmonioso das atividades nacionais e internacionais de turismo e do tempo livre, para benefício de todos os que participam delas.

Artigo III

A estes efeitos os Estados deveriam:

- a) favorecer ao crescimento ordenado e harmonioso da atividade turística, tanto nacional como internacional,
- b) integrar sua política turística em sua política global de desenvolvimento em seus diversos níveis – local, regional, nacional e internacional- e ampliar a cooperação turística num marco bilateral, como num multilateral, assim como nos marcos da Organização Mundial do Turismo.
- c) Prestar a devida atenção aos princípios enunciados na Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial e no Documento de Acapulco “quando formularem ou apliquem, segundo convém, suas políticas, planos e programas de turismo, de acordo com suas prioridades nacionais e no contexto do programa de trabalho da Organização Mundial do Turismo”.
- d) Estimular a adoção de medidas que permitam a participação de todos no turismo nacional e internacional, especialmente mediante a ordenação do tempo de trabalho e do tempo livre, a criação ou a ampliação do sistema de férias pagas anuais e o escalonamento das datas de férias, e concedendo uma atenção especial ao turismo dos jovens, das pessoas de idade e dos deficientes físicos, e
- e) Proteger, o interesse das gerações presentes e futuras, o meio ambiente turístico que, por se ao mesmo tempo um meio humano, natural, social e cultural, constitui o patrimônio da humanidade inteira.

ARTIGO IV

Os Estados deveriam:

- a) favorecer o acesso dos turistas nacionais e internacionais ao patrimônio das comunidades visitadas, em aplicação das disposições dos instrumentos de facilitação existentes concluídos nos marcos das Nações Unidas, da Organização de Aviação Civil

Internacional, da Organização Marítima Internacional, do Conselho de Cooperação Aduaneira e de qualquer outra instância, especialmente da Organização Mundial do Turismo, que tendem a liberalizar cada vez mais os deslocamentos das pessoas,

- b) fomentar a consciência turística e facilitar os contatos dos visitantes com as comunidades visitadas, com um objetivo de compreensão e enriquecimento mútuos,
- c) garantir a segurança dos visitantes e de seus bens com uma ação de prevenção e de proteção.
- d) Oferecer aos visitantes de toda a forma possível as melhores condições de higiene e de acesso aos serviços de saúde, assim como de prevenção de enfermidades contagiosas e de acidentes,
- e) Impedir toda possibilidade de utilização do turismo para a exploração da prostituição de outros, e
- f) Reforçar, para a proteção dos turistas e da população das comunidades visitadas, as medidas destinadas a prevenir e impedir a utilização ilegal de estupefacientes.

Artigo V

Por último, os Estados deverão:

- a) permitir a liberdade de deslocamento dos turistas nacionais e internacionais no interior do País, sem prejuízo de medidas limitativas adotadas em benefício do interesse nacional em certas zonas do território,
- b) não permitir a aplicação de nenhuma medida de discriminação com respeito aos turistas,
- c) permitir aos turistas um acesso rápido aos serviços administrativos e judiciais e às representações consulares e fazer com que possam dispor de comunicações públicas interiores e exteriores, e
- d) contribuir com a informação dos turistas para ajuda-los a compreender os costumes das populações que constituem as comunidades visitadas nos lugares de transito e de estadia.

Artigo VI

1. As populações que constituem as comunidades visitadas nos lugares de transito ou de estadia tem o direito ao livre acesso a seus próprios recursos turísticos, sem deixar de velar, com sua atitude e comportamento, pelo respeito de seu meio ambiente natural e cultural.

2. Essas populações têm também direito à compreensão e respeito por parte dos turistas dos seus costumes, de suas religiões e de outras formas de sua cultura, que constituem parte integrante do patrimônio da humanidade.

3. Para facilitar esta compreensão e este respeito por parte dos turistas, conviria estimular a difusão de informações adequadas sobre:

- a) os costumes das comunidades visitadas, suas práticas tradicionais e religiosas, os usos proibidos pelo costume local, as paragens e lugares sagrados que devem respeitar-se,
- b) suas riquezas artísticas, arqueológicas e culturais que devem preservar-se, e
- c) a fauna, a flora e os demais recursos naturais que devem proteger-se.

Artigo VII

Se convida às populações que constituem as comunidades visitadas nos lugares de transito e de estadia a oferecer aos turistas as melhores condições de hospitalidade, cortesia e respeito necessárias para o estabelecimento de relações humanas e sociais harmoniosas.

Artigo VIII

1. Os profissionais e gestores dos serviços de turismo e de viagens podem dar uma contribuição positiva ao desenvolvimento do turismo e à aplicação das disposições da presente Carta.
2. Esses profissionais e gestores deveriam atuar de conformidade com os princípios da presente Carta e respeitar as obrigações de qualquer tipo que tenham contraído no contexto de suas atividades profissionais, para contribuir a assegurar ao turismo seu caráter humanista, ao respeitar a qualidade dos produtos oferecidos.
3. Ditos profissionais e gestores deveriam abster-se de tudo o que possa fomentar a utilização do turismo com o fim de explorar, de qualquer forma, a outras pessoas.

Artigo IX

Os profissionais e gestores dos serviços de turismo e de viagens, por meio de uma legislação apropriada, nos níveis nacional e internacional, deveriam ser estimulados e deveriam dispor de facilidades que lhe permitam:

- a) exercer suas atividades em condições favoráveis, sem obstáculos especiais e sem discriminação,
- b) beneficiar-se de uma formação geral e técnica, tanto em seu próprio país como no estrangeiro, a fim de que se disponha de recursos humanos qualificados, e
- c) cooperar entre eles, assim como com os poderes públicos, no seio de organizações nacionais e internacionais, a fim de melhorar a coordenação de suas atividades e a qualidade de suas prestações.

CÓDIGO DO TURISTA

Artigo X

Os turistas deveriam favorecer, com seu comportamento, a compreensão e a amizade entre os homens, nas esferas nacional e internacional, e contribuir assim à manutenção da paz.

Artigo XI

1. Nos lugares de transito e de estadia, os turistas devem respeitar a ordem estabelecida nas esferas política, social, moral e religiosa e acatar as leis e regulamentos em vigor.
2. Nesses mesmos lugares, os turistas também devem:
 - a) mostrar a maior compreensão com respeito aos costumes, crenças e comportamentos das comunidades visitadas, e o maior respeito pelo patrimônio natural e cultural dessas comunidades,
 - b) evitar que se coloquem em destaque as diferenças econômicas, sociais e culturais que existem entre eles e a população local,

- c) abrir-se à cultura das comunidades visitadas, que forma parte integrante do patrimônio da humanidade,
- d) abster-se de toda exploração da prostituição de outros, e
- e) abster-se de comerciar, transportar ou utilizar estupefacientes e/ou outras drogas proibidas.

Artigo XII

Os turistas, no curso de seus deslocamentos, tanto de um País a outro como no interior do País visitado, deveriam poder beneficiar-se de medidas apropriadas ditadas pelos poderes públicos, a fim de dispor:

- a) de uma redução dos controles de caráter administrativo e econômico, e
- b) das melhores condições possíveis de transporte e de estadia que ofereçam os gestores dos diferentes serviços turísticos.

Artigo XIII

1. Deveria permitir-se aos turistas, tanto em seu País como fora dele, o livre acesso aos lugares e localidades de interesse turístico e, a reserva dos regulamentos e limitações em vigor, circular livremente pelos lugares de transito e de estadia.

2. Por ocasião de seu acesso aos lugares e localidades de interesse turístico e durante seu transito e estadia, deveria assegurar-se também aos turistas:

- a) uma informação objetiva, exata e completa sobre as condições e facilidades que se lhes oferecem durante sua viagem e estadia os serviços oficiais de turismo e os gestores dos serviços turísticos,
- b) a segurança de sua pessoa e seus bens, assim como a proteção de seus direitos na qualidade de consumidores,
- c) uma higiene pública satisfatória, especialmente em matéria de alojamento e de serviços de restaurante e transporte, uma informação para a prevenção eficaz de enfermidades contagiosas e de acidentes, assim como o livre acesso aos serviços de saúde,
- d) o acesso a comunicações públicas rápidas e eficazes, tanto interiores como exteriores,
- e) os procedimentos e garantias administrativas e judiciais necessários para a proteção de seus direitos, e
- f) a possibilidade de praticar sua própria religião, utilizando as facilidades disponíveis para este efeito.

Artigo XIV

Toda pessoa tem direito a expor aos legisladores e aos poderes públicos suas necessidades, com o objetivo de poder exercer seu direito ao descanso e à recreação, a fim de poder gozar os benefícios do turismo nas condições mais favoráveis e, quando seja apropriado e na medida em que seja possível segundo a Lei, a associar-se com outros para alcançar estes efeitos.

11.9 ANEXO I – Estrutura do Conselho Consultivo do PARNASO.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (não governamental - total 9)

3 Representantes de Organizações da Sociedade civil sócio-ambientais
 Titular: Sociedade Vale do Bonfim;
 Titular: Espaço Compartilharte;
 Titular: Associação de Defesa Ambiental de Santo Aleixo – ADASA;
 1º Suplente: Serviço Social do Comércio – SESC Teresópolis;
 2º Suplente: Tereviva;
 3º Suplente: Associação Internacional de Desenvolvimento Econômico Inter-Ambiental – AIDEIA;

4 Representantes de Associações de Moradores do Entorno do Parque

Titular: Associação de Moradores e Amigos da Barreira – AMBAR;
 Titular: Associação de Produtores e Moradores do Bonfim;
 Titular: AMA Granja Guarani;
 Titular: AMA Quebra-Frasco;
 1º Suplente: Associação de Amigos e Cidadãos de Guapimirim - AACG;
 2º Suplente: Sociedade de Amigos do Vale da Boa Esperança - SAVBE;
 3º Suplente: Associação de Moradores e Amigos (AMA) Corta-Vento;
 4º Suplente: Federação das Associações de Moradores de Teresópolis – FAMT;

2 Representantes de Associações de Produtores do Entorno do Parque

Titular: Associação de Produtores e Moradores do Jacó;
 Titular: Fazenda Boa Esperança;
 1º Suplente: Associação de Produtores e Moradores do Bonfim;
 2º Suplente: Sítio Monte Sinai – Primeira Igreja Batista de Copacabana;

USUÁRIOS DE RECURSOS AMBIENTAIS (misto – total 6)

1 Representante do Setor de Turismo
 Titular: Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO;
 Suplente: Associação de Turismo Teresópolis Friburgo - Circuito Turístico Tere Fri;
 1 Representante de Instituições de Usuários diretos de serviços ambientais
 Titular: Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE;
 Suplente: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias dos rios Paquetá e Preto;
 1 Representante de Instituições Prestadoras / Operadoras de Serviços
 Titular: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT;
 Suplente: Concessionária Rio-Teresópolis – CRT;
 3 Representantes de Instituições de Ensino e Pesquisa
 Titular: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ;
 Titular: Universidade Federal Fluminense – UFF;
 Titular: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ;
 1º Suplente: Fundação Educacional Serra dos Órgãos – FESO;
 2º Suplente: Empresa de Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER/RJ;
 3º Suplente Fiocruz;

ÓRGÃOS GESTORES (governamental - total 9)

1 Representante do Parque Nacional da Serra dos Órgãos
 Titular: Chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Suplente: Núcleo de Educação Ambiental do PARNASO

1 Representante de Órgão Estadual de Meio Ambiente

Titular: Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente – FEEMA;

Suplente: Instituto Estadual de Florestas – IEF;

1 Representante da Prefeitura Municipal de Teresópolis

Titular: Secretaria de Meio Ambiente;

Suplente: Secretaria de Turismo;

1 Representante da Prefeitura Municipal de Guapimirim

Titular: Secretaria de Meio Ambiente;

Suplente: Secretaria de Turismo;

1 Representante da Prefeitura Municipal de Magé

Titular: Secretaria de Meio Ambiente;

Suplente: Secretaria de Meio Ambiente;

1 Representante da Prefeitura Municipal de Petrópolis

Titular: Secretaria de Meio Ambiente;

Suplente: Fundação de Cultura e Turismo;

1 Representante de UC do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense

Titular: APA Guapimirim;

Suplente: ESEC Paraíso;

1 Representante do Corpo de Bombeiros – RJ

Titular: Grupo de Socorro Florestal e Meio Ambiente - GSFMA Magé;

Suplente: 16º Grupamento de Bombeiros Militar de Teresópolis;

1 Representante do Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro

11.10 ANEXO J - Ata da reunião ordinária do conselho consultivo do PARNASO de 06/09/07.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

Aos 6 (seis) dias do mês de setembro do ano 2006 (dois mil e seis), 26 representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) estiveram reunidos, na Reserva El Nagual RPPN - Rua Capitão Antero Km 03 – Pico – Monjolo – Santo Aleixo, no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro. A reunião foi convocada através do Ofício Circular nº 196/2006-PARNASO, de 24 de agosto de 2006, expedido pelo Presidente do Conselho e Chefe do PARNASO, Ernesto Castro, para discutir sobre os seguintes pontos da pauta: 1) Monitoramento do andamento dos projetos de ampliação do PARNASO (Instituto Terra Nova) e Centro de Referência em Biodiversidade da Serra dos Órgãos (Conhecer para Conservar), projetos financiados pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PDA Mata Atlântica; 2) Acompanhamento do processo de regularização ambiental da CRT; 3) Alteração do Regimento Interno do CONPARNASO; 4) Informes das Câmaras Técnicas e 5) Assuntos gerais. O presidente do Conselho deu início à reunião agradecendo a cessão do espaço da RPPN El Nagual/AIDEIA para a realização da segunda reunião itinerante do CONPARNASO, agradecendo a presença de todos e propondo a leitura da ata da última reunião para aprovação. A conselheira Helena Catão realizou a leitura da ata e, feitas as alterações propostas pelos conselheiros, a mesma foi aprovada pelos presentes. Ernesto Castro, presidente do CONPARNASO, esclareceu que sobre a informação que consta da ata da reunião de 12-07-06, referente à não inclusão de participantes de Santo Aleixo no curso de capacitação de condutores que será realizado pelo projeto “Centro de Referência em Biodiversidade da Serra dos Órgãos”, informou que a equipe técnica reviu a questão, de forma que serão oferecidas vagas à referida comunidade, e que os condutores capacitados deverão receber autorização especial para conduzir visitantes em alguns roteiros em Santo Aleixo, visando o ordenamento do turismo local. Em seguida o presidente do CONPARNASO passou para o primeiro ponto da pauta, convidando a representante da ONG Conhecer para Conservar e Coordenadora Geral, Evelyn Sue Kato, para apresentação do andamento do Projeto “Centro de Referência em Biodiversidade da Serra dos Órgãos: uma aliança entre conservação, educação e turismo”. Evelyn apresentou as ações e atividades realizadas pela equipe do projeto desde a última reunião, incluindo registros fotográficos e avaliações dos cumprimentos das metas e objetivos previstos. No que se refere à meta de fortalecimento do turismo regional, o presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, informou que será realizado no PARNASO dias 14 e 15 de setembro o Primeiro Seminário Técnico de Turismo de Aventura da Serra dos Órgãos, em parceria com a ABETA, contando com a presença de operadoras e prestadores de serviços na área de turismo de aventura. Os conselheiros solicitaram alguns esclarecimentos, forneceram informações sobre as repercussões das ações realizadas nas comunidades, e fizeram sugestões para o andamento do projeto. Em seguida Ernesto Castro, presidente do CONPARNASO, apresentou relato do andamento do projeto de ampliação do PARNASO, tendo em vista a impossibilidade de comparecimento dos representantes do Instituto Terra Nova. O conselheiro Miguel Freire, da UFF, solicitou apresentação mais detalhada do andamento do projeto. O conselheiro Anderson Gripp, da ADASA, colocou que tendo em vista as intenções de ampliação do PARNASO para a vertente de Magé, bem como o turismo predatório observado na região, faz-se necessária representação mais ativa da administração do PARNASO em Magé, tendo em vista a fragilidade ambiental da região e a presença de diversas espécies importantes, como o sapo pulga, entre outras.

O presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, respondeu que é uma meta de gestão do PARNASO ampliar a presença em Magé a médio prazo, sendo mais urgente fortalecer a estrutura já existente em Petrópolis, e que, tendo em vista as limitações orçamentárias da UC e problemas com regularização fundiária, não é possível arcar com qualquer estrutura em Magé no presente. Em seguida, passou-se ao segundo ponto de pauta, o acompanhamento do processo de regularização ambiental da CRT. O presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, apresentou o histórico de multas e do processo de regularização ambiental da rodovia, que até o momento não foi concluído devido a questionamentos da CRT e da ANTT sobre a competência para assinatura de TAC referente à operação dentro do PARNASO. O conselheiro Hélio Belford da CRT informou que existe a necessidade de construção da 3^a faixa na rodovia por motivos de segurança dos usuários na subida da serra. Ernesto Castro continuou sua apresentação, informando que em consulta formal realizada, a PROGE emitiu parecer contrário, autorizando a ampliação da rodovia somente fora dos limites do Parque. Em seguida, Hélio Belford informou que em novembro de 2004 foi emitida portaria do Ministério dos Transportes delegando o licenciamento da Malha Rodoviária Federal para o DNIT. Ernesto Castro relatou que há um impasse dentro do Ministério dos Transportes sobre a questão das competências para o licenciamento, uma vez que rodovias concedidas não estão sob gestão do DNIT, mas sim da ANTT. Lembrou em seguida que há a possibilidade de criação de pontos de ultrapassagem em algumas áreas gramadas que existem às margens da rodovia. Passada a palavra ao conselheiro Hélio Belford, da CRT, o mesmo informou que a CRT não pode realizar qualquer obra sem a autorização da ANTT, a qual entende que a responsabilidade do licenciamento é do DNIT. Informou também que a CRT pretende dar continuidade ao licenciamento das obras fora do Parque enquanto aguarda a solução do impasse entre ANTT e DNIT para o licenciamento dentro dos limites da UC. Relatou que em junho de 2006 a CRT foi oficiada pelo Ministério Público sobre denúncia do PARNASO da falta de licenciamento da CRT. Informou que em agosto de 2006 a ANTT sinalizou que assumiria o licenciamento da rodovia dentro dos limites do Parque, sendo necessário aguardar parecer de sua PROGE. Por fim, Hélio Belford concluiu que a CRT não pode assumir o licenciamento dentro dos limites do Parque, devendo aguardar a negociação jurídica dentro da ANTT. O presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, esclareceu que o Ministério Público acompanha o processo devido a multas e TACs anteriores, e que não foi o PARNASO que provocou o MPF, mas que informou sobre o lento andamento do processo quando perguntado. Lembrou, ainda, que foi encaminhada moção do CONPARNASO ao Ministério dos Transportes pela breve solução da definição de competências entre ANTT e o DNIT, sem resposta até o momento. Hélio Belford complementou que qualquer aprovação ou custo assumido pela ANTT sairá do bolso do usuário. O conselheiro José Carlos Porto, da CEDAE, questionou como o usuário poderia participar das negociações junto à CRT, já que é ele quem paga a conta. Hélio Belford esclareceu que há previsão contratual de criação de uma comissão tripartite com representantes de grupos de usuários, a qual não foi implementada pela concedente. Foi então sugerido por José Carlos Porto a elaboração de uma moção do CONPARNASO à ANTT para a criação da comissão tripartite. Em seguida os conselheiros se inscreveram para manifestações. O conselheiro Theo Fernandes, da AACG, questionou a atuação das Agências reguladoras, e o fato de não haver vias alternativas ao pedágio para uso de moradores locais. A conselheira Ângela Inglez, do Circuito Terê-Fri, questionou a real necessidade da 3^a faixa no trecho dentro dos limites do Parque, tendo em vista que a

maioria dos caminhões trafega em velocidades moderadas, com destaque para os caminhões de Teresópolis que no retorno de suas entregas trafegam vazios em altíssimas velocidades, sendo estes caminhões os principais responsáveis por acidentes. Hélio Belford respondeu que a 3^a faixa permitirá ultrapassagens mais seguras aos usuários. O conselheiro Miguel Freire, da UFF, lembrou que a CRT, enquanto empresa, toma atitudes em que parece ter como maior preocupação a obtenção do lucro imediato. Disse que a construção da 3^a faixa na rodovia naturalmente atrairá um maior número de carros e caminhões aumentando assim o número de pagantes, porém, provocando aumento de tráfego, de acidentes e do impacto ambiental, o que certamente não é interessante para o PARNASO. Colocou que a CRT é uma empresa que no CONPARNASO não vem tendo sensibilidade para interagir com os outros integrantes, lembrando que a mesma permanece intransigente com a moção votada pelos conselheiros pela retirada do artefato de sinalização na entrada de Teresópolis, fincado em frente à vista soberba e que obstrui a visão da Serra dos Órgãos, onde existe o Dedo de Deus - formação rochosa tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional o que, no seu entender, constitui um crime ambiental e um desrespeito a todos e principalmente à população de Teresópolis. Lembrou que a CRT usou o artefato para propaganda comercial e depois colocou ali uma mensagem com o nome da Prefeitura de Teresópolis, mesmo após ter sido rejeitada, com justificativas, a sua proposta de colocar mensagem do PARNASO naquele mesmo artefato. Disse que considera a CRT, nesse sentido, um parceiro insensível e, portanto representante das vozes do atraso. Ratificou que por vezes lhe parece ser o lucro imediato o maior interesse da empresa, e que acha estranho que nem sempre sejam fornecidos nos guichês dos pedágios os recibos aos usuários uma vez que o número de usuários é parte integrante da formação dos preços que comumente têm sido reajustados acima da inflação e, ainda, que fica decepcionado com o comportamento da empresa quando ela extrapola o fórum do CONPARNASO fazendo pressão diretamente nos gabinetes em Brasília para manter seus interesses a despeito das necessidades da comunidade local e usuários da estrada, que estão tão bem representados no CONPARNASO. O Conselheiro Hélio Belford, da CRT, solicitou que constasse em ata seu repúdio às acusações de sonegação proferidas pelo conselheiro Miguel Freire, e informou que a proposta de ampliação da rodovia atende a pesquisas realizadas com usuários. Informou que seguir o contrato é tanto um dever quanto um direito da empresa, e lembrou que a ANTT fiscaliza a CRT. O conselheiro Hélio Belford foi aparteado pelo conselheiro Miguel Freire que solicitou que ele não lhe atribuisse palavras e afirmações que ele não teria dito ou feito. Em seguida, o conselheiro Celso Ventura, do DNIT informou que o setor rodoviário incluindo o Ministério dos Transportes, DNIT, ANTT e os concessionários estão despertando para a questão do meio ambiente. Informou que há pesquisas de fluxo de tráfego realizadas por engenheiros que justificam ou não a ampliação de rodovias. Informou ainda que atualmente as empresas concessionárias possuem melhores condições de realizar estudos de tráfego e controle de peso do que o DNIT. Informou, por fim, que não acha que a rodovia deva ser ampliada, mas que devem ser realizados estudos de tráfego, considerando os impactos ambientais. Mariana, da AIDEIA, relatou que percebe uma melhora na CRT e sugeriu que a empresa promova um programa de educação ambiental com os usuários, realize o controle e estudo dos acidentes na rodovia e fomente alternativas de transporte para empresas poluidoras, evitando seu trânsito dentro dos

limites do PARNASO. O presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, informou que o tráfego de cargas perigosas é totalmente incompatível com os objetivos da UC, e que a empresa Essencis foi multada em R\$300.000 no ano de 2004 devido a acidente com metais pesados dentro da UC. O conselheiro José Carlos Porto apresentou sua opinião de que a ampliação da rodovia causará aumento do tráfego e dos problemas dele decorrentes, ratificou que o usuário deve ser incluído em qualquer discussão que diga respeito à rodovia, e questionou a validade das pesquisas citadas quanto à metodologia e grupo escutado. Sugeriu que seja dada prioridade de escuta aos usuários que são moradores da região. A conselheira Ângela Inglez, do circuito Terê-Fri, informou que a ACIAT, composta por setecentos empresários da região, é favorável à ampliação da rodovia, de forma que os usuários contrários à proposta precisam se organizar e se fazer representar. Sugeriu ainda que se o problema é a segurança, uma alternativa seria a instalação de barreiras físicas impedindo ultrapassagens e disciplinando o trânsito dentro dos limites do Parque. A representante da Conhecer para Conservar, Imara Freire, colocou que esse é um conselho de Unidade de Conservação, onde os interesses da UC devem ser considerados prioritariamente, lembrando que os interesses dos setores que representam o desenvolvimento a qualquer custo sempre estarão presentes. O conselheiro Velasco Soares, da Tereviva, questionou a realização de pesquisa com usuários a respeito de um tema que foi reprovado na audiência pública. Questionou o fato da empresa não considerar as opiniões formuladas pela sociedade em fóruns democráticos e propôs que se reavalie a discussão dos assuntos referentes à CRT no âmbito do conselho, já que a empresa não considera as definições tiradas nesse fórum. Declarou, por fim, que a CRT só é legalista no que é conveniente para ela. O presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, esclareceu que os fóruns democráticos como audiências públicas e conselhos consultivos como o CONPARNASO servem para que seja ouvida a população mas não possuem poder de lei. Sugeriu que o que estes fóruns podem fazer é se manifestar através de moções e documentos, ou outro movimento de pressão. O ambientalista Ari Moraes defendeu que se questione o Estado Brasileiro, informando que, no caso em questão, o próprio contrato de concessão da rodovia foi questionado pelo TCU, havendo suspeitas de fraude. Questionou ainda a existência de bi-tributação com a cobrança de pedágio. O conselheiro Celso Ventura do DNIT discordou da alegação de irregularidades no contrato de concessão, informou que não há na legislação brasileira exigência de vias alternativas ao pedágio e que não há bi-tributação. O conselheiro Theo Fernandes, da AACG, questionou a legislação brasileira e a alta carga de impostos com serviços públicos insuficientes. Declarou ser um cidadão ativo, que escreve, questiona e denuncia as autoridades, correndo perigo de vida em função das denúncias que faz na prefeitura de Guapimirim. O presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, informou que foi questionado pela DIREC/IBAMA sobre ofício enviado pela CRT diretamente ao Sr. Pedro Eymard, Coordenador Geral de Ecossistemas, reivindicando participação no processo de atualização do Plano de Manejo do PARNASO. O mesmo manifestou surpresa pelo recebimento do ofício tendo em vista o referido processo ter sido participativo, contando com cinco reuniões abertas nas comunidades do entorno, para as quais todos os conselheiros foram convidados, e eleição de representantes do CONPARNASO para acompanharem o processo e oficinas de planejamento. O conselheiro Paulo Sérgio Leite, da Prefeitura Municipal de Petrópolis, propôs então uma moção do CONPARNASO de repúdio ao ofício da CRT à

DIREC/IBAMA Brasília, esclarecendo o caráter participativo do processo de atualização do Plano de Manejo do PARNASO. Em seguida, passou-se ao próximo ponto de pauta, e o Sr. Francisco Pontes de Miranda Ferreira, representante do O Instituto Ambiental OIA, apresentou o projeto que está propondo ao PDA Mata Atlântica, em parceria com a AIDEIA, visando o fortalecimento do turismo sustentável em Magé. Ao final da apresentação, o presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, opinou sobre a dificuldade em ser aprovado uma vez que o PDA aprovou vários projetos na região, e sugeriu que os responsáveis busquem maior integração com os projetos já em andamento na região com apoio do PDA e outros financiadores. O conselheiro José Carlos Porto informou que o Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara prevê fonte de recursos que podem vir a contemplar projetos como este. O conselheiro Anderson da ADASA indagou ao representante da Secretaria de Meio Ambiente de Magé o que está acontecendo com a estação de tratamento de esgoto de Santo Aleixo. O Sr. Carlos Henrique Menezes, Secretário de Meio Ambiente de Magé, respondeu que a ETE de Santo Aleixo foi descartada por possuir tecnologia inadequada, e que está sendo encaminhada a estação de tratamento de esgoto de Mauá, com nova tecnologia. Em função do avanço do tempo, foi decidido deixar o quarto ponto de pauta para a próxima reunião do CONPARNASO. Passou-se então ao quinto ponto de pauta, informes das câmaras técnicas. A conselheira Renata Brasileiro informou que a CT de Educação Ambiental vem trabalhando no planejamento e avaliação dos eventos "Natureza em Festa", e que a partir de agora discutirá também os cursos de capacitação das escolas do entorno. O presidente do CONPARNASO Ernesto Castro informou que a CT de Pesquisa recebeu o programa de pesquisa do Plano de Manejo do PARNASO para avaliação. A conselheira Ângela Inglez informou que a CT de turismo vem discutindo o projeto estrada-parque e o projeto do mirante do Soberbo; informou também que houve eleição para o conselho da Serra Verde Imperial, tendo o PARNASO sido eleito para o Conselho Fiscal. O conselheiro Bernardo Ribeiro, representante da Secretaria de Turismo de Teresópolis informou que não há legislação específica sobre estradas-parque, e que aguarda resposta de consulta realizada à Sra. Benita (do Ministério do Turismo) sobre o assunto. O conselheiro Celso Ventura informou que pode ocorrer do Governo Estadual assumir a estrada, o que pode ser interessante para agregar recursos e força política para o projeto estrada-parque. Passou-se em seguida ao último ponto de pauta, assuntos gerais. Ernesto Castro informou que foi chancelada a concessão da pousada, cujo edital deverá ser publicado em 10 dias, e também será divulgado no site do Parque. Em seguida apresentou o pesquisador André Micaldas, que apresentou o tema que está trabalhando em sua dissertação de mestrado, e solicitou aos conselheiros que respondam ao questionário de sua pesquisa até a próxima reunião. A conselheira Maria Lúcia Porto, do SESC, informou que o SESC está se propondo a promover debates sobre assuntos ambientais e relacionados ao PARNASO todas as terças-feiras, como forma de ampliar a integração com a população. Solicitou apoio do Conselho e dos técnicos do PARNASO para a realização dessa atividade. O conselheiro Miguel Freire colocou à disposição do SESC sua exposição, filmes e palestras sobre a questão do Paquequer. O conselheiro Paulo Sergio Leite também se disponibilizou a falar sobre os comitês de bacias hidrográficas, e informou que o CEIVAP está realizando oficinas para elaboração de seu plano de manejo, e sugeriu que uma dessas oficinas seja realizada no PARNASO. O representante da AMA Quebra-frascos, José Waitz, indagou sobre a definição da zona de

amortecimento do PARNASO, tendo em vista que esse assunto ficou pendente nas discussões do Plano Diretor de Teresópolis. Ernesto Castro colocou os técnicos do PARNASO à disposição do SESC para a realização dos debates e o auditório "O Guarani" à disposição para a oficina de planejamento do CEIVAP. Em seguida informou que recebeu a minuta da lei do Plano Diretor de Teresópolis, onde as zonas de amortecimento dos Parques Nacional e Estadual são citadas delegando-se competência às respectivas gestões dos Parques para definir as restrições dessas zonas, o que acha interessante. Informou que o novo plano de manejo do PARNASO especificará a ZA. Em seguida, os conselheiros fizeram mais alguns esclarecimentos com o chefe do PARNASO, Ernesto Castro, e por fim procederam à votação das moções do CONPARNASO propostas durante a reunião. Primeiramente foi votada a moção do CONPARNASO ao Ministério dos Transportes pela imediata criação da comissão tripartite garantindo a participação dos usuários da BR-116. A moção foi aprovada por unanimidade, valendo notar que neste momento o conselheiro Hélio Belford da CRT encontrava-se ausente. Em seguida, foi votada a moção do CONPARNASO à DIREC/IBAMA Brasília de repúdio ao conteúdo da correspondência Pres-395/06/DE da CRT, esclarecendo que houve ampla participação no processo de atualização do Plano de Manejo do PARNASO. A moção foi aprovada também por unanimidade, valendo notar que neste momento o conselheiro Hélio Belford da CRT novamente encontrava-se ausente. Por fim, o conselheiro Miguel Freire elogiou as reuniões itinerantes do CONPARNASO. A próxima reunião do CONPARNASO foi agendada para dia 11 de outubro de 2006, no auditório O Guarani da sede Teresópolis do PARNASO. Assim, nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi dada por encerrada, às 13 horas. A presente ata foi aprovada e assinada pelos presentes à reunião.

ERNESTO BASTOS VIVEIROS DE CASTRO
PRESIDENTE DO CONSELHO

Nome	Instituição	Assinatura
Andreson Gripp	ADASA	
Lúcia Helena Münch	Espaço Compartilhar	
Maria Lúcia Porto	SESC Teresópolis	
Velasco Soares	Tereviva	
Erhard Kalloch	AIDEIA	
Rogério Vidaurre	AMBAR	
José Waitz	AMA Quebra Frascos	
Theo Fernandes	AACG	
David Miller	AMA Granja Guarani	
Fernando Lemos	Fazenda Boa Esperança	
Helena Catão	TURISRIO	
Ângela Inglez	Circuito Terê Fri	
José Carlos Porto	CEDAE	
Ana Lúcia Sigaud	Comitê de Bacia H.	
Celso Ventura	DNIT	
Hélio Berlford	CRT	
Miguel Freire	UFF	
Renata Brasileiro	PARNASO	
Leandro Coutinho	SMA Teresópolis	
Bernardo Ribeiro	Séc. Tur. Teresópolis	

Paulo Sergio Leite	SMA Petrópolis
José Rubens Barbosa	SMA Magé
Carlos Henrique de Menezes	SMA Magé
2º SGT Wilson	BPFMA-RJ
3º SGT Gustavo	BPFMA-RJ

11.11 ANEXO L –ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARNASO DE 11/10/07.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS

Aos 11 (onze) dias do mês de outubro do ano 2006 (dois mil e seis), 27 representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) estiveram reunidos, na sede do PARNASO, município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro. A reunião foi convocada através do Ofício Circular nº 220/2006-PARNASO, de 21 de setembro de 2006, expedido pelo Presidente do Conselho e Chefe do PARNASO, Ernesto Castro, para discutir sobre os seguintes pontos da pauta: 1) Apresentação da proposta preliminar de ampliação do PARNASO (Instituto Terra Nova e Cooperativa Estruturar); 2) Apresentação dos resultados do Curso de Capacitação dos Condutores; 3) Alteração do Regimento Interno do CONPARNASO; 4) Deliberação sobre o funcionamento das Câmaras Técnicas e 5) Assuntos gerais. O presidente do Conselho deu início à reunião, agradecendo a presença de todos e propondo a leitura da ata da última reunião para aprovação. A conselheira Ângela Inglez, do Circuito Terê-Fri, realizou a leitura da ata e, feitas as alterações propostas pelos conselheiros, a mesma foi aprovada pelos presentes. O conselheiro Leandro Coutinho, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis, propôs que as sugestões de alteração da Ata sejam dadas antes da reunião, a partir da minuta que é enviada em meio digital, visando evitar leitura demorada das atas durante as reuniões. Os presentes aprovaram a proposta, ficando definido que as propostas de alteração da ata deverão ser enviadas antes das reuniões ordinárias. Enquanto se aguardava a preparação da apresentação do primeiro ponto de pauta, o presidente do CONPARNASO informou que foi publicada uma matéria sobre o PARNASO na edição internacional da revista National Geographic, e que as moções votadas na última reunião foram encaminhadas às respectivas instituições de destino. Em seguida, passou-se para o primeiro ponto da pauta, a apresentação da proposta preliminar de ampliação do PARNASO. Bruno Coutinho, representante da Cooperativa Estruturar, apresentou o recorte preliminar da proposta de ampliação do PARNASO e informou que o prazo para a conclusão do projeto é a primeira quinzena de janeiro. O presidente do CONPARNASO esclareceu que os critérios para o projeto de ampliação do Parque são priorizar a preservação de áreas biologicamente relevantes, como nascentes, campos de altitude, e matas preservadas, evitando a inclusão de áreas ocupadas. Informou ainda que será dada preferência à definição de limites perceptíveis no meio ambiente, como picos, rios, entre outros, visando facilitar a percepção das comunidades sobre os limites do Parque. Bruno complementou que o principal critério será o consenso, e que o objetivo do projeto é levantar as informações que possam subsidiar as discussões junto aos atores sociais envolvidos. Ernesto Castro agradeceu publicamente à contribuição do pesquisador Georg Meier na produção de dados de geoprocessamento para o desenvolvimento do projeto. Em seguida o conselheiro Miguel Freire, representante da UFF, solicitou a palavra para tratar de um assunto referente à última reunião do CONPARNASO. Concedida a palavra ao conselheiro, Miguel Freire informou que a CRT fez comunicação direta ao Reitor da Universidade Federal Fluminense reclamando do posicionamento dele no CONPARNASO em carta datada de 25 de setembro deste ano, contendo acusações inverídicas e difamatórias a seu respeito. Disse que, em sua opinião,

tal atitude é antidemocrática e desrespeita o CONPARNASO, seus integrantes e em especial o seu presidente. Lembrou que o CONPARNASO foi formado da maneira mais democrática possível e constitui hoje um importante fórum, com capacidade para discutir e resolver questões da preservação e conservação do meio ambiente na região serrana do Rio de Janeiro. Disse que no seu entender a carta da CRT passou por cima da autoridade do CONPARNASO e do seu presidente. Esclareceu que no CONPARNASO representa a UFF, porém sua função não é defender os interesses daquela instituição no conselho e sim, trabalhar os interesses do Parque Nacional como unidade de conservação ambiental do IBAMA. Disse que entende que sua função no Conselho é colaborar com os saberes da UFF no crescimento e na melhoria do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e consequentemente na melhoria ambiental da região de Teresópolis e municípios vizinhos. Declarou sentir-se ofendido e decepcionado, com a atitude da CRT, tentativa de desviar para o campo jurídico questões que poderiam ser resolvidas no âmbito do CONPARNASO, questões que de fato pertencem a este fórum democrático. Afirmou que a carta desabona o Conselho e é desrespeitosa com o seu presidente e com o reitor da UFF, além de conter inverdades. Entende a carta como um elemento intimidatório, uma forma de pressioná-lo, de querer calar a sua voz no Conselho até porque, a carta traz na redação a intenção de interpelação e processo. A CRT jogou todo o poder de um departamento jurídico de um grande e rico consórcio empresarial contra a fragilidade financeira da pessoa física de um professor universitário, criando assim um embate jurídico desigual e desviando o assunto que realmente estava na pauta no Conselho: o crime ambiental que constitui o artefato colocado pela CRT na vista soberba de Teresópolis. Reafirmou que não imputou à CRT atos de sonegação fiscal, lembrando o aparte que fez ao conselheiro Helio Berlfort, na última reunião do Conselho. Neste momento foi aparteado pela conselheira Ângela Inglez, que afirmou que as pessoas têm de fato dificuldade para receber o tíquete de pagamento nos caixas do pedágio da CRT na Rio -Teresópolis e que o conselheiro Miguel Freire não é isolado em sua opinião, que a grande maioria do Conselho concorda com ele. Enfatizou que são verdadeiras as observações do conselheiro Miguel Freire sobre o tíquete do pedágio da CRT. O conselheiro disse ainda que infelizmente não foi compreendido pela CRT no convite que a fez para que saísse de uma posição antiquada em que se encontra. Posição esta que qualificou como retrógrada, totalitária e descabida nos tempos democráticos que vivemos. Disse que seu convite era para a CRT vir a ocupar uma posição ecologicamente correta, de empresa contemporânea, transparente, lucrativa, contributiva, colaboradora no desenvolvimento social, moderna, participativa. Posições que ele acreditou que ela seria capaz de assumir. Disse ainda sentir-se fracassado no seu intuito de ajudar a promover uma correção ambiental, cultural e turística no caso do artefato da vista soberba. Disse que a situação de crime ambiental ficou patente na moção emitida pelo Conselho e desconsiderada até o momento pelo consórcio CRT. Finalizou dizendo sentir-se frustrado com a postura de intransigência e truculência com que a CRT tratou a questão e também da forma como ela desrespeitou o CONPARNASO. Em seguida, Mônica Nemer, representante do MOVE, sugeriu que o CONPARNASO elaborasse carta de resposta à CRT. O Conselheiro Theo Fernandes, da AACG, declarando sua indignação com a conduta da CRT, propôs que seja elaborada moção do CONPARNASO à UFF e à CRT esclarecendo a situação e manifestando a indignação dos membros do CONPARNASO. O conselheiro Rubião, da FESO, declarou sentir-se honrado por ter o

professor Miguel Freire no Conselho, com todo seu histórico de contribuições para o debate das questões ambientais da região. O presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, ressaltou a relevância da participação do professor Miguel Freire junto ao PARNASO, desde gestões anteriores. Foi então definido um grupo de conselheiros presentes para elaborar o texto da moção proposta para aprovação ao final da reunião. Passou-se em seguida para o segundo ponto de pauta, Cecília Cronemberger apresentou os resultados do Curso de Capacitação dos Condutores administrado pela AGUIPERJ, realizado no período de 24 a 30/07/06 no auditório do PARNASO, a mesma relatou que a procura para o curso foi grande e que um dos critérios de seleção estabelecido foi o candidato que já trabalhasse como condutor. Foram selecionados 32 participantes e o curso teve carga horária de 56 horas com atividades teóricas e práticas, noções de cartografia, história do parque, fauna e flora. O curso foi um sucesso, com bastante interesse por parte dos participantes, observou-se a necessidade de se fazer novos cursos aprofundando temas mais específicos como fauna e flora. Com a participação e orientação de um consultor do SEBRAE os participantes manifestaram interesse de se fortalecerem através de uma cooperativa ou uma associação, engajando no programa Juntos Somos Fortes, do SEBRAE. A próxima atividade do projeto será o diagnóstico das trilhas do parque. A coordenadora do projeto Centro de Referência em Biodiversidade da Serra dos Órgãos, Evelyn Sue Kato, relatou as próximas atividades do projeto: Curso de Capacitação para professores das escolas do entorno do Parque nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2006, evento Natureza em Festa na Granja Guarani no dia 10 de novembro e no dia 01 de dezembro na Caneca Fina (a confirmar). Em seguida, tendo em vista o avançar da hora, o presidente do CONPARNASO propôs que o terceiro ponto de pauta, Alteração do Regimento Interno do CONPARNASO, fosse deixado para a reunião seguinte, proposta aprovada pelos presentes. Passou-se ao quarto ponto da pauta, Deliberação sobre o funcionamento das Câmaras Técnicas. Ernesto Castro falou sobre os objetivos e funções das CTs e colocou a preocupação sobre a pouca efetividade de algumas câmaras técnicas, sugerindo uma reavaliação do papel e das ações desenvolvidas. Enfatizou que o papel da câmara técnica é subsidiar posicionamentos do conselho e que em poucos casos isto está acontecendo. As câmaras técnicas estão atuando mais em apoio à gestão do Parque diretamente do que em apoio ao conselho. A conselheira Renata Brasileiro informou que a CT de Cultura e Educação Ambiental vem trabalhando no planejamento, organização e avaliação dos eventos "Natureza em Festa" e que, a partir da realização dos cursos de capacitação das escolas do entorno do Parque, com a participação das professoras e diretoras, a CT servirá também como fórum de debates e troca de experiências sobre os projetos de educação ambiental desenvolvidos pelas escolas. O conselheiro Carlos Soares, do CAPA, informou que a CT de Turismo e Montanhismo está trabalhando na divulgação do "destino Serra dos Órgãos para o fortalecimento do turismo local, através das seguintes atividades: 1) foi feita a pesquisa piloto para o projeto de valorização turística do mirante do Soberbo; 2) Estrada Parque: aguardando informações da Secretaria de Turismo de Teresópolis sobre a consulta realizada à Benita do Ministério do Turismo; contactar a Prefeitura Municipal de Petrópolis sobre grupo de formatação de projetos para ministérios; renovação de cartas de apoio ao projeto Estrada-Parque; 3) Termo de referência para Estrada Parque; 4) Escolher coordenador para o projeto de divulgação do ecoturismo e turismo de aventura no destino Serra dos Órgãos (PETTASO); criação de site / folheteria / assessoria de

imprensa; levantamento dos dados: atrativos, equipamentos e agências; 5) encontro de parques de montanha no mês de comemoração do aniversário do PARNASO; 6) Palestras - ciclo de quatro palestras nos SESC em comemoração ao aniversário; 7) Homenagem anual a personalidades que se destacam na defesa do meio ambiente, "Prêmio Serra dos Órgãos"; 8) Palestras na Serra - uma palestra por mês no PARNASO, APA Petrópolis às sextas à noite, visando contribuir para gerar permanência do turista no destino Serra dos Órgãos. A servidora do PARNASO Cecília Cronemberger informou que a CT de Pesquisa está com dificuldade de reunir seus membros, discutindo principalmente assuntos burocráticos como o regimento interno da CT, não tendo ainda conseguido dirigir às discussões para assuntos técnicos. As reuniões estão ocorrendo bimestralmente, e será feito esforço para atrair maior participação de pesquisadores. O conselheiro David Miller informou que a CT de Controle e Recuperação Ambiental não vem se reunindo, mas alguns membros do grupo estão trabalhando no projeto de saneamento e limpeza do rio Paquequer. Propôs que a referida CT passe a se reunir sempre às primeiras quintas-feiras de cada mês, ficando a próxima reunião marcada para dia 07/11/06, no PARNASO, às 14hs. Passando-se ao último ponto de pauta, assuntos gerais, Ernesto Castro informou que haverá uma oficina de gestores da Mata Atlântica para a qual está sendo implementado o método RAPPAM, de avaliação de efetividade de gestão de UCs. Solicitou a colaboração dos conselheiros no preenchimento do questionário, e os conselheiros Rubião, Ângela Inglez, Margarete Toledo e o representante da ACIAT, Sr. Alberto Pires Domingues se comprometeram a contribuir. O conselheiro Heraldo, da AIDEIA, solicitou o apoio formal do CONPARNASO ao projeto de educação ambiental e formação de guias locais, visando o desenvolvimento do turismo sustentável em Santo Aleixo, que foi apresentado na última reunião do CONPARNASO no referido distrito. O presidente do CONPARNASO, Ernesto Castro, colocou em votação a aprovação do projeto, que foi aprovado por unanimidade, formalizando-se o apoio do CONPARNASO ao projeto da AIDEIA em conjunto com O Instituto Ambiental através desse documento. O representante da ACIAT, Alberto Pires Domingues, informou que realizará uma apresentação sobre biossistemas na próxima reunião do Conselho. O Conselheiro Paulo Sergio de Souza Leite, da Secretaria de Meio Ambiente de Petrópolis informou que uma alternativa para tratamento de esgoto doméstico que está sendo implantada em Petrópolis são os biossistemas. O Comitê do Piabanga, Paquequer e Preto viabilizou a vinda de recursos da cobrança para a instalação de dez biossistemas, a partir de um projeto aprovado pelo CEIVAP mas não foi contemplado com recursos. Informou ainda que será realizada uma oficina do 'Plano de Bacia do CEIVAP' na Sede do PARNASO em meados de Novembro, em data a ser divulgada aos conselheiros. A conselheira Lúcia Helena Münch, do Espaço Compartilharte, informou que será substituída no conselho por Rodrigo Torres Lima, e que no dia 11/11/06 será inaugurado o Centro de Referência do Espaço Compartilharte com o Lançamento do livro "Da Arte de Compartilhar", estendendo o convite a todos os conselheiros. A conselheira Ângela Inglez informou que vem divulgando o PARNASO e o destino Serra dos Órgãos em diversos fóruns turísticos regionais, nacionais e internacionais. O representante da AMA Quebra-Frascos José Waitz registrou sua preocupação sobre a delimitação da Zona de Amortecimento do PARNASO, informando que foram firmados TACs no bairro sem a anuência do PARNASO. O Conselheiro José Carlos Porto, da CEDAE, informou que na véspera foi vencido o prazo para a assinatura

do Plano Diretor, que não foi votado pela Câmara Municipal de Teresópolis. Em seguida propôs moção do CONPARNASO pela participação do PARNASO no Comitê de Bacias do Paquequer, Piabanha e Preto, tendo em vista estar o Parque protegendo as nascentes dessa bacia hidrográfica. A moção foi aprovada pelos presentes por unanimidade. Por fim, foi votada a Moção de desagravo a Miguel Freire e censura à Concessionária Rio - Teresópolis S/A - CRT, a qual foi aprovada também por unanimidade. A próxima reunião do CONPARNASO foi agendada para dia 13 de dezembro de 2006, no Campo de Aventuras Paraíso do Açu, no Bonfim, em Petrópolis. Assim, nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi dada por encerrada, às 13 horas. A presente ata foi aprovada e assinada pelos presentes à reunião.

ERNESTO BASTOS VIVEIROS DE CASTRO
PRESIDENTE DO CONSELHO

Nome	Instituição	Assinatura
Carlos R. S. Silva	Sociedade Vale do Bonfim	
Andreson Gripp	ADASA	
Lúcia Helena Münch	Espaço Compartilharte	
Maria Lúcia Porto	SESC Teresópolis	
Velasco Soares	Tereviva	
Erhard Kalloch	AIDEIA	
Rogério Vidaurre	AMBAR	
Mariano J. Sant'anna	Ass. Prod. e Mor. Bonfim	
José Waitz	AMA Quebra Frascos	
Theo Fernandes	AACG	
David Miller	AMA Granja Guarani	
Margarete Toledo	FAMT	
Armando J. da Silva	Ass. Prod. Mor. do Jacó	
Fernando Lemos	Fazenda Boa Esperança	
Ângela Inglez	Circuito Terê Fri	
José Carlos Porto	CEDAE	
Celso Ventura	DNIT	
Miguel Freire	UFF	
Eduardo Rubião	FESO	
Renata Brasileiro	PARNASO	
Margarete	FEEMA	
Leandro Coutinho	SMA Teresópolis	
Paulo Souza Leite	SMA Petrópolis	
Wiliam Wagner Vivas	SMA Guapimirim	
3º SGT Robson Vieira	BPFMA-RJ	
CBPM Matheus	BPFMA-RJ	

11.12 ANEXO M - ATA DA REUNIÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI.



ASSOCIAÇÃO DE TURISMO TERESÓPOLIS-FRIBURGO

CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI

ATA DA REUNIÃO DE AGOSTO/2006

Aos Quinze dias do mês de Agosto de 2006, na Queijaria Suíça de Nova Friburgo, às 9:30 hs, o Presidente do Circuito Turístico Tere-Fri, Sr. Luiz Moraes deu início à reunião.

Foi apresentada a pauta com os seguintes assuntos: Informes Gerais; Caminhadas na Natureza; Sugestões para Planejamento Estratégico 2006/2007.

A Administradora do 3º Distrito, Sra. Wanderléia apresentou verbalmente o convite extensivo a todos os associados para a reunião do Piano Diretor a ser realizada no dia 26 de Agosto de 2006, às 9hs, no SENAI Nova Friburgo, ressaltando a importância da participação dos associados.

O Sr. Rodrigo Ferreira, Diretor da Secretaria de Turismo de Nova Friburgo a pedido da Sra Prefeita Dra. Saudade Braga, (informou que a Prefeitura Municipal firmou com o SENAC um convênio disponibilizando cursos de aperfeiçoamento na área de turismo), visto que, (em pesquisa recentemente realizada, notou-se uma queda acentuada da qualidade no atendimento ao turista dentro do Município). Solicitou o apoio do Circuito no sentido de viabilizar a divulgação dos cursos entre os funcionários dos estabelecimentos e de que os empregadores, por sua vez, flexibilizem os horários para que aqueles possam aperfeiçoar-se, lembrando que este convênio foi firmado por um período de apenas 2 (dois) anos e que, ao final de cada curso, será feito um banco de dados que oferecerá oportunidade de experiência prática para os alunos, sempre buscando adaptá-los à realidade do turismo local. O Sr. Diretor Tesoureiro Alan Magliano reforçou a importância dos cursos, que são oferecidos a valores simbólicos, que devem ser custeados pelas empresas.

Tomando a palavra, o Presidente informou aos presentes sobre a não realização da caminhada que havia sido agendada para o dia 30 de Julho de 2006, devido as fortes chuvas que impossibilitaram o evento, elogiando a boa divulgação realizada e sugerindo aos associados que fosse criado um calendário anual para que (se realize uma vez a cada mês a caminhada no Parque Estadual dos Três Picos) proposta esta, aceita por unanimidade, também visando aumentar a circulação de turistas no Circuito Turístico Tere-Fri. O Sr Alan Magliano sugeriu a criação de camisetas com os Logos do Tere-Fri e da Caminhadas na Natureza, para que, além da (divulgação), se possa criar uma renda para manutenção da atividade que será custeada pelo Circuito, ficando a cargo da Sra. Diretora Secretária Angela de Souza, o levantamento de orçamentos para a confecção das mesmas, decidindo-se que a primeira caminhada será realizada no dia 08 de Outubro de 2006, com horário de início de 9 às 12hs, horário máximo de chegada às 15hs e local de saída no Instituto Ibelga, onde serão feitas as fichas de cadastro ao custo de R\$3,00 (Três Reais). O Sr. Tony Lima sugeriu (a todos que trabalhem em torno do evento para gerar a movimentação das pessoas por todo o Circuito) e que as camisetas também sejam colocadas à venda em todos os estabelecimentos

vinculados. O Presidente, Sr. Luis Moraes, sugeriu que, para que esta movimentação ocorra, fosse feito um intercâmbio entre os associados para oferta de descontos, promoções ou brindes para os cadastrados que passem, comprarem ou se hospedarem nos estabelecimentos ligados à Associação, solicitando a todos que, desde já, promovam a divulgação do evento.

Ainda com a palavra, o Presidente apresentou aos presentes a Sra. Cristina Zaqueto, consultora do SEBRAE Nova Friburgo que acompanhará a oficina de (planejamento estratégico) para o ano de 2006 e 2007 A Sra. Cristina reforçou a questão do (“associativismo”) como sinônimo de (“trabalho em grupo”) tanto para a (divulgação dos eventos) quanto para o (compartilhamento das dificuldades de cada empresário) e sugeriu que fosse eleito um (evento) de maior dimensão, (em época de baixa temporada) para aumentar a demanda nos períodos críticos, sobre o qual se desenvolvam atividades agregadas. Apresentadas as propostas, ficou decidido que o evento principal será (a Festa da Couve-Flor) devido à informação fornecida pelo Sr. André Guedes de que a Região é (considerada a maior produtora latino-americana), devendo ser agendado para o mês de Setembro de 2007. O Presidente solicitou aos associados que, em 19 de Setembro de 2006, data da próxima reunião mensal, tragam informações de todos os tipos sobre a couve-flor e (propostas para atividades paralelas que podem ser integradas ao evento com o objetivo de promover o benefício de todos os associados) A Consultora solicitou então que lhe fosse conferida 1 hora de cada reunião mensal para o enriquecimento do planejamento da festa que pretende fechar até Novembro de 2006 para que se possa colher patrocínios até Janeiro de 2007, lembrando que é essencial (a participação de todos os associados na elaboração do projeto)

Ao final da reunião, a Sra. Ester Araújo, solicitou a colaboração dos hoteleiros para a disponibilização de estágios e visitação aos hotéis e pousadas ligados ao Circuito para os alunos do Instituto Ibelga.

Nada mais sendo apresentado, às 12 hs, o Presidente, Sr. Luiz Moraes deu por encerrada a reunião.

Nova Friburgo, 15 de Agosto de 2006.

LUIS MORAES
Presidente

11.13 ANEXO N - FOLHETO DE DIVULGAÇÃO DO CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI (FRENTE).



VERSO


Tere-Fri

 Tel.: (22) 2543-4154 - terefri@terra.com.br
www.terefri.com.br

 **passar / comprar**

Km 1 - Capril Colina
Tel.: (21) 2742-2783
caprilcolina@uol.com.br

Km 8,5 - Open Market Bazar
Tel.: (21) 2644-6622 / 2644-6096
www.homestay.kit.net

Km 13 - Chácara Ponkal
Tel.: (21) 2644-2177 / 2471-3857

Km 26 - Centro de Arte e Artesanato
Tel.: (21) 2641-1652 / 2644-7038

Km 28 - Boom Boliche
Tel.: (21) 2641-1123
stephanieverisimo@yahoo.com.br

Km 36 - Verticalia®-Arvorismo
Tel.: (21) 9328-6888
www.verticalia.com.br
info@verticalia.com.br

Km 44 - Horto Florestal Conquista
Tel.: (22) 2529-4010

Km 49 - Queijaria Suíça
Tel.: (22) 2529-4000
www.queijosfrialp.com.br

Km 49 - Loja do Porquinho/Beth Reis
Tel.: (22) 2543-4211
lojadoporquinho@yahoo.com.br

Km 49 - Encanto e Arte Artesanato
Tel.: (22) 2529-4000

Km 51 - Apiário Amigos da Terra
Tel.: (22) 2529-4182 / 2543-2191
www.amigodaterra.com.br

Km 55 - Jardim do Nêgo

Km 55,5 - Ateliê Pathidi
Tel.: (21) 2543-1404
pathidi@uol.com.br

Km 56,5 - SPA Maria Bonita (Arvorismo)
Tel.: (22) 2543-1300 / 2543-1212
www.spamariabonita.com.br
spamb@ibest.com.br

Km 61 - Cosméticos Ubón e Suavitrat
Tel.: (22) 2522-1492 / 2523-1298
www.ubon.com.br

Km 67 - Anna Vince Couro
Tel.: (22) 2523-5532

Km 6,5 - Pousada Moinho Azul
Tel.: (21) 2644-6175
www.moinhoazul.com.br
info@moinhoazul.com.br

Km 6,5 - Pousada das Cerejeiras
Tel.: (21) 2644-8835
www.pousadadascerejeiras.com
muryluisa@terra.com.br

Km 12 - Hotel Villag Le Canton
Tel.: (21) 2741-4200
www.lecanton.com.br
reservas@lecanton.com.br

Km 15 - Pousada Jardim Botânico do Imbuí
Tel.: (21) 2644-8266 / 2644-7954
gamacama@mls.com.br

Km 19 - Hotel Fazenda Rio dos Frades
Tel.: (21) 2644-6120
www.hotelfazendariodosfrades.com.br

Km 22,6 - Hotel Fazenda Rosa dos Vento
Tel.: (21) 2644-9915 / Fax: 2644-9914
www.hotelrosadosventos.com.br
rosadosventos@openlink.com.br

Km 34 - Hotel Fazenda Boa Vida
Tel.: (21) 2641-0279 / 2641-0429
boavida@terenet.com.br

Km 35 - Pousada Savognin
Tel.: (21) 2641-0180
www.pousadasavognin.com.br
pousadasavognin@pousadasavognin.com.br

Km 36 - Hotel Fazenda São Moritz
Tel.: (21) 2641-0035 / Res.: 2239-4445
www.saomoritz.com.br

Km 60 - Pousada do Riacho
Tel.: (22) 2521-6929
www.pousadadoriacho.com.br
riacho@terra.com.br

Km 60 - Pousada Terra Linda
Tel.: (22) 2522-4238
www.pousadaterralinda.com.br
pousadaterralinda@uol.com.br

Km 61 - Hotel Vila Verde
Tel.: (22) 2529-3451
www.vilaverdehotel.com.br

 **onde comer**

KM 5,5 - Empório dos Frades
Tel.: (21) 2644-7397
www.emporiodosfrades.com.br
webmaster@emporiodosfrades.com.br

Km 16 - Cremerie Geneve
Tel.: (21) 3643-6391
rose@fazendageneve.com.br

Km 33 - Churrascaria Lingüiça do Padre
Tel.: (21) 2641-0065 / 2641-0295

Km 45 - Restaurante Pousada Fazenda Vista Soberba
Tel.: (22) 2543-4050
vistasoberba@uol.com.br

Km 53 - Sinhá Mindinha
Tel.: (22) 2543-2058

 **onde dormir**

KM 0 - Albergue da Juventude Recanto do Lord
Tel.: (21) 2742-5586 / 3642-8215
www.teresopolishostel.com.br
recantodolord@teresopolishostel.com.br

Km 5,5 - Teresópolis Country Club
Tel.: (21) 2644-6575
www.teresopoliscountryclub.com.br
tccclub@terra.com.br

 **Postos Médicos**

KM 0 - Policlínica Teresópolis
Tel.: (21) 2742-0679

Km 23 - Ambulatório de Bonsucesso
Tel.: (21) 2641-2322

Km 68 - Hospital São Lucas
Tel.: (22) 2523-9955

11.14 ANEXO O – FOTOS DAS PLACAS DO CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI.